CSR | CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA

ISSN: 2966-2893

01.

2026

CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA

CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA
FICHA TÉCNICA

Editores

Alessandra El Far, Unifesp
Júlio Barroso, Unifesp
Liana de Paula, Unifesp
Lilian Maria Pinto Sales, Unifesp
Maria Inês Caetano Ferreira, UFRB
Maurício Ferreira Silva, UFRB

Conselho Editorial

Marília Veríssimo Veronese, Unisinos
Melvina Araújo, Unifesp
Gabriela Nunes Ferreira, Unifesp
Maria Fernanda Lombardi, Unifesp
Carolina Pulici, Unifesp
Cláudio André de Souza, UFRB
Mariella Pitombo Vieira, UFRB

Conselho Editorial

1. Adriano Codato (Universidade Federal do Paraná - UFPR)
2. Ângela Figueiredo (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB)
3. Breno Souto-Maior Fontes (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)
4. Bruno Wanderley Reis (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG)
5. Carlos Benedito Martins (Universidade de Brasília – Unb)
6. Carlos Roberto Sanchez Milani (Universidade Estadual do Rio de Janeiro – IESP/UERJ)
7. Cynthia Sarti (Universidade Federal de São Paulo – Unifesp)
8. Edison Gastaldo (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ)
9. Fabiano Engelmann (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)
10. Gustavo Sorá (Conicet/Universidad de Córdoba)
11. Irlys Barreira (Universidade Federal do Ceará - UFCE)
12. Luís Felipe Miguel (Universidade de Brasília – Unb)
13. Marie-Aude Fouéré (École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS)
14. Miriam Rabelo (Universidade Federal da Bahia - UFBA)
15. Patricia Hill Collins (University of Maryland, College Park)
16. Paula Montero (Universidade de São Paulo – Usp)
17. Pedro Meira Monteiro (Princeton University)
18. Rachel Meneguello (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp)
19. Rafael Bayce (Universidad de la República – Uruguai)
20. Sérgio Costa (Lateinamerika-Institut, Freie Universität Berlin)
21. Véronique Boyer (École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS)

Diagramação: Tikinet

comercial@tikinet.com.br

Projeto gráfico e capa: Duo Criativo Comunição

duo.criativocc@gmail.com

PARTICIPE DA CSR

Envie seu texto, sugestões, críticas ou qualquer outra informação que julgue importante para o fortalecimento da CSR para o e-mail:

csr@unifesp.br

UNIFESP
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

UFRB
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

sumário

Dossiê Assuntos estudantis na educação superior: transformações recentes e perspectivas futuras

Apresentação: Dossiê Assuntos estudantis na educação superior: transformações recentes e perspectivas futuras 6
Dyane Brito Reis Santos; Rosana Heringer

“Se manter é o grande problema”: Os múltiplos e persistentes desafios da permanência de cotistas na universidade pública 11
Lúcia Isabel Silva; Cíntia Valéria Lima dos Reis

Trajetórias e desigualdades: Estudantes de ações afirmativas de medicina na UFSC 31
Luan Viricimo

Impacto da assistência estudantil na trajetória acadêmica de estudantes cotistas da UFRGS nos dez primeiros anos da Lei de Cotas (2013-2022) 47
Lourenço Brito Fellin; Célia Elizabete Caregnato

Ação afirmativa e cotas para negros em universidades brasileiras: Raça, ensino superior e a agenda em disputa nas décadas iniciais do século XXI 79
Paulo Alberto dos Santos Vieira; Maria Aparecida Corrêa Custódio

Artigos

Agro is white: Branquitude e o agronejo na constituição do conceito de Agro 101
Rogério da Palma

***Ritornelos* do fundo da grota: Pampa e tradição no canto de Baitaca** 123
Carlos Eduardo Ribeiro; Carlos Eduardo Simões da Silva; Felipe Vargas Ribeiro

Resenhas

Um caleidoscópio da revolução: Resenha de Traverso, Enzo. *Revolución – una historia intelectual*. Tradução de Horacio Pons. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2022. 144
Hernandez Vivan Eichenberger

Matthew McManus e a teoria política do socialismo liberal: Resenha de McManus, Matthew. The Political Theory of Liberal Socialism. New York: Routledge, 2025. 149
Ulysses Ferraz

Apresentação: Dossiê Assuntos estudantis na educação superior: Transformações recentes e perspectivas futuras

Presentation: Dossier Student Affairs in Higher Education: Recent transformations and future perspectives

Presentación: Dossier Asuntos Estudiantiles en la Educación Superior: Transformaciones recientes y perspectivas futuras

Dyane Brito Reis SANTOS
dyanereis@ufrb.edu.br
Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Rosana HERINGER
rosana.heringer@gmail.com
Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Este Dossiê reúne contribuições para o avanço teórico, resultados empíricos, análises e novas agendas de pesquisa sobre o percurso de estudantes universitários brasileiros. A partir do campo da Sociologia da Educação, com contribuições teóricas e empíricas de diferentes áreas do conhecimento, os artigos aqui apresentados favorecem a consolidação de um subcampo de estudos dentro da Sociologia da Educação Superior, voltado para a área de Assuntos Estudantis e seus diversos desdobramentos em termos de acesso, permanência, sucesso acadêmico, desempenho, aprendizagem, apoio pedagógico, saúde mental, relação com o saber, vida estudantil. Trata-se de um conjunto de investigações recentes, cujos resultados apontam os avanços e limites das ações afirmativas, bem como os progressos e desafios no que diz respeito à permanência estudantil nas instituições de ensino superior.

Palavras-chave: Vida estudantil; Ensino Superior; Permanência; Universidades; Sociologia da Educação.

DOI: https://doi.org/10.34024/csr.2026.62.1.21647

This Dossier brings together contributions to theoretical advancement, empirical results, analyses, and new research agendas on the trajectory of Brazilian university students. From the field of Sociology of Education, with theoretical and empirical contributions from different areas of knowledge, the articles presented here favor the consolidation of a subfield of studies within the Sociology of Higher Education, focused on the area of Student Affairs and its various developments in terms of access, retention, academic success, performance, learning, pedagogical support, mental health, relationship with knowledge, and student life. It is a collection of recent investigations whose results point to the advances and limitations of affirmative action, as well as the progress and challenges regarding student retention in higher education institutions.

Keywords: Student Life; Higher Education; Retention; Universities; Sociology of Education.

Este Dossier reúne contribuciones al avance teórico, resultados empíricos, análisis y nuevas agendas de investigación sobre la trayectoria del estudiantado universitario brasileño. Desde el campo de la Sociología de la Educación, con contribuciones teóricas y empíricas de diferentes áreas del conocimiento, los artículos aquí presentados promueven la consolidación de un subcampo de estudios dentro de la Sociología de la Educación Superior, centrado en el área de Asuntos Estudiantiles y sus diversos desarrollos en términos de acceso, retención, éxito académico, rendimiento, aprendizaje, apoyo pedagógico, salud mental, relación con el conocimiento y vida estudiantil. Se trata de una recopilación de investigaciones recientes cuyos resultados señalan los avances y limitaciones de la acción afirmativa, así como los avances y desafíos en materia de retención estudiantil en las instituciones de educación superior

Palabras clave: Vida estudiantil; Educación Superior, Retención; Universidades; Sociología de la Educación.

A democratização do acesso talvez tenha sido a grande característica do ensino superior público no Brasil a partir do ano de 2002. Entretanto, esse processo foi atravessado por tensões e conflitos, já que a universidade brasileira não foi inicialmente pensada para as classes e grupos sociais que passaram a ocupá-la a partir da Lei de Cotas (Lei 12.711/2012, alterada pela Lei 14.723/2023). O contexto da democratização incluiu a ampliação do número de Instituições Federais de Educação Superior (Ifes), cursos e vagas; a interiorização dos *campi*; e a possibilidade de ingressar em uma universidade de outro estado por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ou do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), tendo feito o processo seletivo em seu estado de origem.

Jovens que antes nem mesmo vislumbravam a possibilidade de ingressar no ensino superior passaram a acessar com maior frequência esse nível de ensino (Souza & Borges, 2020; Teixeira, 2019). Por outro lado, muitos dos que conseguiram ingressar numa Instituição de Educação Superior (IES) pública vivenciaram barreiras para viabilizar sua permanência no curso desejado, em função de dificuldades materiais, acadêmicas e simbólicas (Carreira & Heringer, 2024; Heringer, 2022; Santos, 2009).

Nesse cenário, este dossiê temático dedica-se a reunir resultados de pesquisas recentes que apontam os avanços e limites das ações afirmativas, bem como os progressos e desafios no que diz respeito à permanência estudantil nas instituições de ensino superior. Em que medida as IES se tornaram espaços mais plurais, mais abertas ao respeito à diversidade e mais atentas à implementação de práticas antirracistas a partir do ingresso desses novos estudantes? Que novas demandas surgiram? Como as universidades as acolheram?

O dossiê proposto dialoga, a partir do campo da Sociologia da Educação, com contribuições teóricas e empíricas de diferentes áreas do conhecimento. Sua publicação procura contribuir para a consolidação de um subcampo de estudos dentro da Sociologia da Educação Superior (Neves *et al.*, 2018), voltado para a área de Assuntos Estudantis e seus diversos desdobramentos em termos de acesso, permanência, sucesso acadêmico, desempenho, aprendizagem, apoio pedagógico, saúde mental, relação com o saber, vida estudantil, engajamento estudantil, integração e afiliação acadêmica. Os artigos aqui apresentados trazem uma contribuição importante para o fortalecimento desse subcampo de pesquisa e reflexão teórica.

Uma primeira característica que se destaca em relação aos quatro artigos selecionados para o dossiê se refere à sua diversidade regional. Eles não apenas trazem análises realizadas por autores de quatro diferentes estados do país — alguns com pesquisas empíricas realizadas nesses diferentes contextos —, como também são trabalhos representativos das regiões Norte, Centro-Oeste e Sul, distanciando-se da tendência tão frequente, no campo das Ciências Sociais e da Sociologia da Educação, de predominarem autores do Sudeste. Essa característica dos artigos já atrai por si só uma curiosidade por parte dos leitores em conhecer a reflexão a partir desses diferentes contextos.

Os artigos abordam temas diretamente relacionados aos dois eixos propostos para o dossiê: ações afirmativas e desafio da permanência de estudantes cotistas na educação superior. O primeiro texto, de Lúcia Isabel Silva e Cíntia Valéria Lima dos Reis, intitulado "'Se manter é o grande problema': os múltiplos e persistentes desafios da permanência de cotistas na universidade pública", traz uma abordagem detalhada, situada e crítica sobre os desafios da permanência de estudantes cotistas na Universidade Federal do Pará (UFPA). Os dados resultam da pesquisa nacional "Avaliação das políticas de ação afirmativa no ensino superior no Brasil: resultados e desafios futuros", que envolveu seis universidades públicas federais do Brasil, sob a coordenação do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Lepes/UFRJ) e da Ação Educativa (Carreira & Heringer, 2024). A metodologia envolveu pesquisa documental, entrevistas com gestoras(es) e Rodas de Conversa (RC) com estudantes cotistas dos cursos de Pedagogia, Medicina e Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagens e com membros de coletivos atuantes na universidade. O artigo analisa os dados das Rodas de Conversa com estudantes, com foco nos desafios para a permanência no curso. Os resultados revelam que a permanência é atravessada por desafios de diferentes naturezas e dimensões, tanto materiais quanto simbólicos. As autoras nos alertam para a vivência de situações de racismo e invisibilização que atravessam o percurso dos estudantes cotistas na universidade e apontam para a necessidade de estratégias institucionais que

possam contribuir para a superação desses obstáculos.

Do Pará, vamos diretamente a Santa Catarina, mais especificamente a Florianópolis, para conhecer mais de perto a vivência dos estudantes cotistas de Medicina na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio do artigo de Luan Viricimo, "Trajetórias e desigualdades: estudantes de ações afirmativas de medicina na UFSC". A partir da narrativa de estudantes cotistas, coletada por meio de entrevistas semiestruturadas, o autor nos apresenta diferentes aspectos das relações de convivência entre cotistas, não cotistas e professores. Assim, evidenciam-se as dificuldades e tensões enfrentadas pelos estudantes cotistas de Medicina em sua trajetória universitária, marcada pelo contato com repertórios sociais distintos daqueles de sua socialização primária, sobretudo em um curso historicamente associado a perfis socioeconômicos privilegiados. Os resultados indicam que ainda persistem tensões nas interações cotidianas. Entretanto, observa-se uma mudança nesse cenário à medida que as Políticas de Ação Afirmativa se consolidam como política pública central na democratização do ensino superior.

O artigo seguinte, de Lourenço Felin e Célia Caregnato, intitulado "Impacto da assistência estudantil na trajetória acadêmica de estudantes cotistas da UFRGS nos dez primeiros anos da Lei de Cotas (2013-2022)", nos apresenta o contexto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), analisando a origem social e o desfecho acadêmico dos cotistas dessa instituição. Com uma abordagem quantitativa, os autores mostram que o acesso aos auxílios oferecidos pela universidade tem impacto significativo na permanência de estudantes ingressantes pelas vagas que acumulam os critérios étnico-raciais e de renda. Essa evidência, associada a outras pesquisas sobre o tema que têm sido realizadas em diferentes universidades, com contextos institucionais específicos, nos auxilia na compreensão da centralidade das ações de permanência estudantil para o sucesso acadêmico dos estudantes, principalmente aqueles pertencentes a grupos mais vulneráveis.

Finalmente, o último artigo selecionado nos brinda com uma reflexão que possibilita um olhar para processos históricos de longa duração, destacando elementos para uma reflexão crítica sobre o presente e o futuro das ações afirmativas com recorte racial no Brasil. No texto "Ação afirmativa e cotas para negros em universidades brasileiras: raça, ensino superior e a agenda em disputa nas décadas iniciais do século XXI", Paulo Alberto Vieira e Maria Aparecida Corrêa Custódio sistematizam os principais pontos de vista do debate sobre as políticas de ação afirmativa entre 2002 e 2012 (primeira década) e 2012 e 2023 (segunda década), além de lançar hipóteses preliminares acerca da disputa sobre a agenda política para o período entre 2023 e 2033 (terceira década). Tomando como ponto de partida os diferentes aspectos do debate público sobre a Lei de Cotas em recortes temporais específicos, os autores problematizam as bases nas quais se assentam tanto a "Lei de Cotas" quanto a efetivação das comissões fenotípicas de heteroidentificação, dialogando com aspectos mais amplos do debate público brasileiro contemporâneo.

Longe de esgotar a complexidade das várias nuances envolvidas na implementação das ações afirmativas e das políticas de permanência estudantil nas universidades públicas brasileiras, a reunião desses quatro artigos tem o potencial de nos provocar a ampliar nosso universo de conhecimento sobre essas temáticas, agregando informações e análises que

enriquecem nossas perspectivas e podem ajudar a abrir novos caminhos para a análise dessas políticas no futuro próximo. Convidamos os leitores a nos acompanhar nesta jornada de ampliação do conhecimento e novas provocações.

Referências

Carreira, C.; Heringer, R. (2024). Balanço do PNE (2014-2024): As políticas de ação afirmativa na educação superior. *Estudos em Avaliação Educacional*, *35*, e10593. https://doi.org/10.18222/eae.v35.10593

Heringer, R. (2022). Permanência Estudantil no Ensino Superior Público Brasileiro: Reflexões a partir de dez anos de pesquisas. *Cadernos de Estudos Sociais*, *37*(2), 55-76. https://doi.org/10.33148/CES(2143

Neves, C. E. B.; Sampaio, H.; Heringer, R. (2018). A institucionalização da pesquisa sobre ensino superior no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, *6*(12), 19-41. https://doi.org/10.20336/rbs.243

Santos, D. B. R. (2009). *Para além das cotas*: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA.

Souza, T. B.; Borges, E. H. N. (2020) A estigmatização de cotistas como efeito não pretendido da implementação da política de cotas. *Revista de Administração Educacional*, *11*(1), 126-142.

Recebido em 18/12/2025. Aprovado em 18/12/2025.

Licença CC BY-NC 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International – CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

CSR CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA

"Se manter é o grande problema": Os múltiplos e persistentes desafios da permanência de cotistas na universidade pública

"Staying is the big issue": The multiple and persistent challenges of quota students remaining in public universities

«Mantenerse es el gran problema»: Los múltiples y persistentes desafíos de los estudiantes de cuota para permanecer en la universidad pública

Lúcia Isabel SILVA

luciaisabel@ufpa.br

Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA), do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UFPA).

Cíntia Valéria Lima dos REIS

cinthyalima1111@yahoo.com.br

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (PPGED/UFPA).

O artigo pretende aprofundar o debate sobre os desafios da permanência de estudantes cotistas na universidade. Os dados são de um estudo de caso, realizado na Universidade Federal do Pará (UFPA), como parte da pesquisa nacional "Avaliação das políticas de ação afirmativa no Ensino Superior no Brasil: resultados e desafios futuros", que envolveu seis universidades públicas federais do Brasil, sob a coordenação do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior da Universidade Federal do Rio de Janeiro — Lepes/UFRJ. A metodologia envolveu pesquisa documental, entrevistas com gestoras(es) e Rodas de Conversa (RC) com estudantes cotistas dos cursos de Pedagogia, Medicina e Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagens e com membros de coletivos atuantes na universidade. Este artigo analisa em profundidade os dados das RC com estudantes, com foco específico nos relatos e nas percepções sobre os desafios enfrentados para a permanência no curso. Os resultados revelam que a permanência é atravessada por desafios de natureza e dimensões diversas, como escassez de recursos e obstáculos à inserção efetiva dos "novos" sujeitos nos cursos e na universidade como um todo, pela vivência de reiteradas situações de racismo e de violências cotidianas, pelo epistemicídio, pela invisibilização, pela negação de saberes dos grupos e pela deslegitimação dos seus modos de

DOI: https://doi.org/10.34024/csr.2026.62.1.21180

vida. Como requisito para o enfrentamento dos óbices, o estudo aponta a necessidade de maior institucionalização e consolidação das políticas dentro da universidade e a imprescindibilidade da transformação curricular e de protocolos mais efetivos de enfrentamento ao racismo.

Palavras-chave: Lei de Cotas; Universidade pública; Permanência estudantil; Racismo; Racismo institucional.

This article aims to deepen the debate on the challenges facing quota students retention at university. The data come from a case study conducted at the Universidade Federal do Pará (UFPA) as part of the national research "Evaluation of affirmative action policies in higher education in Brazil: results and future challenges," which involved six federal public universities in Brazil, coordinated by the Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior da Universidade Federal do Rio de (Lepes/UFRJ). The methodology involved documentary research, interviews with administrators, and discussion groups with quota students of the Pedagogy, Medicine, and Integrated Bachelor's Degrees in Science, Mathematics, and Languages programs, as well as with members of collectives that operate at the university. This article analyzes in depth the data from the RC with students, focusing specifically on their reports and perceptions of the challenges faced in remaining their in their courses. The results reveal that student retention is fraught with challenges of varying nature and dimensions, such as a lack of resources, obstacles to the effective integration of "new" students into programs and the university as a whole, repeated experiences of racism and daily violence, epistemicide, the invisibility and denial of group knowledge, and the delegitimization of their ways of life. As a requirement for overcoming these obstacles, the study points the need for greater institutionalization and consolidation of policies within the university and the essential need for curricular transformation and more effective protocols to combat racism.

Keywords: Quota Law; Public university; Student retention; Racism; Institutional racism.

Este artículo busca profundizar en el debate sobre los desafíos que enfrenta el estudiantado de acción afirmativa para permanecer en la universidad. Los datos provienen de un estudio de caso realizado en la Universidade Federal de Pará (UFPA), como parte del proyecto nacional de investigación «Evaluación de políticas de acción afirmativa en la Educación Superior en Brasil: resultados y retos futuros», que invlolucró a seis universidades públicas federales de Brasil, bajo la coordinación del Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior da Universidade Federal do Rio de Janeiro — Lepes/UFRJ. La metodología incluyó investigación documental, entrevistas con directivos y RC con estudiantes de accíon afirmativa de las carreras de Pedagogía, Medicina y Grado Integrado en Ciencias, Matemáticas y Lenguas, y con miembros de colectivos activos en la universidad. Este artículo analiza en profundidad los datos de los grupos de discusión con los estudiantes, centrándose específicamente en los relatos y las percepciones sobre los desafíos que enfrentan para permanecer en sus carreras. Los resultados revelan que la permanencia se ve afectada por desafíos de diversa naturaleza y dimensión, como la escasez de recursos y los obstáculos para la inserción efectiva de los «nuevos» sujetos en las carreras y en la universidad en su conjunto, por la experiencia de reiteradas situaciones de racismo y violencia cotidiana, el epistemicidio, la invisibilización, la negación de los conocimientos de los grupos y la deslegitimación de sus modos de vida. Como requisito para hacer frente a los obstáculos, el estudio señala la necesidad de una mayor institucionalización y consolidación de las políticas dentro de la universidad y la imprescindibilidad de una transformación curricular y de protocolos más eficaces para combatir el racismo.

Palabras clave: Ley de cuotas; Universidad pública; Permanencia estudiantil; Racismo; Racismo institucional.

Introdução

Após mais de duas décadas de aprovação da Lei 12.711/2012, a difundida Lei de Cotas, as Políticas de Ação Afirmativas (PAA), apesar dos muitos resultados positivos confirmados em pesquisas recentes, ainda estão longe da consolidação de sua expectativa original expressa na justificativa do Projeto de Lei 73/1999, que era, segundo sua autora, a reversão do quadro de declínio em que se encontrava o sistema educacional brasileiro.

Inicialmente, a estratégia defendida de reservar, em cursos de graduação nas instituições públicas federais de educação superior, no mínimo, 50% das vagas para estudantes oriundos do ensino médio em escolas públicas sofreu muitas alterações até a formulação atual, que inclui, entre seus beneficiários, estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência. Ainda assim, são apontados múltiplos e persistentes desafios para a permanência desses sujeitos, chamados cotistas, e cuja frase síntese é expressa por um deles: "Se manter é o grande problema".

Apesar das PAA culminarem com a Lei n.º 12.711 de 2012[1], a análise do processo de seu estabelecimento e da definição de seus objetivos como parte integrante do regime jurídico nacional vai além do próprio debate parlamentar e deve ser focada nas iniciativas que antecedem sua propositura, discussão e aprovação no Congresso, espaço que, ainda que com ressalvas, deu eco aos anseios de um expressivo e alijado contingente populacional. Mas a sua consolidação como política de Estado e o alcance efetivo de seus objetivos vão além da sanção da Lei nº 12.711/2012, ou de sua reafirmação pela Lei nº 14.723/2023. Na avaliação do caminho percorrido entre uma e outra, há muitas lições a serem apreendidas, em particular sobre a permanência dos estudantes cotistas nos bancos das universidades.

Como amplamente sabido, as PAA têm sua origem em um aguerrido processo de lutas — protagonizadas pelos movimentos negros disseminados em todo o território brasileiro —, cujo principal objetivo é a democratização do acesso ao Ensino Superior, ultrapassando o modelo excludente que segregou de seu interior a população negra, pobre e periférica. A organização em torno da pauta dos movimentos negros trilhou um longo caminho: das ruas e eventos político-acadêmicos até o Congresso Nacional. Esse processo ganha força no início dos anos 2000, quando os debates acerca das reservas de vagas para estudantes negros nas universidades públicas brasileiras tomaram forma de pressão direta sobre as universidades, à revelia do lento e desinteressado trâmite burocrático percorrido pelo Projeto Lei nº 73/1999.

A partir da tensão social protagonizada pelo Movimento Negro sobre o Estado brasileiro, a iniciativa de implementação de reserva de vagas no Ensino Superior começa a ser assumida por algumas universidades estaduais e depois por universidades federais, seja com base em

[1] A Lei n.º 12.711, sancionada em 29 de agosto de 2012 e que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, foi alterada pela Lei n.º 14.723, de 13 de novembro de 2023, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública.

leis aprovadas nas assembleias legislativas locais, que autorizaram a adoção do modelo de reserva de vagas como ações afirmativas para o ingresso da população negra no Ensino Superior, seja por deliberação autônoma dos conselhos superiores das universidades.

Com efeito, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou, em 2001, um projeto de lei que garantiu a reserva mínima (cotas) de até 40% para pretos e pardos no preenchimento de vagas nas Universidades do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e na Estadual do Norte Fluminense (UENF). A Lei nº 3.708 foi sancionada no dia 9 de novembro daquele mesmo ano de 2001, pelo então governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho (Godoi e Santos, 2021). A Universidade Estadual da Bahia (Uneb) adotou a política de reserva de vagas no ano de 2001, por meio da Deliberação nº 192/2002 do Conselho Universitário. A primeira Instituição de Ensino Superior (IES) Federal a instituir o sistema de cotas para ingresso de estudantes negros e negras foi a Universidade de Brasília (UnB), no segundo semestre de 2004. Nessa esteira, a Universidade Federal do Pará (UFPA) começa a discutir a adoção de cotas em 2002, aprovando-a em 2005.

Mais tarde, a aprovação da Lei 12.711/2012 amplia o escopo das PAA para todas as universidades federais e torna-se um marco na luta pelo direito à educação. Ao ampliar o acesso para diversos grupos e alterar definitivamente o perfil discente e a fisionomia da universidade, viu-se uma profunda transformação na instituição universitária e, por conseguinte, em toda a sociedade (Heringer e Carreira, 2022; Silva e Santos, 2024). Entretanto, essa maior presença de estudantes mais pobres e periféricos, negros, indígenas, quilombolas etc. não se dá sem tensões, o que gera novas demandas e pressões no interior o Ensino Superior público brasileiro.

Assim, este artigo pretende aprofundar o olhar sobre as tensões, as demandas e os desafios enfrentados pelos sujeitos das PAA ao longo do processo de implementação das políticas de cotas, sobretudo os relacionados à permanência na universidade, bem como refletir sobre as exigências apresentadas à instituição de ensino a partir de tal contexto.

Metodologia

As reflexões aqui apresentadas fundamentam-se em dados coletados no estudo de caso "Avaliação das Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior no Brasil: Resultado e Desafios Futuros Estudo de Caso da UFPA" (Silva, 2022), realizado em 2022, na UFPA, como parte da Pesquisa nacional "Avaliação das políticas de ação afirmativa no Ensino Superior no Brasil: resultados e desafios futuros", que envolveu seis universidades públicas federais do Brasil, sob a coordenação do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Lepes/UFRJ).

A metodologia empregada incluiu pesquisa documental, entrevistas com gestores(as) e Rodas de Conversa (RC) com estudantes cotistas dos cursos de Pedagogia, Medicina e Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagens. Também participaram membros de coletivos estudantis atuantes na universidade, como os movimentos de estudantes indígenas, quilombolas e negros, bem como os movimentos de juventude que atuam politicamente, de forma partidária ou independente.

Os sujeitos e sujeitas que participaram das Rodas de Conversa eram majoritariamente estudantes ingressos pelas políticas de cotas, provenientes de diferentes contextos socioculturais e regiões do estado do Pará. Participaram estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas, cujas trajetórias foram

marcadas pela vivência em escolas públicas e pelo enfrentamento das desigualdades sociais e raciais historicamente estruturais. Em termos de gênero, predominavam mulheres jovens, embora também houvesse a presença de homens e de pessoas com identidades de gênero diversas. Muitos participantes mantinham vínculo com coletivos estudantis e grupos de luta por direitos, o que conferiu às discussões uma dimensão política e reflexiva sobre o lugar do estudante cotista na universidade pública. Essa diversidade de perfis permitiu compreender de modo mais amplo as experiências, percepções e estratégias de permanência construídas no interior da universidade.

Para a coleta dos dados, realizaram-se quatro Rodas de Conversa baseadas em um roteiro preestabelecido com os(as) estudantes. Um bloco de notícias foi utilizado como estímulo do diálogo, com foco específico nos relatos, nas percepções sobre as PAA e nos desafios de permanência e de conclusão do curso.

A Roda de Conversa iniciou-se com a apresentação de cada participante e, em seguida, foram apresentadas manchetes que compuseram uma linha do tempo referente à Lei n.º 12.711/2012, a saber:

a) **"STF decide, por unanimidade, pela constitucionalidade das cotas raciais"** (G1, 2012);

b) **"Sistema de cotas não prejudicará qualidade do ensino"** (Correio Braziliense, 2012); e

c) **"Bolsonaro diz que política de cotas é 'equivocada' e que política de combate ao preconceito é 'coitadismo'"** (G1, 2018).

Após essa introdução, foram feitas perguntas com o intuito de provocar o debate, tais como: *Na vivência universitária, onde se localizam práticas classistas, racistas, misóginas, homofóbicas e outras violências? Como o coletivo tem atuado diante dessas questões? As discussões sobre políticas de cotas e permanência são tematizadas pelo coletivo?*

A partir das manchetes e das perguntas propostas, os estudantes passaram a relatar e refletir sobre suas vivências na universidade, compartilhando percepções acerca das políticas de ação afirmativa e das condições de permanência.

Análise e discussão dos resultados

Na esteira das lutas para a democratização do acesso ao Ensino Superior, a UFPA iniciou a discussão sobre as PAA em 2002, impulsionada por ações do Movimento Negro, dos docentes e dos militantes do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa)[2], que encaminhou à Reitoria da Universidade a primeira proposta para a adoção de política de cotas. A proposta foi então remetida à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proeg), que instituiu o Grupo de Trabalho de Políticas de Acesso à Universidade, com o objetivo de elaborar um projeto de ação afirmativa na UFPA articulado com representantes do Movimento Negro, estudantes e professores. Foram alguns anos de muitos debates até que, em 2005, o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) aprovasse a proposta de política de cotas na UFPA, em um formato diferente do originalmente proposto pelo Movimento

[2] O Cedenpa é a primeira entidade criada e fundada por negros em Belém, sem fins lucrativos ou vínculo partidário.

Negro, adotando o critério de 50% de suas vagas para alunos de escolas públicas.

No entanto, os debates da aprovação das PAA na UFPA foram atravessados pelo racismo institucional, que continua a impregnar os processos de implementação dessa política, revelando-se nas diversas formas de violências cotidianas que esses sujeitos vivenciam no espaço acadêmico, como a escassez nos recursos para a permanência, o racismo velado, o epistemicídio, entre outros (Silva, 2022).

Hoje, dentro da porcentagem estabelecida, a política na universidade abarca oito subcotas, dentre essas a "cota escola/PPI" para candidatos(as) que cursaram o ensino médio ou equivalente integralmente em escola pública e se autodeclaram pessoas negras (de cor preta ou parda) ou indígenas. Para o Processo Seletivo de 2025, houve alterações das cotas, de acordo com a ampliação pela Lei de n.º 14.723/2023, com a reserva de uma vaga para indígena e outra para quilombola, para além do Processo Seletivo Especial, como se observa no edital:

> *4.4.4 O(A) candidato(a) que desejar concorrer também às vagas referidas no subitem 4.3, decorrentes da aplicação das Leis No 12.711/2012, alterada pela Lei Nº 14.723/2023 e Lei Nº 13.409/2016, de que trata este Edital, deverá assinalar a sua condição no ato da inscrição. 4.5 As vagas de cotas raciais são reservadas e destinadas a pessoas negras de cor preta ou pessoas negras de cor parda ou pessoas indígenas (cota PPI) ou pessoas quilombolas, devendo o(a) candidato(a) classificado(a) em cota étnico-racial comprovar sua autodeclaração perante Banca de 8 9 Heteroidentificação ou Banca de Verificação da Declaração de Pertencimento, criada para esse fim, nos termos do item 11 do presente Edital (UFPA, 2024, p. 8).*

Passada mais de uma década de efetiva implementação das PAA, pode-se afirmar seu êxito na mudança do perfil discente, tanto em termos do ingresso de estudantes mais pobres, com renda per capita de até 1,5 salário-mínimo, que representam 85% do total dos estudantes da UFPA, quanto em termos de cor/raça, com estudantes negros e indígenas atingindo 78,4% do corpo discente, enquanto os brancos somam 18,0%, segundo o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) de 2019. Esses dados denotam maior democratização do acesso ao Ensino Superior.

É nesse contexto que as PAA, apesar de minimamente estabelecidas, têm a permanência como seu próximo passo fundamental a ser dado. Esse desafio, que transcende a própria política de cotas, é crucial para fortalecer a presença de alunos negros, indígenas e quilombolas na universidade e para assegurar uma permanência com qualidade.

A permanência como um desafio

De acordo com Santos (2009), o objetivo das ações afirmativas deveria ser mais do que inserir, de forma imediata, pessoas negras nas universidades. Com base nisso, dever-se-ia ampliar o objetivo na direção da *permanência*. Esse desafio consiste em direcionar as políticas ao grupo de ingressantes, em geral oriundos de famílias menos abastadas, composto em sua maioria por pessoas negras, que veem a universidade como uma grande conquista, já que, no seu imaginário (e do meio social do qual provêm), ela estava ausente ou pouco provável.

Para os membros das famílias mais abastadas, ingressar na universidade pode representar somente mais uma etapa da vida escolar, entendendo o curso superior como algo provável e natural. Por sua vez, para os membros das famílias mais pobres, a entrada e a permanência em uma

instituição de Ensino Superior têm pelo menos dois sentidos: o individual, uma vez que, para o estudante, tornar-se universitário significa a possibilidade de ascensão individual, com a expectativa de melhores condições de vida; e o coletivo, de mudanças no seu contexto familiar ou da comunidade na qual está inserido. Sendo assim, o objetivo final da permanência pode ser único para esses dois grupos: concluir o curso, mudar de vida e ter um futuro melhor. Para os movimentos sociais, a permanência tem ainda um terceiro sentido, que é o de provocar mudanças profundas na instituição universitária e na garantia do direito à educação para grupos antes excluídos.

Para Santos (2009), uma permanência com qualidade deve levar em consideração três categorias: a) a permanência enquanto duração do estudante no tempo do curso; b) a simultaneidade na permanência, que se refere ao papel que esses jovens passam a desempenhar enquanto referência para outros jovens; e c) a sucessão ou pós-permanência, relativa à possibilidade de permanência em outros graus acadêmicos.

Ainda na esteira desse pensamento, Santos (2009) aponta as diferenças entre condições de permanência material e condições de permanência simbólica desses estudantes no Ensino Superior. De acordo com a autora, dois elementos são determinantes para a continuidade de estudantes negros na universidade. O primeiro refere-se às condições financeiras, uma vez que, mesmo em instituições públicas, há custos relacionados ao transporte, à alimentação, ao material didático, entre outros (Santos, 2009). O segundo elemento diz respeito à permanência simbólica, isto é, aos conflitos e às tensões advindos da presença de estudantes negros em espaços historicamente ocupados por pessoas brancas e edificados a partir de seus valores (Santos, 2009). Heringer (2022) aprimora essa percepção apresentando um panorama da expansão do Ensino Superior no Brasil após a implementação das cotas, com a consequente diversificação social e racial do público das universidades. A autora, então, discute como essa expansão impõe novos desafios para as instituições, como a necessidade de ampliar a noção de permanência para além dos mecanismos de compensação para estudantes socioeconomicamente mais vulneráveis. Trata-se, então, de assumir uma concepção ampla de permanência que englobe, além da garantia dos recursos financeiros, imprescindíveis para que estudantes se mantenham nos cursos, outras dimensões institucionais, acadêmicas, culturais e socioafetivas dos(as) estudantes, garantindo, assim, uma inserção qualificada, plena e feliz dentro da universidade.

Travessias pelas permanências material e simbólica: entre obstáculos e resistências

No geral, um balanço da política de ações afirmativas pode ser formulado tendo como referência o "*paradigma da travessia*" proposto por Bidima (1995). A perspectiva adotada na *travessia* se dá em caminhar, em persistir na caminhada, em defender a liberdade de caminhar, apesar das dificuldades. Assim, a travessia não é o início nem o fim, é o caminho. A travessia é indicadora de vários caminhos, articulando o que está demarcado entre o "ainda não" e o "nunca mais".

Sob esse ponto de vista, na política de ações afirmativas, o "ainda não" é entendido como as insuficiências da política, notadamente na ausência de medidas mais incisivas, garantidoras da permanência material e simbólica de estudantes negras e negros nos bancos das universidades públicas; e o "nunca mais" é entendido

como a permanência e a persistência das ações afirmativas nas ações políticas e orçamentárias do Estado, apesar de suas insuficiências. Isso significa o não retorno da educação superior da juventude negra ao estágio anterior às políticas de cotas.

Nesse caso, o que se situa entre o "nunca mais" e o "ainda não" é a travessia: o caminho suficiente já feito pela permanência das ações afirmativas rumo à superação das insuficiências das condições materiais e das representações simbólicas para a permanência dos(as) estudantes negros(as), indígenas, quilombolas e com deficiência. Se a conquista e a permanência das ações afirmativas foram o estímulo e, ao mesmo tempo, o resultado da luta das várias gerações em um passado recente, a superação das insuficiências das condições materiais e dos arranjos institucionais e simbólicos é desafiadora para a geração atual, sujeitos desta pesquisa.

O que se estabelece entre o "ainda não" e o "nunca mais" é o campo da travessia, espaço-tempo de criação de novos sentidos de ser, existir e permanecer. Nessa travessia, a permanência não se reduz à presença física na instituição, mas envolve o rearranjo simbólico e subjetivo que permite aos estudantes afirmarem-se como sujeitos de direito e de conhecimento. É nesse deslocamento que se constroem novas narrativas sobre o que é ser estudante universitário negro, indígena, quilombola ou com deficiência, transformando o espaço acadêmico e, ao mesmo tempo, sendo transformado por ele.

Assim, a travessia é o movimento ético, político e existencial que possibilita que a permanência se torne experiência de enraizamento e de produção de sentido, e não mera resistência. Ela expressa a potência de continuar caminhando, mesmo quando os caminhos ainda não estão plenamente abertos, de habitar o "entre" como lugar de construção coletiva e emancipatória da presença negra, indígena e diversa na universidade pública.

Nessa perspectiva, compreender a permanência à luz do paradigma da travessia (Bidima, 1995) implica reconhecer a universidade como espaço de deslocamentos e de criações, no qual estudantes beneficiários das ações afirmativas produzem novos sentidos de ser e permanecer. Sendo assim, a travessia configura-se como movimento ético e criador, um devir (Mbembe, 2017) que desestabiliza fronteiras simbólicas e institucionais, permitindo a afirmação de sujeitos historicamente marginalizados como produtores de conhecimento. Trata-se também de uma reexistência corpórea (Fanon, 2008), que reinscreve os corpos negros, indígenas, quilombolas e com deficiência como presenças legítimas no espaço acadêmico. Assim, entre o "ainda não" e o "nunca mais", a travessia expressa um movimento contínuo de reconfiguração do ser universitário, afirmando a permanência como experiência de criação e emancipação.

De acordo com todos os participantes da pesquisa, estudantes e gestores, a limitação de recursos constitui o maior desafio para a permanência na universidade e a finalização bem-sucedida dos cursos. Como já referido, a permanência material envolve a produção da vida material, como dinheiro para transporte, alimentação, materiais para estudo, acesso à internet para ver editais de bolsa permanência etc., o que aparece destacado nas falas dos estudantes:

> *Foi um sonho, se não fossem as cotas, eu não teria conseguido entrar. Ações afirmativas são importantes, as pessoas da periferia não acessam a universidade de outra forma, mas quando a gente entra, se manter é um problema. Estudante quilombola, sem casa, sem bolsa, sem internet. Não tem energia no quilombo (RC estudantes Pedagogia).*

> *Pensando de forma mais estruturante na história da universidade, ela foi feita pras elites, com esse recente ingresso, ainda reproduz muitos desses desafios. Sou estudante cotista e trabalhador, trabalho à noite [...]. No curso de Ciências Sociais, por conta da cobrança excessiva, o curso é pensado pra quem não tem dificuldade pra se sustentar, eu saio cedo e chego em casa quase meia-noite, cansado (RC Coletivos).*

Sob essa ótica, as narrativas falam do sonho que a entrada na universidade pública representa para jovens negros e negras das periferias, mas também são porta-vozes dos grandes desafios enfrentados, destacando-se a dificuldade financeira. Para grande parte desses estudantes, é preciso trabalhar para se manter no curso. No entanto, os rendimentos obtidos, além de insuficientes para um estudo tranquilo, os consomem fisicamente. Essa realidade converge com a ideia de Santos (2009) sobre a permanência enquanto duração no tempo do curso, uma vez que, ao conciliar estudo e trabalho, muitos estudantes trancam períodos letivos, o que retarda a conclusão do curso no tempo adequado.

Nessa perspectiva, a condição econômica é um fator real, atuante e mobilizador de sentimentos que causam sofrimentos nos estudantes pobres, ameaçando sua permanência na universidade (Portes, 2006). Manter-se ainda é um problema enfrentado por muitos estudantes, sobretudo indígenas e quilombolas, que saem de suas comunidades necessitando de recursos para aluguel, transporte, alimentação e demais despesas. Além disso, eles enfrentam problemas de saneamento básico e da segurança pública característicos das cidades maiores e dos bairros periféricos, que, via de regra, é onde passam a morar. Todos esses fatores adversos são decorrentes das péssimas condições econômicas, que angustiam os estudantes pobres e interferem em seu desempenho acadêmico.

Ainda que se reconheça a importância das políticas de assistência, cabe salientar sua insuficiência perante as necessidades e demandas dos públicos beneficiários das cotas. Sobre isso, a Política de Assistência Estudantil é mantida com recursos dos cofres públicos, previstos no Orçamento Geral da União. Na UFPA, a gestão da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é de competência da recém-criada Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil (Proaes, anteriormente uma superintendência), responsável por "propor, acompanhar e avaliar a política de assistência, integração, inclusão, acessibilidade e permanência dos discentes em conformidade com o PNAES" (UFPA, s.d.). Ademais, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016–2025 prevê a criação de estruturas institucionais e do Programa de Bolsas Acadêmicas de Ação Afirmativa (Proaf), que estabelece bolsas específicas para ações afirmativas dentro dos programas institucionais já existentes, como iniciação científica, extensão, cursos de línguas estrangeiras e estágios (UFPA, 2016).

Dentre os programas do Pnaes, pode-se citar a Bolsa Permanência e o Auxílio Moradia, ambos com processo de inscrição obrigatórios pelos sistemas Sisbo, do Ministério da Educação (MEC), além do Sigaest, da UFPA. Entretanto, como relataram os estudantes, o processo de inscrição é bastante burocrático, com a necessidade de envio de um grande número de documentos, que demandam internet estável e rápida — recurso nem sempre disponível. Essa conjuntura resulta, com frequência, na exclusão dos estudantes do processo.

Além disso, de acordo com a gestão superior, o orçamento para a assistência estudantil tem sofrido cortes significativos nos últimos anos, impactando consideravelmente a política de permanência

estudantil. Em muitas situações, a universidade precisa realocar verbas internas de outras áreas para suprir os recursos destinados aos estudantes. A UFPA tem um total de 55.501 discentes de graduação, destes, 41.969 são autodeclarados negros, incluindo cotistas e não cotistas, o que representa mais de 75% de seu corpo discente. Esse expressivo quantitativo demonstra a dimensão da demanda que a instituição busca atender.

> *Nós somos uma universidade muito pobre. A média de renda dos nossos estudantes é muito baixa. Em alguns cursos e alguns alunos, a bolsa é a renda da família. A gente meio que lida assim, cobre um santo e despe outro, escolhe o mais pobre dentre os pobres. Se a cesta básica é 550 e a bolsa é 400, não cobre a cesta básica. Como se manter com isso? (Entrevista gestor).*

Ademais, os relatos dos estudantes evidenciam que a impossibilidade de acompanhar a aceleração digital devido às limitações econômicas constitui um fator de exclusão dos programas de assistência estudantil. Ainda assim, esse processo também estimula uma mecanização, que é denunciada pelos estudantes:

> *Não faço parte de nenhum programa de assistência. Bem no início eu tentei, mas era muito burocrático, até pra anexar um documento é difícil, não aceitava PDF, que seria mais fácil. Preferi deixar quieto. Porque coisas que todos pensam que é simples, pra mim, é difícil. Não tinha um celular bom, até comprei um laptop de segunda, mas é muito devagar. Depois me inscrevi em dois editais na pandemia, foi menos burocrático, mas não fui chamada (RC estudante Licenciatura).*

Diante disso, percebe-se que os programas de assistência estudantil, embora constituam uma alternativa positiva para mitigar as preocupações com despesas básicas, ainda falham no atendimento às necessidades imediatas dos discentes. Consequentemente, a dificuldade de acesso a esses benefícios, enfrentada por muitos estudantes, torna a permanência na universidade repleta de percalços adicionais.

É a satisfação dessas necessidades básicas que permite ao estudante alcançar dimensões essenciais para uma formação universitária de qualidade, para a construção de sua identidade e para sua afirmação no mundo. Além disso, tal garantia assegura as condições necessárias para que ele possa usufruir dos benefícios escolares conquistados, mesmo em um contexto adverso (Portes, 2006).

Ademais, a permanência dos estudantes cotistas na universidade não se restringe ao acesso a recursos que simbolizam melhor condição material, mas envolve também outras dimensões institucionais, subjetivas e culturais que incidem diretamente sobre o sentimento de pertencimento e o empoderamento identitário. Tal empoderamento consolida-se, por exemplo, quando esses estudantes encontram representatividade em coletivos, docentes e componentes curriculares que legitimam suas origens e trajetórias, assim como quando constroem redes de apoio que lhes proporcionam suporte acadêmico e emocional.

Paralelamente, a permanência simbólica é atravessada por tensões, como situações de discriminação, de estigmatização, de isolamento e de violências diretas, que fragilizam sua percepção quanto aos fins do processo pedagógico e podem produzir insegurança em relação ao seu pertencimento na instituição. Quando questionados sobre violências, destacam-se o relato de um dos estudantes e a fala de um gestor durante entrevista:

> *Estão em todos os locais. Quando a gente é preto, mulher, LGBT, essas práticas sempre nos perpassam. Você se depara com uma sala de aula, onde dois ou três companheiros são negros e o resto tudo branco. Aí a gente vê o racismo, se cria o estigma sobre cotistas, que tem menos conhecimento, se cria este estigma. Entra por cotas negro e renda, essas violências perpassam nosso corpo, não estamos isentos. As pessoas negras são objeto de estudo, mas não somos os pesquisadores. Os pesquisadores preferem nos ver assim. Somos estudados, mas não somos os seres capazes de desenvolver os estudos. Não existem locais onde se sofre menos, a gente sofre cotidianamente (RC coletivos).*

> *Professores, faculdades que desconsideram isso e praticam mesmo o assédio. É presente. Assédio é uma verdade; postura homofóbica, racista é presente (Entrevista gestor).*

Inúmeras situações de racismo e outras formas de violência têm sido denunciadas, mas a universidade ainda carece de protocolos de apuração e responsabilização que sejam mais rígidos, ágeis e efetivos.

Em contrapartida, a valorização simbólica advinda da família e da comunidade — ao reconhecer o estudante como pioneiro no Ensino Superior — constitui importante fonte de motivação e resistência. Assim, a permanência simbólica se expressa na articulação entre reconhecimento, na afirmação identitária e no enfrentamento das barreiras culturais e sociais que historicamente marginalizaram esses sujeitos no espaço universitário.

O racismo epistêmico e a invisibilização de saberes

> *Estou no oitavo semestre, sou quilombola da Vila Umarizal, de Baião [município]. É uma vila bastante tradicional, e eu sou um ribeirinho que guarda muito a cultura ancestral. Eu sou uma exceção. Tenho o privilégio de poder fazer um curso tão elitizado [...]. Eu não quero continuar sendo uma exceção. Na minha sala, eu ouvi que não existia comunidade quilombola, que isso era invenção. Eu perguntei se o colega já tinha ido a uma e ele falou que não. As pessoas falam do que não conhecem (RC estudantes Medicina).*

Sobre essa dialética da permanência simbólica, os estudantes relatam situações marcadas pelo racismo que atravessa seus corpos dentro e fora da universidade, como o epistemicídio e a invisibilização de saberes dos seus grupos, além da deslegitimação dos seus modos de vida, o que afeta profundamente seu sentimento de pertencimento. Em seus discursos, evidenciam situações de preconceito velado que comumente vivenciam no cotidiano acadêmico.

Segundo Carneiro (2005), o epistemicídio se configura com a anulação e a desqualificação dos conhecimentos de povos subjugados, como negros e indígenas, pela produção da inferiorização intelectual e diversos mecanismos utilizados para deslegitimar essas populações como produtoras de conhecimento, além de deslegitimar sua capacidade cognitiva. As múltiplas expressões do epistemicídio e as estruturas persistentes da colonialidade revelam que o silenciamento das referências identitárias, dos modos de existir e das narrativas negro-africanas e ameríndias contribui para a continuidade da marginalização de seus conhecimentos, sujeitos, saberes e práticas, assim como da memória histórica brasileira. Essa realidade está claramente demarcada nos relatos dos estudantes.

> *A gente sente, percebe a diferença, o racismo. Na primeira aula, um professor falou que todo mundo tem que ir de calça, porque médico*

> *tem que passar imagem séria. Eu era o único de bermuda. Percebe também na formação de grupos. As pessoas querem te ensinar, eu nem tinha pedido ajuda, mas te explicam pra saber se você entendia, supondo que você não sabe. Tem racismo, não tem como negar (RC estudantes Medicina).*

Esses relatos denunciam o racismo epistêmico que se manifesta — velada ou explicitamente — e marca suas trajetórias no espaço acadêmico. Tais falas e atitudes externalizam relações de poder desiguais entre brancos, negros e indígenas, sejam estudantes ou docentes, reiterando práticas de epistemicídio, invisibilização de saberes de grupos minoritários e deslegitimação de seus modos de vida.

> *Eu sofri racismo, sofri discriminação. Os estudantes de Medicina são treinados pra ser competitivos, eu não, eu só quero meu REG mesmo. Então eles não te querem no grupo deles, não querem alguém que vai diminuir a nota deles. Eu tenho pouco conhecimento acadêmico, mas tenho vivência e vou aliando (RC estudantes Medicina).*

Como evidenciado nas narrativas dos discentes, o curso de Medicina tem um perfil marcadamente elitista, com predominância de estudantes brancos e economicamente privilegiados, que muitas vezes rejeitam — ainda que inconscientemente — aqueles que não se enquadram nesse padrão. Trata-se de uma estrutura que não foi concebida para acolher alunos oriundos de classes empobrecidas, o que talvez a torne um espaço particularmente propício a manifestações e comportamentos discriminatórios contra estudantes negros, indígenas e quilombolas ingressantes por meio de ações afirmativas. Tais atitudes excludentes, intensificadoras de violências simbólicas, geram sofrimento e inibem uma convivência acadêmica integrada e saudável em grupo. Essa realidade dialoga com a noção de "sucessão ou pós-permanência" proposta por Santos (2009), segundo a qual, se o estudante vivencia a universidade como uma experiência positiva e plena, as chances de ele desejar permanecer nesse ambiente aumentam significativamente, seja na pós-graduação ou em outros espaços dedicados à pesquisa e à produção científica.

Semelhante desafio enfrentam os estudantes indígenas, cuja cultura e ancestralidade são constantemente invalidadas pelo ambiente acadêmico. A universidade impõe uma adaptação compulsória a valores e preceitos hegemonicamente não indígenas, que se expressa tanto na estrutura curricular quanto na interdição do uso de suas línguas maternas em espaços universitários. Essa realidade evidencia a permanência do projeto colonial no cenário acadêmico, criando mais um obstáculo à sua permanência.

> *Nós povos indígenas sempre sofremos racismo. Quando a gente usa o cocar, as pulseiras, eu sempre sofro. Hoje eu venho ignorando [...]. Eu tenho dificuldade de falar português, porque não é minha língua materna, então quando a gente fala palavra errado, riem da gente. Recentemente tivemos parentes que sofreram racismo no Campus de Altamira. A gente considera que é onde mais tem racismo. Por usar nossos adereços, por falar nossa língua, por praticar outros tipos de apresentações indígenas (RC Coletivos).*

> *Tenho 43 anos, saí com 7 anos da minha comunidade. Nenhuma criança quer sair da sua casa com 7 anos. Eu não passei maus-tratos, mas foi difícil. Minha mãe é mulher negra de luta e muito sábia. Me ensinou e me incentivou muito. Eu continuei estudando, morando na periferia, passei num concurso pra agente comunitária de saúde; sou a única mãe da turma [...]. A turma foi muito receptiva. É muita*

> *vitória. Mas eu achei que não ia sobreviver nem ao primeiro semestre, mas tô aqui, no oitavo. Como eu já era uma pessoa com mais maturidade, eu via as coisas diferentes. Mas acho que pra outros é muito desgastante emocionalmente, porque o racismo é estrutural, existem professores mesmo que tratam com diferença [...]. A nossa presença é a oportunidade de pintar a universidade de povo. Porque, por mais que as pessoas digam que são sensíveis à causa, elas nunca vão entender o que significa ser quilombola como eu entendo (RC estudantes Medicina).*

Na narrativa da estudante de Medicina, percebe-se que, para uma mulher negra e quilombola, ocupar uma vaga por cotas em um curso historicamente destinado à elite — inicialmente masculina e branca, e ainda predominantemente branca — representa uma conquista extraordinária, tanto para ela quanto para sua comunidade. Contudo, essa trajetória é percorrida com intenso desgaste, uma vez que ela é mãe, trabalha e estuda simultaneamente. Observa-se que ela divide seu tempo entre os estudos, o emprego no serviço público e os cuidados com a criança. É evidente que a trajetória acadêmica de mulheres mães e trabalhadoras é consideravelmente mais árdua; exige-se delas — submetidas a uma tripla jornada (universidade, trabalho e maternidade) — o mesmo rendimento que se espera de estudantes sem filhos e sem a necessidade de trabalhar.

No entanto, o relato da estudante revela que, apesar de tudo, essas dificuldades não se traduzem em abandono de sua trajetória. Ela narra experiências e articula reflexões que demonstram como, mesmo nas adversidades, encontra elementos fortalecedores para seguir no caminho da permanência — único meio de superar a tripla jornada. Mas vai além: a forma como percebe e significa sua própria luta fortalece quem a escuta, efeito amplificado por sua profunda integração e identificação com sua comunidade.

Para Santos (2009), o "permanecer", em sua forma simbólica, necessita da obstinação do indivíduo em persistir cursando o Ensino Superior. Trata-se de uma persistência que acolha sua própria transformação, as trocas com os pares e o pertencimento a esse ambiente. A permanência, ainda que constantemente ameaçada pelas múltiplas adversidades — como ser mulher, negra, mãe e trabalhadora —, configura-se como um ato de resistência desses sujeitos, cujo objetivo fundamental é a conclusão de sua formação. Eles lutam, por meio de coletivos estudantis, contra o machismo, o racismo, o preconceito e a divisão de classes e, assim, fortalecem a si mesmos e a seus companheiros, criando espaços de resistência que funcionam como estratégia de permanência dentro da universidade.

Aquilombamento e a construção de espaços de resistências

O ato de aquilombar-se é aqui compreendido como um resgate histórico, político e cultural que valoriza os saberes ancestrais e as formas cotidianas de resistência do povo negro. Essa concepção dialoga com o pensamento de Nascimento (2018), para quem a união do povo negro já constitui um quilombo, não apenas como território físico, mas como espaço de fortalecimento coletivo desses grupos.

Observa-se a prática do aquilombamento nas falas dos estudantes cotistas quando coletivizam afetos e confrontam as hegemonias dominantes no espaço acadêmico. Essa dinâmica torna-se explícita no relato de integrantes de coletivos estudantis ao narrarem uma experiência vivida no curso de teatro:

> *Escutamos muitas denúncias com relação à escolha de atores principais nas práticas de montagem na Escola de Teatro. Os professores têm suas cartas marcadas, escolhem de acordo com um padrão de beleza, que, em geral, não é o corpo negro [...]. Em 2018, um professor fez blackface em alunos brancos, sendo que tinha negros na turma e pegou estudantes negros também pra fazer essa montagem. No mesmo dia já teve protestos, foi um escândalo, e isso ajudou a própria escola fazer discussões sobre racismo e negritude. Gerar a discussão. São casos que repercutiram na sociedade e acabou sendo positivo pra acentuar a nossa resistência (RC Coletivos).*

Em seu relato, o discente descreve como o racismo praticado por um docente — que sistematicamente excluía estudantes negros de montagens teatrais e recorria ao *blackface*, prática racista que consiste na pintura do rosto para caricaturar pessoas negras — desencadeou a revolta e a mobilização do corpo discente. Os estudantes organizaram protestos e denúncias que, por sua vez, tiveram um desfecho positivo: o currículo passou a ser questionado, gerando debates sobre racismo na Escola de Teatro da UFPA. É significativo notar, contudo, que, para que tais discussões fossem instauradas, foi necessária a ocorrência de um ato racista explícito por parte de um professor. Esse episódio suscita reflexões sobre a falta de representatividade no corpo docente, uma vez que, mesmo com a existência de políticas de cotas, persistem entraves à efetivação da Lei 12.990/2014, que reserva 20% das vagas em concursos públicos federais para autodeclarados pretos e pardos. Como aponta Lima (2023), observa-se que um dos mecanismos de burla a essa legislação tem sido a realização de concursos com oferta inferior a três vagas, excluindo, assim, a obrigatoriedade da reserva de cotas.

Dessa forma, os docentes negros permanecem sub-representados na universidade, limitando a representatividade para os discentes negros. A esse cenário, soma-se o fato de que professores brancos não sensibilizados com a questão racial frequentemente dificultam a formação antirracista dos discentes, seja pela restrição da bibliografia adotada nos cursos, seja pela prática de violências étnico-raciais, como o caso anteriormente mencionado. Essa realidade é explicitada no seguinte relato:

> *Eu lembro de um caso que me marcou [...] um momento de choque. Eu tive aula com um professor que já tem um histórico de violência, transfobia. Ele disse na sala que o filho dele não passou na UFPA, porque um cotista roubou a vaga do filho dele. Isso é um sintoma. Dentro de um curso que a gente não espera, que é Ciências Sociais (RC Coletivos).*

Nota-se que o racismo na universidade se manifesta em vários momentos, até mesmo na sala de aula, vindo de docentes, que, em regra, deveriam estar naquele lugar para compreender questões sociais diversas e, assim, acolher os discentes, inclusive fomentando debates que construam uma consciência política. Contudo, reproduzem discursos racistas ao propagarem narrativas distorcidas sobre as cotas. Aliás, é fundamental ressaltar que o aluno cotista não roubou a vaga de ninguém, uma vez que as cotas representam a reparação de um direito historicamente negado a populações sistematicamente marginalizadas.

Essa realidade, no entanto, transforma-se quando há docentes comprometidos com a equidade. Nesses casos, as trocas acadêmicas florescem e tornam a travessia universitária significativamente mais acolhedora.

> *Eu aprendi muito com minha turma e eles também vão aprendendo com a gente. Temos um professor maravilhoso, que faz a ciranda no início do curso, ele é muito lúdico e envolve os alunos. Ele é da atenção à saúde da família, é um trabalho muito bem feito (RC Medicina).*

A permanência se torna mais confortável quando esses estudantes encontram conforto, afeto e compreensão vindas de seus pares e assim constroem redes de apoio para fazer essa travessia de forma coletiva.

> *Uma colega de outra faculdade me acolheu na Medicina. Me abraçou, me colocou no grupo de estudantes e médicas negras do Brasil todo, e eu fui percebendo que não estava sozinha. Num curso elitista pra pobre e negro, é o diferencial; foi ficando mais leve. E eu continuo acolhendo os que eu posso, dando força etc. A dificuldade mesmo é com o conteúdo, é a parte mais difícil (RC Medicina)*

A experiência do aquilombamento permite o resgate coletivo e individual desses sujeitos que vivenciam o racismo cotidianamente, permitindo-lhes criar novos cenários e novas trajetórias significativas com perspectivas de futuro. O aquilombamento, representado pelos estudantes que formam diversos coletivos, articula-se criando estratégias de luta pela permanência.

> *Racismo a gente não aceita, isso unifica nossa luta com os diversos movimentos na universidade. A gente não tolera. Como no caso daquele professor que ia ser empossado. A gente resiste e fazemos resistência juntos (RC Coletivos).*

Segundo Silva e Santos (2024), o coletivo formado por esses novos sujeitos também se configura como uma estratégia para aperfeiçoar as políticas de ação afirmativas e de suas garantias para novos públicos. Nessa perspectiva, os discentes valorizam essa conquista, reconhecendo-a como fruto de luta coletiva, despertando como um compromisso com os próximos sujeitos que ingressarão na universidade.

Por esse motivo, é necessário que se amplie o número de vagas para alunos cotistas, uma vez que o acesso por meio das PAA consolida-se como uma conquista irreversível. Contudo, a permanência na universidade ainda representa uma travessia marcada por desafios para estudantes negros, indígenas, com deficiência, quilombolas e pessoas trans. Essa realidade exige um olhar mais atento e a implementação de estratégias políticas e institucionais efetivas, a fim de transformar essa jornada em uma experiência menos árdua e mais acolhedora.

Desse modo, o aquilombamento estudantil constitui uma estratégia de enfrentamento ao racismo e de fortalecimento identitário, reforçando o sentimento de pertencimento à universidade. Por meio dessa prática, os estudantes compartilham experiências e reivindicam coletivamente direitos historicamente negados nesse espaço, configurando uma forma de permanência simbólica, pois essa dinâmica não apenas consolida o vínculo com a instituição, como legitima saberes marginalizados e cria condições subjetivas essenciais para a continuidade das trajetórias acadêmicas. Mais do que resistência, o aquilombamento representa a construção de espaços coletivos que reafirmam memória, identidade e o direito de existir e prosperar em um ambiente tradicionalmente hostil às presenças negras.

Entre a escola pública e a universidade

> *Tem que ter mais vagas. Eu não conseguiria sem as cotas. Se a gente levar só pro esforço*

> *individual, a gente entra na meritocracia, por isso digo que é a soma dos dois: é individual e coletivo. Temos que brigar pelas cotas e brigar pela permanência. O Enem é um sistema injusto de ingresso, porque faltam vagas. Além disso, o estudante da escola pública não está preparado, o conteúdo não é dado no ensino médio. Com a pandemia, muitos da escola pública não tiveram aula e nem tentaram o Enem. É preciso pensar a relação da universidade com a escola pública (RC Coletivos).*

Nas narrativas dos discentes, a relação entre escola pública e universidade emergiu como tema de considerável relevância, uma vez que a presença de cotistas no Ensino Superior evidencia a conexão direta entre esses dois espaços. A maioria dos discentes que ingressam por meio de PPA construiu sua formação básica na rede pública, trajetória marcada por condições desiguais de acesso a recursos pedagógicos, infraestrutura e oportunidades educacionais — fatores que aprofundam as desigualdades acumuladas ao longo da educação básica. Não obstante, a escola pública também se configura como espaço de resistência e potencial de transformação, na medida em que assegura a democratização do ensino e viabiliza que filhos das classes populares acessem a universidade, ainda que em um cenário adverso.

Ao ingressarem na universidade, os estudantes cotistas carregam tanto as marcas das fragilidades estruturais da educação básica quanto a potência de terem construído sua escolarização em um espaço de diversidade social e cultural. Essa ambivalência faz com que a permanência no Ensino Superior não dependa apenas de recursos materiais, mas também da valorização das experiências e saberes oriundos da escola pública, muitas vezes desconsiderados em um ambiente universitário, que, historicamente, privilegiou referenciais eurocêntricos e elitizados.

Assim, compreender a trajetória dos cotistas implica reconhecer que a democratização da universidade está intrinsecamente vinculada ao fortalecimento da escola pública. É nesse movimento de travessia que se evidenciam tanto as desigualdades estruturais que dificultam a permanência quanto às estratégias de resistência e aquilombamento que os estudantes constroem, revelando a importância de políticas integradas que articulem educação básica e Ensino Superior como parte de um mesmo projeto social orientado pela justiça e pela inclusão.

Deve-se pensar que a educação pública mostra-se insuficiente com os(as) estudantes negros(as) vindos(as) da periferia e comunidades quilombolas, como evidenciam os relatos dos(as) estudantes quando dizem que uma das estratégias utilizadas para ingressar na universidade foi estudar em cursinho popular.

> *Eu fiz cursinho do Emancipa. São motivadores, animadores, trazem a noção de que existe possibilidade. Eu tive a oportunidade de dar aula de revisão de matemática no Emancipa e pude contar um pouco do que vivi e incentivar outros a seguirem seus caminhos. O Emancipa muda vidas, me colocou no trilho, me mostrou esse caminho de educação, de persistência, da luta. Eu tinha tentado Enem cinco anos. Eu não consegui sozinha, o Emancipa me deu suporte psicológico, além do conteúdo, o apoio de escuta é incrível (RC Licenciatura).*

Essa proposta de fortalecimento da educação básica integrava a pauta do Movimento Negro, quando a UFPA iniciou a discussão sobre as PAA no início dos anos 2000. A proposta inicial, que previa a reserva de 20% das vagas de todos os cursos para negros, uma vaga para indígenas da Amazônia Legal e uma para quilombolas, previa também ações de apoio às escolas públicas e oferta de cursos

pré-vestibulares para estudantes do ensino médio público, além de suporte pedagógico a docentes da educação básica para a implementação das determinações da Lei nº 10.639/2003, posteriormente ampliada pela Lei nº 11.645/2011 (UFPA, 2005).

Devido ao racismo estrutural, essa proposta do Movimento Negro foi retirada e, após alguns anos, a UFPA aprovou cotas sociais baseando-se no critério principal do candidato ser estudante de escola pública com subcotas para estudantes negros. Quilombolas e indígenas foram excluídos da proposta, sendo incorporados apenas em 2010, por meio do Processo Seletivo Especial. De acordo com Silva (2022), toda decisão em relação às PAA na UFPA foi protagonizada por um racismo velado que permeou o processo de implementação.

A categoria travessia, tal como formulada por Bidima (1995), propõe um deslocamento epistemológico e ético que permite pensar o sujeito como aquele que se constitui em movimento, no entre-lugar das experiências e das relações. A travessia não é mero deslocamento físico ou temporal, mas um processo ontológico de reconfiguração de si diante do outro e do mundo. Assim, quando aplicada ao campo da educação superior, a travessia ilumina o modo como estudantes ingressantes pelas políticas de cotas reconstroem seus modos de ser, de pensar e de existir no espaço universitário.

Nesse sentido, o ingresso pela via das ações afirmativas inaugura, para muitos desses sujeitos, uma experiência inédita: estar em um espaço historicamente reservado às elites, no qual suas presenças questionam as fronteiras simbólicas da universidade e exigem uma reinterpretação dos critérios de pertencimento e legitimidade do saber. A travessia, portanto, produz sentidos de permanência que extrapolam a dimensão institucional, alcançando o campo da subjetividade e da cultura.

Considerações finais

Ao analisar a trajetória das PAA na UFPA, observa-se que sua implementação foi marcada por intensos embates entre o Movimento Negro e o Conselho Superior. Esses conflitos resultaram, por exemplo, na retirada da proposta inicial que previa a reserva de 20% das vagas para estudantes negros, bem como a criação de vagas específicas para indígenas e quilombolas. Assim, a UFPA optou por adotar o critério da escola pública como base das cotas, estabelecendo dentro dele subcotas voltadas a outros grupos sociais.

Este estudo desloca o olhar para os desafios da permanência dos discentes cotistas, que enfrentam obstáculos diversos, atravessados sobretudo pelo racismo, manifestado em múltiplas formas: epistemicídio, deslegitimação dos modos de vida e práticas culturais, além de violências cotidianas. Somam-se a isso as fragilidades da permanência material, como a escassez de recursos destinados ao apoio estudantil, a burocratização dos processos de acesso às bolsas e a insuficiência de políticas estruturadas de acolhimento.

As narrativas evidenciam que a trajetória desses estudantes transcende a conquista do acesso à universidade, exigindo contínua resistência frente às barreiras impostas pelo cotidiano acadêmico. Como estratégia de enfrentamento, destaca-se o aquilombamento, construído por meio do engajamento no movimento estudantil e da formação de coletivos de resistência, que tecem redes de apoio e afeto para fortalecer a luta contra as múltiplas formas de opressão.

Na esteira do debate da permanência dos estudantes cotistas na universidade, a pesquisa nacional "Avaliação das Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior no Brasil: resultados e desafios futuros (Heringer e Carreira, 2022) defende, acertadamente, a necessidade de ampliar a

concepção de permanência, de modo a incluir no escopo das políticas institucionais de atenção aos estudantes ingressos pelas PAA estratégias que garantam recursos materiais (bolsas, auxílios financeiros e estrutura material), políticas de acolhimento, escuta, atenção à saúde mental e respeito às necessidades e demandas dos públicos e grupos diversos. A permanência precisa, ainda, incorporar a simplificação dos processos e exigências burocráticas, melhorar o fluxo e estratégias de comunicação e informação e adequá-los às necessidades dos diferentes públicos. Vê-se como fundamental a transformação curricular e ruptura epistemológica que incorpore, valorize e dê centralidade aos conhecimentos, saberes e características culturais dos diferentes grupos, povos e sujeitos que adentram à instituição e que tem padecido da falta de representatividade e deslegitimação de seus conhecimentos, cultura e modos de vida. Além disso, é necessário garantir a inserção de fato, isto é, criar estratégias para enfrentar a exclusão por dentro das instituições, combater o racismo institucional e os constantes casos de racismo direto enfrentado pelos grupos da diversidade, criando protocolos mais efetivos de apuração, combate e responsabilização dos agentes.

A análise revela que a permanência de estudantes cotistas na universidade constitui um processo multidimensional que transcende a simples assistência financeira. Embora a dimensão material seja fundamental, incluindo auxílios, bolsas e moradia, a pesquisa demonstra que os maiores desafios situam-se nas estruturas simbólicas e institucionais da academia.

Esta série de elementos citados mostra alguns dos grandes óbices à permanência de estudantes cotistas, demonstrando que parece mais fácil mudar as normativas do que a cultura institucional.

Ainda falando sobre permanência e considerando que cada conquista de direito abre caminho para uma nova, é importante refletir sobre as cotas na pós-graduação como uma continuação do mesmo debate das PAA. Na verdade, pode-se enxergar isso como um passo importante para avançar nessas políticas, reduzir as desigualdades e ampliar o acesso à universidade de forma mais democrática. São desafios que precisam ser enfrentados ao mesmo tempo. O que acontece é que as cotas na pós-graduação ainda enfrentam os mesmos problemas das cotas na graduação: muitas vezes, há diferentes regras ou nenhuma regra definida, além de uma baixa institucionalização, o que faz com que a implementação dessas cotas dependa do interesse dos programas de pós ou até mesmo da vontade individual de cada professor em oferecer ou não vagas.

Além disso, a ampliação das cotas para a pós-graduação configura-se como um desdobramento essencial das PAA, fundamental para aprofundar a democratização do acesso à produção de conhecimento. No entanto, essa expansão repete e intensifica desafios já observados na graduação: a implementação é marcada por regras fragmentadas, baixa institucionalização e dependência da adesão voluntária de programas e docentes, resultando em aplicação inconsistente que contradiz o princípio da equidade que fundamenta tais políticas.

Por fim, é imprescindível refletir sobre a relação da universidade com a educação básica, que antecede o ingresso desses sujeitos no Ensino Superior, uma vez que, historicamente, tem falhado em oferecer condições equitativas de formação para jovens oriundos das periferias, o que também é um elemento para o sucesso da política de cotas.

A inserção da travessia como categoria filosófica e pedagógica permite compreender a permanência universitária para além de um indicador de gestão

ou de um dado estatístico. Ela se revela como um processo de formação humana, um movimento que articula subjetividade, cultura e política. O estudante que atravessa os portões da universidade pela via das ações afirmativas realiza um gesto individual e coletivo profundamente simbólico: inaugura a presença de outras histórias, outros corpos e outras epistemologias em um espaço que historicamente se estruturou pela exclusão. Os novos grupos e sujeitos outros se refazem nas novas relações e refazem o próprio ambiente universitário, que, a despeito de ser carregado de tensões, é também pleno de possibilidades criativas. A cada passo, o sujeito que o atravessa inventa modos de ser e de permanecer, produzindo novos sentidos para a própria ideia de universidade.

Referências

Bidima, J. G. (1995). *La Philosophie Négro-Africaine.* Paris: Presses Universitaires de France.

Carneiro, A. S. (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

Godoi, M. S.; Santos, M. A. (2021). Dez anos da Lei Federal das Cotas Universitárias: avaliação de seus efeitos e propostas para sua renovação e aperfeiçoamento. *Revista de Informação Legislativa: RIL*, *58*(229), 11-35. https://doi.org/10.70015/ril_v58_n229_p11

Correio Braziliense. (2012, 10 de setembro). Sistema de cotas não prejudicará qualidade do ensino. *Correio Braziliense*, p. 1.

G1. (2012, 26 de abril). STF decide, por unanimidade, pela constitucionalidade das cotas raciais. *G1 Educação*, p. 1.

G1. (2018, 24 de outubro). Bolsonaro diz que política de cotas é 'equivocada' e que política de combate ao preconceito é 'coitadismo'. *G1 Política*, p. 1.

Heringer, R. (2022). Permanência estudantil no Ensino Superior Público brasileiro: reflexões a partir de dez anos de pesquisas. *Cadernos de Estudos Sociais*, *37*(2), 55-76. https://doi.org/10.33148/CES(2143)

Heringer, R.; Carreira, D. (Org.). (2022). *10 anos da lei de cotas:* conquistas e perspectivas. Rio de Janeiro: Ação Educativa.

Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.

Fonaprace. (2019). *Observatório do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis*. *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES – 2018*. Brasília, DF: Fonaprace.

Lima, L. P. (2023, 14 de setembro). Falta de docentes negros e bibliografia branca prejudicam a formação antirracista na licenciatura. *Jornal da USP*, p. 1.

Mbembe, A. (2017). *Crítica da Razão Negra.* Lisboa: Antígona.

Nascimento M. B. (2018). Historiografia do Quilombo. In: M. B. Nascimento (Org.) *Quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição* (pp. 125-149). São Paulo: Filhos da África.

Portes, É. A. (2006). Algumas dimensões culturais da trajetória de estudantes pobres no ensino superior público: o caso da UFMG. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, *87*(216), 220-235. https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.87i216.796

Santos, D. B. R. (2009). *Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa.* (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA.

Silva, L. I. (2022). Avaliação das Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior no Brasil: resultados e desafios futuros – Estudo de caso da UFPA. In: R. Heringer; D. Carreira (Org.). *10 anos da lei de cotas: conquistas e perspectivas* (pp. 69-145). Rio de Janeiro: Ação Educativa.

Silva, L. I.; Santos, M. S. (2024). O papel dos estudantes e seus coletivos no aperfeiçoamento das políticas de ações afirmativas: questões e reflexões. *Pontos de Interrogação*, *14*(3), 91-110. https://doi.org/10.30620/pdi.v14n3.p91

UFPA. (2005). *Ata da terceira sessão extraordinária do Com selho Superior de Ensino e Pesquisa – 2005b.* Belém: UFPA.

UFPA. (2016). Resolução n. 748, de 22 de dezembro de 2016, aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Pará, 2016 - 2025. Belém: UFPA.

UFPA. (2024). *Edital nº 05 – COPERPS, de 04 de outubro de 2024. Processo Seletivo 2025 – PS 2025.* Belém: UFPA.

UFPA. (s.d.). *Superintendência de Assistência Estudantil*. Belém: UFPA. Recuperado em: https://ufpa.br/orgaos/superintendencia-de-assistencia-estudantil/.

Recebido em 18/09/2025. Aprovado em 30/10/2025.

Licença CC BY-NC 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International – CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

CSR CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA

Trajetórias e desigualdades: Estudantes de ações afirmativas de medicina na UFSC

Trajectories and inequalities: Affirmative action beneficiaries in the medical course at UFSC

Trayectorias y desigualdades: Estudiantes de medicina ingresantes por acciones afirmativas en la UFSC

Luan VIRICIMO

viricimo@gmail.com

Doutor em Sociologia e Ciência Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A partir da pesquisa realizada com estudantes beneficiários do Programa de Ações Afirmativas (PAA) do curso de Medicina da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), campus Trindade, foram identificadas diferenças importantes nas trajetórias e origens sociais, confirmando a presença do processo de estratificação horizontal do ensino superior. O artigo aprofunda essa discussão ao analisar as relações de convivência entre os cotistas, não cotistas e professores, a partir das narrativas dos beneficiários, coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas. Assim, evidenciam-se as dificuldades e tensões enfrentadas pelos estudantes cotistas de Medicina em sua trajetória universitária, marcada pelo contato com repertórios sociais distintos daqueles de sua socialização primária, sobretudo em um curso historicamente associado a perfis socioeconômicos privilegiados. Os resultados indicam que ainda persistem tensões nas interações cotidianas. Entretanto, observa-se uma mudança nesse cenário à medida que o PAA se consolida como uma política pública central na democratização do ensino superior. A análise é baseada nas categorias bourdiesianas de habitus e capitais e incorpora a releitura de Bernard Lahire sobre os processos de socialização.

Palavras-chave: Ações afirmativas; Medicina; Habitus.

Based on research conducted with students benefiting from the Affirmative Action Program (PAA) in the Medicine course at the Federal University of Santa Catarina (UFSC), Trindade campus, significant differences were identified in students' trajectories and social backgrounds, confirming the presence of a horizontal stratification process in higher education. This article deepens the discussion by analyzing the relationships and interactions among quota students, non-quota students, and professors, drawing on narratives collected through semi-structured interviews. The findings highlight the difficulties and tensions experienced by quota students in Medicine throughout their university journey, marked by contact with social repertoires distinct from those of their primary socialization—particularly in a field historically associated with privileged socioeconomic profiles. The results indicate that tensions in everyday interactions still persist. However, changes are also observed as the Affirmative Action Program becomes consolidated as a central public policy for the democratization of higher education. The analysis is grounded in Bourdieu's categories of habitus and capital, incorporating Bernard Lahire's reinterpretation of socialization processes.

Keywords: Affirmative action; Medicine; Habitus.

A partir de la investigación realizada con estudiantes beneficiarios del Programa de Acciones Afirmativas (PAA) del curso de Medicina de la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC), campus Trindade, se identificaron diferencias significativas en las trayectorias y orígenes sociales, lo que confirma la presencia del proceso de estratificación horizontal en la educación superior. El artículo profundiza esta discusión al analizar las relaciones de convivencia entre estudiantes con cuota, sin cuota y profesores, a partir de las narrativas de los beneficiarios, recolectadas mediante entrevistas semiestructuradas. De esta manera, se evidencian las dificultades y tensiones enfrentadas por los estudiantes con cuota en Medicina a lo largo de su trayectoria universitaria, marcada por el contacto con repertorios sociales distintos a los de su socialización primaria, especialmente en un curso históricamente asociado a perfiles socioeconómicos privilegiados. Los resultados indican que aún persisten tensiones en las interacciones cotidianas; sin embargo, se observa un cambio en este escenario a medida que el PAA se consolida como una política pública central para la democratización de la educación superior. El análisis se basa en las categorías bourdieusianas de habitus y capitales, e incorpora la reinterpretación de Bernard Lahire sobre los procesos de socialización.

Palabras clave: Acciones afirmativas; Medicina; Habitus.

Medicina como profissão imperial

A profissão médica, historicamente, ocupa um lugar de destaque no ensino superior brasileiro, tanto em instituições de ensino públicas quanto privadas. O prestígio da medicina manifesta-se não apenas nas elevadas notas para aprovação nos exames vestibulares, mas também na alta relação candidato/vaga, configurando-a como uma das carreiras mais seletivas do país. Como consequência, ao longo das últimas décadas, consolidou-se seu elevado prestígio social e significativo retorno financeiro (Vargas, 2010).

Bourdieu e Passeron (2011), ao estudarem o campo francês, destacou

propriedades socioculturais associadas ao diploma médico, assim como a conversação do retorno do capital cultural em capital econômico, evidenciando que o ensino superior funciona como mecanismo de reprodução social. No contexto brasileiro, Edmundo Coelho (1999) identificou a profissão médica como uma das três "profissões imperiais", em conjunto com Engenharia e Advocacia. Tais profissões têm capacidade de autorregulação nas suas funções, visando maximizar os lucros. Ainda, elas surgiram em conjunto com o Estado brasileiro e adquiriram significativa autonomia corporativa (Coelho, 1999).

Historicamente, os cursos de formação médica no Brasil concentraram-se no Rio de Janeiro e na Bahia (Frank e Rempel, 2022), restrição que resultou em acesso desigual e consolidou a elitização do ensino, privilegiando indivíduos com maior capital econômico e cultural. Foi somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1990, que a oferta do curso passou por uma expansão significativa, com abertura de novas instituições e cursos (Frank e Rempel, 2022). Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o curso foi inaugurado em 1957.

A expansão acelerada nos anos 2000 suscitou questionamentos sobre a qualidade da formação médica (Macedo *et al*., 2016). Por pressão do Conselho Federal de Medicina (CFM) e da Associação Médica Brasileira (AMB), o Ministério da Educação (MEC) chegou a suspender por cinco anos a criação de novos cursos, evidenciando que essas instituições garantem o prestígio da profissão e a elevada conversão do diploma em capital econômico, processos identificados por Coelho (1999).

No que se refere aos retornos financeiros da carreira, dados da Federação Nacional dos Médicos (Fenam) indicam que, em 2022, o piso salarial situava-se em R$ 17.742,78, consolidando a medicina como uma das profissões de maior retorno econômico no ensino superior brasileiro (Vargas e Silva, 2018). Essa elevada remuneração reforça a percepção de que a profissão permanece socialmente elitizada, acessível majoritariamente a indivíduos com maior capital econômico e cultural (Ristoff, 2014).

No contexto do ensino superior brasileiro, o curso de Medicina reflete os mecanismos de produção das desigualdades sociais apontadas por Bourdieu (1996), concentrando oportunidades para indivíduos detentores de maior capital econômico e cultural. Esse padrão seletivo e elitizado evidencia a participação da medicina no processo de estratificação horizontal do ensino superior, na qual a posse de capital cultural e econômico e o *habitus* garantem posições de destaque no ensino superior.

Assim, o prestígio da profissão e o retorno econômico associado ao diploma reforçam a manutenção dos privilégios de grupos socialmente valorizados (Carvalhaes e Ribeiro, 2019). Conforme evidenciado por Bourdieu (1996), tais mecanismos não se limitam à distribuição das poucas vagas, envolvendo a acumulação de capitais e *habitus* que legitimam posições de destaque a determinados indivíduos, mas também tendem a atuar mecanismos de reprodução das desigualdades sociais.

As ações afirmativas na Medicina da UFSC: mudanças no perfil e novos estudantes

Conforme destacado por Tragtenberg (2012), o Programa de Ações Afirmativas da UFSC (PAA/UFSC) foi aprovado pelo Conselho Universitário (CUn) em 2007, e o primeiro vestibular da instituição com a participação do programa ocorreu em 2008. Naquele período, devido à inexistência de

uma regulamentação nacional, a proposta formulada pela instituição previa uma duração inicial de cinco anos para posterior reavaliação.

Em 2012, foi aprovada a Lei Federal n. 12.711, que "dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências", popularmente conhecida como a "Lei de Cotas" (*Lei n. 12.711*, 2012). Essa legislação nacionalizou uma política de reserva de vagas, tornando o PAA/UFSC permanente.

A incorporação do PAA/UFSC, entretanto, não ocorreu de forma unânime, suscitando debates acerca da eficácia do programa e do desempenho acadêmico dos beneficiários (Tragtenberg, 2012). Com a consolidação da política, contudo, a UFSC observou uma mudança no perfil de acadêmicos de classes populares e negros, além de um aumento, ainda que inicial, de mulheres negras (Passos, 2015).

Na literatura especializada, essa política tem sido reconhecida como um instrumento de democratização do campo universitário, configurando não apenas os novos perfis dos acadêmicos do curso de Medicina, mas também, de maneira mais ampla, a própria carreira, uma vez que passou a incluir indivíduos com diferentes capitais e *habitus*.

No quadro 1 apresentam-se as principais características sociais dos cotistas no curso de Medicina. Esses aspectos constituem a base empírica para análise e interpretação das dinâmicas de convivência e inserção acadêmica.

No que se refere à trajetória de escolarização, observamos a predominância de estudantes oriundos do ensino médio público, porém de instituições federais reconhecidas pela qualidade, como as Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) e o Instituto Federal de Santa Catarina (Ifsc) (Nascimento *et al.*, 2020). Frequentemente essa formação é articulada às experiências de cursinhos pré-vestibulares, evidenciando as estratégias de compensação diante das desigualdades de acesso ao ensino superior. Quanto às dificuldades materiais no ensino superior, identificamos a limitação do capital econômico como um dos obstáculos que impactam diretamente o acesso a recursos acadêmicos — como livros, equipamentos tecnológicos e materiais de uso cotidiano no curso. Essas carências materiais não apenas tensionam a permanência, mas também revelam as desigualdades que persistem mesmo após o ingresso universitário.

A seguir, estão sintetizadas as características que permitem compreender a articulação entre origem social, trajetória educacional e condições de permanência no curso de Medicina da UFSC.

Conforme demonstrado por Ristoff (2014), o ingresso no curso de Medicina esteve historicamente concentrado entre indivíduos socioeconomicamente privilegiados, refletindo o caráter elitista da profissão no Brasil. Sob a perspectiva bourdieusiana, os capitais cultural e econômico moldam o acesso a esses espaços de prestígio.

Ristoff (2014), ao analisar os dados do Exame Nacional do Ensino Superior (Enade), concluiu que o curso é frequentado majoritariamente por indivíduos de classe média alta, brancos e egressos do ensino privado. Entretanto, com a implementação e nacionalização da Política da Ação Afirmativas, verificaram-se mudanças significativas nesse perfil, tornando esse cenário mais heterogêneo e atraindo um "novo perfil": de faixa de renda mais baixa, negros, indígenas e egressos do ensino médio público (Ristoff, 2014), além de, posteriormente, indivíduos com deficiência (*Lei n. 13.409*, 2016), o que verificamos também na nossa pesquisa e é ilustrado no quadro 1.

Quadro 1. Estudantes cotistas de Medicina da UFSC[1]

NOME E IDADE[2]	TRAJ. DE ESCOLARIZAÇÃO NO EM[3]	DIFICULDADES MATERIAIS NO ES[4]	RELATO DE DIFICULDADE DE CONVIVÊNCIA COM OUTROS ESTUDANTES
Lauro, 27 anos, 5ª fase	EM na Etec1; curso pré-vestibular	Não	Sim
Jairo, 24 anos, 7ª fase	EF1 particular; EM em colégio militar; curso pré-vestibular privado e com bolsa	Parcialmente, somente falta investimento pelo pai em atividades de lazer.	Sim
Mariana, 30 anos, 10ª fase	EF em colégio privado; EM no Ifsc; curso pré-vestibular privado	Não	Sim
Tales, 25 anos, 10ª fase	EF e EM em colégio público; curso pré-vestibular privado	Não	Sim
Pedro, 27 anos, 4ª fase	EF particular; EM no Ifsc; curso pré-vestibular privado	Não	Não
Fernando, 22 anos, 6ª fase	EF em escola pública; EM. na Etec; curso pré-vestibular público	A família "se aperta" um pouco, mas garante sua manutenção no ES.	Não
Juliano, 30 anos, 4ª fase	EF público; EM no Ifsc1; experiência no curso de Engenharia	Sim, na compra de materiais para utilização ao longo do curso.	Não
Márcia, 31 anos, 4ª fase	EF e EM estaduais; curso pré-vestibular privado com bolsa	Sim, materiais, financeiras e moradia. Utiliza a política de permanência da UFSC.	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Observa-se, porém, que estudantes cotistas que ingressam em cursos historicamente frequentados por indivíduos socioeconomicamente privilegiados ainda enfrentam a perpetuação de desigualdades nesse mesmo nível de ensino. Esse fenômeno evidencia as dinâmicas de estratificação horizontal do ensino superior, que é a hierarquia de prestígio e valor entre diferentes cursos e instituições (Carvalhaes e Ribeiro, 2019).

Nesse contexto, mesmo com a consolidação da política de cotas, muitos cotistas tendem a enfrentar dificuldades na

[1] O Quadro corresponde a uma versão sintetizada do quadro apresentada na tese do próprio autor (Viricimo, 2025), mantendo as informações essenciais para a análise proposta deste artigo.
[2] Os nomes utilizados ao longo do texto são fictícios, com objetivo de preservar a identidade dos entrevistados.
[3] Sigla para Ensino Médio.
[4] Sigla para Ensino Superior.

adaptação e na convivência universitária, uma vez que estão se inserindo em espaços sociais diferentes daqueles em que foram socializados e se relacionando com um conjunto distinto de capitais e *habitus*.

Conforme exposto no quadro, observa-se que os beneficiários fazem parte do "novo perfil" descrito por Ristoff (2014) e enfrentam desafios relacionados à convivência, às regras acadêmicas, à socialização extracurricular e ao acesso a estágios, materiais e equipamentos fundamentais para a formação médica. É nesse sentido que o presente artigo propõe aprofundar a análise, por meio de entrevistas, da convivência entre os cotistas e não cotistas.

Metodologia de pesquisa

Os estudantes beneficiários das cotas não devem ser tratados como um grupo homogêneo, pois diferem entre si quanto aos aspectos socioeconômicos, às trajetórias sociais e às experiências universitárias. Mesmo dentro desse grupo, observa-se uma heterogeneidade significativa, com diversidade de perfis e trajetórias, resultados constatados em estudos anteriores (Bonaldi e Viricimo, 2025; Viricimo, 2024).

No entanto, mesmo considerando essas diferenças internas, os cotistas ainda tendem a permanecer estigmatizados no ambiente universitário, enfrentando dificuldades em suas relações com os ingressantes de ampla concorrência. Nesse sentido, o presente estudo contribui para a literatura ao descrever as relações sociais envolvendo os cotistas na carreira de Medicina.

A pesquisa analisa entrevistas realizadas com oito estudantes cotistas de Medicina na UFSC, a partir das quais foram construídas narrativas sobre suas experiências durante a trajetória acadêmica. As entrevistas foram semiestruturadas em profundidade, sendo posteriormente transcritas e analisadas. A pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisas em Seres Humanos (CEPSH) da UFSC.

Essas trajetórias sociais evidenciam as estruturas sociais e marcadores de classe, permitindo compreender como o capital cultural e econômico molda as experiências individuais e coletivas desses estudantes na educação (Bourdieu e Passeron, 2011).

O caráter qualitativo da pesquisa possibilitou analisar as interações dentro desse novo contexto universitário. Diferentemente da pesquisa quantitativa, que busca padrões e regularidades, a pesquisa qualitativa prioriza o contexto, a subjetividade e a complexidade das relações sociais, permitindo identificar as múltiplas influências sociais que moldam a maneira de ser, pensar, agir e sentir dos sujeitos ao longo de suas trajetórias em diferentes instâncias de socialização, como família, escola, trabalho e outros espaços sociais (Lahire, 2002).

Ou seja, este estudo busca compreender o que há de social nos indivíduos, explicando suas disposições, práticas e comportamentos, considerando que "cada indivíduo é portador de uma pluralidade de disposições que provêm de diferentes experiências sociais, por vezes contraditórias entre si" (Lahire, 2002, p. 26).

É importante destacar que, em pesquisas qualitativas baseadas em trajetórias sociais, deve-se evitar a "ilusão biográfica" (Bourdieu, 2005). Segundo Bourdieu (2005), é importante reconstruir a trajetória social sem recorrer a uma visão personalista, reconhecendo que as trajetórias não correspondem a uma sequência lógica e coerente de eventos; ao contrário, elas são "atravessadas por rupturas, condicionamentos e acasos que a tornam descontínua e socialmente determinada" (Bourdieu, 1998, p. 205).

Dessa forma, as visões dos estudantes são interpretadas considerando suas

trajetórias objetivas e socialmente situadas, o que permite compreender a complexidade das experiências na carreira de Medicina da UFSC.

A convivência entre os estudantes: as narrativas dos cotistas

A socialização é um processo que pode ser dividido em duas dimensões complementares. Os indivíduos tendem a frequentar espaços que reproduzem suas práticas sociais previamente incorporadas, uma vez que, para Bourdieu (1996), a reprodução social tende a atrair os indivíduos para um destino de classe esperado. Para Lahire (2002), os indivíduos são expostos à socialização primária, vivida no espaço familiar e à socialização secundária, que ocorre ao longo da vida, em diferentes espaços de socialização, como escola, igreja e trabalho.

Em seu prolongamento crítico, Lahire (2002, 2016) ressalta que o *habitus* não necessariamente é homogeneizador e que os indivíduos podem reformular ao serem expostos a repertórios plurais. Este artigo articula essas duas perspectivas com base tanto em entrevistas realizadas com estudantes cotistas de medicina da UFSC, evidenciando os aspectos homogeneizadores, que tendem a aproximar, quanto os aspectos heterogêneos, que podem gerar dificuldades de convivência entre os indivíduos.

As trajetórias analisadas demonstram que as disposições incorporadas pelos cotistas são distintas daquelas observadas entre os ingressantes de ampla concorrência, gerando estranhamentos e choques. Ao ingressar na universidade, aqueles passam a conviver em um contexto plural, com um repertório de *habitus* heterogêneos. Nesse ambiente, o indivíduo plural consegue adaptar seu repertório de acordo com o contexto, compreendendo que, embora existam situações de conflitos, há também repertórios compartilhados (Lahire, 2016).

Conforme verificado por Bourdieu (1998), os capitais incorporados ao longo de suas trajetórias sociais influenciam não apenas a escolha pela carreira, mas também as suas trajetórias. O entrevistado Pedro exemplifica essa influência ao afirmar que, devido à sua origem social, “jamais conseguiria ter feito medicina sem ação afirmativa, “porque o meu pai sendo funcionário público e minha mãe trabalhando, ainda assim o salário deles não teria capacidade de pagar uma graduação em medicina particular para mim, não tem”.

Ao abordar essas questões econômicas, Tales evidencia diferenças de vivências em relação a seus colegas de curso, destacando que “Ah, a mina tá reclamando que o pai dela não emprestou 100 mil para a bolsa que eu queria e eu tipo, meu pai não conseguiu me mandar dinheiro para as contas do mês”.

É por meio dessas conversas informais e interações cotidianas que os estudantes passam a identificar quem é ou não cotista. Com base nessas percepções, eles elaboram estratégias de convivência e de posicionamento dentro do espaço acadêmico.

Para Juliano, essas diferenças econômicas se espelham nas interações cotidianas quando comenta que “As pessoas da medicina são legais, mas ela tem, algumas, elas vivem num mundo paralelo. No sentido, por exemplo, eu nunca fui para o nordeste, sei lá, meu sonho é ir para o nordeste, meu sonho é ir lá. Aí uma colega: ‘nossa, um negócio tão simples, como você não foi?’”.

As relações e oportunidades são socialmente construídas, e os estudantes cotistas narram que não se sentem completamente pertencentes a esse meio social.

Essas desigualdades estruturam subgrupos internos. Como observado por Mariana.

> *[O] pessoal que tem mais dinheiro, o grupinho mais ou menos . . . . Então meio que não se mistura muito! Todo mundo é... claro... ninguém é grosseiro com o outro, todo mundo é querido se tu fores lá e conversar, vai ser uma conversa normal, mas em questão de proximidade mesmo são poucos.*

Diferenças de capital também impactam o desempenho acadêmico e a percepção de professores e colegas. Juliano evidencia que marcadores sociais, roupas e aparência física funcionam como instrumento de diferenciação social ao afirmar: "então tu precisa investir dinheiro até nas roupas do dia a dia, não dá para ir com qualquer roupa, as pessoas te olham diferente! Aí junta a questão que você não tem fisicamente a aparência de um médico".

Nesse cenário, discentes com capitais econômicos semelhantes tendem a formar grupos no interior do curso. Essas diferenças contribuem para a formação de dois grupos distintos: de um lado, estudantes de ampla concorrência e mais privilegiados; e de outro, cotistas e menos privilegiados. Segundo Pedro, de maneira geral, "a turma é, tirando as pessoas que entraram pela ação afirmativa de negros, são brancos, de classe alta, descendentes de europeu, é isso, quase que unânime, homogêneo . . ."

Essa configuração evidencia que as desigualdades estruturais dificultam a integração, reforçando as barreiras sociais e impactando tanto a convivência quanto o senso de pertencimento no curso de Medicina.

> *Mas, no geral, são pessoas com histórico parecido com o meu, né? A gente sabe que o curso de Medicina ainda é, infelizmente, muito elitizado, muito branco, muito racista, muito preconceituoso e tudo mais. Tem colegas, como eu disse, que tem experiência de vida completamente diferente da minha, sabe? Nunca tiveram que passar vontade, nunca tiveram necessidade de algo que não conseguiram comprar, sabe? E meu círculo de amizade, não sei se tem algum de ação afirmativa ou não, mas de qualquer forma, são pessoas que eu tenho certeza que sempre pertenceram ou são muito mais próximas a minha realidade que a realidade desses outros colegas (Entrevistado Tales).*

A desigualdade de capitais também se manifesta na organização do tempo e acesso a recursos essenciais para o desempenho acadêmico. Fernando destaca que "a gente fica assim, meio que como um grupo à parte, e assim, a gente sempre vê que são as menores notas, com maior dificuldade", atribuindo a esse cenário, em parte, as condições materiais desfavoráveis, como longos deslocamentos, ausência de apoio familiar e a necessidade de administrar sozinho as tarefas domésticas, que impactam diretamente o desempenho acadêmico.

Em contrapartida, segundo os entrevistados, os discentes de ampla concorrência, em maioria detentores de maior capital econômico e cultural, dispõem de recursos que funcionam como facilitadores para suas experiências universitárias, como o acesso a livros, tecnologias, equipamentos e ambientes mais adequados de estudo, o que amplia as possibilidades de dedicação acadêmica.

Esse acesso desigual aos bens acadêmicos também reforça as barreiras entre os grupos. Como relata Pedro, "particularmente não tenho dinheiro para comprar livros, porque os livros de medicina são 600, 700, 800 reais, e eu não tenho a menor condição". Embora reconheça que a Biblioteca Universitária (BU) oferece uma boa estrutura, ele relata que o número de exemplares ainda é reduzido devido à alta demanda, o que torna o acesso insuficiente. Para contornar essa limitação,

esses beneficiários das cotas recorrem a outras estratégias, como cópias compartilhas ou arquivos em PDF.

Conforme aponta Ristoff (2014) a expansão do acesso ao ensino superior, embora tenha ampliado a diversidade de perfis sociais, também produziu processos de estratificação horizontal (Ribeiro e Schlegel, 2015), o que evidencia que as condições desiguais de capital cultural e acadêmico produzem trajetórias diferenciadas no interior do curso, conforme argumenta Márcia:

> *Às vezes a gente pira perto das provas, não dorme, e daí vai fazer a prova virada, sabe? E a gente não tem o mesmo desempenho da pessoa que tá com a jantinha pronta, que chega em casa o quarto tá arrumado, que tem um tablete para levar para faculdade, para fazer as coisas! E tá tudo certo, não se preocupa com dinheiro, não se preocupa... E tem muita gente assim na minha sala. Que não tem nenhuma preocupação financeira, preocupação de vida (Entrevistada Márcia).*

Juliano complementa a análise falando de dois equipamentos que, segundo ele, "se tornam quase símbolos de diferenciação", que são os jalecos e os estetoscópios. Para o estudante, os jalecos mais simples, utilizados por cotistas de baixa renda, são "básicos e todos brancos" (termos do entrevistado), enquanto outros, mais caros, exibem bordados personalizados, com o brasão institucional e com nome do acadêmico, o que se torna um marcador social.

O estetoscópio, embora existam modelos mais simples e financeiramente "acessíveis", torna-se um instrumento de diferenciação, em que os de maior valor, além da qualidade, carregam *status*.

Nesse sentido, esses objetos assumem funções além do seu uso instrumental, convertendo-se em símbolos de pertencimento e diferenciação. Assim, tais elementos contribuem para a hierarquização interna dos estudantes, evidenciando as diferenças de capital econômico:

> *Mas a questão que pega é do estetoscópio, porque esse que eu comprei é muito barato, para você escutar os sons cardíacos, do pulmão, da respiração é bem difícil com ele, tem que ser um ambiente totalmente em silêncio, porque ele é fraco, é de uma qualidade inferior. Já esse que te falei, mais caro, não. Essa é uma coisa que prejudica. E eu vou ter que comprar logo, porque, a partir do semestre que vem, a gente já vai ter as consultas, vai precisar! É bastante complicado (Entrevistado Juliano).*

Nesse contexto, vimos que esses alunos enfrentam dificuldades que se estendem além de sua permanência. Outra barreira apontada nas entrevistas refere-se ao caráter integral do curso, que restringe a possibilidade de inserção em alguma atividade remunerada e, consequentemente, compromete o rendimento e permanência dos beneficiários das ações afirmativas de baixa renda.

Pedro exemplifica essa realidade ao afirmar que "é um curso que tu não consegue trabalhar e não teria horário para fazer nada muito grande extracurricular", evidenciando como a exigência de dedicação exclusiva impõe obstáculos adicionais aos cotistas, dificuldade estas, segundo os entrevistados, não vivenciada por estudantes mais privilegiados.

Márcia complementa essa percepção ao destacar que a carga horária extensa se torna um fator que dificulta a permanência, afirmando que "mesmo estando em uma universidade pública, é um curso que exige muito muito! Primeiro que é um curso que é o dia inteiro". Além disso, menciona outras dificuldades, como o custo elevado dos aluguéis em Florianópolis, principalmente nas regiões mais próximas ao campus universitário, o transporte público

e as condições de trânsito, o que, em suas palavras "a gente fica um pouco em desvantagem em relação a isso, a gente não tem os mesmos acessos que eles, apesar de estar em um mesmo lugar e ter as mesmas oportunidades, digamos assim" (Entrevistada Márcia).

O curso ser integral dificulta a conciliação com as responsabilidades domésticas. Diferentemente dos discentes oriundos de famílias de maior poder aquisitivo, muitos não dispõem de uma rede de apoio composta por empregados domésticos ou familiares que possam auxiliá-los nessas tarefas. Essa sobrecarga, que combina as demandas acadêmicas, impacta diretamente o tempo disponível para os estudos.

Conforme demonstrado por Bourdieu (1998), ser detentora de um maior capital econômico permite à família converter recursos financeiros em vantagens escolares, possibilitando uma dedicação exclusiva ao curso.

Jairo destaca que:

> *. . . tu olha na turma dá para ver quem é filhinho de papai, não que isso seja ruim, mas dá para saber quem tem a janta pronta, a roupa lavada, a cama prontinha para ele deixar... e tem aquele que chega em casa tem que fazer a comida, comer no RU todos os dias, que tem... que depende do restaurante universitário. Tem aquele que tem o privilégio de ter carro ou vai de moto para faculdade e tem aquele que tem que ir embora a pé ou ir embora de ônibus, mora muito longe! (Entrevistado Jairo).*

Essas narrativas evidenciam que a desigualdade de capitais não impacta apenas a permanência, mas também as experiências de forma mais ampla. Os cotistas precisam conciliar seu desempenho na graduação com suas restrições financeiras, o que influência diretamente sua rotina, escolhas e possibilidades de envolvimento no curso.

Outro aspecto relevante é a socialização fora dos ambientes universitários. O baixo capital econômico limita a participação em festas, encontros e eventos sociais, devido aos custos associados a transporte, ingressos, vestimentas e consumo, que se tornam impeditivos. Esse cenário contribui para reforçar as barreiras e amplia o sentimento de não pertencimento nos espaços acadêmicos:

> *Mas eram pessoas que sempre eram deixadas de lado, sempre que tinha um role, eles não tinham condições de ir, aí eles não iam e tudo mais, que também era o meu caso, e também acaba se juntando assim automaticamente. Pessoas que vivem uma realidade diferente, os outros é tipo "vamos pegar um carro aqui e vamos para Jurerê", enquanto a gente tinha que ficar lá pela UFSC (Entrevistado Fernando).*

Mariana relata como os custos associados a certas práticas de lazer acabam delimitando os grupos no interior do curso. Em suas palavras, "já tentaram juntar mais a nossa turma, aí uma pessoa vai lá é propõe fazer uma janta em um sushi que custa 110 reais, então, quem vai nesse sushi não vai ser o meu grupinho, por exemplo, né? Então fica sempre separado assim".

Essa fala evidencia como o capital econômico funciona como um princípio de distinção social (Catani e Oliveira, 2002). Conforme Bourdieu (1996), o acesso a determinados espaços e práticas sociais não depende apenas das vontades individuais, mas dos capitais associados, que conferem legitimidade e acesso a grupos.

O entrevistado Jairo complementa esse cenário ao relatar que as festas de Medicina acabam sendo excludente para os cotistas:

> *Ah, por exemplo, que eu falei das festas universitárias, porque o pessoal da Medicina é bem festeiro, eu não sei da onde eles*

> *arrumam dinheiro para tanta festa, mas acho saudável, tem que ter! Mas eu não sei onde eles acham dinheiro para toda semana ir para uma festa* open bar *de 60, 80 reais! Eu não tenho esse dinheiro! E toda semana é festa e a gente acaba meio que sendo isolado desses grupinhos, porque é sempre o mesmo grupinho que vão para essas festas, eles ficam amigos, e aí nunca te chamam para fazer as coisas e aí é assim, sabe? (Entrevistado Jairo).*

Lahire (2002) destaca que os estudantes de classes populares podem entrar em tensão com os padrões culturais dominantes, mas eles tendem a traçar outras estratégias para facilitar a convivência. Entre as estratégias, Pedro cita a entrada no time de atletismo de Medicina, que facilitou a criação de uma rede de contato com outros discentes não cotistas, por meio da qual começou a:

> *...participar do time de ecletismo, medicina atlética é bastante forte, eu sempre tive vontade e me meti lá. E um dos meninos que estuda comigo é coordenador do atletismo, então eu comecei a ter mais contato com ele, aí ele mora junto com um dos outros meninos que divide apartamento, né? Um outro menino que é mais amigo nosso e tem um outro que é mais por afinidade mesmo, gosta de tocar violão. Mas engraçado assim, ele foi chegando e por isso mesmo... Proximidade do que faz no dia a dia assim (Entrevistado Pedro).*

Por mais que utilizem essas estratégias, as desigualdades tendem a perdurar e impactam a construção de redes de contato profissional. Ingressantes da ampla concorrência, frequentemente têm mais oportunidades de acesso a estágios e atividades extracurriculares, o que facilita o ingresso ao mercado de trabalho. O entrevistado Fernando aponta a existência de um "currículo oculto":

> *Acho que todos os cursos têm isso, né, mas a gente tem esse currículo oculto, uma grande concorrência, estágios e vivências extras, né? Que é algo que a gente que não tem uma rede de contato na área médica também não tem disponibilidade financeira de tempo e capacidade psicológica, a gente acaba meio que perdendo essas coisas, né? Tem outras coisas que algumas pessoas têm bem mais tranquilidade de estudar, não têm que se preocupar com tanta coisa como a gente se preocupa (Entrevistado Fernando).*

Essa dimensão durante o processo formativo reforça as desigualdades: enquanto discentes de ampla concorrência tendem a herdar e ter maior facilidade nas redes de contato — em vantagens acadêmicas —, os beneficiários enfrentam outras dificuldades devido às limitações do capital econômico e cultural das suas famílias.

Nesse cenário, apesar de a universidade se apresentar como um espaço de mobilidade social e da recente expansão da democratização de acesso, ainda acaba reproduzindo as desigualdades sociais. O ingresso por meio das políticas de ações afirmativas não garante a igualdade nas condições de acesso e permanência.

Reforçando esse contexto, conforme categorizado por Bourdieu e Saint-Martin (2015), o "julgamento professoral" envolve mecanismos nos quais os professores, de forma inconsciente, valorizam o *habitus* da classe dominante e reforçam a dificuldade enfrentada pelos discentes cotistas como falta de interesse, esforço ou capacidade. Dessa forma, os estudantes de origens populares acabam estigmatizados. Sobre isso, Jonas relata que, em "uma disciplina, todo mundo que reprova nele, por incrível que parece, são pessoas de ações afirmativas".

A fala de Jonas evidencia como práticas aparentemente inconscientes reforçam e reproduzem as desigualdades sociais, comprometendo o desempenho desses discentes e ilustrando a distância entre os *habitus* exigidos e aqueles incorporados ao longo da trajetória social (Bourdieu e Saint-Martin, 2015).

Fernando aprofunda essa análise sobre as oportunidades extracurriculares, publicações e iniciação científica, relatando: "eles (os professores) sempre meio que, sei lá, vamos supor que ele fala: 'preciso de um aluno para me ajudar a publicar um artigo', normalmente ele procura esses específicos (discentes de classe social mais altas)":

> *Mas o que eu percebo são com os professores mais antigos, algumas coisas que fazem esse pessoal, essas minorias novas que estão entrando e ocupando esses espaços, que deixam as pessoas desconfortáveis. Vou te dar um exemplo bem simples, mas que faz diferença para a gente: quando o professor tá fazendo a chamada, no primeiro dia de aula, conhecendo os alunos e tem um aluno com o nome italiano, português... nome é... alemão, essas coisas. E começa uma conversa: "de onde seus pais vieram, nossa tu conhece esse aqui, nossa, tu conhece aquele médico lá que em nome igual o seu?" (Entrevistado Tales).*

Fernando argumenta que "algumas coisas são meio que monopolizadas para um grupo, né, e como esse grupo acaba e os professores acabam dando maior visibilidade". Essa seleção, que ocorre de modo inconsciente, demonstra como o capital cultural acumulado ao longo de suas trajetórias é reconhecido pelos docentes, que acabam restringindo a participação dos estudantes cotistas.

As desigualdades vivenciadas pelos beneficiários não se limitam às dimensões mencionadas, pois existem, ainda, comentários e práticas mais sutis, que envolvem julgamentos estéticos e marcadores corporais, muitas vezes reforçados pelos próprios docentes. Um exemplo disso é o relato de Lauro: "enquanto ele (o professor) chamava os outros de doutores, eu estava de trança naquela época, e ele me chamava de rasta".

Essa situação evidencia que determinadas características, como o uso de tranças e cabelos rastafári, ainda estão associadas a estereótipos de classificações desvalorizadas, nas quais alguns docentes atuam legitimando o *habitus* das classes dominantes, que seriam facilmente aceitos no meio acadêmico.

O mesmo tipo de julgamento é percebido durante os estágios ou internatos, frequentemente associado às questões de origem social e etnia. Mariana revela que:

> *A questão dos meus amigos negro é racismo de equipes, pacientes também. Passa dois internos brancos, são médicos. Aí passa dois internos negros já chamam: "ô, enfermeiro; ô, enfermeira", tu percebe muito esse racismo estruturado assim. Que não é aquele ataque de violência, mas é um racismo leve [fazendo aspas com a mão].*

Jairo relembra, ainda, a discriminação sofrida por estudantes indígenas, observando que uma cotista pode ter sido prejudicada, quando outros colegas com notas equivalentes não foram, argumentando que "tipo, e ela era indígena. E o outro colega tinha as mesmas notas e não ficou em recuperação! E esse professor tem histórico de perseguir estudantes indígenas!" (Entrevistado Jairo).

As entrevistas revelam uma mudança importante: os ingressantes no curso

antes da pandemia de Covid-19[5] relatam maior incidência de julgamentos de professores e atitudes preconceituosas por parte de alguns docentes, enquanto aqueles que ingressaram após o contexto pandêmico percebem um ambiente relativamente mais acolhedor.

Essa mudança parece indicar um processo de "amadurecimento das ações afirmativas", em que os anos de consolidação da política contribuíram para uma maior aceitabilidade e normalização da presença cotidiana dos beneficiários das cotas no curso de Medicina.

Márcia, que ingressou no contexto pandêmico, demonstra essa percepção ao afirmar que, embora não tenha sofrido episódios de racismo, sentiu os efeitos das manifestações de alguns professores:

> *Tive nenhum problema com os professores, diretamente comigo, mas existem alguns professores que são bem racistas, contra cotas, falam que cotista é... não deveria existir. Eu me sinto atingida, mas como a gente tá num meio que as pessoas têm um poder aquisitivo muito maior... (Entrevistada Márcia).*

A narrativa demonstra que embora existam avanços, algumas atitudes discriminatórias ainda persistem. Entretanto, a ampliação da presença de estudantes negros parece ter modificado a postura de parte do corpo docente. Isso é resultado do processo de amadurecimento das ações afirmativas.

Juliano, que cursou sete semestres de Engenharia na UFSC, antes de ingressar em Medicina, percebe essa mudança, especialmente no que se refere à representatividade:

> *Olha, na Engenharia era mais difícil porque tinha bem menos, principalmente em 2016, que tava meio que começando essa política, né, então era muito difícil! Era muito difícil assim! Era só eu e um amigo meu foi um dos poucos que fiz de amigo no curso, tinha basicamente os dois e era... a gente, não era que a gente era excluído, mas nunca tava no grupo com os outros. A Medicina tem bem mais, bem mais representatividade. Não tem como deveria, mas, comparado à Engenharia, tem muito mais... na Medicina, eu acho que os professores são um pouco mais bons, sabe?*

Essa comparação feita por Juliano demonstra os dois processos: a persistência do julgamento professoral e, ao mesmo tempo, o processo de amadurecimento das ações afirmativas.

Essas transformações também se expressam pela diversificação do próprio corpo docente da Medicina. Juliano relata que no curso de Medicina conheceu o primeiro professor negro da sua trajetória acadêmica.

Ou seja, essas narrações evidenciam o ponto crucial: a expansão do sistema universitário brasileiro e a consolidação da política de ações afirmativas, que contribuíram para ampliar a presença de um novo perfil tanto de estudantes como de docentes.

No entanto, conforme demonstrado por Lucas e Byrne (2017), o processo de democratização ainda não elimina completamente os mecanismos de estratificação

[5] A pandemia de Covid-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020, ocasionou a suspensão das atividades presenciais em diversos setores, incluindo o ensino. Entre 2020 e 2022, foram adotadas medidas excepcionais de organização e funcionamento das atividades educacionais, resultando em adaptações emergenciais nos formatos de trabalho e estudo.

horizontal do ensino superior, em que o curso de Medicina continua tendo maior prestígio social e mais dificuldades de convivência.

Considerações finais

Ao analisar as trajetórias dos estudantes cotistas no curso de Medicina, observamos que as homogeneidades sociais ainda exercem influência significativa, sobretudo nos primeiros meses do curso, quando os alunos tendem a buscar grupos de convivência com trajetórias semelhantes. As narrativas coletadas indicam que essas trajetórias são atravessadas por tensões simbólicas e afetivas, uma vez que os discentes experimentam, simultaneamente, desafios relacionados às desigualdades sociais e a possibilidade de ascensão social pelo ensino superior.

Por um lado, as diferenças de *habitus* e capitais — segundo a perspectiva bourdieusiana — revelam desafios na convivência cotidiana, evidenciando as desigualdades nas trajetórias acadêmica, nas redes de relações sociais e na própria noção de pertencimento. Tais diferenças confirmam a persistência da estratificação horizontal do ensino superior, na qual cursos de maior prestígio, como Medicina, continuam valorizando capitais econômicos e sociais historicamente privilegiados.

Por outro lado, as entrevistas indicam que, mesmo diante de tensões, os estudantes desenvolvem estratégias de permanência, tais como a criação de vínculos com trajetórias semelhantes, o aproveitamento de políticas de permanência da própria universidade e a entrada em grupos esportivos. Sob a perspectiva de Lahire (2002, 2016), essas experiências favorecem a constituição de indivíduos plurais, capazes de reconfigurar seus *habitus.*

Outro aspecto recorrente nos depoimentos é o sentimento de orgulho associado ao fato de serem a primeira geração das suas famílias a ingressarem em uma universidade federal, em um curso reconhecido pelo alto prestígio social e valorização econômica. Esse orgulho está diretamente associado às políticas de ações afirmativas, que representam uma democratização do acesso ao ensino superior e à ascensão social.

Nesse sentido, as trajetórias universitárias não são simplesmente a incorporação de *habitus* acadêmico; ao contrário, os indivíduos reconfiguram seus *habitus* pela incorporação de disposições plurais e heterogêneas, resultado da interação em múltiplos espaços de socialização em que foram inseridos ao longo das suas trajetórias sociais.

Outro tema central afirmado nas entrevistas refere-se ao amadurecimento das políticas de ações afirmativas. Os ingressantes na carreira de Medicina nos primeiros anos de implementação da política enfrentaram mais episódios de discriminação em comparação aos que ingressam posteriormente, refletindo um processo gradual de normalização da presença de discentes cotistas no *campus.*

Com o passar do tempo, a ampliação da representatividade, a divulgação de pesquisas que evidenciam o bom desempenho acadêmico dos cotistas (Silva *et al.*, 2020) e o fortalecimento da conscientização contribuem para reduzir essas práticas, por meio do debate sobre as condições e a representatividade que as cotas trouxeram para a universidade (Passos, 2015).

Entretanto, esse processo não ocorre sem tensões. Esses estudantes cotistas ainda permanecem ligados a estigmas associados à sua capacidade e desempenho. Esse processo é descrito por Goffman (1988) ao tratar o estigma como um marcador social que desqualifica o indivíduo dentro de um contexto.

A partir dessa perspectiva, o presente artigo buscou aprofundar um debate ainda incipiente na sociologia da educação

brasileira: as relações entre estudantes cotistas e não cotistas no contexto de cursos de alto prestígio social. Diante das experiências narradas pelos beneficiários do curso de Medicina da UFSC, o estudo evidenciou que as políticas de ações afirmativas não apenas diversificaram o perfil discente, mas também reconfiguraram os espaços, conflitos e possibilidades de transformação da universidade.

Referências

Bourdieu, P. (1996). *Razões práticas*: *sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus.

Bourdieu, P. (1998). Os três estados do capital cultural. In: M. A. Nogueira; A. Catani, A (Org.), *Escritos de educação* (pp. 71-79). Petrópolis: Vozes.

Bourdieu, P. (2005). A ilusão biográfica. In P. Bourdieu, *Razões práticas*: *sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus.

Bourdieu, P; Passeron, J.-C. (2011). *A reprodução*: *elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 4a ed. Petrópolis: Vozes.

Bourdieu, P.; Passeron, J.-C. (2014). *Os herdeiros*: *os estudantes e a cultura*. Florianópolis: UFSC.

Bourdieu, P.; Saint-Martin, M. (2015). As categorias do juízo professoral. In M. A. Nogueira; A. Catani (Org.), *Escritos de educação* (pp. 205-241). Petrópolis: Vozes.

Bonaldi, E. V.; Viricimo, L. (2024). Estudantes cotistas no curso de Medicina da UFSC/Florianópolis: dois perfis. *SciELO Preprints*.

Brasil. (2016). *Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016*. (2016, 28 de dezembro). Altera a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, DF: Presidência da República.

Brasil. (2012). *Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012*. (2012, 29 de agosto). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Carvalhaes, F.; Ribeiro, C. (2019). A. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. *Tempo Social*, *31*(1), 195-233. https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.135035

Cassoli, A. T. (2016). As cotas da UFSC na opinião de seus graduandos. In I. Schererwarren; J.-C. Passos, *Ações Afirmativas na Universidade*. *Abrindo novos caminhos* (pp. 33-54). Florianópolis: UFSC.

Catani, A.; Oliveira, J. F. (2002). *Educação superior no Brasil*: *reestruturação e metamorfose das universidades públicas*. Petrópolis: Vozes.

Coelho, E. C. (1999). *As profissões imperiais*: *Medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro. 1822-1930.* Rio de Janeiro: Record.

Frank, M. R. C.; Rempel, C. (2022). *Medicina*: *uma história*. Lajeado: Editora Univates.

Goffman, E. (1988). *Estigma*: *notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

Lahire, B. (2002). *O homem plural*: *os determinantes da ação*. Petrópolis: Vozes.

Lahire, B. (2016). O homem plural ou a sociologia em escala individual. In F. Vandenberghe, F; J.-F. Véran (Org.), *Além do habitus*: *teoria social pós-bourdieusiana*. Rio de Janeiro: 7 letras.

Lucas, R.; Byrne, D. (2017). Seven Principles for Assessing Effectively Maintained Inequality. *American Behavioral Scientist*, *61*(1), 132-160. https://doi.org/10.1177/0002764216682990

Nascimento, M. M. *et al*. (2020). Dez anos de instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: o papel social dos institutos federais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, *101*(257), 120-145. https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.101i257.4420

Macedo, A. S. *et al*. (2016). O papel dos atores na formulação e implementação de políticas dinâmicas, conflitos e interesses no Programa Mais Médicos. *Cadernos EBAPE.BR*, *14*(spe), 593–618. https://doi.org/10.1590/1679-395117188

Passos, J. C. (2015). Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas. *Educação em Revista*, *31*(2), 155-182. https://doi.org/10.1590/0102-4698134242

Ribeiro, C. A. C.; Schlegel, R. (2015). Estratificação horizontal da educação superior no Brasil (1960 a 2010). In M. Arretche (Org.), *Trajetórias das desigualdades*: *como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos* (pp. 133-162). São Paulo: Editora Unesp.

Ristoff, D. (2014). O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, *19*(3), 723–747. https://doi.org/10.1590/S1414-40772014000300010

Silva, B. C. M. *et al*. (2020). Sistema de cotas e desempenho: uma comparação entre estudantes cotistas e não cotistas. *Administração Pública e Gestão Social*, *12*(3).

Tragtenberg, M. (2012). O processo de elaboração e aprovação do Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina (2002-2007). In J. T. Santos (Org.), *Cotas nas universidades*: *análises dos processos de decisão*. Salvador: CEAO.

Tragtenberg, M. *et al*. (2013). Impacto das ações afirmativas na Universidade Federal de Santa Catarina (2008-2011). In J. T. Santos (Org.), *O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)*. Salvador: CEAO.

Vargas, H. M. (2010). Sem perder a majestade: "profissões imperiais" no Brasil. *Estudos de Sociologia*, *15*(28).

Vargas, H. M.; Silva, A. G. (2018). Portugueses e brasileiros na universidade portuguesa: aspectos sobre acesso e permanência. *Movimento Revista de Educação*, *9*, 313-329. https://doi.org/10.22409/mov.v0i9.491

Viricimo, L. (2025). *"Há diferenças entre os iguais?"*: as trajetórias sociais dos estudantes ingressantes pelo Programa de Ações Afirmativas da UFSC nas carreiras de Medicina e Pedagogia (Tese de doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

Recebido em 09/09/2025. Aprovado em 15/10/2025.

Licença CC BY-NC 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International – CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

CSR CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA

Impacto da assistência estudantil na trajetória acadêmica de estudantes cotistas da UFRGS nos dez primeiros anos da Lei de Cotas (2013-2022)

Impact of student aid on the academic trajectory of UFRGS affirmative action students in the first ten years of the quota law (2013-2022)

Impacto de la asistencia estudiantil en la trayectoria académica de estudiantes beneficiarios de cupos de la UFRGS en los diez primeros años de la Ley de Cupos (2013–2022)

Lourenço Brito FELLIN

lofelin@gmail.com

Assistente social da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Célia Elizabete CAREGNATO

celia.caregnato@gmail.com

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O artigo analisa a origem social e o desfecho acadêmico entre cotistas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Descrevemos a relação entre assistência estudantil e a permanência para ingressantes da graduação no período entre 2013-2022. A abordagem quantitativa (cruzamentos simples e medidas básicas de associação) mostrou que o acesso aos auxílios tem maior impacto entre estudantes ingressantes pelas vagas que acumulam critérios étnico-racial e renda, reduzindo em 29% a evasão.

Palavras-chave: Estudantes; Assistência estudantil; Ações afirmativas; Trajetórias.

The article analyzes the social background and academic outcomes of affirmative action students at Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Using administrative data from 2013 to 2022, it assesses the reach of student support policies. The analysis, based on simple cross-tabulations and basic association measures, indicates that access to benefits has the greatest impact on students admitted through quotas combining ethnic-racial and income criteria, reducing dropout rates by 29%.

Keywords: Students; Student aid; Affirmative action; Trajectories.

El artículo analiza el origen social y el desenlace académico de estudiantes beneficiarios de cupos en la Universidad Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS). Describimos la relación entre la asistencia estudiantil y la permanencia de los estudiantes de grado ingresantes en el período 2013–2022. El enfoque cuantitativo (cruces simples y medidas básicas de asociación) mostró que el acceso a los apoyos tiene un mayor impacto entre los estudiantes que ingresaron por cupos que acumulan criterios étnico-raciales y de ingresos, reduciendo la deserción en un 29 %.

Palabras clave: Estudiantes; Asistencia estudiantil; Acciones afirmativas; Trayectorias.

Introdução: Lei de Cotas, trajetórias e assistência estudantil

Este artigo versa sobre a permanência estudantil no ensino superior, com foco no impacto da assistência estudantil sobre a trajetória e desfechos acadêmicos (evasão/diplomação). Partimos da discussão elaborada na tese de doutorado (Fellin, 2025), que abordou o tema da trajetória de estudantes no ensino superior com ênfase na análise do percurso de acadêmicos que ocuparam as vagas reservadas às Ações Afirmativas a partir da Lei de Cotas (*Lei n. 12.711*, 2012). Detivemo-nos ao contexto empírico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), contemplando os ingressantes entre 2013 e 2022, período que corresponde aos dez primeiros anos de implantação da lei na instituição.

A implementação das cotas no ensino superior configura um capítulo importante da disputa pela hegemonia do papel da educação e da escola pública no processo de diminuição das desigualdades sociais. A abordagem macrossociológica contribui para explicar esse processo de produção e de manutenção das desigualdades educacionais. Ao refinar o interesse de suas razões para o âmbito institucional (realidade empírica de universidades), a sociologia disposicional possibilita a compreensão de *habitus* (Bourdieu, 1996) ajustados ao campo acadêmico. A análise de novas regularidades nessa dimensão, a partir das Ações Afirmativas, configura um elemento significativo a considerar para avaliar a pertinência da reserva de vagas enquanto mecanismo de inferência nas desigualdades de acesso ao ensino superior, remetendo a reprodução dessas desigualdades à dimensão da estratificação horizontal, que caracteriza os feixes de trajetórias prováveis.

Partimos do pressuposto de que essa política se constitui num mecanismo que propiciou emergirem novos feixes de

possibilidades de trajetórias para estudantes egressos do ensino médio público, pretos, pardos e com baixa renda acessarem o ensino superior. Nesse sentido, verificamos as potencialidades da abordagem de Pierre Bourdieu, sobretudo a partir da noção de "trajetória" para analisar o impacto das Ações Afirmativas, em específico a Política de Cotas, no ensino superior brasileiro. A noção de trajetória se associa à ideia de posição social e, em "A Ilusão Biográfica", Bourdieu a define:

> *. . . como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações. . . . Os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado. . . . Não podemos compreender uma trajetória . . . sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontado com o mesmo espaço dos possíveis (Bourdieu, 1996, p. 81-82, grifos nossos).*

As articulações conceituais para compreensão da noção de trajetória, em Bourdieu, mostram a descrição das relações entre agentes singulares, a partir do que se constitui como *habitus*, e as forças do campo — **relação que se objetiva em uma trajetória no espaço social** (posições ocupadas sucessivamente e deslocamentos). A essas posições no espaço social estão associadas a origem social do agente e o conjunto/patrimônio de capitais acumulados. Nesse sentido, um agente/grupo que detenha maior capital cultural e econômico ocupa uma posição oposta a outro agente/grupo desprovido de tais capitais. Cada classe de posições corresponde a uma classe de *habitus* que estrutura o processo de distinção e as trajetórias. Determinado volume de capital corresponde a um **"feixe de trajetórias"** praticamente equiprováveis (campo de possíveis), ou seja, um percurso provável, mas que não pode ser confundido com uma condenação do destino. Para Bourdieu (1996, p. 22), os diferentes "*habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas . . . são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes".

Esses esquemas de classificação, distinção e hierarquização do mundo funcionam como matrizes de compreensão da realidade e de ação sobre ela. Para Bourdieu (1996), aquilo que costumeiramente nos referimos como "indivíduos" ou "sujeitos" são "agentes" dotados de um "senso prático". O senso prático define, em grande parte, as trajetórias, pois é um sistema adquirido e incorporado de disposições, preferências, princípios de visão e de divisão, de estruturas cognitivas duradouras e de esquemas de ação que orientam as respostas consideradas adequadas para o que se deve fazer em determinada situação (a arte de antecipar o futuro).

O *habitus* é essa espécie de senso prático. Constitui, assim, uma das **chaves de leitura das trajetórias** dos agentes, como o percurso escolar/acadêmico, por exemplo, e as distinções de rumo. O próprio Bourdieu lembra-nos, no livro *Razões Práticas,* dos mecanismos pelos quais a instituição escolar contribui "para reproduzir a distribuição do capital cultural e, assim, a estrutura do espaço social" (Bourdieu, 1996, p. 35), identificando o modo de reprodução sustentado na

lógica que tende a perpetuar a estrutura social. Desvelam-se, assim, os **instrumentos de seleção** — como é o caso das provas para ingresso na universidade — que separam detentores de capital cultural herdado daqueles que não o possuem, associando diferenças de aptidão a diferenças sociais preexistentes e, com isso, desenhando-se trajetórias.

Assim, podemos nos referir a **trajetórias modais** (regularidades estatísticas), ou ainda, **trajetórias prováveis**. Às recorrências nos perfis de estudantes que historicamente ingressaram na educação superior correspondem trajetórias esperadas de agentes que tiveram privilégios herdados na forma de capitais valorizados pelo campo acadêmico. Essa dinâmica já foi observada descrita por Bourdieu e Passeron (2014), em *Os Herdeiros*. A associação das características do campo escolar/acadêmico a esses patrimônios de capitais transmitidos de geração em geração explica, em boa medida, a elitização dos bancos universitários, sobretudo em instituições e cursos de maior concorrência pelo diploma (Nogueira e Nogueira, 2015; Valle, 2014).

A intensidade dessa marca das aquisições sociais faz com que o estudante se sinta "em seu lugar" ou "deslocado", reforçando as desigualdades e legitimando os privilégios daqueles que herdaram de seu meio social os recursos culturais necessários para atender às exigências implícitas das instituições de ensino. Interessa-nos identificar o impacto de uma política pública para **reorientação de trajetórias**, ou seja, para o deslocamento de agentes no campo social e constituição de **novos feixes de trajetórias** possíveis, até então historicamente negados. Para além da tese da "causalidade do provável (Bourdieu, 2012)[1], a transmissão de herança cultural não é mecânica, permitindo "falhas" que repercutem em destinos improváveis ou excepcionais e resultam em **trajetórias que fogem ao esperado**. Ela também não está associada exclusivamente com a posição de classe que os indivíduos ocupam na sociedade.

As Ações Afirmativas para ingresso na educação superior vêm funcionando como um instrumento de redução de desigualdades. De fato, elas não dão conta de promover a racionalização das instituições e práticas pedagógicas (Bourdieu e Passeron, 2014) a ponto de democratizar os "bens culturais legítimos" (Nogueira e Nogueira, 2015, p. 59) e produzir efetiva igualdade de oportunidades entre estudantes de classes ou origens sociais desiguais. Porém, as cotas têm efeitos práticos na desestabilização de *habitus* e no **prolongamento de trajetórias** de escolarização dos sujeitos de direito dessa política (os "não herdeiros"). Ao promover a inserção de indivíduos com *habitus* até então estranhos ao campo acadêmico, geram repercussões no cotidiano das universidades e nas práticas institucionais.

Ao discutir o *habitus* desses agentes, frente aos estudantes de grupos sociais tradicionais na universidade, cujas trajetórias eram mais prováveis à sua ocupação,

[1] "As oportunidades objetivas de cada grupo social condicionam a experiência dos atores, configuram suas esperanças subjetivas e suas escolhas concretas, fazendo com que os mesmos contribuam, sem que tenham plena consciência disso, para a realização de uma trajetória escolar e social bastante próxima ao que seria objetivamente (estatisticamente) mais provável para indivíduos com seu perfil social." (Nogueira e Nogueira, 2015, p. 52).

percebe-se que eles desenvolvem recursos diferenciais:

> *A complexificação do* habitus *dos agentes que circulam e "jogam" em vários campos hipoteticamente ofereceria maiores condições da sua diversificação estrutural e, consequentemente, do volume total do capital. Assim, agentes dotados de* habitus *complexos, em princípio, têm otimizadas as chances de alcançar posições sociais mais elevadas no espaço social. Num sentido inverso, certos grupos de agentes que, em virtude das condições sociais de vida, têm menos oportunidades de atuar e circular por diferentes campos teriam estrutura e volume de capitais mais simples e, portanto, encontrariam diminuídas as suas chances de formação de* habitus *mais complexos (Brandão, 2010, p. 233).*

Nesse sentido, a aproximação com Bourdieu para pensar as Ações Afirmativas parece ser um caminho profícuo, uma vez que consegue aprofundar e especificar a influência da posição de classe nas trajetórias escolares dos indivíduos adotando uma concepção relacional. Nesse raciocínio, define o grupo pela posição ocupada no espaço social, ou seja, pela distribuição de capitais (econômico, cultural e social), sem cair no determinismo de classe. Por fim, a abordagem bourdesiana permite relacionar a elasticidade do *habitus* com mudanças nas posições sociais que não são ruptura com a origem social nem são a sua continuidade absoluta. Permite, assim, a inteligibilidade das trajetórias de estudantes que não estão sustentados na herança de classe, mas acessam campos sociais anteriormente restritos às elites.

Para além das ações afirmativas que permitem o ingresso de públicos estudantis não tradicionais, existem outros recursos institucionais que viabilizam a permanência. Esse é o caso da assistência estudantil. Heringer (2018) reconhece a importância da **assistência estudantil**, mas sinaliza para os limites das ações de permanência material. Para a autora, suprir as necessidades socioeconômicas dos estudantes não é suficiente para garantir a permanência plena. Em pesquisa mais recente, desenvolvida pela autora no contexto estadunidense (Heringer, 2022), ela reforça que a limitação nas chances de bons desempenhos acadêmicos está relacionada a dificuldades financeiras, acadêmicas e de falta de senso de pertencimento. Seu estudo evidencia uma série de programas institucionais e governamentais voltados para essas dificuldades e conclui que a combinação de ações de apoio financeiro, apoio acadêmico, sensibilização dos docentes e atividades entre pares, tais como tutorias, parece contribuir para a ampliação do sucesso acadêmico, sobretudo dos estudantes pertencentes a grupos sub-representados.

O impacto da assistência estudantil foi constatado na pesquisa de Nierotka (2021) com estudantes da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Entre os estudantes ingressantes em 2013, os beneficiários apresentaram 2,8 vezes mais chances de concluir o curso em relação aos que não receberam. O estudo de Cespedes *et al*. (2021) avaliou o impacto do programa de auxílios estudantis da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), identificando que, em todos os perfis de vulnerabilidade, os beneficiários apresentaram menor porcentagem de desistência e melhores coeficientes de desempenho acadêmico do que os estudantes de mesmo perfil que não participaram do programa.

Cruz *et al*. (2023) observaram, na Universidade Federal do Rio Grande (Furg), que o desempenho acadêmico dos beneficiários foi superior em 21% em média comparado aos não beneficiários (coorte de ingressantes em 2013), concluindo que existe uma relação positiva entre o recebimento dos auxílios e

o desempenho dos estudantes beneficiários. No mesmo sentido, ampliando a análise com dados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) 2019, referentes a estudantes de 63 universidades federais, o estudo de Julião *et al*. (2022) verificou que quanto menor o nível de renda do estudante contemplado pelos auxílios permanência, maior tende a ser a influência positiva no desempenho acadêmico.

Na UFRGS, a pesquisa de Silva (2019) avaliou a efetividade da assistência pecuniária aos estudantes de graduação entre 2013 e 2018, comparando o desempenho acadêmico por regressões lineares simples em agrupamentos de cortes transversais. O principal resultado, apontado pelo autor, foi de que o desempenho acadêmico do aluno beneficiado apresenta variação marginalmente maior que o do grupo de comparação formado por estudantes com mesmo perfil (ingressantes pelas modalidades de baixa renda), ou seja, estudantes assistidos apresentaram, em média, variação diferencial positiva, embora pequena. Em suma, os estudos corroboram a importância da assistência estudantil para melhores desfechos no desempenho acadêmico.

Metodologia

O desenho da pesquisa adotou uma abordagem quantitativa de caráter exploratório, contemplando uma análise descritiva a partir de cruzamentos simples e medidas básicas de associação, para mapear tendências em relação à situação acadêmica, com foco no impacto da assistência estudantil nos desfechos terminativos (evasão e diplomação). Trabalhamos com a hipótese, especificamente mobilizada neste artigo, de que o acesso ao Programa de Benefícios (suporte institucional de assistência estudantil) corresponde a um importante mecanismo de redução das desvantagens educacionais, contribuindo para redução da evasão e aumento da diplomação, sobretudo entre os estudantes com maior vulnerabilidade social.

a) Banco de dados

A base de dados foi construída a partir das informações administrativas da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) e do Programa de Benefícios da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Prae), extraídas em setembro de 2023, totalizando o registro de 69.984 ingressos entre 2013 e 2022 nos cursos de graduação da UFRGS.

Os microdados coletados inicialmente possuem como unidade de análise a "vaga no curso", registrando a ocupação e trajetória da vaga. Realizamos um esforço de adequação dos dados para a unidade de análise da pesquisa ser o *estudante*, garantindo o mapeamento das trajetórias acadêmicas dos sujeitos independentemente do número de vagas ocupadas ao longo do período de análise. Esse procedimento metodológico incide significativamente no resultado das observações. Por exemplo, quando um estudante realiza mudança de curso, para os dados administrativos, o registro gerado é de evasão na vaga que ele ocupava e novo ingresso na vaga que passa a ocupar. No entanto, de fato, o estudante (sujeito) não evadiu, apenas realizou a troca de curso e permanece ativo (cursando), seguindo sua trajetória acadêmica. A opção do registro administrativo pela "vaga no curso" tem justificativa gerencial para fins de informação junto ao Ministério da Educação (MEC) e acompanhamento do desenvolvimento do curso, podendo repercutir inclusive na matriz de distribuição orçamentária às universidades.

Considerando que a preocupação central do nosso estudo é com as trajetórias dos estudantes (não das vagas), adequamos os dados excluindo os registros duplicados de estudantes que tiveram mais de

um ingresso ao longo do período de análise. Optamos pela manutenção dos dados do vínculo mais atual, porém preservando as informações da primeira modalidade de ingresso e do semestre de ingresso na universidade. Também foram excluídos os estudantes que ingressaram pelas modalidades: Ingresso de Diplomado, Aluno Convênio, Convênio Biomar, Transferência Interna Aluno Convênio; Transferência Compulsória; dos cursos de modalidade de Ensino a Distância (EaD); e estudantes sem identificação da modalidade de ingresso (possivelmente com primeiro ingresso anterior a 2013).

A partir do ajuste no banco de dados, a população desta pesquisa contou com **49.476 estudantes ingressantes entre 2013 e 2022** nos cursos de **graduação da UFRGS**. Os procedimentos de análise estatística foram realizados por meio dos softwares Statistical Package for Social Sciences (SPSS) e Excel.

b) Descrição das variáveis

Variável dependente: adotamos como variável dependente nesta pesquisa a "Situação Acadêmica", que representa o desfecho da trajetória do estudante no momento da coleta de dados (setembro de 2023) e está categorizada em "Cursando" (estudante com vínculo ativo matriculado na universidade); "Evasão" (considera estudante que não concluiu o curso e não está com matrícula ativa, independentemente do motivo: abandono, desligamento voluntário, desligamento por critério institucional ou trancamento de curso); e "Diplomado" (estudante que concluiu o curso com aproveitamento).

Variáveis independentes: consideramos "Assistência Estudantil" como variável independente de *Apoio Institucional*, pois está associada ao acesso de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica ao Programa de Benefícios da Prae, categorizada em "Beneficiário" e "Não beneficiário". É a principal variável de interesse neste artigo.

A variável "Modalidade de Ingresso" corresponde à informação da vaga efetivamente ocupada pelo estudante, independentemente da modalidade que originalmente tenha se inscrito. Apresenta nove categorias[2] de acordo com os critérios de ocupação de cada modalidade de vaga. Todas as modalidades de cotas (Ls) têm o critério comum de reunirem estudantes que realizaram o ensino médio em escolas públicas. A modalidade que possui somente esse critério é L3. As modalidades que associam critério étnico-racial são L2, L4, L10 e L14. As modalidades que exigem a comprovação de renda inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita* (baixa renda) são L1, L2, L9 e L10. As modalidades com critério de pessoa com deficiência (L9, L10, L13 e L14) não foram objeto de análise específica por não apresentarem representatividade estatística em relação às demais modalidades. Mesmo assim, tiveram seus dados apresentados individualmente e foram considerados os valores agregados às demais modalidades de reserva de vaga como "Cotistas".

[2] Legenda das modalidades de ingresso: AC – Ampla Concorrência; L1 – Egresso de Escola Pública – Renda Inferior; L2 – Egresso de Escola Pública – Renda Inferior – Autodeclarado PPI; L3 – Egresso de Escola Pública; L4 – Egresso de Escola Pública – Autodeclarado PPI; L9 – Egresso de Escola Pública – Renda Inferior – PcD; L10 – Egresso de Escola Pública – Renda Inferior – Autodeclarado PPI – PcD; L13 – Egresso de Escola Pública – PcD; L14 – Egresso de Escola Pública – Autodeclarado PPI – PcD.

Para facilitar a comparação dicotômica entre cotistas e não cotistas, optamos por agregar os dados das modalidades de cota caracterizando uma nova variável: "Reserva de Vaga". Os estudantes da modalidade de ingresso Ampla Concorrência (AC) estão categorizados como "Não cotistas", e os estudantes de todas as modalidades de cotas (Ls) são representados por "Cotistas".

Além das variáveis "Modalidade de Ingresso" e "Reserva de Vagas", foram consideradas variáveis *Socioeconômicas* "Sexo" (feminino/masculino) e a idade do estudante no período da coleta dos dados ("Idade") e no ingresso na universidade ("Idade no Ingresso" e "Faixa Etária – Ingresso").

Foram consideradas como *Acadêmicas* as variáveis independentes: "Grau Acadêmico", que se refere ao tipo de curso (Bacharelado/Licenciatura); "Turno", relativo à oferta do curso integral/manhã ou tarde (Diurno) ou a noite (Noturno); "Área Capes", classificação dos cursos na UFRGS conforme Áreas de Conhecimento/Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); "Coeficiente de Seletividade"[3], categorizado de "muito baixo" a "extremo" para classificar os cursos pela dificuldade de acesso; e "TIM", que corresponde à taxa de integralização média de créditos do estudante e permite identificar a retenção no curso. O Quadro 1 sintetiza as variáveis mobilizadas na pesquisa.

[3] O coeficiente de seletividade é um indicador que evidencia a demanda pelo curso de graduação por meio de informação do processo seletivo. Ele considera o número de inscritos no Concurso Vestibular da UFRGS em cada curso e a pontuação nesse processo seletivo (também chamado de argumento) do último classificado por modalidade de ampla concorrência no respectivo curso, nos anos de 2013 e 2018. A multiplicação desses dois fatores (número de candidatos e a nota) é dividida por mil. O coeficiente foi gerado utilizando a média calculada desses dois anos de referência, a fim de compensar a mudança de interesse nos cursos ao longo do tempo. Os cursos foram classificados em seis categorias de seletividade, além da categoria "Não Identificado", composta por cursos para os quais não se obteve acesso aos dados que compõem o indicador (Licenciatura em Educação no Campo – Ciências da Natureza e Bacharelado em Engenharia de Gestão de Energia).

Quadro 1. Descrição das variáveis da pesquisa

VARIÁVEL DEPENDENTE	CATEGORIAS	TIPO
Situação Acadêmica	Cursando Evasão Diplomação	Acadêmica
Assistência Estudantil	Beneficiário Não beneficiário	Apoio institucional
Modalidade de Ingresso	AC – L1 - L2 - L3 - L4 L9 - L10 - L13 - L14	Socioeconômica
Reserva de Vaga	Não cotista Cotista	Socioeconômica
Sexo	Feminino Masculino	Socioeconômica
Idade	Contínua 18-80 anos	Socioeconômica
Idade no Ingresso	Contínua 16-75 anos	Socioeconômica
Faixa Etária – Ingresso	[16,20]; (20,25]; (25,30]; (31,Inf].	Socioeconômica
Grau Acadêmico	Bacharelado Licenciatura	Acadêmica
Turno	Diurno Noturno	Acadêmica
Área Capes	Ciências Agrárias Ciências Biológicas Ciências da Saúde Ciências Exatas e da Terra Ciências Humanas Ciências Sociais Aplicadas Engenharias Linguística, Letras e Artes	Acadêmica
Coeficiente de Seletividade	Extremo Alto Médio alto Médio Médio baixo Baixo Não identificado	Acadêmica
TIM	Contínua	Acadêmica

Fonte: Elaborado pelos autores.

c) *Estatística descritiva da população geral da pesquisa*

Para compreender a caracterização geral da ocupação das vagas pelos estudantes ingressantes entre 2013 e 2022 na UFRGS, apresentamos, na Tabela 1, as estatísticas descritivas da população. Reunimos as informações que possibilitam um mapeamento geral da distribuição das frequências e percentuais em cada variável. A síntese desta etapa

exploratória revela que 50,4% dos estudantes são do sexo feminino e têm idade entre 16 e 20 anos (60,1%). A ocupação das vagas se concentra em cursos de bacharelado (84,3%) oferecidos no turno diurno (75,5%). A área de Ciências Sociais Aplicadas reúne o maior percentual de estudantes (29,4%), seguida pelas áreas de Engenharias (16,1%) e de Ciências da Saúde (15,9%). Além disso, os cursos mais seletivos (com coeficiente de seletividade categorizado entre médio e alto) reúnem percentual superior a 70% de toda a população. Estudantes cotistas representam 39,4% e estão distribuídos com maior frequência nas modalidades L3 (15,1%) e L1 (10,3%), ou seja, modalidades que não contêm critério étnico-racial associado. Apenas 15,3% dos ingressantes no período acessaram o Programa de Benefícios. É possível observar uma leve queda no número de ingressantes a partir de 2018, sendo o mais baixo percentual da série histórica registrado em 2022 (8,4%), apresentando um déficit em número absoluto de mais de 1.500 estudantes em relação aos ingressantes de 2014. Por fim, registra-se uma evasão (19,2%) inferior ao número de diplomados (27,1%) e a predominância de estudantes matriculados ativos (53,7%).

Tabela 1. Estatísticas descritivas dos estudantes ingressantes na UFRGS entre 2013 e 2022

VARIÁVEL	CATEGORIAS	N	%
Sexo	**Feminino**	24.954	50,4
	Masculino	24.522	49,6
Faixa etária – Ingresso	**[16,20]**	29.767	60,1
	(20,25]	11.318	22,9
	(25,30]	3.699	7,5
	(31,Inf]	4.689	9,5
	Missing	3	0,0
Grau Acadêmico	**Bacharelado**	41.727	84,3
	Licenciatura	7.749	15,7
Turno	**Diurno**	37.368	75,5
	Noturno	12.108	24,5
Área Capes	Ciências Agrárias	2.175	4,4
	Ciências Biológicas	1.287	2,6
	Ciências da Saúde	7.885	15,9
	Ciências Exatas e da Terra	5.007	10,1
	Ciências Humanas	6.260	12,7
	Ciências Sociais Aplicadas	14.540	29,4
	Engenharias	7.983	16,1
	Linguística, Letras e Artes	4.339	8,8

Continua...

VARIÁVEL	CATEGORIAS	N	%
Coeficiente de Seletividade	Extremo	1.362	2,8
	Alto	14.899	30,1
	Médio Alto	9.970	20,2
	Médio	10.362	20,9
	Médio Baixo	5.506	11,1
	Baixo	7.020	14,2
	Não disponível	357	0,7
Reserva de Vaga	**Não cotista**	29.970	60,6
	Cotista	19.506	39,4
Modalidade de Ingresso	**AC**	29.970	60,6
	L3	7.458	15,1
	L1	5.113	10,3
	L4	3.724	7,5
	L2	2.887	5,8
	L13	190	0,4
	L14	37	0,1
	L9	62	0,1
	L10	35	0,1
Assistência Estudantil	**Não beneficiário**	41.890	84,7
	Beneficiário	7.586	15,3
Ano de Ingresso	2013	5.538	11,2
	2014	5.725	11,6
	2015	5.475	11,1
	2016	5.255	10,6
	2017	4.966	10
	2018	4.523	9,1
	2019	4.374	8,8
	2020	4.841	9,8
	2021	4.622	9,3
	2022	4.157	8,4
Situação Acadêmica	**Cursando**	26.557	53,7
	Diplomado	13.425	27,1
	Evadido	9.494	19,2
TOTAL		49.476	100

Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

Da análise descritiva geral inicial dos dados, depreende-se a predominância de um perfil de estudante que ingressa com até 20 anos de idade, do sexo feminino, que ocupa vaga de ampla concorrência em cursos de alta seletividade, de bacharelado, diurno, da área de Ciências Sociais Aplicadas, que não acessa os benefícios da assistência estudantil e segue vinculado ao curso. Enquanto "tipo ideal", o perfil descrito é uma abstração generalizada que oculta a inferência de marcadores específicos nos desfechos da ocupação das vagas e no fluxo de trajetórias estudantis.

d) Considerações sobre a Assistência Estudantil na UFRGS

O Programa de Benefícios da Prae corresponde a um importante mecanismo de combate à evasão. Os auxílios são destinados aos estudantes com renda inferior a 1,5 salário-mínimo e visam promover a permanência pela equiparação de condições básicas como alimentação, transporte, moradia, acesso à internet, material de ensino, auxílio creche e auxílio saúde. O programa é financiado com recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) e do orçamento próprio da universidade. O Pnaes foi criado em 2008 como plano de governo e foi convertido em programa a partir de 2010, regulamentado pelo Decreto nº 7.234/10. Ele tem o objetivo de democratizar as condições de permanência na educação superior pública federal, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão, reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (*Decreto n. 7.234*, 2010). Em 2024, o programa ampliou seu escopo de atuação e consolidou-se como política de Estado a partir da aprovação da Lei n.º 14.914/24, que instituiu a Política Nacional de Assistência Estudantil.

O número de estudantes atendidos pelo Programa de Benefícios da Prae tem sido de, aproximadamente, 4 mil beneficiários, se considerarmos os três últimos anos da nossa série histórica: 3.794 em 2020; 4.065 em 2021; e 3.984 em 2022 (UFRGS, 2023).

O Quadro 2 sistematiza os benefícios operacionalizados pela Prae da UFRGS:

Quadro 2. Descrição dos benefícios Prae/UFRGS

BENEFÍCIO	DESCRIÇÃO
Moradia Estudantil	a) Oferta de vagas em quatro casas de estudantes: Casa do Estudante Universitário - CEU (396 vagas); Casa dos Estudantes da Faculdade de Agronomia e Veterinária - Cefav (104 vagas); Casa do Estudante da UFRGS - CEUFRGS (42 vagas); Casa de Estudantes Indígenas - CEI (42 vagas). b) Auxílio moradia em pecúnia Campus Litoral Norte no valor de R$750,00.

Continua...

BENEFÍCIO	DESCRIÇÃO
Alimentação	a) Restaurante Universitário (RU): isenção de custo do tíquete do Restaurante Universitário nas refeições de almoço e jantar e, exclusivamente para os estudantes moradores das Casas de Estudantes da UFRGS, acesso ao café da manhã, também com isenção do custo; b) Auxílio Alimentação: auxílio financeiro no valor de R$ 250 mensais exclusivo para moradores das Casas de Estudantes da UFRGS e para usuários do Auxílio Moradia, para custear parte das despesas com alimentação nos dias em que não há funcionamento dos restaurantes universitários; c) Auxílio Extraordinário: auxílio financeiro no valor de R$ 18 por refeição (almoço ou jantar), limitado a R$ 36 por dia, em forma de ressarcimento, caso ocorra interrupção de funcionamento dos RUs por situação de emergência ou calamidade pública decretada pelo município, ou por razões técnicas ou de manutenção.
Transporte	Auxílio financeiro mensal para custear parte das despesas do estudante com deslocamento para atividades acadêmicas curriculares obrigatórias durante o semestre letivo. Para estudantes do Campus Porto Alegre, valor equivalente a 50 passagens escolares de transporte coletivo (ônibus) de Porto Alegre. Para estudantes do Campus Litoral Norte, valor equivalente a 50 passagens integrais de transporte coletivo (ônibus) de Porto Alegre. Estudantes matriculados em menos de 12 créditos recebem metade do auxílio para ambos os *campi*.
Material de Ensino	Auxílio financeiro semestral no valor integral de R$180 para custear parte das despesas do estudante com material para as atividades de ensino. Estudantes matriculados em menos de 12 créditos recebem metade do valor.
Inclusão Digital – Internet	Auxílio financeiro mensal no valor de R$100 para custear parte das despesas do estudante com a contratação de serviços de internet. Exceto para moradores das casas de estudantes.
Auxílio Creche	Auxílio financeiro para custear parte das despesas do estudante como responsável legal por criança até a idade de 5 anos, 11 meses e 29 dias, no valor de R$350 mensais por dependente.
Programa Saúde	Benefício que dá acesso a serviços disponíveis a todos estudantes beneficiários que podem ser utilizados conforme necessidade, mediante agendamento direto: a) Atendimento odontológico: atendimento ofertado por ação de extensão realizada no Hospital de Ensino Odontológico da UFRGS para tratamento odontológico com diferentes níveis de complexidade. b) Acolhimento em saúde mental: o atendimento é realizado por psicólogos da Prae. c) Atividades esportivas participativas: orientação sobre práticas esportivas, guia sobre locais de prática e acesso a atividades como basquete, corrida em águas profundas, biribol (vôlei na piscina), yoga, entre outros. d) Atividades esportivas competitivas: participação de estudantes beneficiários nas equipes de Esporte Universitário, com possibilidade de atuação em competições universitárias nas seguintes modalidades: Atletismo, Basquete, Futsal, Handebol, Judô, Natação, Tênis de Mesa, Voleibol e Xadrez. e) Atendimento de fisioterapia: o atendimento é realizado pela Clínica de Fisioterapia da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (Esefid), para alunos com diagnóstico e encaminhamento prévio.

Continua...

BENEFÍCIO	DESCRIÇÃO
Programa de Bolsas Prae	Oportuniza ao estudante desenvolver atividades na UFRGS visando ao aperfeiçoamento da experiência profissional em nível técnico e administrativo em unidades acadêmicas ou administrativas da universidade. Disponibilizadas até 930 bolsas com valor de R$ 700.
Atendimento a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, superdotação e altas habilidades.	a) Serviço de Acessibilidade e Acompanhamento: atendimento especializado realizado pelo Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (INCLUIR), relacionados a solicitações de apoio para atividades acadêmicas, solicitação de adaptação de materiais acadêmicos. b) Auxílio Tecnologia Assistiva: auxílio financeiro, de parcela única, no valor máximo de R$3.000. c) Auxílio Transporte Acessível: auxílio financeiro, de periodicidade mensal, no valor máximo de R$2.000 para utilização de carro adaptado. d) Auxílio saúde para pessoas com deficiência: auxílio financeiro, de periodicidade mensal, no valor máximo de R$800 para utilização de métodos terapêuticos que auxiliem no desenvolvimento biopsicossocial do estudante com deficiência.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Documentos Oficiais e Editais Prae disponíveis em https://www.ufrgs.br/prae/.

O acesso ao Programa de Benefícios ocorre por meio de editais de seleção publicados semestralmente pela Prae. A condição básica é possuir renda familiar *per capita* inferior a 1,5 salário-mínimo. Conforme o benefício, pode haver outros critérios de inclusão. Por exemplo, para moradia estudantil, o estudante deve comprovar a inviabilidade de frequentar o curso com bom aproveitamento, decorrente da distância entre a residência e o local das aulas, das condições de estudo precárias na residência de origem, entre outras situações de vulnerabilidade. Estudantes ingressantes nas vagas reservadas a ações afirmativas com critério de renda não precisam comprovar a situação de vulnerabilidade para acessar o benefício, já que o fizeram no ingresso. Os demais devem se submeter à análise socioeconômica realizada pela equipe de seleção da Prae, apresentando documentação comprobatória da renda.

Cabe salientar que somente para a moradia estudantil há limite de vagas no acesso ao benefício, gerando uma classificação (ranking) entre os candidatos. Nos demais auxílios, o estudante precisa apenas comprovar o critério para acessá-lo. Além disso, o tempo máximo de permanência no Programa de Benefícios é equivalente ao tempo aconselhado para conclusão do curso, acrescido de 50% desse tempo, exceto para estudantes ingressantes pelo processo seletivo especial indígena ou reserva de vagas para pessoas com deficiência (PcD), que tem o acréscimo de 100% ao tempo do curso.

Para fins da nossa pesquisa, foram considerados beneficiários os estudantes que acessaram pelo menos um dos benefícios ao longo da sua permanência na universidade, a qualquer tempo de sua trajetória acadêmica e por qualquer período.

Resultados e análise: o impacto da assistência nas trajetórias estudantis

Os dados referentes aos ingressantes entre 2013 e 2022 mostram que apenas 15,3% dos estudantes receberam algum

tipo de benefício. Conforme a Tabela 2, observa-se que as estudantes mulheres e de cursos de licenciatura acessam proporcionalmente mais os benefícios do que homens e de cursos de bacharelados. A variação é mais perceptível entre os sexos: 18,1% das mulheres são usuárias da assistência estudantil, enquanto entre os homens o percentual é de apenas 12,6%. Com relação ao turno, o acesso aos benefícios ocorre de forma semelhante, aproximando-se de 15%.

Tabela 2. Frequência de estudantes com acesso à assistência estudantil por sexo, grau acadêmico e turno do curso

VARIÁVEL		ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL		TOTAL
		NÃO BENEFICIÁRIO	BENEFICIÁRIO	
Sexo	FEMININO	20.449	4.505	24.954
		81,9%	18,1%	100,0%
	MASCULINO	21.441	3.081	24.522
		87,4%	12,6%	100,0%
Grau Acadêmico	BACHARELADO	35.600	6.127	41.727
		85,3%	14,7%	100,0%
	LICENCIATURA	6.290	1.459	7.749
		81,2%	18,8%	100,0%
Turno	DIURNO	31.556	5.812	37.368
		84,4%	15,6%	100,0%
	NOTURNO	10.334	1.774	12.108
		85,3%	14,7%	100,0%
Total		41.890	7.586	49.476
		84,7%	15,3%	100,0%

Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

Os estudantes das áreas de Engenharias e Ciências Exatas e da Terra são os que menos acessam a assistência estudantil, possuindo, proporcionalmente, 10,7% e 13,5% de beneficiários, respectivamente. Já as áreas de Ciências Biológicas e Ciências da Saúde têm, proporcionalmente, o maior número de beneficiários entre seu quadro discente: 20,1% e 18,3%, respectivamente. A distribuição dos beneficiários se concentra em maior proporção na área de Ciências Sociais Aplicadas, que acumula 28,3% de todos os estudantes vinculados ao programa de assistência estudantil.

Tabela 3. Distribuição dos estudantes conforme acesso a benefícios e área dos cursos

ÁREA CAPES	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL		TOTAL
	NÃO BENEFICIÁRIO	BENEFICIÁRIO	
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	1.786 82,1% 4,3%	389 17,9% 5,1%	2.175 100,0% 4,4%
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	1.028 79,9% 2,5%	259 20,1% 3,4%	1.287 100,0% 2,6%
CIÊNCIAS DA SAÚDE	6.441 81,7% 15,4%	1.444 18,3% 19,0%	7.885 100,0% 15,9%
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	4.332 86,5% 10,3%	675 13,5% 8,9%	5.007 100,0% 10,1%
CIÊNCIAS HUMANAS	5.182 82,8% 12,4%	1.078 17,2% 14,2%	6.260 100,0% 12,7%
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	12.395 85,2% 29,6%	2.145 14,8% 28,3%	14.540 100,0% 29,4%
ENGENHARIAS	7.126 89,3% 17,0%	857 10,7% 11,3%	7.983 100,0% 16,1%
LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	3.600 83,0% 8,6%	739 17,0% 9,7%	4.339 100,0% 8,8%

Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

Não observamos diferenças significativas na proporção de beneficiários e não beneficiários com relação ao coeficiente de seletividade do curso. O único dado que destoa é favorável aos estudantes do curso mais seletivo (extremo), cujo percentual de beneficiários é de 18,7%. As demais categorias de seletividade se aproximam a 15%, semelhante ao comportamento geral da população.

Tabela 4. Distribuição dos estudantes conforme acesso a benefícios e coeficiente de seletividade dos cursos

COEFICIENTE DE SELETIVIDADE	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL		
	NÃO BENEFICIÁRIO	BENEFICIÁRIO	TOTAL
Extremo	1.107	255	1.362
	81,3%	18,7%	100,0%
	2,6%	3,4%	2,8%
Alto	12.621	2.278	14.899
	84,7%	15,3%	100,0%
	30,1%	30,0%	30,1%
Médio-Alto	8.423	1.547	9.970
	84,5%	15,5%	100,0%
	20,1%	20,4%	20,2%
Médio	8.764	1.598	10.362
	84,6%	15,4%	100,0%
	20,9%	21,1%	20,9%
Médio Baixo	4.726	780	5.506
	85,8%	14,2%	100,0%
	11,3%	10,3%	11,1%
Baixo	5.972	1.048	7.020
	85,1%	14,9%	100,0%
	14,3%	13,8%	14,2%
#N/DISP	277	80	357
	77,6%	22,4%	100,0%
	0,7%	1,1%	0,7%

Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

Em síntese, não identificamos grandes disparidades no acesso aos benefícios ao relacionar a assistência estudantil com as variáveis de sexo, turno, grau acadêmico, área e seletividade do curso. Observam-se pequenas variações no percentual em favor do acesso de mulheres, dos cursos de licenciatura, das áreas de Ciências Biológicas e de Ciências da Saúde, e com maior coeficiente de seletividade.

A relevância do programa de benefícios poderá ser observada no desfecho acadêmico, sobretudo quando comparamos sua influência na redução da evasão de forma desigual, estratificando os dados por modalidade de vaga. A Tabela 5 evidencia que a evasão entre beneficiários (16,6%) reduz 3,1% em relação a não beneficiários (19,7%). O percentual de diplomados entre beneficiários e não beneficiários é semelhante com pequeno acréscimo (+0,9%) em favor dos beneficiários.

Tabela 5. Distribuição da situação dos estudantes ingressantes entre 2013 e 2022 conforme acesso à assistência estudantil

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	SITUAÇÃO ACADÊMICA			TOTAL
	CURSANDO	DIPLOMADO	EVADIDO	
Não beneficiário	22.347	11.308	8.235	41.890
	53,3%	27,0%	19,7%	100,0%
	84,1%	84,2%	86,7%	84,7%
Beneficiário	4.210	2.117	1.259	7.586
	55,5%	27,9%	16,6%	100,0%
	15,9%	15,8%	13,3%	15,3%
Total	26557	13425	9494	49.476
	53,7%	27,1%	19,2%	100,0%
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

Apresentaremos a variação desse impacto dos benefícios no desfecho acadêmico de acordo com a modalidade de vaga. Já observamos na Tabela 1 que, entre os estudantes ingressantes de 2013 a 2022, há uma prevalência de 15,3% de beneficiários. Agora podemos observar, conforme demonstram os dados na Tabela 6, que os cotistas correspondem a 85% dos beneficiários. Ainda assim, apenas 33% deles acessam o programa. Entre os não cotistas, somente 3,8% são beneficiários. Ou seja, a assistência estudantil **não atinge** 84,7% dos estudantes em geral e dois terços (67%) dos cotistas.

Tabela 6. Distribuição dos estudantes quanto ao acesso a benefícios e condição de cotista

RESERVA DE VAGA	ACESSO AO BENEFÍCIO		TOTAL
	NÃO BENEFICIÁRIO	BENEFICIÁRIO	
Não cotista	28.829	1.141	29.970
	96,2%	3,8%	100,0%
	68,8%	15,0%	60,6%
Cotista	13.061	6.445	19.506
	67,0%	33,0%	100,0%
	31,2%	85,0%	39,4%
Total	41.890	7.586	49.476
	84,7%	15,3%	100,0%
	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

Desagregando a condição de cotista em cada modalidade de acesso (Tabela 7), é possível observar que apenas estudantes das modalidades de baixa renda (L1, L2, L9 e L10) têm mais beneficiários do que não beneficiários. Setenta e dois vírgula quatro por cento dos estudantes da modalidade L2 são beneficiários. Além disso, a modalidade L1 tem o maior percentual de estudantes beneficiários (45,9%), seguido da modalidade L2 (27,6%), representando, juntas, quase três quartos (73,5%) do total de beneficiários. Nesse sentido, embora o acesso não seja universal, nem mesmo entre aquelas modalidades que possuem o critério de inclusão (renda inferior a 1,5 salário-mínimo), é possível observar que a destinação dos auxílios ocorre significativamente com maior margem percentual para os estudantes das modalidades de baixa renda.

Tabela 7. Distribuição dos estudantes quanto ao acesso a benefícios e modalidade de ingresso desagregada

MODALIDADE DE INGRESSO	ACESSO AO BENEFÍCIO		TOTAL
	NÃO BENEFICIÁRIO	BENEFICIÁRIO	
AC	28.829	1.141	29.970
	96,20%	3,80%	100,00%
	68,80%	15,00%	60,60%
	58,30%	2,30%	60,60%
L1	1.629	3.484	5.113
	31,90%	68,10%	100,00%
	3,90%	45,90%	10,30%
	3,30%	7,00%	10,30%
L2	796	2.091	2.887
	27,60%	72,40%	100,00%
	1,90%	27,60%	5,80%
	1,60%	4,20%	5,80%
L3	7.065	393	7.458
	94,70%	5,30%	100,00%
	16,90%	5,20%	15,10%
	14,30%	0,80%	15,10%
L4	3.331	393	3.724
	89,40%	10,60%	100,00%
	8,00%	5,20%	7,50%
	6,70%	0,80%	7,50%
L9	29	33	62
	46,80%	53,20%	100,00%
	0,10%	0,40%	0,10%
	0,10%	0,10%	0,10%

Continua...

MODALIDADE DE INGRESSO	ACESSO AO BENEFÍCIO		TOTAL
	NÃO BENEFICIÁRIO	BENEFICIÁRIO	
L10	8	27	35
	22,90%	77,10%	100,00%
	0,00%	0,40%	0,10%
	0,00%	0,10%	0,10%
L13	172	18	190
	90,50%	9,50%	100,00%
	0,40%	0,20%	0,40%
	0,30%	0,00%	0,40%
L14	31	6	37
	83,80%	16,20%	100,00%
	0,10%	0,10%	0,10%
	0,10%	0,00%	0,10%
Total	41890	7586	49476
	84,70%	15,30%	100,00%
	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

Um dos aspectos mais relevantes a ser considerado no desfecho das trajetórias estudantis é o acesso à assistência estudantil. O impacto do acesso aos benefícios na situação acadêmica pode ser observado na Tabela 8. Estudantes de todas as modalidades de ingresso reduzem o percentual de evasão e aumentam de diplomação quando acessam os benefícios. A maior variação do percentual de diplomados ocorre na modalidade Ampla Concorrência, em que os estudantes beneficiários têm um acréscimo de 16,2% de diplomados em relação a não beneficiários do mesmo grupo de ingresso.

Com relação à evasão, o percentual reduz de 19,7% entre não beneficiários para 16,6% entre os beneficiários. Esse impacto se sobressai quando comparamos o perfil de baixa renda: estudantes da modalidade L1 têm reduzido de 39,2% para 16,2% o percentual de evasão quando acessam benefícios; entre os estudantes da modalidade L2, a redução é ainda mais acentuada, de 49,9% para 21%.

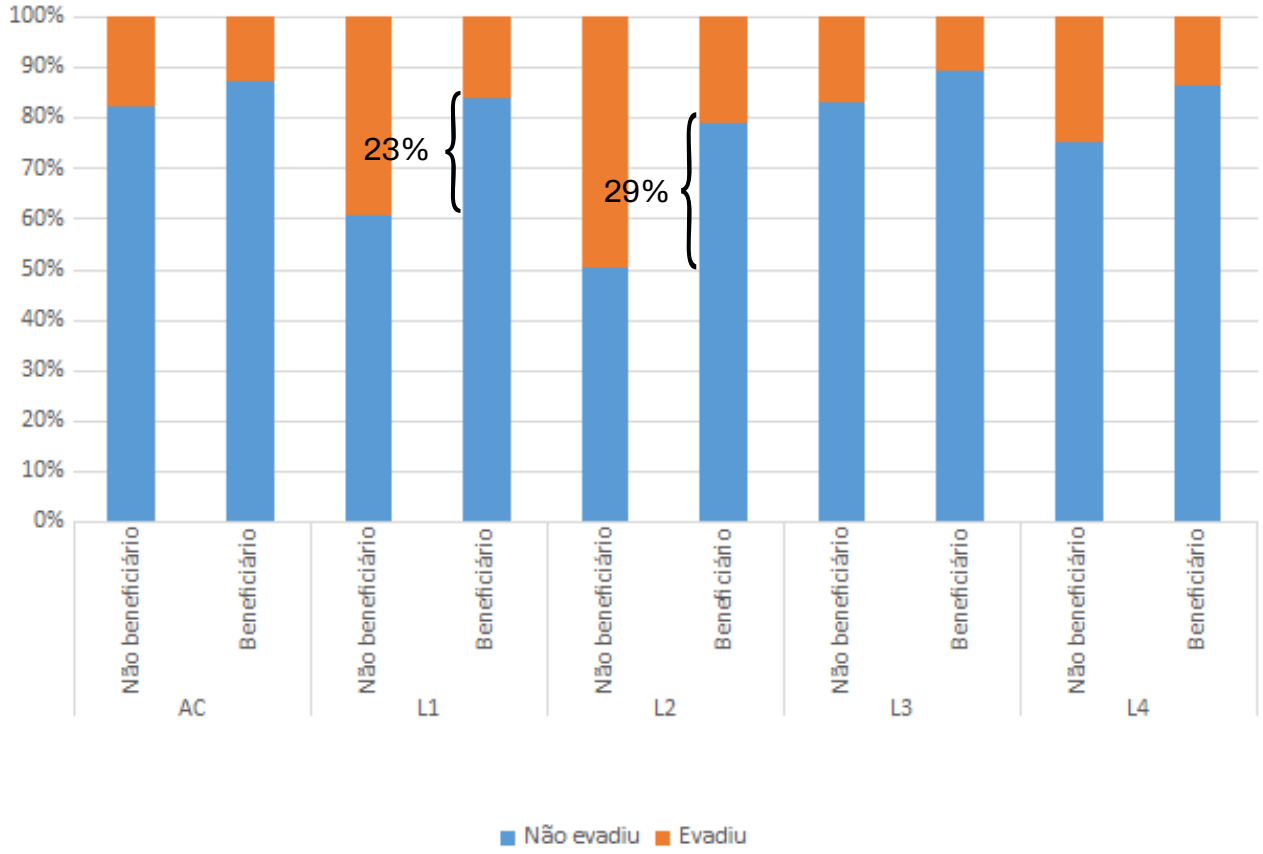
Tabela 8. Distribuição dos beneficiários por modalidade de ingresso e situação acadêmica

MODALIDADE DE INGRESSO	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	SITUAÇÃO ACADÊMICA			TOTAL
		CURSANDO	DIPLOMADO	EVADIDO	
AC	Não beneficiário	14.863	8.841	5.125	28.829
		51,6%	30,7%	17,8%	100,0%
	Beneficiário	460	535	146	1141
		40,3%	46,9%	12,8%	100,0%
L1	Não beneficiário	680	310	639	1.629
		41,7%	19,0%	39,2%	100,0%
	Beneficiário	2.035	884	565	3.484
		58,4%	25,4%	16,2%	100,0%
L2	Não beneficiário	280	119	397	796
		35,2%	14,9%	49,9%	100,0%
	Beneficiário	1.154	498	439	2.091
		55,2%	23,8%	21,0%	100,0%
L3	Não beneficiário	4.495	1.373	1.197	7.065
		63,6%	19,4%	16,9%	100,0%
	Beneficiário	242	109	42	393
		61,6%	27,7%	10,7%	100,0%
L4	Não beneficiário	1.848	661	822	3.331
		55,5%	19,8%	24,7%	100,0%
	Beneficiário	248	91	54	393
		63,1%	23,2%	13,7%	100,0%
L9	Não beneficiário	20	-	9	29
		69,0%	-	31,0%	100,0%
	Beneficiário	30	-	3	33
		90,9%	-	9,1%	100,0%
L10	Não beneficiário	4	-	4	8
		50,0%	-	50,0%	100,0%
	Beneficiário	21	-	6	27
		77,8%	-	22,2%	100,0%
L13	Não beneficiário	137	4	31	172
		79,7%	2,3%	18,0%	100,0%
	Beneficiário	15	0	3	18
		83,3%	0,0%	16,7%	100,0%
L14	Não beneficiário	20	-	11	31
		64,5%	-	35,5%	100,0%
	Beneficiário	5	-	1	6
		83,3%	-	16,7%	100,0%
Total	Não beneficiário	22.347	11.308	8.235	41.890
		53,3%	27,0%	19,7%	100,0%
	Beneficiário	4.210	2.117	1.259	7.586
		55,5%	27,9%	16,6%	100,0%

Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

A variação no percentual de evasão por modalidade de ingresso pode ser visualizada no Gráfico 1. O impacto é mais proeminente entre cotistas L2 e L1, com redução da evasão de 29% e 23%, respectivamente, entre beneficiários.

Gráfico 1. Redução da evasão a partir do acesso a benefícios em cada modalidade de ingresso



Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

Na Tabela 9, agregamos os estudantes pelo critério de renda e étnico-racial. Quando consideramos apenas estudantes ingressantes nas modalidades de renda inferior (agrupando L1, L2, L9 e L10), observamos que a evasão geral desse perfil corresponde a 25,5%. No entanto, o percentual reduz de 42,6% entre não beneficiários para 18,5% entre beneficiários (redução de 24,1%).

O impacto na redução da evasão é menor quando consideramos estudantes de todas as modalidades de vaga com critério étnico-racial (L2, L4, L10 e L14). O percentual geral de evasão nessas modalidades é de 25,9%, variando apenas 9,7% entre beneficiários e não beneficiários, com percentuais de evasão de 19,9% e 29,6%, respectivamente.

Tabela 9. Situação acadêmica, conforme acesso a benefícios, dos estudantes agregados em categorias pelas modalidades de ingresso de baixa renda e de critério étnico-racial

CRITÉRIO DA COTA	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	SITUAÇÃO			TOTAL
		CURSANDO	DIPLOMADO	EVADIDO	
Baixa renda (L1, L2, L9 e L10)	Não beneficiário	984	429	1.049	2.462
		40,0%	17,4%	42,6%	100,0%
	Beneficiário	3.240	1.382	1.013	5.635
		57,5%	24,5%	18,0%	100,0%
	Total	4.224	1.811	2.062	8.097
		52,2%	22,4%	25,5%	100,0%
Pretos, pardos e indígenas (L2, L4, L10 e L14)	Não beneficiário	2.152	780	1.234	4.166
		51,7%	18,7%	29,6%	100,0%
	Beneficiário	1.428	589	500	2.517
		56,7%	23,4%	19,9%	100,0%
	Total	3.580	1.369	1.734	6.683
		53,6%	20,5%	25,9%	100,0%

Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

Em síntese, o percentual de evasão total entre os ingressantes de 2013 e 2022 é de 19,2%, no entanto, beneficiários em geral evadem menos (16,6%) do que não beneficiários (19,7%), e esse impacto na redução do abandono é mais expressivo nas modalidades de baixa renda (variação de 24,1%). Entre estudantes de modalidades de vaga destinadas a pretos, pardos e indígenas, há uma redução significativa da evasão entre beneficiários (-9,7%), mas o percentual (19,9%) segue em patamar superior à população geral do estudo. A modalidade que apresenta maior impacto do efeito dos benefícios sobre a redução do percentual de evasão é justamente a que acumula os critérios étnico-racial e de renda (L2), cuja diferença entre beneficiários e não beneficiários é de 29%. Nesse sentido, é possível considerar que os benefícios são significativamente importantes para redução dos percentuais de evasão, sobretudo para as populações mais vulneráveis.

Para além do impacto na situação acadêmica, nossos dados evidenciam que os benefícios também influenciam a média de permanência dos estudantes. Na Tabela 10, podemos observar que, entre os estudantes evadidos, a média de permanência na universidade é semelhante: pouco maior de seis semestres. No entanto, aqueles que receberam benefícios ao longo do curso conseguiram prorrogar a permanência na universidade em mais de dois semestres (7,74) quando comparados aos que não receberam (6,52). Quando observamos a estratificação por modalidade de ingresso, verificamos que a maior variação ocorre na modalidade L4 (+3,58 semestres na média), em favor da permanência dos que acessam a assistência estudantil.

Tabela 10. Média de permanência (em semestres) dos ingressantes entre 2013-2022 conforme modalidade de ingresso e acesso à assistência estudantil

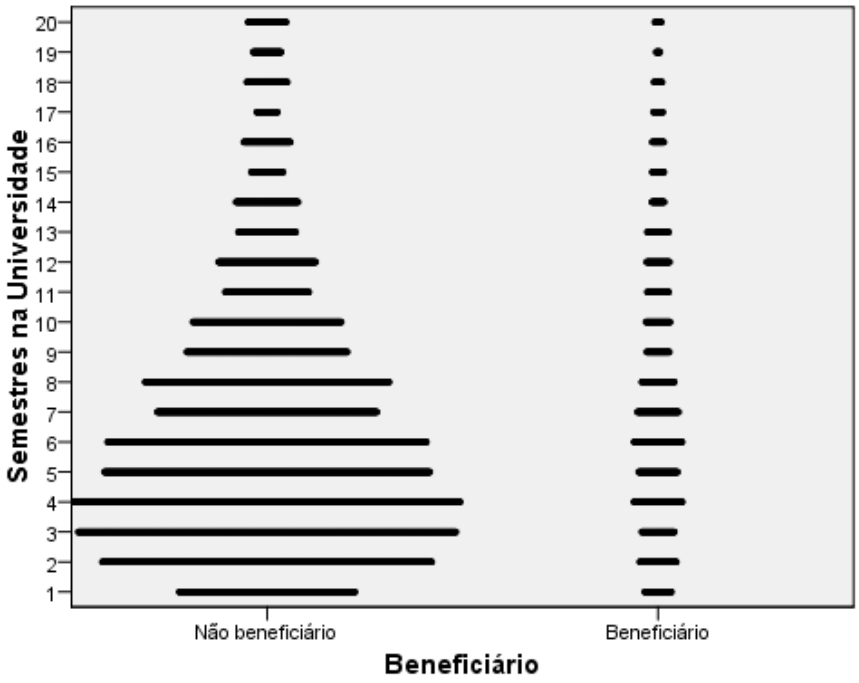
MODALIDADE DE INGRESSO	NÃO BENEFICIÁRIOS			BENEFICIÁRIOS			TOTAL - EVADIDOS		
	MÉDIA	N	DESVIO PADRÃO	MÉDIA	N	DESVIO PADRÃO	MÉDIA	N	DESVIO PADRÃO
AC	6,69	5.125	4,336	8,76	146	4,733	6,75	5.271	4,360
L1	5,69	639	4,093	7,47	565	4,600	6,52	1.204	4,426
L2	5,18	397	4,197	7,29	439	4,830	6,29	836	4,659
L3	6,71	1.197	4,115	9,55	42	4,533	6,81	1.239	4,160
L4	6,59	822	4,573	10,17	54	4,505	6,81	876	4,647
L9	3,33	9	2,828	6	3	3,000	4	12	2,985
L10	2,5	4	1,291	4	6	3,162	3,4	10	2,591
L13	5,06	31	2,932	11	3	5,196	5,59	34	3,517
L14	2,91	11	1,814	19	1	.	4,25	12	4,957
Total	6,52	8235	4,317	7,74	1259	4,754	6,68	9494	4,397

Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

O Gráfico 2 permite visualizarmos que a distribuição da evasão ao longo do tempo de permanência dos estudantes na universidade tende a diminuir a intensidade dos picos (semestres com maior frequência) entre os beneficiários. Além disso, a concentração da evasão entre os beneficiários é mais tardia (entre 4º e 7º semestres) do que entre os não beneficiários (entre 2º e 5º semestres). Com isso, dilui-se o formato piramidal observado da frequência de ocorrências de não beneficiários, distribuindo mais proporcionalmente ao longo do tempo de permanência dos estudantes beneficiários na universidade.

Os dados corroboram a hipótese de que o acesso ao Programa de Benefícios (suporte institucional de assistência estudantil) corresponde a um importante mecanismo de redução das desvantagens educacionais, contribuindo para redução da evasão e aumento da diplomação, sobretudo entre os estudantes com maior vulnerabilidade social. Esses resultados convergem com a literatura sobre o tema (Cespedes *et al.*, 2021; Cruz *et al.*, 2023; Heringer, 2018, 2022; Julião *et al.*, 2022; Nierotka, 2021; Silva, 2019).

Gráfico 2. Distribuição dos estudantes evadidos por semestre de presença na universidade em relação ao acesso a benefícios



Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

Esse impacto da assistência estudantil nos desfechos terminativos (evasão e diplomação) torna-se mais perceptível quando desagregamos a modalidade de ingresso. Os novos públicos que ingressaram na universidade a partir da Lei de Cotas não demonstraram trajetórias significativamente distantes dos públicos tradicionais, quando homogeneizados sob a categoria "cotistas". Nesse nível de comparação (entre "cotistas" e "não cotistas"), o ambiente acadêmico absorve de forma relativamente neutralizadora as disparidades de origem. Por outro lado, a estratificação da categoria "cotistas" permite identificarmos três feixes distintos de trajetórias que revelam a amplitude das desigualdades:

1) *Trajetória 1*: tendência de aproximação da modalidade L3 (brancos de renda superior) ao padrão de comportamento da ampla concorrência, com desfechos mais favoráveis;

2) *Trajetória 2*: aproximação das trajetórias das modalidades L1 (brancos de baixa renda) e L4 (pretos, pardos e indígenas com renda superior) com despenho intermediário;

3) *Trajetória 3*: trajetória significativamente mais prejudicada, associada aos critérios étnico-racial e de baixa renda (L2), que apresenta melhores respostas ao impacto do apoio institucional no desfecho acadêmico, mas ainda com a permanência ameaçada na universidade.

A Tabela 11 apresenta os dados gerais dos indicadores dessa tipificação das trajetórias. É possível observar que a retenção se distribui verticalmente da ampla concorrência (melhor desempenho) para a modalidade L2 (pior TIM). Na evasão, há uma pequena alteração de posição entre AC e L3, ambas permanecendo na mesma trajetória (1); bem

como L1 e L4, que intercalam a posição permanecendo na trajetória 2. Com relação à diplomação, ocorre maior oscilação no comportamento, distanciando a AC (31,3%) dos cotistas como um todo (aproximam-se de 20%).

Tabela 11. Situação acadêmica por feixes de trajetórias e modalidade de vaga

FEIXES		DESEMPENHO (TIM)	EVASÃO %	DIPLOMAÇÃO %
Trajetória 1	AC	120,44	17,6	31,3
	L3	114,19	16,6	19,9
Trajetória 2	L1	105,76	23,5	23,4
	L4	99,91	23,5	20,2
Trajetória 3	L2	92,83	29	21,4

Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

Quando relacionamos a diplomação com acesso à assistência estudantil (Tabela 12), podemos perceber que a modalidade L3 corrige parte desse baixo percentual de diplomação (superando as demais modalidades com 27,7%), mas mantendo-se bastante abaixo da AC (46,9%).

Nesse sentido, podemos inferir que a modalidade L3 tem semelhança com AC em relação ao desempenho ao longo do curso (retenção) e à evasão, mas possui indicadores de diplomação inferiores, inclusive que as demais modalidades. Esse fenômeno, aparentemente contraditório, explica-se pelo maior percentual de estudantes L3 ainda vinculados à universidade (63,5% cursando), que ocorre devido ao aumento proporcional de ingresso dessa modalidade a partir de 2018 (ocupando quase 20% das vagas totais da universidade. Assim, o motivo do menor percentual de diplomados nesta modalidade não está associado ao desempenho acadêmico (possui taxas de integralização de créditos superiores às demais modalidades de cotas), e sim à distribuição de seus estudantes nas três categorias de desfechos desproporcional, quando comparada às demais modalidades de ingresso, "inchando" a situação "cursando".

Tabela 12. Percentual de diplomação comparativo pelo acesso à assistência estudantil, por feixes de trajetórias e modalidade de vaga.

FEIXES		DIPLOMAÇÃO %		GERAL
		NÃO BENEFICIÁRIO	BENEFICIÁRIO	
Trajetória 1	AC	30,7	46,9	31,3
	L3	19,4	27,7	19,9
Trajetória 2	L1	19	25,4	23,4
	L4	19,8	23,2	20,2
Trajetória 3	L2	14,9	23,8	21,4

Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

A Tabela 13 mostra, inclusive, que a taxa de integralização da modalidade L3 quando acessa benefício supera a AC, caracterizando a trajetória 1 como de melhores desempenhos. Isso também se observa na Tabela 14, que evidencia menor evasão entre estudantes L3. Ainda sobre evasão, observamos que a modalidade L4 apresenta menor percentual de evasão que L1.

Tabela 13. Média da TIM comparativo pelo acesso à assistência estudantil, por feixe de trajetórias e modalidade de vaga

FEIXES		DESEMPENHO (TIM)		GERAL
		NÃO BENEFICIÁRIO	BENEFICIÁRIO	
Trajetória 1	AC	120,42	121,03	120,44
	L3	113,29	130,86	114,19
Trajetória 2	L1	91,54	110,52	105,76
	L4	98,1	113,37	99,91
Trajetória 3	L2	71,16	98,08	92,83

Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

Observa-se na Tabela 14 uma alteração no "ranking" (conforme a cor da célula), reclassificando as modalidades na situação de "evasão": L3 assume melhor dado geral e AC aparece na sequência, visivelmente na mesma trajetória (1); bem como L4 alterna com L1 a posição internamente na trajetória 2. Essa oscilação está diretamente vinculada aos critérios de cada modalidade, fazendo com que a modalidade L2 se aproxime da L1 nos parâmetros de evasão (critério de renda) e da modalidade L4 nos parâmetros de retenção e diplomação (critério étnico-racial).

Tabela 14. Percentual de evasão comparativo pelo acesso à assistência estudantil, por feixes de trajetórias e modalidade de vaga

FEIXES		EVASÃO %		GERAL
		NÃO BENEFICIÁRIO	BENEFICIÁRIO	
Trajetória 1	L3	16,9	10,7	17,6
	AC	17,8	12,8	16,6
Trajetória 2	L4	24,7	13,7	23,5
	L1	39,2	16,2	23,5
Trajetória 3	L2	49,9	21	29

Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

Os dados sintetizados nas tabelas anteriores permitem reafirmarmos a tipificação de comportamento nas três trajetórias, reunindo elementos de agrupamento entre as modalidades *nas* trajetórias e distinção *das* trajetórias. Na Figura 1, procuramos apresentar um esquema "estatístico-gráfico-total" dos feixes de trajetórias, permitindo a comparação visual entre as modalidades (interna e externamente à trajetória), entre as trajetórias e o efeito do acesso à assistência estudantil. Para isso, apresentamos os percentuais de diplomação e evasão (geral, para beneficiários e não beneficiários); e a média da TIM geral por modalidade de vaga disposta pela trajetória.

Para cada modalidade de vaga se estabeleceu um gráfico cujo eixo *x* está apresentado de forma decrescente e corresponde ao percentual de evasão; o eixo *y* (crescente) corresponde ao percentual de diplomação. A área do retângulo corresponde à razão da diplomação pela evasão invertida. Quanto maior a área, melhor o resultado (> diplomação; < evasão), e quanto mais à direita o gráfico está disposto no conjunto total do esquema, melhor a TIM. O atributo qualitativo também é expresso pela cor dos retângulos, em que o verde-escuro é mais positivo em contraposição ao vermelho-escuro, sendo os tons laranja intermediários.

A diferença entre os retângulos corresponde ao impacto dos benefícios, sendo os retângulos internos relativos aos dados dos não beneficiários, e os retângulos maiores, os que representam os dados dos beneficiários. As linhas contínuas presentes em cada gráfico formam um retângulo apenas com contorno (sem preenchimento de cor) referente ao dado geral de cada modalidade. As linhas pontilhadas subdividem as trajetórias.

Figura 1. Esquema comparativo do desfecho acadêmico por trajetórias, estratificado por modalidade de vaga e acesso à assistência estudantil

Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

No feixe da trajetória 1, encontramos os gráficos das modalidades AC e L3 com os melhores desfechos (situados mais à direita do esquema e com maiores áreas retangulares). Observa-se que o impacto dos benefícios é maior sobre o percentual de diplomados do que de evadidos. Por meio da análise que realizamos ao longo do artigo e sintetizamos neste esquema, depreendemos que esse perfil se constitui a partir de uma reatualização das trajetórias historicamente presentes no campo acadêmico, sem perspectiva de embate com os valores tradicionais da universidade. Contempla os estudantes familiarizados com o ambiente acadêmico, sobre os quais a política de cotas pouco ou nada influi nos destinos.

O segundo feixe é formado por estudantes de modalidades que possuem o critério de baixa renda (L1) ou étnico-racial (L4), mas sem a combinação de ambos simultaneamente. Observam-se desfechos intermediários com significativa melhora nos percentuais de evasão a partir do acesso aos benefícios (diferente da trajetória 1, com melhor impacto na diplomação). Esse perfil de estudante parece ter seu acesso à universidade mais dependente da implementação das cotas, sobretudo em cursos de maior seletividade. Nesse sentido, possui maior potencial de alargamento das fronteiras meritocráticas do acesso e consolidação da permanência ao ambiente universitário a partir do implemento de um "impacto controlado" da diversidade limitada.

Por fim, o terceiro feixe de trajetórias desafia a capacidade de inclusão da universidade, representando potencialmente a maior contestação do *habitus* acadêmico. Detém significativa contribuição latente para alargar os parâmetros epistemológicos e produzir conhecimentos perifericamente contemplados. O perfil é composto pelos estudantes mais vulneráveis (associando o critério de renda e étnico-racial), que essencialmente motivaram a origem e implementação das cotas no ensino superior, mas para os quais a universidade se mostra mais hostil à sua permanência. Ainda que os benefícios apresentem o maior efeito positivo no desfecho entre todas as trajetórias comparadas, segue sendo a modalidade com maiores probabilidades de evasão.

Orientando-se pela fundamentação teórica de nossa pesquisa, podemos inferir que o processo de diferenciação dessas trajetórias está associado à classe de *habitus* e corresponde às posições dos agentes no campo. Se, como vimos, a Política de Cotas pôde promover o deslocamento de agentes no espaço social em direção ao campo acadêmico, não o fez eliminando a exigência de certo acúmulo de capitais, cujo volume e disposição orientam o feixe de trajetória que ocupa.

Considerações finais

A análise da relação entre a origem social e o desfecho acadêmico de estudantes cotistas na UFRGS (2013-2022), considerando o impacto da assistência estudantil, permitiu construir estatisticamente feixes de trajetórias que caracterizam o conjunto da população estudada. A noção de trajetória adotada destaca segmentos de estudantes cujas condições de êxito acadêmico estão relacionadas à origem social. Entre os estudantes mais bem posicionados no percurso estudantil — que ingressaram pelo Acesso Universal e pela Política de Cotas na modalidade L3 —, é possível inferir uma origem social semelhante e uma tendência a alcançar um êxito maior na trajetória universitária. Os que compõem essa trajetória modal demonstram maior familiaridade com o campo acadêmico em comparação aos estudantes dos outros dois percursos identificados.

Em relação a esses demais percursos, compreendemos que há um processo de

reorientação nas trajetórias socioeducacionais de estudantes que dificilmente ingressariam na universidade sem o suporte da Política de Cotas. Embora não determine um destino, as condições de classe e raça delimitadas pelas ações afirmativas configuram marcadores sociais que demandam incentivos específicos tanto para o ingresso quanto para a permanência e o sucesso acadêmico. Assim, a reorientação de trajetória promovida pelas cotas, em muitos casos, requer o apoio de outra política para se concretizar plenamente em seu caráter afirmativo: a política de assistência estudantil. Esta, além de prover auxílios materiais, incide sobre condições de convivência, experiências cotidianas e sobre modos de viver, sentir, pensar e agir no espaço universitário.

Se o *habitus* e o senso prático são formados antes da condição de estudante universitário — nas relações familiares, escolares e comunitárias —, o ingresso no campo acadêmico e as novas experiências desestabilizam essas referências pregressas e exigem a incorporação ou a modificação de disposições mais ajustadas ao campo acadêmico e convergentes com capitais e requisitos que o compõem. No caso dos estudantes com trajetórias reorientadas a partir da política de cotas, as novas experiências culturais, burocráticas e pedagógicas tendem a gerar crises do senso prático (Bourdieu, 1996), impondo o desafio de elaborar mecanismos para lidar com contradições e conflitos em um tempo reduzido, marcado pela exigência de desempenho que define a vida universitária.

No limite dessas contradições emergem reflexividades e rupturas capazes de produzir formas alternativas de percepção e posicionamento no espaço acadêmico — como observamos entre estudantes de primeira geração universitária (Caregnato e Miorando, 2023). Tais rupturas podem gerar dificuldades, mas também deslocamentos produtivos que atuam sobre referências anteriores, produzem rearranjo nas disposições e configuram o que Bourdieu (2001) denomina de *habitus* clivado.

Embora os dados indiquem que os auxílios da assistência estudantil atenuem as desigualdades, é indispensável reconhecer a pluralidade de condições existentes entre os estudantes cotistas. Esses estudantes podem contar ou não com a assistência estudantil, e quando a recebem, é fundamental que a instituição atente para o tipo de apoio adequado a cada situação, como sinaliza Heringer (2018, 2022). A oferta de apoios material, pedagógico, psicológico, entre outros, pode ser fator decisivo para os desfechos das trajetórias, já que, como mostram os dados, a presença de auxílios e assistência aos estudantes reduz a evasão.

Outros estudos poderão analisar mais detidamente a relação entre cada um dos feixes de trajetórias identificados e os tipos de auxílios que mais correspondem às suas necessidades. O aprofundamento da questão poderia considerar a estratificação dessa relação entre auxílios e trajetórias por curso de graduação. Além disso, a alteração no critério socioeconômico, com redução do perfil de renda de 1,5 para 1 salário-mínimo *per capita*, tanto na revisão da Política de Cotas como na promulgação da Pnaes, demanda um período de efetiva implementação para avaliação no impacto dessa mudança. Cabe destacar que os temas das ações afirmativas e da assistência estudantil vêm sendo explorados no caso de estudantes de graduação. A verticalização do sistema e a presença de ações afirmativas na pós-graduação mostram que é necessário dar atenção também a esses tópicos nessa etapa de formação. Além disso, abordagens qualitativas sobre o percurso dos estudantes cotistas e/ou beneficiários podem

problematizar fatores microssociais que restringem ou facilitam o pertencimento e desfechos acadêmicos positivos para os estudantes na universidade.

Referências

Bourdieu, P. (1996). *Razões práticas*: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus.

Bourdieu, P. (2001). *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Bourdieu, P. (2012). Futuro de classe e causalidade do provável. In: C. M. M. Nogueira; A. Catani (Org.) *Escritos de educação* (pp. 81-126). 13 ed. Petrópolis: Vozes.

Bourdieu, P; Passeron, J. (2014). *Os herdeiros*: os estudantes e a cultura. Florianópolis: UFSC.

Brandão, Z. (2010). Operando com conceitos: com e para além de Bourdieu. *Revista Educação e Pesquisa*, *36*(1), 227-241. https://doi.org/10.1590/S1517-97022010000100003

Caregnato, C. E.; Miorando, B. S. (2023). Elementos de reflexividade na socialização acadêmica de estudantes de primeira geração na educação superior. *Revista Educação e Pesquisa*, *49*. https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349270176en

Cespedes, J. G. *et al*. (2021). Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, *29*(133), 1067-1091. https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002902418

Cruz, S. C. N. *et al*. (2023). Impacto dos programas institucionais sobre desempenho acadêmico na FURG. *Estudos em Avaliação Educacional*, *34*, e08747. https://doi.org/10.18222/eae.v34.8747

Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. (2010, 19 de julho). Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes. Brasília, DF: Presidência da República.

Fellin, L. B. (2025). *Ações afirmativas no ensino superior*: trajetórias recorrentes e biografia improváveis na UFRGS (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

Heringer, R. (2018). Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, *19*(1), 7-17. https://doi.org/10.26707/1984-7270/2019v19n1p7

Heringer, R. (2022). Políticas de acesso e permanência na Universidade do Texas, Austin (EUA): elementos para reflexão sobre o caso brasileiro. *Educar em Revista*, *38*. https://doi.org/10.1590/0104-4060.78962

Julião, C. R. F. *et al*. (2022). O impacto do programa nacional de assistência estudantil no desempenho dos discentes brasileiros de baixa renda. *Revista GUAL*, *15*(1), 203-225. https://doi.org/10.5007/1983-4535.2022.e84021

Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. (2012, 29 de agosto). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Nierotka, R. L. (2021). *Desigualdade de oportunidades no ensino superior*: Um estudo de caso sobre acesso e conclusão na UFFS (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

Nogueira, C. M. M; Nogueira, M. A. (2015). Os herdeiros: fundamentos para uma sociologia do ensino superior. *Educação & Sociedade*, *36*(130), 47-62. https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015140412

Silva, F. V. (2019). *Avaliação da efetividade da assistência pecuniária da política de assistência estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul entre 2013 e 2018* (Dissertação Mestrado Profissional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

UFRGS. (2023). *Relatório das Ações da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – 2022*. Porto Alegre: UFRGS. Recuperado de https://www.ufrgs.br/prae/wp-content/uploads/2023/08/Relatorio-Acoes-PRAE--2022-site2.pdf.

Valle, I. R. (2014). Os herdeiros: uma das principais "teses" da sociologia francesa da educação. *Revista Linhas*. Florianópolis, *15*(29), 232-250. https://doi.org/10.5965/1984723815292014232

Recebido em 15/09/2025. Aprovado em 24/10/2025.

Licença CC BY-NC 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International – CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

CSR CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA

Ação afirmativa e cotas para negros em universidades brasileiras: Raça, ensino superior e a agenda em disputa nas décadas iniciais do século XXI

Affirmative action and quotas for black students in Brazilian universities: Race, higher education, and the disputed agenda in the early decades of the 21st century

Acción afirmativa y cuotas para negros en universidades brasileñas: Raza, educación superior y la agenda en disputa en las primeras décadas del siglo XXI

Paulo Alberto dos Santos VIEIRA

vieira.paulo@unemat.br

Professor permanente junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR, 2012).

Maria Aparecida Corrêa CUSTÓDIO

mac.custodio@ufma.br

Professora permanente junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP, 2011).

A Lei nº14.723/23, ao atualizar a chamada "Lei de Cotas", prorrogou a vigência das políticas de ação afirmativa por mais uma década, além de incluir a incidência de tais políticas sobre programas de pós-graduação e ampliar o leque de sujeitos a serem contemplados pelas ações afirmativas. Distintamente do que ocorreu entre 2002 e 2012, quando uma forte polêmica orientou o debate público, nessa oportunidade, pouco se observou nesse sentido, e algumas divergências ficaram quase que restritas ao Parlamento brasileiro. Esse silêncio na esfera pública é o ponto de partida para a reflexão deste artigo, que sistematiza os principais pontos de vista do debate sobre as políticas de ação afirmativa entre 2002 e 2012 (primeira década) e 2012 e 2023 (segunda década). Assim, a pesquisa lança hipóteses preliminares acerca da disputa sobre a agenda política para o período entre 2023 e 2033 (terceira década). Admitindo que os contornos da ação afirmativa da primeira década embutem a contenção e que as características da segunda década visam à circunscrição destas, o artigo problematiza esses contornos e características à luz da agência negra responsável não só pela consagração das políticas de ação afirmativa, mas, fundamentalmente, por inseri-las em um movimento mais amplo de transformação da sociedade brasileira, ao reconhecer sua formação plural e a potencialidade de interrogar o pacto social mantenedor das hierarquias raciais erigido a partir de 1930.

Para tanto, problematiza tanto as bases nas quais a "Lei de Cotas" foi estruturada quanto a efetivação das comissões fenotípicas de heteroidentificação. Por fim, desenvolve algumas (in) conclusões acerca da disputa em torno dos percursos a serem percorridos pelas políticas de ação afirmativa no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Ação afirmativa; Cotas; Negros; Universidades; Brasil.

Law no. 14,723/23 extended the validity of affirmative action policies for another decade, in addition to including the incidence of such policies on postgraduate programs and broadening the range of individuals to be covered by affirmative action measures. Distinctly from what had occurred between 2002 and 2012, when a strong controversy guided public debate, on this occasion, almost nothing was observed in this regard and some disagreements remained nearly restricted to the Brazilian Parliament. This silence in the public sphere is the starting point for the reflection of this article, which systematizes the main viewpoints of the debate on affirmative action policies between 2002 and 2012 (the first decade) and 2012 and 2023 (the second decade). It raises preliminary hypotheses about the dispute over the political agenda for the period between 2023 and 2033 (the third decade). Assuming that the contours of affirmative action in the first decade embed containment and that the characteristics of the second decade aim to circumscribe these, the article problematizes these contours and characteristics in light of the black agency responsible not only for the establishment of affirmative action policies but, fundamentally, for placing them within a broader movement of transformation of Brazilian society, by recognizing its plural formation and the potential to interrogate the social pact that maintains racial hierarchies established since 1930. To do so, it problematizes both the foundations on which the 'Quota Law' was structured and the implementation of phenotypic committees for heteroidentification. Finally, it develops some (in)conclusions regarding the dispute over the paths to be taken by affirmative action policies in contemporary Brazil.

Keywords: Affirmative action; Quotas; Black people; Universities; Brazil.

La Ley n.14.723/23, al actualizar la llamada 'Ley de Cuotas', prorrogó la vigencia de las políticas de acción afirmativa por una década más, además de incluir la incidencia de tales políticas sobre los Programas de Posgrado y ampliar el abanico de sujetos a ser contemplados por las acciones afirmativas. A diferencia de lo que ocurrió entre 2002 y 2012, cuando una fuerte polémica orientó el debate público, en esta oportunidad casi no se observó nada en este sentido y algunas divergencias quedaron casi que restringidas al Parlamento brasileño. Este silencio en la esfera pública es el punto de partida para la reflexión de este artículo que sistematiza los principales puntos de vista del debate sobre las políticas de acción afirmativa entre 2002 y 2012 (primera década) y 2012 y 2023 (segunda década). Lanza hipótesis preliminares sobre la disputa por la agenda política para el período entre 2023 y 2033 (tercera década). Asumiendo que los contornos de la acción afirmativa de la primera década incluyen la contención y que las características de la segunda década tienen como objetivo circunscribir estas, el artículo problematiza estos contornos y características a la luz de la agencia negra responsable no solo de la consagración de las políticas de acción afirmativa, sino, fundamentalmente, de incorporarlas en un movimiento más amplio de transformación de la sociedad brasileña, al reconocer su formación plural y la potencialidad de interrogar el pacto social que mantiene las jerarquías raciales establecido a partir de 1930. Para ello, problematiza tanto las bases sobre las que se estructuró la 'Ley de Cuotas' como la efectividad de las comisiones fenotípicas de heteroidentificación. Por último, desarrolla algunas (in)conclusiones acerca de la disputa en torno a los caminos que deben seguir las políticas de acción afirmativa en el Brasil contemporáneo.

Palabras clave: Acción afirmativa; Cupos; Negros; Universidades; Brasil.

Introdução

Do ponto de vista da relação entre a agência do Movimento Negro e as políticas educacionais no Brasil, o século XXI começou com desafios inauditos e com a realização de avanços e conquistas no campo das legislações educacionais, especialmente no que se refere às políticas nacionais de educação.

Ao se tornar signatário da Conferência de Durban (Trapp, 2014), o Estado Nacional comprometeu-se com a implementação de políticas de ação afirmativa em, pelo menos, três níveis: o mercado de trabalho, em concursos públicos e para o ingresso em instituições de ensino superior. Em 2003, a Presidência da República sancionava a Lei 10.639/03, que, ao alterar a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB), tornava obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em todos os estabelecimentos escolares, públicos e privados, em todo o território nacional.

Outras mudanças foram ganhando destaque ao longo da primeira década do século XXI. Muito rapidamente, podem ser relembradas: em 2004, foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e o Conselho Nacional de Educação aprovou as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana* (Ministério da Educação, 2004). Já em 2008, a LDB foi novamente alterada para tornar obrigatório o ensino de História e Cultura dos Povos Indígenas em toda a rede de educação básica (Lei n.º 11.645/08), seguindo os caminhos abertos, em termos normativos, da Lei 10.639/03, já mencionada.

Esses avanços têm relação com os resultados eleitorais que conduziram Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. A vitória de um representante das classes trabalhadoras tem vínculo bastante estreito com as mudanças brevemente apontadas. Contudo, deve-se ter muita cautela ao atribuir tais avanços exclusivamente àquela vitória eleitoral.

Se as lutas políticas, culturais e sociais contra a ditadura civil-militar instalada no país em 1964 tiveram no movimento operário um de seus mais destacados pilares, deve-se ter em perspectivas que outros movimentos sociais estiveram nessa mesma trincheira e se destacaram na derrota imposta à ditadura em meados da década de 1980. Se 1978 nos remete às lembranças das greves que se alastraram pelo país, tendo como epicentro o movimento operário do ABCD paulista, ressalte-se que também nesse ano as lutas antirracistas ganham o espaço público com a criação do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (Rios, 2011).

Observações dessa natureza parecem ser importantes, na medida em que "novos movimentos sociais" conseguiram se rearticular, já a partir da segunda metade da década de 1970, para realizar o enfrentamento político que restaurasse, no Brasil, o ordenamento institucional sangrado em 1964, quando os princípios constitucionais foram desprezados por parcela da sociedade brasileira. O resultado disso foi o mais longo, pernicioso e cruel regime de exceção já existente em toda a história republicana do país.

Esta breve contextualização é bastante importante, afinal, este artigo tem como objetivo propor uma reflexão em termos da relação entre a agência negra e as políticas educacionais adotadas a partir das décadas iniciais do século XXI e com repercussões até os dias de hoje. Nesse aspecto, vale destacar que a ênfase aqui procurada recai sobre as políticas de ação afirmativa que passaram a incidir sobre a quase totalidade de processos de seleção em instituições públicas de ensino superior. Ao dirigir atenção e esse tema, busca-se

problematizar como se deram as recepções sobre um dos capítulos mais controversos de tais políticas, qual seja: cotas para negros em universidades.

Inicialmente adotadas por universidades fluminenses, as políticas de ação afirmativa logo contribuíram para a polarização entre posições favoráveis e contrárias à sua implementação, especialmente, como já dito, no que concerne às cotas para negros. Argumentos ancorados em distintas teorias sociais e perspectivas políticas se fizeram presentes nos debates públicos ocorridos nos anos iniciais da implementação dessas iniciativas.

De modo a alcançar os objetivos a que esta reflexão se propõe buscamos compreender por que razões contornos de políticas já consagradas[1] e, até mesmo, aplaudidas pela sociedade brasileira, como as políticas de ação afirmativa mostraram-se, a partir das posições contrárias, tão complacentes às desigualdades raciais.

Em termos metodológicos, será realizado um balanço de produção que possibilite identificar os principais posicionamentos no debate que se prolonga, com maior ou menor intensidade, até os dias de hoje. Este artigo possui, além desta introdução, mais alguns itens, por intermédio dos quais se pretende "capturar" as nuances que podem, eventualmente, ser identificadas no interior do debate que se aproxima de completar 25 anos.

O item "A primeira década: os ecos do TEN e os ventos de Durban" busca recuperar, em alguma medida, os debates que ocorreram entre 2002 e 2012. O crescimento da implementação das políticas afirmativas, com diversos recortes, em instituições públicas e estaduais de ensino superior; a implementação de ações afirmativas na primeira instituição federal de ensino superior; e os manifestos direcionados ao Supremo Tribunal Federal fazem parte das preocupações desse item.

O segundo, "A segunda década: raça, classe e ensino superior", versa sobre a sanção da Lei 12.711/12, que unificou os procedimentos para ingresso por políticas de ação afirmativa para todo o Sistema Federal de Ensino Superior, cuja abrangência alcança universidades federais, institutos federais de educação, ciência e tecnologia, centros de pesquisa e autarquias.

Na sequência, o item "A terceira década: disputas em torno da agenda" se dedica a problematizar os porquês da inexistência de debates públicos quando da renovação e ampliação do alcance da Lei 14.723/23, que estendeu as cotas para a pós-graduação *stricto sensu*.

Por fim, à guisa de (in)conclusões serão traçadas algumas considerações que têm a pretensão de contribuir para o debate contemporâneo sobre as políticas afirmativas, as cotas para negros e as questões de ordem étnico-racial em um país cuja população negra é a terceira maior do mundo.

A primeira década: os ecos do TEN e os ventos de Durban

A *III Conferência Mundial contra Racismo, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas*,

[1] Referimo-nos ao conjunto de políticas de ação afirmativa que têm sido recepcionadas pela sociedade brasileira desde 1943 com o decreto que corresponde à Consolidação das Leis do Trabalho. Desde então, os nacionais, pessoas com deficiência, mulheres e outros grupos subalternizados, em função de suas agências, têm sido contemplados com o desenho das ações afirmativas. Ao que parece, a única celeuma observada em torno das políticas de ação afirmativa ocorreu quando os mesmos princípios afirmativos foram conquistados por negros e indígenas.

que ocorreu na cidade de Durban, África do Sul, entre os dias 31 de agosto e 7 de setembro de 2001 impactou sobremaneira o debate sobre as relações raciais no interior da sociedade brasileira. O Estado Nacional, ao se preparar para participar dessa Conferência, foi instado pelo Movimento Negro a se organizar de forma coerente com as reais condições de vida da população negra brasileira. Dessa forma, realizaram-se edições dos *Diálogos Regionais* que aconteceram, pelo menos, uma vez em cada região geográfica do país.

A mobilização dos movimentos sociais negros resultou não só na realização dos *Diálogos Regionais*, visto que o Brasil participou com a maior delegação naquela Conferência, o que demonstrava, de modo inequívoco, o quanto o Movimento Negro havia retomado seu poder de mobilização e o quanto a agenda antirracista havia se fortalecido desde o seu ressurgimento ainda no final da década de 1970.

A implementação de políticas de ação afirmativa possui liames diretos e que se consolidaram na conferência, organizada e patrocinada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Observe-se que o Brasil se tornou signatário das "teses de Durban". Entre as centenas de teses que compuseram o Relatório Final, a adoção de medidas reparadoras era um dos muitos compromissos assumidos pública e internacionalmente pelos Estados Nacionais que subscreveram aquele documento.

Portanto, não devem pairar dúvidas sobre a importância de Durban para a luta antirracista no Brasil, tampouco em relação ao protagonismo exercido pelo Movimento Negro antes, durante e após essa conferência. Longe de qualquer tipo de coincidência, os "ventos de Durban" estão na raiz dos primeiros programas de implementação de políticas de ação afirmativa. Estes ocorreram nas instituições públicas de ensino superior do estado do Rio de Janeiro, a saber: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e Universidade Estadual da Zona Oeste (Uezo, hoje Uerj Zona Oeste).

Para além das controvérsias verificadas naqueles anos iniciais de adoção dessas medidas, a implementação dessas políticas afirmativas trouxe novos desafios àquelas instituições de ensino superior, que se ampliaram nos anos subsequentes, quando centenas de outras universidades foram aderindo a programas dessa natureza.

A repercussão das iniciativas das universidades fluminenses foi intensa, e a partir de então, estabeleceu-se um amplo debate público entre posições favoráveis e contrárias. Se as posições contrárias já foram mais explícitas e contundentes, nos dias de hoje elas se modificaram bastante, levando a falsa ideia de que esses posicionamentos se arrefeceram ou, no limite, passaram a "tolerar" as políticas de ação afirmativa. Os "ventos de Durban" possibilitaram avanços que devem ser reconhecidos, mas ainda assim permanecem enfrentando as múltiplas armadilhas apresentadas pela reatualização dos códigos racistas que persistem em processos de racialização de determinados grupos sociais.

Mirando aquele cenário em perspectiva, pode-se propor a ampliação da reflexão em torno da polêmica gerada pela adoção e adesão das políticas de ação afirmativa e das cotas para negros nas instituições de ensino superior no Brasil. Muito longe de serem políticas desconhecidas pela sociedade ou serem reflexos da influência política e cultural exercida por outros países, as políticas de ação afirmativa — e, em particular, as cotas — têm uma longa trajetória no interior desta sociedade. De acordo com Feres Júnior *et al.* (2018, p. 68):

> *É difícil estabelecer qual foi a primeira experiência histórica*

> *com ação afirmativa no Brasil. Enquanto Rosana Heringer toma como pioneira a Lei do Boi, que em 1968 reservou vagas nas universidades para filhos de fazendeiros, Sabrina Moehlecke acredita que o marco legal para a ação afirmativa começou com a Constituição de 1988, que já previa uma reserva dos cargos públicos para pessoas com deficiências físicas e mentais.*

A reação negativa e contrária de determinados setores sociais — parcela da imprensa, intelectuais e detentores de mandatos populares, por exemplo — não condiz com o longo processo de consagração de políticas desta angulação.

Preliminarmente, registre-se que o tema das relações raciais tem longa trajetória em meios acadêmicos, intelectuais, jornalísticos e em outros espaços sociais. Na década de 1930, por exemplo, foram realizados dois congressos, cujo cerne dos debates versava sobre a dinâmica dessas relações. De modo sintético, as principais teses defendidas nos congressos afro-brasileiros tendiam a destacar percepções alinhadas aos debates acerca da questão racial prevalentes àquela época. De acordo com Morais (2020, p. 2 e 16):

> *Os Congressos Afro-Brasileiros de Recife e de Salvador, ressalvadas suas diferenças, reuniram pesquisadores que, por distintas vias, tomavam o negro como objeto de estudo. Parte desses pesquisadores estavam vinculados a órgãos estatais de desenvolvimento e de implementação de políticas públicas higienistas. Para além do aporte da medicina, incluindo a psiquiatria, eles se apoiavam na antropologia da época para desenvolverem suas pesquisas sobre o negro, dedicando especial atenção às suas práticas religiosas . . . Religiosos afro-brasileiros também estiveram presentes nesses fóruns como congressistas, um fato inédito até então . . . Vitrines de parte da antropologia feita no Brasil nos anos 1930, os Congressos Afro Brasileiros ocorridos em Recife e em Salvador expuseram a forma como se pensava a questão racial à época: apesar das influências do culturalismo norte-americano, ainda se deixava transparecer a herança das teorias evolucionistas, com seu viés biológico. Os dois congressos não marcaram, assim, uma brusca ruptura com pensamentos que fundamentavam o estudo sobre o negro no Brasil até então.*

Destarte, em 1950, o jornal *O Quilombo* repercutia as principais teses do *I Congresso do Negro Brasileiro* ocorrido nesse mesmo ano sob o abrigo do Teatro Experimental do Negro e sua principal figura pública, o ativista e multiartista Abdias do Nascimento. O referido jornal sistematizava e sintetizava posicionamentos críticos aos que foram defendidos nas teses-guia dos congressos afro-brasileiros realizados, respectivamente, na cidade de Recife (1934) e Salvador (1937).

> *Na coluna Nosso Programa, lê-se com rara nitidez a defesa e a reivindicação pela implementação de políticas de ação afirmativa sensíveis à raça. . . . 3 – lutar para que enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos estudantes negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares. (IPEAFRO, 2003)*

Depreende-se que as reivindicações pela adoção de políticas de ação afirmativa voltadas à população negra, e que só foram implementadas no início do século XXI, são também tributárias das articulações políticas, mobilizações sociais e da agência negra desde antes da realização do Projeto Unesco (Pereira e Sansone, 2007).

Essa dimensão auxilia em termos de contextualização histórica e redimensionamento temporal do surgimento de demandas por elaboração e adoção de políticas públicas educacionais com recortes raciais. Esse fato é importante para que se escape de boa parcela dos argumentos contrários que, no início do século XXI, insistiam em teses que careciam de elementos que se sustentassem ao longo do tempo. Aproximadamente meio século antes de Durban, reivindicações de políticas de ação afirmativa sensíveis à raça já se faziam presentes no interior do Movimento Negro, que pressionava o Estado Nacional por tais medidas.

Se é assim, os "ecos do TEN" e os "ventos de Durban" se conectam e se apresentam como capítulos de uma longa jornada do Movimento Negro, que sempre apostou na educação e na formulação de políticas públicas educacionais como ferramenta de apoio material e simbólico às lutas travadas por ele — e seus aliados — para a superação e erradicação do racismo no Brasil.

Some-se aos ecos e aos ventos a experiência da Universidade de Brasília (UnB). A primeira universidade do Sistema Federal a implementar políticas de ação afirmativas e cotas para negros também tem destacada contribuição a essa retomada das "origens" das ações afirmativas no Brasil. Apesar de a implementação dessas políticas ter ocorrido em 2004, o debate no interior dessa Instituição de Ensino Superior remonta ao ano de 1998, quando um estudante de doutorado foi reprovado em uma disciplina no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

O "caso Ari" extrapolou o ambiente universitário e cindiu, em alguma medida, as Ciências Sociais, e em particular a Antropologia, como pôde ser acompanhado pelos intensos debates ocorridos no interior de associações de classe, alcançando seu ápice com manifestos enviados ao Supremo Tribunal Federal em 2010. Ainda que não seja um episódio isolado, o "caso Ari" foi — e continua sendo — emblemático das potencialidades e dos desafios antepostos por corpos negros e epistemes emergentes no interior da universidade pública (Carvalho, 2005, 2022; Lima, 2001).

A audiência pública realizada pelo Supremo Tribunal Federal no ano de 2010 em atenção à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 186 (ADPF/186) e pelo Recurso Extraordinário n.º 597.285, que questionavam a constitucionalidade da reserva de vagas nas universidades públicas a partir de critérios raciais, foi emblemática dos debates que escalaram e das tensões despertadas pela implementação e crescente adesão às políticas de ação afirmativa sensíveis à raça por parte de instituições de ensino superior.

Realizada entre os dias 3 e 5 de março de 2010, a Audiência Pública se tornava crucial não só para o futuro das cotas para negros, mas também para os rumos institucionais sobre a dinâmica das desigualdades que se apresentam secularmente nas relações raciais no Brasil. A manifestação derradeira seria da instituição, que, por força constitucional, tem a responsabilidade de dissipar querelas, protegendo a Constituição Federal.

O contexto que se apresentava no ano da Audiência Pública expressava as movimentações dos diversos atores e movimentos sociais que se envolveram direta e indiretamente diatribes contrárias às cotas para negros. Em 2010, o Congresso Nacional aprovava e a Presidência da República sancionava o *Estatuto da Igualdade Racial*, que corresponde a Lei 12.288/10, e de cuja redação original fora retirada a previsão das cotas. Foi também nesse ano que, pela primeira vez, no âmbito do debate público e das

manifestações dos editoriais de jornais de circulação nacional, houve manifestação favorável às cotas sociais. De acordo com Vieira (2016), um jornal de grande circulação nacional ainda que permanecesse em sua crítica às cotas para negros, passava a admitir o alcance da ação afirmativa para egressos de escolas públicas. Essa guinada representou um destacado avanço no que se refere à admissão das ações afirmativas por um leque ampliado de setores da sociedade brasileira.

Há pelo menos duas maneiras distintas de se compreender os significados da admissão de políticas de ação afirmativa para estudantes que realizaram sua trajetória escolar no sistema público de educação. De um lado, houve uma inequívoca mudança de posicionamento por partes dos que criticavam ou se posicionavam contrariamente a essas iniciativas.

Para quem acompanha o debate sobre as políticas educacionais do país, as articulações entre a passagem da educação básica ao ensino superior representadas naquele editorial correspondiam a conquistas talvez até inimagináveis pouco tempo antes. Portanto, em termos sociais e políticos, o avanço mostrava-se inequívoco.

De outro lado, também é legítimo especular que a defesa de cotas para egressos da escola pública tem enraizamento em certa orientação teórica no interior da qual a subsunção da raça à classe é o fundamento teórico-metodológico. A Lei 12.711/12, que reorientou todo o Sistema Federal de Ensino Superior — universidades e seus colégios de aplicação e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia —, admitia que 50% das vagas destinadas à ação afirmativa fossem alcançadas em até quatro anos. Ainda, a mencionada lei, ao se tornar obrigatória para as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) e referência para todas as demais instituições de ensino superior, deslocava o debate, pois os recortes centrais no desenho da política estavam assentados na renda e no tipo de estabelecimento no qual a trajetória escolar havia se realizado. A dimensão étnico-racial foi deslocada para um plano secundário.

A segunda década: raça, classe e ensino superior

Ainda que, formalmente, a segunda década de incidência de políticas de ação afirmativa no ensino superior tenha se iniciado com sanção da Lei 12.711/2012, parece-nos que as definições dos contornos da legislação ocorreram no período anterior. Há alguns elementos na realidade política e jurídica a partir de 2010 que podem auxiliar na compreensão dos contornos da chamada “Lei de Cotas”. Entre os elementos dessas realidades, ganham destaque: a) a aprovação do *Estatuto da Igualdade Racial* (*Lei n. 12.288*, 2010); b) a clivagem — ao que parece a partir da imprensa escrita — a favor das chamadas “cotas sociais”; e c) a audiência pública no Supremo Tribunal Federal em diálogo com a sociedade civil em função do questionamento apresentado por partido político às iniciativas da UnB e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) ao implementar cotas de caráter étnico-racial e o voto do relator da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 186 – Distrito Federal (STF, 2012).

Como já foi dito, para a implementação das políticas de ação afirmativa, incluindo a modalidade cotas para negros e indígenas, confluíram processos mais abrangentes: as demandas do Congresso do Negro Brasileiro no ano de 1950 e o Brasil ter se tornado signatário das “teses de Durban”. Evidentemente que, nesse meio século que separa esses eventos, há uma conjuntura nacional cuja tensão foi escalando ao longo do período. A entrada em cena

dos "novos movimentos sociais"[2], alguns deles já com muita experiência acumulada dentro e fora do país, complexifica esse cenário de reivindicações crescentes por reconhecimento e luta em prol do restabelecimento das prerrogativas institucionais subtraídas pelo golpe cívico-empresarial-militar de 1964.

Destaque-se que as negociações para a aprovação do *Estatuto da Igualdade Racial* estavam paralisadas há alguns anos e foi somente com a retirada do instituto de cotas para negros da redação original que as condições institucionais se mostraram politicamente palatáveis à sanção do *Estatuto*. No caso em tela, as negociações políticas foram muito específicas, pois menções às políticas de ação afirmativa aparecem em vários capítulos, incluindo referências às mulheres negras.

O trecho que segue alude, em alguma medida, a tensões, dilemas, avanços e recuos que marcaram a aprovação da mencionada legislação desde que o projeto de lei houvera sido aprovado pelo Senado Federal ainda em 2005. As articulações acerca da tramitação e aprovação do *Estatuto da Igualdade Racial*, de acordo com Santos *et al.* (2011, p. 47) se deram de modo não completamente satisfatório, visto que

> *... deve-se lembrar que a primeira versão do parecer daquele relator, de 16 de julho de 2008, ao Projeto de Lei n. 6.264/2005 mantinha, entre outros fatores: (a) uma técnica de implementação de ação afirmativa, o sistema de cotas, para que negros ingressem nas universidades, no mercado de trabalho (quer na área pública ou privada), com ênfase nos programas televisivos, no cinema e na publicidade ou na mídia imagética. . . . Um ano e dois meses depois da primeira versão, após debates e constantes ataques ao Estatuto. . . . o deputado Antônio Roberto PV/MG apresentou a sua última versão de parecer ao projeto, em 9 de setembro de 2009, na qual foram suprimidas todas as proposições supracitadas, entre outros direitos a que a população negra brasileira teria direito.*

Entre 2005 e 2010, ano de aprovação da Lei 12.288/2010, que corresponde ao *Estatuto da Igualdade Racial*, os debates estavam submetidos à lógica e às pressões exercidas pelo Movimento Negro, que conseguira algum espaço institucional nas pautas defendidas. O formato final do *Estatuto* não correspondia integralmente às reivindicações, porém sua aprovação implicou avanços no intrincado tabuleiro político no qual estavam — e estão — inseridas as relações raciais no Brasil.

Em um editorial datado de 2010 do jornal *O Globo* (Vieira, 2016), que, mais uma vez, se posicionava de forma contrária à adoção de políticas afirmativas sensíveis à raça, pode-se encontrar uma clivagem responsável por certa guinada nos rumos da gestão das políticas afirmativas no Brasil. Apesar da manutenção das posições críticas e contrárias a essas políticas, o editorial "deixava escapar" pelas entrelinhas uma nova posição no debate. Buscando aperfeiçoar o argumento: a "novidade" não residia na defesa do acesso às universidades por parte de egressos dos sistemas públicos de educação ou por parte da população pobre.

[2] "Novos movimentos sociais" são os que surgiram como uma resposta a diversas questões sociais, políticas e econômicas. Eles se caracterizam por serem ações coletivas organizadas que visam influenciar a dinâmica social, seja para conservar ou mudar a realidade existente. Movimentos reivindicativos, "identitários" e ambientalistas são alguns exemplos.

A "novidade [que] veio dar à praia" (Gil *et al.*, 1986) residia no editorial. Constituindo-se como uma das mais destacadas manifestações do pensamento conservador brasileiro, os editoriais do jornal *O Globo* quase sempre esteve alinhados ao conservadorismo e, em alguns momentos, ao pensamento antidemocrático e retrógrado, como exemplificam as edições relacionadas à ditadura cívico-militar-empresarial que se instalou no Brasil a partir de 1964.

Naquelas entrelinhas do editorial de 2010, talvez pela primeira vez, havia uma manifestação em prol das políticas afirmativas, mas desde que fossem contemplados por esta política pública o recorte e a inserção socioeconômica do futuro cotista. Esse posicionamento não era em nada desprezível; na verdade, refletia um emblemático avanço no interior do pensamento conservador brasileiro. Admitir que o consagrado instituto das ações afirmativas para "hipossuficientes"[3] e egressos das redes públicas de educação básica parecia ser algo inimaginável no início do século XXI.

De alguma maneira, essa manifestação editorialista, que em muito se aproximava das tensões envolvendo a aprovação do *Estatuto da Igualdade Racial*, ascendeu ao debate público, tornando-se uma das posições de maior visibilidade no interior do pensamento conservador. Não eram as únicas compreensões que pavimentavam "caminhos convergentes" (Paula e Heringer, 2009) e, simultaneamente, díspares do pensamento social negro.

O voto do eminente ministro relator da Arguição de Descumprimento de Preceito Constitucional n. 186 – Distrito Federal, submetido ao plenário do Supremo Tribunal Federal, dirimia questões de ordem normativa em termos da constitucionalidade das políticas de ação afirmativa voltadas para sujeitos negros e indígenas.

Em 2011, um partido político ingressara na Suprema Corte contestando, nos termos da constituição vigente, a validade do uso de políticas de ação afirmativa para ingresso de negros e indígenas na UnB. O voto que se vinculava à audiência pública realizada em 2010 informava às partes e à sociedade brasileira que aquele debate havia chegado ao tribunal, cuja prerrogativa é a interpretação e defesa do consagrado no texto constitucional. Portanto, o voto submetido ao plenário da Suprema Corte, sendo acatado ou não, encerraria as polêmicas jurídico-constitucionais. Logo nas páginas iniciais do voto proferido, essa condição é explicitada nos seguintes termos:

> *... à questão relativa às ações afirmativas insere-se entre os temas clássicos do controle de constitucionalidade, aqui e alhures, sendo de toda a conveniência que a controvérsia exposta nesta ação seja definitivamente resolvida por esta Suprema Corte, de maneira a colocar fim a uma controvérsia que já se arrasta, sem solução definitiva, por várias décadas nas distintas instâncias jurisdicionais do País (STF, 2010, p. 3).*

O desfecho dessa história é conhecido pela sociedade brasileira. O voto submetido ao plenário da mais Alta Corte da República do Brasil resultou na manifestação, por unanimidade dos presentes, pela constitucionalidade da aplicação do Programa de Universidade de Brasília e,

[3] Com maior frequência na literatura especializada nos últimos anos, a hipossuficiência pode ser compreendida como indivíduos que se encontram em situações de desvantagem social ou econômica, o que dificulta e, no limite, os impede de acessar direitos básicos e serviços essenciais.

por conseguinte, para todas as políticas de ação afirmativa. Ainda que o processo tenha sido gerado a partir do caso específico de uma instituição federal de ensino superior, as consequências corroborariam a adesão do Brasil às "teses de Durban", quando o Estado Nacional se tornou signatário, comprometendo-se com a implementação de ações afirmativas no ensino superior, em concursos públicos no âmbito da União e no mercado de trabalho.

O que ocorreu na sequência foi a aprovação da "Lei de Cotas" no Sistema Federal de Ensino Superior (2012), para ingresso em concursos públicos federais (2014) e, pelo menos, uma ação relativamente ousada ação no mercado de trabalho (2020) — uma grande empresa do setor varejista foi pioneira na criação de um programa de *trainee* exclusivo para pessoas negras.

Os avanços parecem inegáveis. Entretanto, vale a pena destacar uma passagem do voto do ministro relator da Suprema Corte aprovado pelo plenário. Dissertando sobre o conceito, vigência, objetivos e sujeitos a serem contemplados pela política de ação afirmativa, o relator, ao estabelecer diálogos com instituições internacionais, teóricos reconhecidos mundialmente e formuladores de teorias sociais, destaca que:

> *[Ações afirmativas são] medidas especiais e concretas para assegurar como convier o desenvolvimento ou a proteção de certos grupos raciais de indivíduos pertencentes a estes grupos com o objetivo de garantir-lhes, em condições de igualdade, o pleno exercício dos direitos do homem e as liberdades fundamentais… essas medidas não deverão, em caso algum, ter a finalidade de manter direitos desiguais ou distintos para os diversos grupos raciais, depois de alcançados os objetivos em razão dos quais foram tomados (STF, 2012, p. 9, grifos nossos).*

Em trecho mais adiante, prossegue o magistrado:

> *Admitida, pois, a constitucionalidade: i) das políticas de ação afirmativa, ii) da utilização destas na seleção para o ingresso no ensino superior, especialmente nas escolas públicas, iii) do uso do critério étnico-racial por essas políticas e iv) da modalidade de reserva de vagas ou do estabelecimento de cotas, passo, então a examinar a necessária **modulação** desse entendimento, acentuando, em especial, a sua **natureza transitória** e a **necessidade de observância da proporcionalidade entre os meios empregados e os fins a serem alcançados** [...] Isto posto, considerando, em especial, que as políticas de ação afirmativa adotadas pela Universidade de Brasília (i) têm como objetivo estabelecer um ambiente acadêmico plural e diversificado, superando distorções sociais historicamente consolidadas, (ii) revelam proporcionalidade e razoabilidade no concernente aos meios empregados e aos fins perseguidos, (iii) são transitórias e prevêem* (sic) *a revisão periódica de seus resultados e (iv) empregam métodos seletivos eficazes e compatíveis com o princípio da dignidade humana, julgo **improcedente** esta ADPF (STF, 2012, pp. 44 e 47, grifos no original).*

Após uma década de muitas polêmicas, debates e rechaços, as políticas de ação afirmativa com recorte étnico-racial eram, finalmente, declaradas constitucionais e equiparadas, no campo dos direitos constitucionais, a outras políticas dessa natureza existentes desde pelo menos a década de 1940. A confluência desses três eventos — aprovação do *Estatuto da Igualdade Racial*, clivagem no interior do pensamento conservador brasileiro e o julgamento improcedente da ADPF — parecia consagrar um "modelo" de políticas de

ação afirmativa para negros e indígenas assimilável pelos setores até então contrários a qualquer desenho institucional de ingresso de negros e indígenas nas universidades brasileiras.

A Lei 12.711/12 apresentou para a nação que modelo seria esse. Eram múltiplos e variados os programas de ação afirmativa nas universidades brasileiras entre 2002 e 2012. Aprovados, de um modo geral, por conselhos superiores e no marco da autonomia universitária e dos princípios democráticos pactuados em cada universidade, esses programas refletiam a correlação de forças existentes, seja na sociedade como um todo, seja no interior da instituição de ensino superior.

A Lei 12.711/12 padronizou os procedimentos adotando modelo único para todas as Ifes e passou a atuar como uma espécie de "efeito demonstração" para as demais universidades brasileiras, especialmente as públicas estaduais e municipais. Essa padronização assentava uma tese acerca do ingresso de cotistas — tese esta que encontra parte de suas raízes nos eventos apresentados brevemente. A "Lei de Cotas" alinhava-se à tese de que as dinâmicas étnico-raciais estariam subordinadas às socioeconômicas, pois o primeiro corte para os pretendentes às vagas disponibilizadas por essa legislação amalgamava o tipo de estabelecimento escolar associado com a renda familiar dos futuros cotistas.

Os princípios da igualdade — e não da diferença —, da transitoriedade e da proporcionalidade foram remetidos para o núcleo da legislação, que, a partir de 2012, passou a vigorar por uma década. Essa inflexão das bases normativas do modelo único da política de ação afirmativa foi — e ainda deve ser — celebrada. As estatísticas mais recentes demonstram os avanços decorrentes da "Lei de Cotas". Entretanto, pode-se ponderar que tais avanços tiveram como resultado prático uma espécie de contenção da agência negra, que, ao influenciar os rumos de políticas públicas no Brasil contemporâneo, havia questionado profundamente o cânone das Ciências Humanas e Sociais e, simultaneamente, apresentado interrogações ao pacto nacional, cuja expressão mais conhecida era a da subordinação e da assimilação da população negra à identidade nacional. Em síntese, a "Lei de Cotas" avança sem que possibilite críticas ao pacto nacional; e a igualdade tende a homogeneizar os indivíduos, mantendo, em outros patamares, o pacto da branquitude (Bento, 2022).

A terceira década: disputas em torno da agenda

Formalmente, a terceira década das políticas de ação afirmativa nas universidades brasileiras tem início com a aprovação da Lei 14.723/23, que prorrogou a política por uma década, ampliou os sujeitos de direito e passou a abranger a pós-graduação. Essa nova configuração do campo normativo revelou a existência de alguns obstáculos, pois a aprovação dessa nova legislação requereu a prorrogação da "Lei de Cotas" por aproximadamente um ano, visto que a Lei 12.711/12 expirava em 2022.

Essa configuração é o que está no corpo da lei. Com a prorrogação da vigência da Lei 12.711/12, por parte do Congresso Nacional para o ano de 2023, tem início, em termos normativos, a terceira década de incidência de políticas de ação afirmativa no ensino superior, considerando as iniciativas das universidades fluminenses. Um dos aspectos mais emblemáticos foi a influência exercida pela Portaria Normativa n.º 8 do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Pretende-se desenvolver, ainda que de maneira preliminar, a tese de que, entre 2012 e 2014, houve uma reação do pensamento conservador que conseguiu, ao menos até agora e parcialmente, circunscrever a potência

que se instalara com a implementação das cotas com recorte étnico-racial.

Os contornos legais e os impactos sociais, políticos e culturais da Lei 12.711/12 precisam ser analisados com mais profundidade. Entretanto, o estabelecimento hierárquico de recortes aos postulantes parecia indicar certo grau de contenção das demandas formuladas pelo Movimento Negro, o principal ator na proposição dessa agenda política.

Os graus de contenção eram visíveis quando o modelo proposto pela nova legislação passava a ser cotejado com a variedade de modelos existentes até 2012. De um modo geral, os modelos existentes até 2012 não determinavam, obrigatoriamente, a subordinação da variável raça a quaisquer outras, como renda e formato da administração do estabelecimento escolar. Essa subordinação que é explícita na chamada "Lei de Cotas" corresponde, em linhas gerais, à âncora do desenvolvimento capitalista que muito influenciou o pensamento social e sociológico brasileiro (Machado, 2019).

Se, nessa linha de raciocínio, a subsunção da raça à classe, nos termos da Lei 12.711/12, parecia se apresentar como contenção em relação aos modelos de implementação das políticas de ação afirmativa aprovados por conselhos superiores, a mais recente "Lei de Cotas" passara a incorporar uma espécie de circunscrição do alcance da política. Essa forma de circunscrever o alcance das cotas étnico-raciais explica, ao menos parcialmente, a ausência de debates públicos quando da prorrogação e aprovação da lei de 2023. Nada mais emblemático e ruidoso que o completo silêncio em torno da prorrogação das políticas de ação afirmativa por mais de dez anos.

Na renovação por mais uma década, a Lei 14.723/23 ampliou o alcance. O critério de renda se tornou mais abrangente ao reduzir as exigências anteriores. Aos sujeitos da política, somaram-se quilombolas e pessoas com deficiência, e a incidência alcançou a pós-graduação. Desse modo, tudo indica que as políticas de ação afirmativa se consolidaram não apenas no âmbito normativo ou da formulação de políticas públicas; na verdade, pode parecer que o tema se enraizou no seio da sociedade brasileira, o que explicaria um cenário completamente diverso se comparado à década anterior. A Lei 14.723/23 corresponderia à plena realização da agenda forjada pelo Movimento Negro a partir de 1978.

Nada mais enganoso que a conclusão anterior. Os dados consolidados das variáveis qualitativas — educação, saúde, trabalho, habitação, segurança pública etc. — do Censo Demográfico de 2022 indicam, apesar de alguns avanços, que a população negra permanece na base da pirâmide social e que o acesso aos bens públicos ainda requer muitos esforços para que a propalada igualdade de oportunidades se efetive na realidade nacional (IBGE, 2024). Se essas considerações são enganosas, de que forma é possível interpretar a ausência de polêmicas públicas — característica marcante da década anterior (2002/2012) — quando da sanção da Lei 14.723/23?

A questão, aparentemente simples, embute nela mesma muitas possibilidades de respostas. Uma hipótese, ainda em busca de maior densidade, será formulada visando estabelecer um diálogo crítico com a pergunta acerca da ausência de debates e polêmicas públicas a partir da "Nova Lei de Cotas". Em linhas gerais, o fundamento da hipótese é que as "Leis de Cotas" expressam tentativas de contenção e circunscrição da agência negra.

Amparada em Giddens (2003), a pesquisadora Elenilda Santos (2020) mobiliza o conceito de agência para problematizar a implementação da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de História e

Cultura Afro-brasileira e Africana em uma escola pública no interior de Mato Grosso. Santos (2020, p. 74) realiza o seguinte desenho com a intenção de possibilitar melhor compreensão do conceito:

> *Tendo em vista essa definição, a intencionalidade do agente não é negada, nem encarada como a característica principal da capacidade de agência. Mesmo que toda ação envolva uma intenção inicial, o seu resultado jamais pode ser explicado completamente por essa intenção, mas apenas quando se reconhece a interferência de consequências não intencionais. Por exemplo: quando um indivíduo em determinada ação tenciona um fim A e alcança um fim B, ele é um agente em relação ao fim B, pois participou de sua consecução, embora não intencionalmente. Já a agência coletiva dentro do sistema social desenvolvida por Giddens é resultado de presença maciça de organizações na sociedade, com relações fora das barreiras tradicionais, que permitem intersecção com diferentes ambientes, juntando com a pluralidade de participação de atores em diversas organizações, cria uma grande oportunidade para a agência coletiva e mudança. Desta forma, a estrutura não acaba com a agência por meio de uma força monolítica, mas a capacita por sua complexidade e contradição (grifos nossos).*

Se tomarmos por suposto que a agência do Movimento Negro está na base e foi responsável por uma das mais importantes guinadas da política pública em termos de relações raciais, novas possibilidades interpretativas se abrem para a compreensão do alcance das políticas afirmativas. Nesse diapasão, essas políticas deveriam ser promotoras da igualdade de oportunidades e, simultaneamente, reconhecedoras da diferença. O reconhecimento da diferença no interior dessa política agregaria outras complexidades além daquelas cujos liames se evidenciaram na relação entre as condições institucionais para a aprovação do *Estatuto da Igualdade Racial*, a clivagem em prol das "cotas sociais" e as manifestações do voto do ministro relator da ADPF 186.

O prisma da diferença "aplicado" às políticas de ação afirmativa integra um capítulo mais profundo no que tange à dinâmica das relações raciais e o pacto social erigido e consolidado a partir de 1930, quando a identidade nacional cumpre papel central. O olhar para as políticas de ação afirmativa a partir da diferença desloca as bases de uma identidade homogênea e de um pacto social hierarquizante. Talvez a melhor síntese do que se quer expressar aqui seja encontrada em Silvério e Trinidad (2012, p. 894), quando asseveram que:

> *. . . a questão de fundo no debate, desde as duas últimas décadas do século XX na sociedade brasileira, é sobre o lugar da diversidade e em que medida o seu reconhecimento tem contribuído para recriar a ordem social, cultural e política. Para o autor, a Constituição Federal de 1988 reflete uma transição sociopolítica de uma sociedade que se representava como homogênea (do ponto de vista étnico-racial), harmônica (do ponto de vista do ideal de nação) e cordial (do ponto de vista das relações entre os indivíduos e grupos), para uma sociedade que se pensa diversa e profundamente heterogênea (do ponto de vista étnico-racial), dissonante (do ponto de vista do ideal de nação) e conflituosa (do ponto de vista das relações entre os indivíduos e grupos) (grifos nossos).*

Os encaminhamentos realizados em prol da defesa das políticas de ação afirmativa são importantes e têm alterado o monocromatismo dos *campi* universitários que hoje se apresentam mais

diversos, seja do ponto de vista socioeconômico, seja do ponto de vista étnico-racial. As políticas de ação afirmativa têm cumprido seu relevante papel, e isso é inconteste. Entretanto, o que se pretende problematizar não é a eficácia da política, que, independentemente da métrica usada, é exitosa.

A questão que se apresenta está relacionada à disputa em torno da agenda na formulação de políticas públicas educacionais, com especial atenção às políticas de ação afirmativa. Na primeira década, essa disputa foi mais explícita, como demonstram os dois manifestos enviados ao Supremo Tribunal Federal, que refletiram a intensidade do embate (Nascimento, s/d). Mas e nas décadas seguintes? A hipótese é de que, a partir de 2010/2012, outras formas foram desenvolvidas, e todas elas seguiram outros caminhos que não o debate público e aberto. Desenhavam-se outras estratégias. Para os anos entre 2012 e 2022, a de contenção; e a partir daí, a de circunscrição.

Para o período que corresponde à "Lei de Cotas", reconhece-se o importante avanço, pois a consagração do mecanismo que passou a assegurar metade das vagas nas Ifes para egressos das redes públicas de educação é algo inimaginável até poucos anos atrás. A agência do Movimento Negro impactava de maneira profunda a agenda da formulação das políticas públicas educacionais. Emblematicamente, esse avanço parecia estar revestido de uma estratégia de contenção da agência do Movimento Negro dessas últimas sete décadas. Ao subsumir a raça à classe, nos termos da Lei 12.711/12, os defensores do pacto nacional, erigido desde as primeiras décadas do século XX jogavam para um futuro indeterminado o debate em torno das dinâmicas das relações étnico-raciais no Brasil.

Esse modelo — de difícil contestação —, também fruto das muitas estratégias desenvolvidas pelo Movimento Negro desde, pelo menos, 1950, possibilitava destacados avanços na democratização do acesso ao ensino superior, sobretudo o público; porém, simultaneamente, mais uma vez lograva êxito no "adiamento" do reconhecimento do racismo como componente sistêmico e institucional da sociedade brasileira.

Desse ponto de vista, pode-se arriscar a hipótese de que o pensamento conservador reagia de uma maneira bastante inovadora, pois, ao admitir cotas para a população de baixa renda e para egressos das escolas públicas, redimensionava as polêmicas e contrariedades às políticas de ação afirmativa sensíveis à dimensão étnico-racial e buscava constranger, em termos políticos, o Movimento Negro e todos aqueles que se pautavam pelo princípio da diferença ao problematizar essas políticas. O lema "educar pela diferença para a promoção da igualdade" era deslocado para outro espaço político e simbólico, no qual a identidade nacional — e suas consequentes hierarquias étnico-raciais —, os pactos da branquitude e os sortilégios (e privilégios) da cor poderiam ser secundarizados no debate público. Consagrava-se o tripé "educação, diversidade, equidade" (Rodrigues e Abramowicz, 2013).

Essa busca pela contenção da agência do Movimento Negro implicou novas dimensões da agenda política, cujas disputas se complexificavam naquilo que aparentemente se tornava consenso no que se refere à educação superior no Brasil. Esses elementos que complexificaram a realidade, apresentando novos desafios às interpretações sociológicas, seja sobre as políticas de ação afirmativa, seja sobre a dinâmica das relações étnico-raciais no Brasil, ganham outro ingrediente amadurecido entre 2014 e 2018.

A Lei 12.990/14 passava a reservar 20% de vagas em concursos públicos

federais para a população negra[4], conforme classificação racial realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2018, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por intermédio da Secretaria de Gestão de Pessoas, passava a regulamentar procedimentos de heteroidentificação complementar, com a finalidade de complementar o preenchimento das vagas reservadas pela "Lei de Cotas" em concursos federais.

Desde o momento em que o Estado brasileiro se tornou signatário das "teses de Durban", vagas para sujeitos integrantes de grupos sociais subalternizados já eram identificadas em vários municípios e diversos estados brasileiros. Portanto, não havia muita novidade em relação a essa previsão nesses certames. A partir de 2014, a "novidade" foi que o compromisso do Estado Nacional com a agenda antirracista e de promoção da igualdade racial passou a ser implementado também em concursos federais. Entre 2014 e 2018, alguns experimentos normativos foram realizados até a estabilização da heteroidentificação fenotípica complementar à autodeclaração. De acordo com Ribeiro (2022, p. 218), o procedimento das bancas de heteroidentificação até pode trazer algum tipo de contribuição, porém o autor alerta sobre as consequências simplificadoras do debate sociológico ao ponderar que:

> *Circunscrever a identidade racial ao fenótipo racial é uma simplificação muito grande dos problemas oriundos da racialização que a sociedade brasileira produz, ou seja, a busca de um consenso subjetivo insere menos segurança jurídica apesar de produzir maior conformidade com as premissas acadêmicas sobre a construção de identidades culturais . . . Sobre o fenótipo residem as justificativas acadêmicas da raça como socialmente construída e sua contextualidade, encapsulada na normativa jurídica pela orientação de uma diversidade regional para a obtenção e ampliação do sucesso nas finalidades da política pública em questão. Essa preocupação constante com as três dimensões e os efeitos de analogia de umas sobre as outras, se retroalimentando em justificativas, gera a convicção de que os resultados em questão, no caso a Portaria n.º 4 de 2018, materializam a solução possível e satisfatória para a problemática da heteroidentificação fenotípica como procedimento. E, mais uma vez, Oracy Nogueira, o fenótipo e o preconceito de marca ressurgem como parte das justificativas para a heteroidentificação fenotípica.*

O que se pôde observar foi a consolidação, por intermédio de um amplo consenso político e teórico, do princípio da heteroidentificação fenotípica como procedimento que assegurava plena e totalmente a correspondência entre os sujeitos definidos pela ação afirmativa nos concursos públicos federais e os contemplados pela letra da lei. Buscavam-se instrumentos que garantissem, em larga medida, segurança jurídica à implementação das cotas no serviço público federal (Dias e Tavares Júnior, 2018).

Algumas questões passam a merecer atenção quando a segurança jurídica se torna uma das principais bases de sustentação do procedimento de heteroidentificação. Não raro, notícias de

[4] Modificada pela Lei 15.142/25. O percentual para negros foi ampliado para 30%.

jornais e pesquisas acadêmicas (Freitas e Sarmento, 2020) informavam à sociedade brasileira ocorrências que burlavam — por desinformação ou má-fé — o sistema de cotas, especialmente as direcionadas para a população negra. O que merece atenção é que até a aprovação da Lei 12.990/14, as (tentativas) de fraudes — nas universidades e concursos públicos municipais ou estaduais — não suscitaram, *lato sensu,* reações mais enérgica e contundente contra as práticas insidiosas que tendiam a "desmoralizar" politicamente a ação afirmativa.

Se os procedimentos complementares à autodeclaração de pretos e pardos fazia pleno sentido para uns, é razoável considerar que o processo de elaboração, gestação e amadurecimento da Portaria Normativa nº 4, de abril de 2018, contribuiu para limitar o alcance das cotas para pessoas negras.

Ao admitir cotas para negros em concursos públicos federais, a agência do Movimento Negro vai além do percentual estabelecido na legislação. Cotas em concursos públicos federais — diferentemente de cotas nas universidades e em concursos públicos de outras Unidades Federativas — resultariam, ao longo de algumas décadas, no fato de que o núcleo de formulação de todas as macropolíticas públicas, isto é, o Estado Nacional, passaria a ser influenciado por um conjunto de atores que, além do processo de intelectualização, seriam os responsáveis por influir ou mesmo definir os rumos das políticas nacionais. Em síntese, o Estado Nacional passaria a contar em seus quadros com sujeitos capazes de alterar as matrizes de formulação de políticas públicas, de repactuar as macrodiretrizes dessas mesmas políticas e, no limite, (re)manejar recursos orçamentários e financeiros do Estado Nacional.

Portanto, não há qualquer tipo de coincidência no retorno à raça sob o abrigo fenotípico. Recorrendo mais uma vez a Ribeiro (2022, p. 225), o autor argumenta com precisão acerca do imbróglio trazido à tona pelas bancas de heteroidentificação. Dessa forma,

> *O fechamento discursivo é fruto da afirmação categórica entre os preceitos "raça é uma construção social/cultural" e "o racismo brasileiro é de marca". A "marca", sobretudo o fenótipo, é um dado também de origem biológica, no mínimo, tanto quanto o genótipo; ambos não desaparecem a partir da afirmação, verdadeira, de que é a sociedade que atribui significado social de inferioridade a uma "marca". A isso, opõe-se o conceito de racialização como um discurso que fundamenta os meios pelos quais, em nossa cultura, a cor passa a receber o significado de raça, mas destacando que os processos de racialização ampliam os horizontes para muito além da relação raça e cor e, justamente por isso, ele é capaz de criar possibilidades para o novo, uma medida antifechamento discursivo, assim como corrobora o entendimento do par conceitual Natureza/Cultura, tão caro a essa distinção . . . . Cabe ainda destacarmos que a crítica que se constrói ao longo desse artigo é contra a essencialização da cor e da raça e, em momento algum deve ser lido como crítica às políticas de ação afirmativa. Trata-se, na verdade, do uso estratégico de Oracy Nogueira para justificar uma decisão política de tratar a raça em sua dimensão objetiva, especialmente o fenótipo, como fundamental para um procedimento técnico para definição dos sujeitos de direito negro da política afirmativa e, com isso, produzir segurança jurídica para as decisões institucionais, mas também, essencializar a categoria raça nas políticas afirmativas (grifos nossos).*

O que parece "escapar" à utilização estratégica da essencialização da raça

(Vale de Almeida, 2009) é que a política de ação afirmativa não responde única e exclusivamente às formas de diversidade, igualdade e equidade que, no limite, estabilizam o hegemônico e as hierarquias étnico-raciais. Deve-se ressaltar que há um potencial instalado na política de ação afirmativa, percebido há muito pela agência do Movimento Negro, que ultrapassa a segurança jurídica nos termos em que está normatizada. Se os procedimentos complementares à autodeclaração atribuíssem segurança jurídica à heteroidentificação fenotípica, muito provavelmente a frequência de processos judiciais não seria tão presente nos dias de hoje.

Candidaturas negras recusadas pelas comissões fenotípicas de heteroidentificação — nas universidades e concursos federais — têm resultado em crescentes demandas judiciais apresentadas por candidaturas de pessoas que se autodeclaravam negras, segundo seus próprios relatos. Se o princípio da autodeclaração não assegura a lisura dos pleitos, de acordo com o consenso forjado em torno da fenotipia, a segurança jurídica, por intermédio dos procedimentos complementares à autodeclaração, tem se mostrado insuficiente e contraditória em seu objetivo principal: garantir que os sujeitos contemplados pelas cotas sejam os de direito.

O Brasil é um país em que as tensões e conflitos sociais tendem a ser equacionados por pactos políticos que buscam alijar o protagonismo dos sujeitos subalternizados. Se essa angulação correspondeu à realidade da Abolição da Escravidão até a promulgação da Constituição Federal de 1988, a partir de então os processos sociais e políticos talvez não consigam mais ser explicados por essa ênfase. A luta antirracista apresenta-se como um exemplo emblemático das complexidades que experimenta a sociedade brasileira desde então.

No início do século XVIII, um escravocrata cujas propriedades caribenhas ganhavam alguma notoriedade por uma suposta ausência de tensões fora convidado por outros escravocratas do Sul dos Estados Unidos para apresentar os métodos pelos quais conseguia manter certa "ordem" social naquele universo repleto de tensões raciais (Portal Geledés, 2012). Os termos da carta que se tornou um importante documento das desumanizadoras práticas coloniais, propunha e continha uma biotecnopolítica que não admitia ou projetava a agência daquela população. Nada mais enganoso como comprovado pelo protagonismo da população negra caribenha responsável pelos processos que culminaram na Revolução Haitiana (Duarte e Queiroz, 2016).

A inexistência, ou a baixa incidência, de vozes críticas no debate público quando da sanção da Lei 14.723/23, que alargou os horizontes da política de ação afirmativa, quis dizer algo de maneira muito sonora. Se, no passado recente, o pensamento sociológico conservador se viu acuado frente ao avanço da agenda e à consagração da agência negra; no período mais recente, esse pensamento conseguiu se rearticular, contribuindo para uma mudança dos rumos da política de ação afirmativa. Se as "cotas sociais" pareciam conter o avanço das demandas do Movimento Negro, as bancas fenotípicas de heteroidentificação contribuíram na busca de circunscrever a agenda política e a agência sociocultural.

A disputa em torno da agenda das políticas de ação afirmativa, a despeito do que se possa concluir, está apenas em seus capítulos iniciais. As potencialidades instaladas nessas políticas não estão restritas ao acesso e à permanência de negros e indígenas no ensino superior; na verdade, essas políticas também se inscrevem no conjunto de ações responsáveis pela desracialização da sociedade brasileira.

(In)Conclusões

Os Movimentos Negros sempre reivindicaram acesso à educação como uma das formas mais contundentes na luta antirracista. Irmandades religiosas, organizações culturais e partidos políticos, para mencionar alguns exemplos, sempre se pautaram pelo vínculo estreito entre a educação e o combate às práticas de discriminação racial no Brasil.

No Brasil, a segunda metade do século XX iniciou com a reivindicação de que a população negra fosse "pensionista" nas escolas públicas do Estado brasileiro, enquanto não se desenhasse uma política que assegurasse a essa população presença nesses espaços da educação formal.

O ressurgimento dos Movimentos Negros a partir de 1978 e a participação dessas agremiações no processo constituinte possibilitaram que a Constituição Federal de 1988 trouxesse alguns avanços no que se refere aos direitos de cidadania. A tipificação do crime de racismo e a possibilidade do reconhecimento da titularidade de terras quilombolas são outros exemplos que demonstram que a agência desses movimentos sociais foi eficaz para introduzir mudanças nos planos materiais e simbólicos no interior da sociedade brasileira.

Essas transformações geraram uma agenda política. Nas primeiras décadas do século XXI, foi no campo educacional que essa agenda impactou fortemente um arco de políticas públicas, com destaque para a educação. Seja pela alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional pela Lei 10.639/03, seja pela formulação de políticas afirmativas incidentes no ensino superior, o que se observa é a robustez dessa agenda política.

As teses defendidas pela delegação brasileira na Conferência de Durban são o resultado de acúmulos culturais e sociais manifestos desde tempos pretéritos nas lutas políticas engendradas e protagonizadas pelos Movimentos Negros no Brasil. Ao estabelecer condições políticas para que o Estado Nacional se tornasse signatário das teses derivadas daquela conferência promovida pela Organização das Nações Unidas em 2001, em Durban, os Movimentos Negros aportavam contribuições que foram gestadas ao longo de décadas.

As polêmicas que se verificaram na primeira década da ação afirmativa recaíram sobre o recorte étnico-racial da política. Essa perspectiva permite matrizes interpretativas em outras bases que vão além daquelas ressaltadas ao longo daqueles anos. É importante lembrar que as políticas de ação afirmativa não se constituíam como novidades para a sociedade brasileira. Antes mesmo da segunda metade do século XX, políticas dessa natureza já eram realidade no interior desta sociedade.

Do capítulo de *Lei da Nacionalização do Trabalho*, que integra(va) a Consolidação das Leis do Trabalho (1943) à previsão constitucional de percentual de vagas para pessoas com deficiência em concursos públicos (1988), passando pelas cotas de gênero para obtenção do registro definitivo de partidos políticos (1997), as cotas e as políticas de ação afirmativa jamais foram fustigadas, até que trouxessem em seu bojo a real possibilidade de interrogar o pacto social erigido no início do século XX, a racialização de grupos subalternizados e a centralidade da identidade nacional.

Derrotadas em suas teses, as matrizes conservadoras do pensamento social brasileiro reagiram nos anos subsequentes. Inicialmente, foram exitosas na proposição de formas de contenção da agenda política que transformava a educação brasileira. Subsumir a raça à classe é uma perspectiva que está inserida nesse debate desde as décadas de 1950 e 1960. Nos tempos mais recentes, essa subsunção adquiriu ares de conservadorismo, pois buscava

de maneira explícita recolocar o debate em uma quadratura em que as tensões decorrentes das dinâmicas raciais não transbordassem para questionamentos das hierarquias raciais.

Ao perceber o avanço da agência negra quanto à configuração da composição político-administrativa do Estado Nacional após a aprovação da Lei 12.990/14, o conservadorismo do pensamento social brasileiro apostou em uma estratégia silenciosa. A ausência de manifestações críticas à Lei 14.723/23 está muito distante da possibilidade de aceitação dessas políticas e de seus recortes étnico-raciais. O forte consenso em torno das comissões fenotípicas de heteroidentificação tem cumprido o papel da circunscrição das políticas de ação afirmativa sensíveis sob o prisma étnico-racial.

O argumento da segurança jurídica já não consegue sustentar-se diante das frequentes e crescentes recusas por parte dessas comissões de candidaturas autodeclaradas negras. As recusas cumprem outro papel: o da manutenção das hierarquias étnico-raciais no Estado Nacional racializado.

O Termo de Ajuste de Conduta firmado entre uma Instituição Federal de Ensino Superior e o Ministério Público Federal de duas Unidades da Federação, mesmo sem a devida repercussão, demonstra o que se afirma. As manipulações na elaboração dos editais chegam ao patamar de haver (suspeitas de) fraudes em 30 de 32 concursos públicos realizados por essa instituição.

Longe de ser um caso esporádico ou pontual, essa situação é emblemática das disputas em torno da agenda política das políticas de ação afirmativa. No início da terceira década dessas políticas, nada está definido, nada é definitivo.

Referências

Autodeclarado. (2022). *Autodeclarado* [Filme]. Direção: Maurício Costa; Produção: Maurício Costa. Rio de Janeiro: Richard Brandes; Phil Miler Produções. Amazon Prime Video.

Bento, M. A. (2022). *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras.

Carvalho, J. J. (2005). Usos e abusos da antropologia em um contexto de tensão racial: o caso das cotas para negros na UnB. *Horizontes Antropológicos*, *11*(23), 237-246. https://doi.org/10.1590/S0104-71832005000100018

Carvalho, J. J. (2022). Cotas étnico-raciais e cotas epistêmicas: bases para uma antropologia antirracista e descolonizadora. *Mana*, *28*(3), 1-36. https://doi.org/10.1590/1678-49442022v28n3a0402

Dias, G. R. M.; Tavares Júnior, P. R. F. (2018). *Heteroidentificação e cotas raciais: dúvidas, metodologias e procedimentos*. Canoas: IFRS.

Duarte, E. C. P.; Queiroz, M. V. L. (2016). A Revolução Haitiana e o Atlântico Negro: o constitucionalismo em face do lado oculto da Modernidade. *Revista Direito, Estado e Sociedade*, *49*, 10-42. https://doi.org/10.17808/des.49.680

Feres Júnior, J. *et al*. (Org.). (2018). *Ação afirmativa: conceito, história e debates*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Freitas, M.; Sarmento, R. (2020). As falas sobre a fraude: análise das notícias sobre casos de fraudes nas cotas raciais em universidades em Minas Gerais. *INEP*, *101*(258).

Giddens, A. (2003). *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

Gil, G. *et al*. (1986). A novidade. Selvagem. Recuperado de https://www.letras.mus.br/os-paralamas-do-sucesso/30124/.

IBGE. (2024). *Síntese de indicadores sociais*. Recuperado de https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html

IPEAFRO. (2003). *Quilombo. Vida, problemas e aspirações do negro*. Recuperado de https://ipeafro.org.br/acervo-digital/leituras/ten-publicacoes/jornal-quilombo-no-01/

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996, 20 de dezembro). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da Republica.

Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. (2003, 9 de janeiro). Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. (2008, 10 de março). Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República.

Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010. (2010, 20 de julho) Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF: Presidência da República.

Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. (2012, 29 de agosto). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Lei n. 12.990, de 9 de junho de 2014. (2014, 9 de junho). Brasília, DF: Presidência da República.

Lei n. 14.723, de 13 de novembro de 2023. (2023, 13 de novembro). Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília, DF: Presidência da República.

Lei n. 15.142, de 3 de junho de 2025. (2025, 3 de junho). Brasília, DF: Presidência da República.

Lima, A. (2001). A legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual? *Afro-Ásia*, *25-26*.

Machado, D. B. (2019). *Florestan Fernandes: o debate da questão raça e classe revisitado* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES.

Ministério da Educação. (2004). *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*. Brasília, DF: Ministério da Educação.

Morais, M. R. (2020). Raça, cultura e religião: os Congressos Afro-Brasileiros e a antropologia feita no Brasil nos anos 1930. *Encyclopédie Bérose des histoires de l'anthropologie*. Recuperado de https://www.berose.fr/article2169.html?lang=fr

Nascimento, A. (s.d.). Os manifestos, o debate público e a proposta de cotas. *Lugar Comum*, (23-24), 11-16.

Paula, M.; Heringer, R. (2009). *Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Henrich Böll Stiftung.

Pereira, C. L.; Sansone, L. (2007). *Projeto UNESCO no Brasil: textos críticos*. Salvador: EdUFBA.

Portal Geledés. (2012). A carta de Willie Lynch. *Geledés*. Recuperado de https://www.geledes.org.br/carta-de-willie-lynch/

Ribeiro, B. O. (2022). Um retorno a Oracy Nogueira? A heteroidentificação fenotípica nas políticas afirmativas. *Novos Olhares Sociais*, *5*(1), 205-228.

Rios, F. (2011). O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010). *Lua Nova*, *85*, 41-79. https://doi.org/10.1590/S0102-64452012000100003

Rodrigues, T. C.; Abramowicz, A. (2013). O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação. *Educação e Pesquisa*, *39*(1), 15-30. https://doi.org/10.1590/S1517-97022013000100002

Santos, E. S. (2020). *Não alisa não: negritudes, identidades e o processo de implementação da Lei n. 10.639/03 na Escola Estadual Costa Marques, Araputanga-MT* (Dissertação de mestrado). Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, MT.

Santos, S. A. *et al*. (2011). *O processo de aprovação do Estatuto da Igualdade Racial: Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010*. Brasília, DF: INESC.

Silvério, V. R. (2012). *As cotas para negros no tribunal: a audiência pública do STF*. São Carlos: EdUFSCar.

Silvério, V. R.; Trinidad, C. T. (2012). Há algo de novo a se dizer sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo? *Educação e Sociedade*, *33*(120), 891-914. https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000300013

Supremo Tribunal Federal. (2009). Med. Caut. em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186-2. Distrito Federal. Recurso extraordinário 597.285. Recuperado de: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastfarquivo/anexo/adpf186.pdf

Supremo Tribunal Federal. (2010). Audiência Pública: Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186. Recurso Extraordinário 597.285. Recuperado de: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoaudienciapublicaacaoafirmativa/anexo/notas_taquigraficas_audiencia_publica.pdf

Supremo Tribunal Federal. (2012). Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186. Distrito Federal. Voto. Recuperado de https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF186RL.pdf

Trapp, R. P. (2014). *A Conferência de Durban e o antirracismo no Brasil (1978-2001)* (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

Vale de Almeida, M. (2009). Ser mas não ser, eis a questão: o problema persistente do essencialismo estratégico. *Working Paper CRIA*.

Vieira, P. A. S. (2016). *Para além das cotas: contribuições sociológicas para o estudo das ações afirmativas nas universidades brasileiras*. Jundiaí: Paco Editorial.

Weber, M. (2010). *Conceitos sociológicos fundamentais*. Covilhã: LuSofia Press.

Recebido em 14/09/2025. Aprovado em 30/10/2025.

Licença CC BY-NC 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International – CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

CSR CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA

Agro is white: Branquitude e o agronejo na constituição do conceito de Agro

Agro is white: Whiteness and agronejo in the making of the concept of Agro

Agro is white: La blancura y el agronegocio en la constitución del concepto de Agro

Rogério da PALMA

rpalma@uems.br

Professor Associado da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade de Paranaíba. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Tem estágio pós-doutoral na Universidade de São Paulo (USP).

Nos últimos 20 anos, o Agro tem se destacado no Brasil enquanto projeto político-econômico. Atualmente, sua atuação também parece se estender para o campo cultural. A prova disso é o surgimento de um subgênero da música sertaneja, denominado agronejo, que se tornou o seu pilar estético. Neste artigo, pretendemos explorar um fundamento do conceito do Agro que parece, à primeira vista, imperceptível: sua dimensão racial. Por meio de uma análise das performances do agronejo, argumentaremos que a branquitude é central, como fonte de poder, para o projeto político, econômico e cultural do Agro.

Palavras-chave: Branquitude; Agro; Música sertaneja.

Over the last twenty years, Agro has stood out in Brazil as a political-economic project. Currently, its activities also seem to extend to the cultural field. Proof of this is the emergence of a subgenre of country music, called agronejo, which has become its aesthetic pillar. In this article, we intend to explore a foundation of the Agro concept that seems, at first glance, imperceptible: its racial dimension. Through an analysis of agribusiness performances, we will argue that whiteness is central, as a source of power, to the political, economic and cultural project of Agro.

Keywords: Whiteness; Agro; Brazilian country music.

En los últimos 20 años, la agroindustria se ha consolidado en Brasil como un proyecto político-económico. Actualmente, su influencia parece extenderse también al ámbito cultural. Prueba de ello es el surgimiento de un subgénero de la música sertaneja, el agronejo, que se ha convertido en su pilar estético. En este artículo, nos proponemos explorar un aspecto fundamental del concepto de agroindustria que, a primera vista, parece imperceptible: su dimensión racial. A través del análisis de las representaciones agronejas, argumentaremos que la blancura es central, como fuente de poder, para el proyecto político, económico y cultural de la agroindustria.

Palabras clave: Blancura; Agroindustria; Música sertaneja.

Introdução

O movimento "Sou Agro", criado a partir da união de diversas empresas e organizações vinculadas ao agronegócio, lançou, em 2016, uma campanha publicitária cujo objetivo era divulgar a importância desse setor para a sociedade brasileira. Transmitida em várias redes de TV, a campanha buscava apontar as conexões entre os itens advindos da agropecuária e os produtos beneficiados "depois da porteira" (Pompeia, 2021, p. 276). Ela esmiuçava, na verdade, um pacto, já em curso, no estabelecimento de uma política econômica. Cabia à sociedade brasileira aceitá-lo.

> *Havia nos vídeos o intuito de fomentar uma sensação de pertencimento nos telespectadores em relação ao agronegócio, além de encorajá-los a sentir orgulho dele. Todos os produtos do "agro" seriam de uma "fazenda chamada Brasil", anunciava a atriz, que também afirmava: "Sou agro. Agrobrasileira". Em tom ufanista, Lima Duarte proclamava: "Bendita terra, que alimenta todo um país, que alimenta o mundo. Bendita terra, que é uma das maiores agronações do planeta. Bendita terra, que me dá orgulho de dizer: sou agro. Sou agrocidadão. Sou agroator. Sou agrobrasileiro" (Pompeia, 2021, p. 277).*

Em 2017, é lançada outra campanha publicitária, agora intitulada "Agro: a indústria-riqueza do Brasil". Nela, é apresentada uma série de vídeos enaltecendo quase exclusivamente produtos cultivados pelo denominado agronegócio, com destaque para a utilização intensa de tecnologia observada nesse segmento. O *slogan* não poderia ser mais sugestivo: "Agro é *tech*. Agro é *pop*. Agro é tudo". Na campanha televisiva que é exibida até hoje, ocorre a tentativa de ampliar a ideia de "Agro", agregando, inclusive, grupos antes excluídos dessa categoria, como comunidades quilombolas e pequenos produtores rurais. O Agro parece, agora, fundir-se com tudo aquilo que representa o rural.

Recentemente, um subgênero da música sertaneja, denominado agronejo, vem alcançando sucesso ao reproduzir esteticamente os princípios inscritos nesse tipo de campanha publicitária. Ao realçar imagens e narrativas associadas ao universo do Agro, o agronejo parece não resistir a um olhar mais aprofundado, evidenciando as contradições presentes nos discursos que sustentam essa noção. Neste artigo, pretendemos explorar um fundamento do projeto do Agro que parece imperceptível à primeira vista: sua dimensão racial. Mediante uma análise

das performances do agronejo[1], entendido aqui como um dos pilares estéticos da noção de Agro, argumentaremos que a branquitude é central, enquanto fonte de poder, para o projeto político, econômico e cultural representado por tal conceito. Para tanto, primeiramente, esboçaremos o que é hoje entendido, no campo dos estudos do racismo, como branquitude. Em seguida, traçaremos uma breve história da formação política da ideia de Agro. Posteriormente, descreveremos o lugar do agronejo dentro da música sertaneja contemporânea. Por fim, analisaremos como o agronejo tem operado como (re)criador e disseminador estético-simbólico do Agro e, mais ainda, como a branquitude é uma dimensão central das relações de poder nesse contexto.

As pesquisas sobre branquitude como subcampo dos estudos do racismo

No que tange às discussões acerca das relações raciais brasileiras, o conceito de racismo estrutural ganhou destaque nos últimos anos não somente no meio acadêmico, mas também na opinião pública de um modo geral. Embora não seja recente a sua utilização entre os estudiosos do racismo, o livro de Silvio Almeida (2019), em especial, fez com que o termo se popularizasse dentro do debate sobre as assimetrias raciais[2]. Resumidamente, podemos afirmar que tal terminologia corroborou a identificação do caráter central da noção de raça na formação do mundo moderno, salientando a relação intrínseca entre racismo, capitalismo e o Estado moderno. Por meio da ênfase no caráter onipresente das desigualdades raciais, o conceito foi útil para endossar o racismo como uma ideia explicativa fundamental para determinado campo de estudo, afastando outras nomenclaturas menos incisivas, como preconceito e discriminação.

A partir dessa premissa, tal perspectiva também abriu espaço para pesquisas interessadas em estudar como o racismo se estrutura e se reproduz em diferentes espaços e temporalidades, buscando identificar quais são as dinâmicas de sociabilidade que possibilitam a perpetuação de suas hierarquias. É dentro desse quadro que, recentemente, houve um avanço do subcampo denominado “estudos da branquitude”. De um modo geral, quando pensamos em abordagens acerca das relações raciais, nosso olhar recai quase que automaticamente para aqueles povos — negros e indígenas, no caso da sociedade brasileira — que são vítimas das mazelas proporcionadas pelo racismo. No caso dos estudos da branquitude, a lógica é exatamente inverter o polo de observação a fim

[1] “Para Taylor, as performances ‘. . . funcionam como atos de transferência vitais, transmitindo o conhecimento, a memória e um sentido de identidade social por meio do que Richard Schechner denomina ‘comportamento reiterado’. A autora reconhece a performance como uma lente metodológica capaz de emergir questões ligadas à teatralidade, à encenação e à biografia, e também como uma episteme, isto é, ‘. . . um modo de conhecer’ fenômenos” (Soares e Tenório, 2020, p. 28). Além das letras das canções, também serão examinados outros aspectos estéticos dos cantores associados a esse subgênero da música sertaneja, como videoclipes e entrevistas.

[2] As raízes do conceito de racismo estrutural já podem ser encontradas na obra de W. B. Du Bois. No Brasil, ele é utilizado pelo menos desde a década de 1970 nos trabalhos de Carlos Hasenbalg. Sobre esse conceito, para além do livro já citado de Almeida, ler Dennis de Oliveira (2021). Para uma crítica à ideia de racismo estrutural, consultar Sodré (2023).

de captar outras dinâmicas do processo de racialização. Ao invés de focar nas experiências dos vitimados pelo racismo, o objetivo é analisar como os grupos que obtêm benefícios e vantagens no contexto de relações sociais racializadas constroem e mantêm o seu poder.

> *A branquitude é o termo construído dentro da teoria crítica de raça com o objetivo de enunciar as estruturas sociais que produzem e reproduzem a supremacia branca e o privilégio branco, resultado da expansão colonial. A definição de branquitude não é a mesma para os diferentes estudiosos do campo, já que, para alguns, a branquitude é usada como sinônimo de identidade racial branca, enquanto para outros se trata de uma construção discursiva, uma posição de poder, ou ainda uma ideologia. Apesar de diferentes conceitualizações entre os autores da área, o argumento central entre as diferentes posições é que a branquitude é uma racialidade que foi construída sócio-historicamente como uma ficção de superioridade, e que, portanto, produz e legitima a violência racial contra grupos sociais não brancos (Schucman e Conceição, 2023, p. 52)*[3].

É correto afirmar que esse subcampo de estudos teve sua origem nos Estados Unidos, no início do século XX. Costuma-se atribuir o pioneirismo dos estudos da branquitude a W. B. Du Bois, em especial ao seu livro *Black Reconstruction in America* (2014). Nessa obra, o autor empregou o termo "salário público e psicológico da brancura" para descrever o lugar social de privilégio usufruído por pessoas brancas mesmo quando faziam parte da classe trabalhadora. Esse seria o primeiro estudo afirmando que a constituição de pessoas racializadas como brancas acaba por estruturar uma posição social de vantagem na disputa por bens materiais e simbólicos. Tal premissa esteve presente nos escritos de outros autores e autoras de meados do século XX, como Frantz Fanon (2008), James Baldwin (2024), Steve Biko (2025) e Toni Morrison (1993). Entre os anos 1980 e 2000, uma nova onda de estudos da branquitude aparece nos Estados Unidos e na Europa — agora como a denominação de Estudos Críticos da Branquitude. Nesse momento, o principal objetivo dos estudiosos ligados a essa corrente foi desconstruir a ideia de uma branquitude universal, destacando o caráter contextual da produção de racialidades brancas, especialmente em sociedades entendidas como periféricas. Além do mais, eles recorrem a uma perspectiva interseccional, de modo a enfatizar que a branquitude é construída em articulação com outros marcadores sociais da diferença, como classe, gênero, religião, território etc. Por fim, desde os anos 2000, observa-se um terceiro momento dos estudos da branquitude, com ênfase na relação entre micro e macroestrutura e o papel da agência dos indivíduos na manutenção da supremacia branca.

No que diz respeito ao Brasil, podemos destacar a obra de Alberto Guerreiro Ramos (1957), em especial o seu texto "Patologia Social do 'Branco' Brasileiro". Mesmo sem empregar o termo "branquitude", essa parece ser a primeira análise consistente sobre o lugar de privilégio da população branca na sociedade brasileira.

[3] A noção de "pessoa branca", portanto, assim como outros adjetivos raciais, não existe naturalmente. No caso da primeira, é a branquitude que, enquanto arranjo social, simboliza a brancura e a delimita como fonte de poder.

Especialmente para os objetivos deste artigo, cabe destacar a importância atribuída por Ramos à dimensão propriamente estética do racismo. "A tese central de Ramos é o fato de que, devido ao racismo e a um ideal de beleza e estética branca, a população brasileira produziu significados positivos à brancura. Em contrapartida, significados negativos estéticos e culturais foram atribuídos aos negros" (Schucman e Conceição, 2023, p. 54). De acordo com Ramos, portanto, como a noção ocidental de raça foi forjada historicamente tendo o fenótipo como elemento central (mas não único), a estética é fundamental para a construção e reprodução do racismo não somente no que tange aos seus aspectos culturais, mas também às suas consequências propriamente materiais. Nas décadas de 1960, 1970 e 1980, podemos mencionar, no âmbito brasileiro, as contribuições de Florestan Fernandes e Roger Bastide (1959), Abdias Nascimento (1978).

Até então, todavia, a palavra "branquitude" não fazia parte do vocabulário analítico dos pesquisadores do racismo brasileiro. É o trabalho pioneiro de Maria Aparecida Silva Bento (2022) o responsável por introduzir o termo no debate científico nacional. A partir dele, surgiram outras pesquisas que recorrem à ideia de branquitude para entender as tecnologias de dominação imposta pelo racismo. Sendo assim, para além de Bento, outros nomes integram, hoje, os estudos brasileiros sobre a branquitude. São eles: Lia Vainer Schucman (2020), Liv Sovik (2009), Willian Luiz da Conceição (2020), Lourenço Cardoso (2017), Tania Muller e Lourenço Cardoso (2017), entre outros. A relativa demora na consolidação dessa perspectiva no campo científico, segundo os próprios pesquisadores, pode estar relacionada justamente à força do discurso da mestiçagem na autorrepresentação brasileira, que ofuscava o reconhecimento da branquitude de parcela da população. Afinal, em um país marcado pela mistura racial, seria muito difícil encontrar alguém puramente branco.

É consenso, contudo, que uma das características gerais da branquitude é a sua pretensão de universalidade, relegando às pessoas consideradas brancas certa "invisibilidade" quanto à sua identidade racial[4]. Muitas vezes, tem-se dificuldade em enxergar o fato de que os corpos e as culturas colocados como superiores também passam por um processo de racialização. Essa aparente "cegueira racial" em relação à branquitude seria exatamente o que torna os seus postulados tão eficazes em determinados contextos. Ao se autoestabelecer como norma, a branquitude deixa quase sempre uma aparência de "neutralidade" em determinadas relações sociais, aparecendo como a única possibilidade de humanidade possível. "O peixe não vê a água, e os brancos não veem a natureza racial de um regime branco porque, para eles, é natural o elemento em que movem. Como Toni Morrison aponta, há contextos em que alegar a ausência de raça é em si um ato racial" (Mills, 2023, p. 120).

Ocorre a ausência, nesse sentido, de uma narrativa explícita sobre a história dos brancos em diversos contextos. No caso brasileiro, por exemplo, se tem discutido acerca dos impactos negativos da escravidão na vida da população negra. Por outro lado, entretanto, pouco se aborda os legados positivos dessa instituição nas trajetórias das pessoas brancas. Devido a isso, o conceito, cunhado por Bento (2022),

[4] Alguns argumentam que a identidade branca não é necessariamente invisível, pois há pessoas que se beneficiam, conscientemente, do fato de serem consideradas brancas.

de “pacto narcísico da branquitude” vem ganhando notoriedade dentro do campo de estudos da branquitude. Com ele, a autora demonstra que há uma herança (material e simbólica) inscrita na subjetividade do grupo considerado branco, sem que ela seja reconhecida publicamente.

> *É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros. Mas é como se assim fosse: as formas de exclusão e de manutenção de privilégios nos mais diferentes tipos de instituições são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas. Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o ‘diferente’ ameaçasse o “normal”, o “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele (Bento, 2022, p. 18).*

Em suma, os estudos sobre a branquitude tentam dar conta de suprir a ausência de brancos e brancas nas pesquisas acerca das relações raciais, enfatizando como os processos de construção e autopreservação desse coletivo são parte importante da engrenagem que produz e reproduz o racismo em diferentes conjunturas. Embora também seja caracterizada pela heterogeneidade de manifestações, a ideia de branquitude vem sendo operacionalizada para expressar relações de poder. Mais precisamente, como determinados agentes, em sociedades estruturadas pelo racismo, acionam e se favorecem de tecnologias de dominação racial. Conforme debatido, merece destaque o fato da identidade branca, enquanto categoria racial particular, se apresentar, de maneira falsa, como universal e, portanto, não marcada e “neutra” (Schucman e Conceição, 2023, p. 54).

A construção política do conceito de Agro

Herança, se assim podemos dizer, do passado colonial, a existência de grandes propriedades fundiárias voltadas para exportação foi uma constante ao longo do século XX, até mesmo pós-1930, quando o país passa a atravessar um período de intensa industrialização. As elites ligadas ao setor agropecuário, por sua vez, sempre tiveram poder dirigente no que tange aos rumos da política brasileira. No século XXI, parece ocorrer, especialmente com a consolidação do conceito de Agro, uma radicalização da visibilidade desse setor. Desde o primeiro mandato do governo Lula, em 2002, o Brasil presenciou uma expansão do segmento de commodities. Mesmo atravessando um período de baixo crescimento econômico, a economia brasileira ainda apresentou, nos últimos anos, altos números (recordes, inclusive) no que diz respeito à exportação de grãos e diferentes tipos de carnes. Sendo assim, de acordo com uma ideia muito propagada pelos próprios integrantes e apoiadores do Agro, esse último seria o responsável por “sustentar” o país, sendo responsável por até 30% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional[5]. Lado a lado a esse destaque, percebeu-se, na verdade, a instituição de todo um empreendimento ideológico, apoiado por diferentes atores e instituições, centrado na gestação do Agro não somente

[5] Esses números já foram contestados por diversos pesquisadores, uma vez que eles sobrevalorizam a cadeia produtiva ligada ao setor agropecuário voltado para a exportação. Sobre isso, conferir Fuhrmann (2022).

como conceito, mas como um importante agente político, econômico e cultural.

Caio Pompeia (2021) aborda, em seu livro, a história por trás da formação do campo político do agronegócio no Brasil. A categoria *Agribusiness*, antecessora do termo "Agro", teria sido empregada pela primeira vez nos Estados Unidos, em 1955, durante um congresso realizado na Universidade de Harvard. De acordo com Pompeia (2021, p. 43), a criação dessa noção nasceu a partir de sujeitos cuja experiência atravessava não somente o âmbito acadêmico, mas também o trabalho em corporações e governos. Formulado em uma escola de negócios (e não, portanto, no campo da agronomia), tal categoria logo passou a fazer parte do vocabulário de áreas profissionais ligadas ao *business*. Segundo o autor (2021, p. 50), desde o princípio, o objetivo da ideia de *agribusiness* foi o de legitimar políticas econômicas voltadas ao desenvolvimento de sistemas agroalimentares. Todavia, é somente em meados da década de 1960, mais precisamente durante o governo do presidente democrata Lyndon B. Johnson, que o termo começa a ganhar destaque internacional. Foi Johnson o responsável por convocar os Estados Unidos para liderar o que ele veio a chamar de *war on huger* (guerra contra a fome), mencionando a necessidade de todos os países, primordialmente aqueles em desenvolvimento, priorizarem a modernização de suas estruturas de produção de alimentos (Pompeia, 2021).

No dia 26 de maio de 1966, exatos dois meses após o discurso de Johnson ao Congresso norte-americano, no qual centralizou sua fala no tema da "guerra contra a fome", a Escola de Negócios de Harvard realizou um evento em que recebeu, além de pesquisadores da área de *business*, membros do alto escalão do governo, ex-presidentes e representantes de grandes empresas ligadas ao ramo da agropecuária. Nesse momento, portanto, a ideia de agronegócio começava a se institucionalizar nas políticas de Estado.

> *No evento, os participantes esforçaram-se para sustentar que "sofisticação produtiva e comercial" das empresas privadas do* agribusiness *seria indispensável para uma política alimentar de escala mundial. Apoiados nessa afirmação, propuseram modificar legislações que deslocariam o orçamento público das políticas de administração de excedentes em proveito da promoção sistêmica das corporações em países menos desenvolvidos. Sugeriram que o governo participasse de forma ativa dos empreendimentos nesses Estados, assumindo a maioria dos riscos iniciais e possibilitando às empresas receberem taxas de administração, além da oportunidade posterior de compra gradual da participação do governo (Pompeia, 2021, p. 60-61).*

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, o conceito de *agribusiness* ganhou cada vez mais espaço na agenda internacional. Para Pompeia (2021), a Escola de Negócios de Harvard foi a grande responsável pela criação e legitimação da ideia. Sua articulação enquanto política alimentar exterior dos Estados Unidos deveu-se, entretanto, à atuação das grandes companhias relacionadas à cadeia produtiva do ramo de alimentação. Coca-Cola, Cargil, Monsanto, Quaker, Nestlé, John Deer, McDonald's e Walmart, assim como as brasileiras JBS e BRF, são algumas das empresas atuantes nos encontros formuladores do desenvolvimento do *agribusiness*. Embora tenham surgido críticas ao modelo em gestação, em especial devido ao fato dele estar focado nos interesses das grandes corporações, elas se restringiram a espaços sem muita visibilidade na opinião pública. No âmbito das grandes arenas decisórias, prevaleceu o poder de pressão da grande indústria. Diante disso, a ideia de

a*gribusiness* ganhou muita força ao longo das décadas de 1980 e 1990.

Em terras brasileiras, o termo *agribusiness* começa a ganhar projeção já na década de 1960, quando algumas organizações norte-americanas passam a divulgá-lo internacionalmente. Nesse primeiro momento, sua circulação ficou restrita a algumas entidades patronais, como a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA). É a partir da segunda metade da década de 1970 que a noção passa a ser empregada com maior frequência na esfera pública nacional. Como consequência, tivemos grandes avanços no processo de modernização da agricultura brasileira durante essa década, sobretudo no que diz respeito à mecanização das atividades agrícolas. Esse processo ficou conhecido como "modernização conservadora", pois se, de um lado, foi motor do aumento da produtividade no campo, de outro lado, trouxe uma série de consequências negativas para determinados grupos — como a expropriação territorial de comunidades tradicionais e de pequenos produtores rurais (Pompeia, 2021).

Na década de 1980, com a crise fiscal e a consequente deterioração das ações de crédito rural, os projetos do agronegócio sofreram um abalo. Situação que seria agravada com o estabelecimento da política neoliberal do governo Fernando Collor no início dos anos 1990. É nesse contexto aparentemente adverso, no entanto, que o agronegócio finalmente irá se transformar num projeto político-econômico — segundo Pompeia (2021), muito graças à articulação da Agroceres, empresa ligada ao ramo de nutrição animal.

> *Foi nesse momento histórico [ano de 1990] que o grupo da Agroceres decidiu concentrar esforços para elaborar uma estratégia caracterizada por três ações principais: a realização de um evento internacional, o lançamento de um livro e a fundação de um centro na USP. Com essa tríplice ação, a empresa influenciaria o primeiro grande salto de reconhecimento da categoria "*agribusiness*" na esfera pública nacional, concatenando a ela um projeto político-econômico mais bem estruturado (Pompeia, 2021, p. 125).*

Três anos depois, em 1993, é criada a primeira organização formal do agronegócio no Brasil, a Associação Brasileira de *Agribusiness* (Abag). Procurou-se não traduzir o termo internacionalmente reconhecido, motivo pelo qual a categoria "*agribusiness*" permaneceu na esfera pública brasileira até pelo menos o final da década de 1990. Mesmo já fazendo parte do vocabulário brasileiro desde a década de 1960, o termo "agronegócio" somente ganhará projeção quando o projeto político-econômico do Agro adquirir aceitação junto à cúpula do Estado brasileiro. Isso começa a acontecer no governo Fernando Henrique Cardoso, responsável, dentre outras medidas, pela criação do Fundo Nacional de Agricultura (FNA) e pela implementação da Lei Kandir, como ficou conhecida a legislação que estabeleceu o fim da cobrança, para a exportação de produtos primários, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS). Seria a primeira vez que aconteceria a institucionalização de uma aliança sólida entre entidades do agronegócio e o alto escalão do governo federal brasileiro.

A partir de 2001, com a alta mundial na demanda por produtos primários, o chamado "*boom* das commodities", finalmente o agronegócio, enquanto categoria totalizadora do conjunto das cadeias produtivas ligadas à agropecuária, adquire protagonismo na esfera pública do Brasil (Pompeia, 2021). Mais ainda, torna-se, após o governo Lula, um protagonista na agenda política do Estado brasileiro. Não somente membros das entidades representativas do agronegócio passam

a ocupar cargos importantes no Poder Executivo federal, mas também se consolida um dos seus coletivos mais importantes: a bancada ruralista, que ficou conhecida por ser um conjunto de deputados e senadores, de filiação partidária diversa, que atuam em conjunto na defesa dos interesses do agronegócio no âmbito do Congresso Nacional. Sua participação tem sido fundamental para o agenciamento do Agro na agenda política nacional, tanto no que diz respeito à implementação de uma legislação favorável a esse grupo, quanto como grupo de pressão junto ao Executivo. A partir da saída do Partido dos Trabalhadores (PT) do poder, o Agro jogou ainda mais seus tentáculos sobre o Estado brasileiro, sendo um dos pilares da direita brasileira e um dos principais atores do governo Jair Messias Bolsonaro.

Obviamente, essa história progressiva e linear aqui narrada não leva em conta os diversos conflitos enfrentados pelos agentes ligados ao Agro. O próprio Pompeia (2021) procura enfatizar o caráter heterogêneo dos atores e interesses que se escondem por trás de tal terminologia, não sendo nada simples a formulação de alianças em torno dessa ideia. Além do mais, devido aos seus impactos nas esferas fundiária, trabalhista e ambiental, os projetos do Agro sempre foram contestados, em especial por movimentos sociais e por pesquisadores não ligados à área de negócios. Nesse texto, procuramos apenas historicizar o processo de institucionalização dessa categoria.

O sertanejo universitário e o agronejo

Não abordaremos aqui a complexa história da música sertaneja, iniciada um século atrás[6]. O que nos interessa, especificamente, é entender como o agronejo faz parte da história de modernização desse gênero, entrando na categoria do que se convencionou chamar de "sertanejo universitário". O sertanejo ouvido atualmente foi intitulado de "universitário" pois, quando da sua ascensão, a partir do início dos anos 2000, seu público era composto majoritariamente por universitários. Em alguns casos, os próprios cantores frequentavam universidades do interior de São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso do Sul. O sertanejo universitário traz, na realidade, algumas alterações narrativas e sonoras para o gênero sertanejo.

> *Grande parte do sucesso se deve à transição no gênero. Houve uma mudança de instrumentação: a sanfona entrou no lugar do teclado; o violão com cordas de aço, no lugar da estridente guitarra onipresente na década anterior. As músicas têm uma levada mais pop. A mais radical mudança foi lírica: tematicamente houve uma mudança de 180 graus. Se os sucessos de Zezé Di Camargo & Luciano, Chitãozinho & Xororó e Leandro & Leonardo eram basicamente canções "de corno", que cantavam a distância da pessoa amada e a impossibilidade da realização amorosa, o atual sertanejo universitário subverteu esta lógica. No sertanejo universitário há duas formas poéticas que romperam com o que havia de padrão lírico no gênero até então. A primeira metamorfose refere-se à ênfase atual no amor afirmativo, aquele no qual a relação amorosa se completa para felicidade dos amantes: é o caso, principalmente, de duplas como Victor & Leo e Luan Santana. . . .*

[6] Para se inteirar sobre a história da música sertaneja, indicamos Gustavo Alonso (2015), Rosa Nepomuceno (1999) e Edvan Antunes (2012).

> *A segunda mudança temática refere-se a um relaxamento em relação à distância: ultrapassando a temática "de corno" do gênero na década anterior, a lógica atual é a do "tô nem aí pra você", no qual a relação é passageira e fluida, e frequentemente o fim do relacionamento é visto com otimismo pelo compositor/cantor. Em grande parte das canções atuais não se sofre por ciúme ou amor não correspondido (Alonso, 2012, p. 102).*

É preciso relativizar essa última afirmação de Alonso, uma vez que o estilo "sofrência", que ganhou notoriedade na voz de Marília Mendonça, por exemplo, traz o sofrimento amoroso como temática central. Devido exatamente à sua diversidade narrativa e sonora, o sertanejo universitário, longe de se restringir a alguns estados, alcançou um enorme sucesso em praticamente todo o território nacional[7]. Hoje em dia, ele é ouvido em todas as regiões e por praticamente todas as camadas sociais. É o gênero musical mais escutado no país. Seus artistas lotam shows de Porto Alegre a Manaus e são os mais procurados e escutados nas mídias digitais, redes sociais e plataformas de *streaming*. Obviamente, há núcleos de resistência. Mesmo sendo considerado "universitário" e tendo alcançado bastante sucesso nos grandes centros urbanos, setores mais escolarizados e localizados nas maiores cidades do país ainda compõem a grande parcela daqueles que não simpatizam com o gênero sertanejo. Conforme constata Alonso (2012), Michel Teló, por exemplo, conseguiu fazer seu primeiro show no Rio de Janeiro somente após a repercussão mundial da música "Ai seu eu te pego".

O termo não agrada, por outro lado, cantores sertanejos de épocas anteriores, assim como os próprios artistas que são considerados universitários. Zezé di Camargo chegou a afirmar que "o sertanejo universitário deveria voltar à escola" (Alonso, 2012, p. 107), enquanto Ralf, da dupla com Chrystian, declarou em um programa de TV, em rede nacional, que o chamado sertanejo universitário "não passa de um Brega modernizado; um axé com sanfona; um forró ruim. Qualquer coisa, menos sertanejo!"[8].

> *Luan Santana, embora concorde que sua música tem "uma pegada mais pop", discorda do rótulo: "Esse negócio de sertanejo universitário já era. Além do mais, eu sou novo, tenho só segundo grau, ainda não fiz universidade. E tomara que não precise, que o sucesso continue". Cesar Menotti, da dupla com Fabiano, também discorda: "Fazemos música para pedreiro, médico, não defino nosso público". Victor, irmão de Léo, afirma o elo com a tradição e busca evitar o termo: "É uma coisa que começaram a falar e foi se alastrando, mas não se sabe de onde surgiu. Respeitamos, mas a música sertaneja é uma cultura muito forte no Brasil, com grandes representantes em épocas diferentes e com uma raiz tão segura que não se aplicam rótulos". (Alonso, 2012, p. 106).*

Há de se ressaltar, mais uma vez, que o rótulo de universitário pode englobar artistas com propostas musicais distintas. Alguns cantores desse segmento, por

[7] Não que isso seja exatamente uma novidade na história da música sertaneja, mas os cantores rotulados como universitários são conhecidos por agregarem em sua musicalidade outros estilos musicais, como funk, forró, arrocha e até mesmo *rock and roll*.

[8] Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=og05S5SLmoQ.

exemplo, colaboram para a consolidação de uma narrativa voltada para o "sertanejo raiz". Tal narrativa é o que Alonso (2015) denomina de processo de recaipirização dentro da música sertaneja. Se, por um lado, o "sertanejo universitário" representa um extremo de modernização desse estilo musical, por outro, também trouxe consigo a revalorização de cantores que passaram a ser intitulados de "sertanejo raiz". Nessa onda, estão duplas caipiras, como Tião Carreiro & Pardinho e Tonico & Tinoco, e até mesmo cantores que foram expoentes da modernização da música sertaneja, como Milionário & José Rico, Chitãozinho & Xororó e Zezé di Camargo & Luciano, que passaram a ser adjetivados como "raiz".

Como pudemos perceber, se é possível identificar pontos em comum no sertanejo universitário, também é correto afirmar que ele não é um campo homogêneo. Uma diversidade de propostas estéticas pode surgir dessa matriz. É o caso, por exemplo, do "feminejo", nomenclatura empregada para designar as cantoras do gênero que hoje fazem sucesso. É bom ressaltar que a presença de mulheres na música sertaneja não é algo recente. Podemos citar Inhana, que formou dupla histórica com seu marido, Cascatinha, as Irmãs Andrade e as Irmãs Freitas. Na década de 1970, tínhamos Carmen Silva. Todas cantoras negras participando de um gênero musical cujas narrativas estavam totalmente centradas no modelo tradicional de masculinidade. Recentemente, o feminejo causou certo deslocamento nessa lógica. São mulheres (quase sempre brancas) que, mesmo reproduzindo em suas canções estereótipos de relacionamentos heteroafetivos, conseguiram fazer avançar uma retórica favorável à igualdade de gênero, cantando o lugar da mulher nesses relacionamentos e sendo elas mesmas protagonistas do sertanejo na atualidade. Protagonismo que foi realmente conquistado por essas mulheres, pois a própria indústria do sertanejo resistiu a dar-lhes destaque[9]. Entre os principais nomes dessa vertente, além da falecida Marília Mendonça, podemos mencionar Maiara & Maraísa, Simone Mendes, Simaria, Luana Prado, Bruna Viola e Paula Fernandes.

Há cerca de cinco anos, uma nova vertente do sertanejo universitário ganhou força no campo da música brasileira. Devido ao seu caráter apologético em relação ao Agro, ela ficou conhecida como "agronejo". Mais do que apenas mencionar a importância do Agro, ". . . o agronejo tem no mercado rural [leia-se agronegócio] o seu pilar estético".

> *No agronejo, a regra é a apologia do agronegócio de alta produtividade, especialmente a soja e o gado. O homem do campo é visto como empreendedor e sua visão de mundo e ethos são positivados. Roupas, carros e hábitos de consumo são defendidos como forma de ascensão social (Alonso, 2023).*

Alonso enxerga no discurso do agronejo uma ruptura com a visão desenvolvimentista gestada ao longo do século XX, na qual a urbanidade era vista como único modelo possível de modernização política, econômica e cultural. O agronejo narraria, portanto, uma espécie de "vingança" de um Brasil antes enxergado enquanto atraso, como paradigma social a ser extinto,

[9] Marília Mendonça, por exemplo, permaneceu durante anos atuando como compositora de canções que viriam a ser interpretadas por duplas masculinas famosas. Após anos de tentativas frustradas, ela conseguiu emplacar a carreira de cantora. Maiara & Maraísa afirmaram que, no início da carreira, já receberam diversas negativas com o argumento de serem "uma dupla de mulheres".

mas que, no fim das contas, hoje acaba por "sustentar" o nosso país. Conforme pode-se perceber, as letras das canções trazem o mesmo conteúdo semântico das propagandas veiculadas por entidades e associações ligadas ao agronegócio. É o caso, por exemplo, das músicas "Agrofarra" e "A roça venceu", ambas gravadas pela dupla Anthony & Gabriel.

Agrofarra

Quem vê passando com o som torando na 4x4
Acha que minha vida é fácil
Quem não vê a lida, acha que só é farra e pinga aqui no mato
Mas o batidão é brabo

E bate pros dois lados
Eu faço farra do mesmo tanto que eu trabalho

Agrofarra
Churrasco, viola e cerveja gelada
Agrofarra
Os botina suja que manda nessa bagaça

Quem produz a cana que faço a cachaça, várias plantações
E joga na praça, é nós, então respeita nós
Sustento o país de mão calejada
Final de semana dá aula de farra, é nós, então respeita nós!

A roça venceu

Falaram que quem nasce peão
Nunca vai botar o pé numa mansão
Falaram que quem veio da roça
Nunca vai levar uma vida luxuosa

Quem usa só chapéu e botina
Nunca vai cair no gosto das menina
Quem anda de cavalo e charrete
Não vai dar cavalo de pau na caminhonete
E olha quem tá estourado na internet

É nóis tomando a pinga
Da cana que nóis colheu
Pro azar do playboy
A roça venceu

É nóis gastando a grana
Do gado que nóis vendeu
Pro azar do playboy
A roça venceu[10]

Tais canções trazem consigo uma proposta de revalorização da vida rural, sempre a identificando com as imagens construídas em torno do Agro. Mais ainda, como em todo processo de constituição política de um coletivo, ele ocorre de maneira relacional, com a construção do senso de superioridade realizada em conjunto com o trabalho de inferiorização daqueles que são considerados diferentes, ou seja, há uma dialética em qualquer contexto de constituição da assimetria Nós/Outros. Nas letras do agronejo, percebemos a produção, conforme pontuou Alonso (2023), de certos "inimigos simbólicos".

> *A identidade do agronejo se constrói polarizando contra três arquétipos; 1) o "playboy", sujeito identificado à cultura urbana e ao Brasil praieiro; 2) o imaginário urbano arrogante, que identifica o lado rural do país como mero atraso e sem cultura, frequentemente ridicularizado na imagem do caipira; 3) as "elites culturais", que ao longo de todo o século 20 determinaram o que deveria ser visto e ouvido como "cultura nacional" (Alonso, 2023).*

A exaltação do poder econômico (camionetes caras, boiadas, grandes quantidades de terras e plantações, maquinário de alta tecnologia etc.) é realizada, por sua vez, a partir da conexão com a suposta rusticidade presente na vida no campo — especialmente o trabalho (árduo) e a vestimenta (chapéu, fivela, camisa xadrez e "botina suja"). A visão

[10] "A dupla Us Agroboys foi pela mesma vereda em 'Fazendinha de Madeira', faixa gravada ao lado dos veteranos Fernando & Sorocaba. 'Enquanto a 'playboyzada' só ria de mim/Hoje quem ri sou eu de quem desacreditou/ A roça venceu, o agro estorou" (Alonso, 2023).

de um Agro superior a outros segmentos nacionais acaba, assim, sendo simbolicamente disseminada pela estética do agronejo, primordialmente por meio dessa vinculação entre sucesso econômico e estilo de vida rústico. Ela está presente em canções como "Os menino da Pecuária", de Léo & Rafael.

Os menino da Pecuária

(Meus amigos me perguntam lá na escola)
(Quando crescer o que eu vou ser)
(Eu falei que eu já sou formado na pecuária)
(O menino da pecuária)

De ponta a ponta o Brasil
Tem boiadeiro movimentando a parada
Não é a toa que o PIB começa com P, de pecuária

Eu não tenho carro importado
Mas a Hilux é do ano toda suja de barro
Calculo o valor que tá o gado
Quantas Ferrari tem aqui nesse pasto

Os menino da pecuária, oh
Não para, oh, oh
Senta que aqui nóis tem dinheiro
Nós usa chapéu de palha, oh

A oposição entre escolarização e ruralidade também é uma constante no discurso revanchista do agronejo. A falta de estudos era uma das características presentes na representação tradicional do caipira. Agora, como resposta, é disseminada a ideia segunda a qual, mesmo sem a educação escolar, o campo (Agro), além de ser um grande produtor de riquezas, é o principal responsável por alimentar o país, sendo impossível pensar o progresso nacional sem a contribuição desse setor. Alonso faz uma síntese interessante das letras que abordam esse assunto:

> *Em "Ram Tchuuu", a dupla Antony & Gabriel canta: "O agro dominou de norte a sul/ paredão estralando e a Doge Ram /Camisa xadrez e fivelão/A roça deixa os 'playboy' tudo de queixo no chão". Em "Rei do Agro", Antony & Gabriel revidam: "Já fui humilhado, maltratado/ por andar todo sujo de barro/ Tiraram sarro por que eu falo tudo errado e ando a cavalo/Tentaram me derrubar no chão/ mas se esqueceram que eu sou peão/De gado em gado e de grão em grão, o resultado deu bom/ De caipira humilhado, pra rei do gado".*
>
> *Em "Galera do rodagem", Adson & Alana cantam: "Mamãe, não virei doutor/ papai, não virei engenheiro/ Mas transporto o progresso do Brasil/ sendo um caminhoneiro". Em "Caipira Forever", Hugo & Castellari perguntam: "De onde vem a cerveja que você bebe e a carne que você come?/ Responde, responde/ Camisa de algodão que você veste/ Cada grão que você consome? Responde! Ficou mudo!/ É por causa de nós que até o produto interno é bruto/ É o povo da roça da mão calejada e grossa/ que nunca entrou de greve/ Por isso eu sou caipira/ caipira forever".*
>
> *Em "Hino Agro", Ana Castela e Leo & Raphael se exaltam: "Não tenho vergonha/ da minha raiz de caipira/ E onde eu garanto/ o pão de cada dia, é na lida/ Ah, não é porque eu vim da roça/ que eu não vou me vingar/ Eu, eu sou roceiro/ Com muito orgulho/ do interior/ Eu sou boiadeiro/ sou puro sangue" (Alonso, 2023).*

Luan Pereira, um dos principais nomes do agronejo, é outro que procura ressaltar o tanto que o povo do campo foi estigmatizado, sendo frequentemente associado à pobreza, ao atraso e à ignorância. Além disso, ele destaca a importância econômica dessa população: "Antigamente, ser caipira era brega, agora é chique e quebra barreiras. Conseguimos furar bolhas e é lindo ver tanta criança com chapéu na cabeça. Nós, do agronejo, exaltamos os trabalhadores que levam alimento para a nossa mesa", afirmou o cantor em uma

entrevista. Sobre a suposta "ostentação" presente em suas canções, ele retruca: "Gosto de mostrar que o caubói também pode sonhar" (Volpato, 2024).

Agronejo e a estética da branquitude

É bom deixar claro que há um vínculo orgânico entre os cantores sertanejos, de um modo geral, e o agronegócio. Tanto os cantores de gerações anteriores, como Leonardo, Zezé di Camargo e Chitãozinho e Xororó, quanto os integrantes do sertanejo universitário, a exemplo de Zé Neto, Henrique, Gustavo Lima, César Menotti & Fabiano e Ana Castela, são detentores de grandes propriedades rurais, especializadas, geralmente, na criação de gado de corte. Eles integram, portanto, o grupo do Agro. Não se pode esquecer, ainda, o papel central dos eventos patrocinados pelo agronegócio, como Festas de Peão e Feiras Agropecuárias, no processo de modernização da música sertaneja a partir dos anos 1990 (Chã, 2016). No agronejo, todavia, a relação avança para outro patamar. Já sabemos do poder da indústria cultural na produção e reprodução de narrativas. As artes sempre foram um lócus privilegiado para se compreender a construção simbólica de nacionalidades e seus paradoxos; as ficções sempre acabaram por inventar realidades.

No que se refere a este artigo, é importante salientar que as narrativas construídas pelo Agro e pelo agronejo não levam em conta a estratificação social ocasionada pelo avanço das grandes fazendas de soja e de gado nem as especificidades regionais. Vimos que, no Brasil, o agronegócio foi gestado a partir do estabelecimento de grandes fazendas monocultoras, especialmente na região Centro-Oeste e, nos últimos aos, em territórios da Amazônia Legal. O perfil dos agentes do Agro, desse modo, são homens donos de grandes porções de terras. Mais ainda: homens brancos. No que se refere ao agronejo, embora observemos uma maior presença feminina, ele ainda é composto exclusivamente por artistas brancos[11], desde os cantores até os empresários e produtores, que financiam e gerenciam a carreira desses artistas. Na verdade, desde as décadas de 1980 e 1990, a modernização da música sertaneja se apoiou na branquitude para se valorizar esteticamente no mercado musical[12]. Enquanto uma tecnologia do poder racial, a branquitude parece ser uma ponte fundamental entre o Agro e o agronejo. Com o sertanejo se modernizando e movimentando muito dinheiro, os artistas desse gênero tiveram sua imagem bem mais exposta por meio de CDs, DVDs, videoclipes, participações em programas de TV, propagandas, revistas e, atualmente, a internet (redes socais) e as mídias digitais. Ao longo da história do capitalismo, o desenvolvimento das tecnologias comunicacionais serviu, em várias situações, para alimentar o racismo, realçando sua dimensão estética (Sovik, 2009). O emprego cada vez maior de instrumentos de captação e reprodução visual fez com que o fenótipo fosse algo central até mesmo na indústria fonográfica.

O monopólio das pessoas brancas nos meios de comunicação já foi apontado como uma ferramenta fundamental no estabelecimento da hegemonia branca enquanto valor estético (Sovik, 2009).

[11] A exceção parece ser o cantor Gabriel Vittor, membro da dupla Us Agroboys, que também é conhecido, devido às suas características fenotípicas, como "Índio".
[12] Sobre o processo de embranquecimento atravessado pela música sertaneja, ler Rogério da Palma (2022).

Outras pesquisas, por sua vez, têm sido enfáticas em apontar como a valorização estética é uma das principais fontes de poder da branquitude.

> *Na sociedade brasileira, os indivíduos, querendo ou não, são classificados racialmente logo ao nascerem. Nos classificados como brancos recaem atributos significativos ligados à identidade racial à qual pertencem, tais como inteligência, beleza, educação, progresso etc. (Schucman, 2020, p. 68).*

A palavra "estética" vem do grego *aisthésis*, que, por sua vez, significa "percepção" ou "sensação". Na linguagem cotidiana, estética diz respeito aos padrões e significados de beleza e do que é considerado belo. Conforme já tratado, a noção histórica de raça está centrada no fenótipo, o que torna a dimensão estética um dos pilares do racismo. "O racismo era uma ideologia visual baseada em estereótipos [...]. Beleza e feiura tornaram-se tanto princípios de classificação humana quanto fatores materiais de medição do clima e do meio ambiente" (Mills, 2023, p. 101). Sobre o contexto brasileiro, pesquisas recentes têm se voltado para entender como pessoas brancas, devido exatamente ao fato de constituírem a norma de beleza, obtêm vantagens objetivas e subjetivas nas disputas sociais. "Dessa forma, parece que podemos afirmar que a ideia de superioridade estética é, sim, um dos traços da branquitude em nosso país" (Schucman, 2020, p. 127). A estética, portanto, também é uma tecnologia de poder ligada diretamente às ideologias raciais[13].

O agronejo, embora pareça "neutro" racialmente, explora narrativas estéticas da branquitude. Conforme foi apresentado, por meio da disseminação de uma imagem englobante e universalizante, simbolizando uma ruralidade homogênea e sem distinções sociais, tal discurso exalta, na verdade, a importância do setor agroexportador para a economia brasileira. Seria ele o principal gerador de riquezas para o país e grande responsável pela nossa soberania alimentar. Nessa lógica, o rural é resumido a esse setor, criando uma dicotomia campo-cidade, com o primeiro tendo um papel também fundamental para o desenvolvimento do país.

Nos vídeos e shows transmitidos, assim como em suas canções, percebemos, mesmo de maneira não explícita, a naturalização de lugares sociais racializados, especialmente a associação de pessoas brancas com o poder do agronegócio. A paisagem estética reproduzida nas imagens transmitidas pelo agronejo é quase sempre a mesma: as fazendas monoculturas, com seus milhares de hectares de soja e/ou gado, sendo ocupadas por modernos maquinários e camionetes gigantes. Ao esbanjar o desenvolvimento do Agro, também se demonstram quais corpos são os agentes desse progresso. Nesse ponto, é necessário lembrar que, no que tange aos grandes proprietários rurais das regiões Sul e Centro-Oeste, eles são, na sua maioria, descendentes dos imigrantes europeus que desembarcaram no sul do país a partir da segunda metade do século XIX. Cardoso (2017) percebeu como esses últimos, por sua vez, utilizaram a brancura

[13] Na segunda metade do século XIX, a ascensão das teorias racialistas trouxe consigo a teorização da ideia moderna de raça. Entre os seus fundamentos estava a dimensão estética. A hierarquização racial das sociedades, entre superiores e inferiores, também passava pelo julgamento de beleza de suas populações. Não à toa o eugenismo foi um dos principais movimentos ligados às teorias raciais. Para uma análise do caráter estético do projeto político do nazismo, recomenda-se o documentário sueco *Arquitetura da destruição*, de 1989.

para se integrar na nova sociedade. Dessa maneira, eles teriam conseguido, ao mesmo tempo, se integrar simbolicamente à nação construir uma percepção de superioridade racial enquanto grupo distinto dentro da nação. Diante da identificação com a branquidade, seriam os sulistas brasileiros brancos ainda melhores, os mais aptos a modernizarem o país. No caso específico do Centro-Oeste, aos "gaúchos" recai até o hoje a imagem de "desbravadores". Alguns os chamam, inclusive, de "bandeirantes do século XX" (Abreu, 2015, p. 63)[14].

Imagem 1. Cena do clipe "A roca venceu".

Fonte: **https://www.youtube.com/watch?v=VZCpix6-6nA**

Imagem 2. Cena do clipe "O Agro malvadão".

Fonte: **https://www.youtube.com/watch?v=PicQxhBFlpg**

A partir daquilo que já foi dito, e observando as Imagens 1 e 2, cabe a pergunta: aquilo que é dramatizado na estética do agronejo corresponde à realidade rural brasileira? Qual "roça" venceu? Quem são os detentores das infinitas boiadas que representam a "roça vencedora"? Quais são os corpos que "montam" nas camionetes 4 x 4 e se exibem à frente de maquinários milionários? O universo simbólico construído estiliza a vida de um grupo específico: dos grandes fazendeiros do Centro-Oeste, que, com muito dinheiro, ao invés de ostentar Ferraris e roupas luxuosas, "vestem chapéu de palha, usam botinas sujas e rodam em Hilux". O universo simbólico performado pelo agronejo diz respeito a experiências alcançáveis somente para a elite branca do agronegócio. E ele retira exatamente daí sua eficácia: gera branqueamento apresentando a branquitude como algo universal.

[14] Sobre a exaltação dos sulistas como agentes do agronegócio moderno, consultar Simon (2023).

> *Se a história das últimas décadas da música sertaneja é marcada pela mediação e transição entre o tradicional e o moderno, o sujeito dessa história é o branco (e cada vez mais). [...] ao branco é facilitado o poder de transitar entre diversos lugares, sem congelamento da sua imagem em uma identidade única. Assim, a nacionalização do gênero [a música sertaneja] significa o seu embranquecimento, pois só a branquidade pode ocupar o universal nacional, só ela pode realizar de maneira mais livre a antropofagia. Deglutir e digerir pressupõem um lugar de transparência, que, no jogo racial, é negado a negros e indígenas. Ademais, a branquidade não só assume o universal, como inventa, cria e delimita o que é o nacional, estabelecendo-se como força dinamizadora e consumidora (Queiroz, 2021b).*

O sertão — repleto de adversidades sociais e naturais, conforme consta na obra de antigos violeiros caipiras — não está presente nessa estética; as epopeias e os dramas retratados não são mais os de peões, boiadeiros, carroceiros e demais trabalhadores rurais, mas prevalece o discurso vitorioso de um setor econômico em constante conflito socioambiental com outros segmentos da população, dentre eles as populações indígenas e quilombolas. O agronejo, nesse sentido, está imerso nas transformações políticas e econômicas que atravessam a ruralidade brasileira, bem como suas múltiplas relações de poder e conexão com as realidades nacional e internacional.

O agronejo, portanto, tenta mostrar o Agro como uma instituição que vai além de uma mera atividade econômica, mas que se autorrotula como o modo de vida típico do interior do país. Seu discurso nacionalista apresenta uma visão monolítica das áreas rurais brasileiras, segundo a qual todo o nosso território não urbano teria acesso à tecnologia de ponta e aos mesmos recursos advindos do Estado, bem como seria pujante economicamente e ausente de desigualdades sociais. Mais ainda, o Agro, por meio do agronejo e outras manifestações estéticas, tenta transmitir uma visão culturalmente homogênea dos habitantes do campo. Por isso, inclusive, a retirada do sufixo "negócio". O Agro estaria além do campo dos negócios; representaria um estilo de vida[15].

Todavia, conforme aqui ressaltado, um olhar mais atento é capaz de perceber como o poder advindo da branquitude é fundamental para a legitimação da sua representação como nacional. Tal tentativa de apresentação do Agro como único modelo viável de ruralidade não passa de uma estratégia de enquadramento simbólico, que prima pela busca de apoiadores ao seu projeto político-econômico. Esse projeto apresenta uma série de contradições sociais. A imagem dos membros do Agro como "os trabalhadores que produzem os alimentos consumidos pelos brasileiros" sofre várias contestações por diferentes atores e instituições. O desenvolvimento do agronegócio teria trazido consigo, por exemplo: utilização de trabalho análogo ao escravo; degradação ambiental; concentração fundiária por meio de expropriação territorial; e produção voltada para exportação e não para abastecimento interno. Além do mais, há de se levar em contar

[15] É comum, em algumas reportagens, associar o agronejo a um "empréstimo" de elementos do funk. Por ora, convém ressaltar que esse diálogo é exercido por alguns artísticas específicos, como Ana Castela e Luan Pereira, e que ele tem, inclusive, gerado tensões em relação ao estilo de música a ser gravado por esses cantores (Brêdo, 2024).

que, embora tenha avançado de modo exponencial no território brasileiro, chegando até à Amazônia Legal, o agronegócio está longe de acabar com a pluralidade de condições de vida observadas nos territórios rurais do Brasil[16].

Desde os estudos de W. B. Du Bois, no início do século XX, temos encarado os projetos ocidentais de modernização como processos racializados, nos quais a desigualdade racial é um dos seus elementos estruturantes. No caso brasileiro, desde a década de 1950, pesquisadores como Clovis Moura (2021) e José Carlos Hasenbalg (1979) investigaram o papel do racismo na formação do capitalismo periférico. Atualmente, há trabalhos cuja ênfase recai justamente em evidenciar como as próprias noções de modernidade, progresso e desenvolvimento estão orientadas pela ideia de raça (Weinstein, 2022)[17]. No que tange especificamente à formação do Agro, devemos destacar que sua expansão, desde anos 1970, se deu sob efeito de práticas que podemos classificar como racismo ambiental. Enquanto conceito sociológico, o racismo ambiental é um termo utilizado para descrever as injustiças ambientais também como injustiças raciais. Dito de outro modo, ele é uma forma específica de manifestação do racismo estrutural que certos grupos sofrem em determinados contextos sociais. Manifestação que se dá pelo acesso desigual a bens materiais naturais (terra cultivável e habitável, água potável, ar limpo e demais benefícios ecológicos) e/ou exposição desproporcional no que diz respeito a dejetos e adversidades ambientais (poluentes, tóxicos, enchentes etc.).

O projeto do Agro, conforme já discutido, só foi possível graças à expropriação territorial de povos indígenas e quilombolas da região Centro-Oeste. Para tanto, para além do discurso produtivista que o coloca como produtor de riquezas e de alimentos, esse processo de expropriação é legitimado também por meio da inferiorização racial das populações antes residentes nesses territórios. As políticas desenvolvimentistas — do governo Getúlio Vargas, passando pelo regime militar e chegando nos projetos neoliberais da virada do século XX para o século XXI — sempre se apoiaram em uma mentalidade colonialista, pautada pela lógica de que a sociedade ocidental, europeia e branca seria o modelo mais evoluído da humanidade. "Sob esse modelo, povos não europeus, não brancos — tidos como uma "humanidade menor" — estariam fadados senão à segregação e/ou à assimilação, dois modos distintos de exercício da violência" (Sztutman, 2020)[18].

[16] Para uma descrição das violências cometidas pelo Agro, além do livro já citado de Pompeia (2022), ler também a obra de Alceu Luís Castilho (2022). Sobre como o Agro alterou o meio ambiente e os modos de vida das populações tradicionais da Amazônia, consultar João Moreira Salles (2022).

[17] Isso sem falar do conceito de capitalismo racial, cunhado na década de 1980, que procura demonstrar como a exploração capitalista está fundamentada no racismo.

[18] Em referência ao que ocorreu nos Estados Unidos da América, esse processo é denominado "Marcha para o Oeste". Para mais informações sobre como, a partir da década de 1970, os territórios das populações tradicionais da região Centro-Oeste, ao serem encarados como "espaços vazios", foram vítimas de políticas desenvolvimentistas, especialmente com a abertura de grandes fazendas e obras de infraestrutura, consultar Flávio Leão Bastos Pereira (2018), José de Souza Martins (1997) e Marcia Mizusaki (2011). Ao atribuir estereótipos negativos a essas populações, geralmente considerando seus modos de vida e características físicas e intelectuais incompatíveis aos atributos da modernidade, os projetos de modernização que permitiram a ascensão do agronegócio foram executados a partir da violência racial.

> *A hegemonia sertaneja reflete características da sociedade brasileira desde os 1980, na qual a monocultura musical e a monocultura econômica alimentam-se uma da outra. A evidência desse lado conservador da modernização não deve ser entendida como uma simples adequação da superestrutura cultural à lógica da estrutura social, muito menos como um generalizado processo de alienação da população brasileira. Nuances, disputas, incorporações e distensões praticadas pelo sertanejo – pelo estilo em si, mas por aqueles que o produzem, circulam, ouvem e vivem – denotam batalhas vencidas e perdidas na esfera cultural brasileira, atravessadas por distintos projetos de país. Vitórias e derrotas de um tortuoso caminho nacional (Queiroz, 2021a).*

Considerações finais

Analisando a posse de terra entre políticos brasileiros, Alceu Luís Castilho (2022) chama a atenção para a existência não apenas de uma Bancada Ruralista no Brasil, mas sim de todo um sistema político ruralista. Com tal afirmação, o autor pretende lançar luz sobre a centralidade da propriedade fundiária como fonte de poder político dentro do Estado brasileiro. Atualizando a tese de Octávio Ianni sobre as "origens agrárias do Estado brasileiro", Castilho (2022) mostra como a formação da atual estrutura agrária brasileira, em especial a já citada "marcha para o Oeste", foi constituída a partir da execução de múltiplas práticas de violência: grilagem, expropriação territorial, desmatamento, utilização de trabalha escravo e/ou pistolagem. E mais ainda: como os proprietários de terra comandam o Estado brasileiro por meio de complexas alianças, tanto entre os Poderes como atravessando seus três níveis. Charles W. Mills (2023), por sua vez, chamou de "Supremacia Branca" o sistema político-econômico emergido da modernidade capitalista. Para ele, a branquitude é central para entender a construção e reprodução dos Estados modernos, seja nos países centrais, seja naqueles considerados periféricos, bem como a relação global entre eles.

Conforme relatamos, a formação político-econômica do Agro só foi possível por meio de conflitos atravessados por complexos modelos de racialização. A posse da terra, e o consequente poder político advindo dela, sempre teve a branquitude como uma de suas bases. São aqueles forjados como brancos que, historicamente, obtiveram vantagens na disputa pela posse da terra. Eles sempre se beneficiaram das virtudes associadas à branquitude para se autopromoverem com agentes do progresso. No momento atual, o Agro se apoia em um modelo estético-político também calcado na branquitude, no qual o agronejo é mais do que sua trilha sonora, é um dos seus principais vetores criativos. Como vimos, por trás do discurso que o autoqualifica como vencedor, o Agro se apoia na branquitude para manter sua imagem hegemônica de ruralidade. Conforme afirmou Marcos Queiroz (2021a), para se tornar um gênero musical de alcance nacional, ouvido em praticamente todo o território brasileiro, o sertanejo precisou projetar a imagem que foi hegemonicamente sonhada para a nossa nação: a imagem de uma nação composta majoritariamente por brancos e brancas.

Longe de ser somente um agente econômico, o Agro tenta se configurar como um estilo de vida — como praticamente o único vinculado às populações de origem rural. Contudo, percebemos que o Agro, longe de conseguir ser um setor englobante de toda a ruralidade brasileira, tal qual se apresenta, refere-se, ao contrário, quase que exclusivamente ao grande setor agroexportador — especialmente de gado e grãos. O agronejo tem, por sua vez,

exercido o papel de pilar estético do projeto de país esboçado pelo Agro. E aqui nos referimos não apenas à construção de uma "identidade", mas à produção simbólica de um conceito/projeto cujas consequências materiais e políticas já são bem visíveis.

Referências

Abreu, R. (2015). *A boa sociedade*: *história e interpretação sobre o processo de colonização no norte de Mato Grosso durante a Ditadura Militar* (Tese de doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural.* São Paulo: Sueli Carneiro.

Alonso, G. (2012). Jeca Tatu e Jeca Total: a construção da oposição entre música caipira e música sertaneja na academia paulista (1954-1977). *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, *2*(2), 439-463.

Alonso, G. (2015). *Cowboys do asfalto*. *Música sertaneja e modernização brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Alonso, G. (2023). O agronejo e seus inimigos. *Folha de São Paulo*. Recuperado de https://www1.folha.uol.com.br/colunas/gustavo-alonso/2023/09/o-agronejo-e-seus-inimigos.shtml.

Alves, B. W. (2019). *Brasileiro, Branco: A fronteira da branquitude no Paraná* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

Antunes, E. (2012). *De caipira a universitário*. *A história do sucesso da música sertaneja*. São Paulo: Matrix.

Baldwin, J. (2024). *Da próxima vez, o fogo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude.* São Paulo: Companhia das Letras.

Biko, S. (2025). *Escrevo o que eu quero*. São Paulo: Companhia das Letras.

Brêdo, L. (2024, 20 de agosto). Ana Castela diz que não vai abandonar funk 'jamais' após gravar modões. *Folha de S. Paulo*. Recuperado de https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2024/08/ana-castela-diz-que-nao-vai-abandonar-funk-jamais-apos-gravar-modoes.shtml

Cardoso, L. (2017). O branco não branco e o branco-branco. *In:* T. M. P. Muller; L. Cardoso (Org.), *Branquitude. Estudos sobre a identidade branca no Brasil* (pp. 175-195). Curitiba: Appris Editora.

Castilho, A. L. (2022). *Partido da terra. Como os políticos conquistam o território brasileiro*. São Paulo: Contexto.

Chã, A. M. J. (2016). *Agronegócio e indústria cultural*: *estratégias das empresas para a construção da hegemonia* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual Paulista, São Paulo, SP.

Conceição, W. L. (2020). *Branquitude. Dilema racial brasileiro*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens.

Du Bois, W. E. B. (2014). *Black Reconstruction in America.* New York: Oxford University Press.

Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.

Faustino, D.; Lippold, W. (2022). *Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana*. São Paulo: Raízes da América.

Fernandes, F.; Bastide, R. (1959). *Brancos e negros em São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Fuhrmann, L. (2022, 27 de junho). O agro é responsável por 30% do PIB? *O Joio e o Trigo*. Recuperado de https://ojoioeotrigo.com.br/2022/06/o-agro-e-responsavel-por-30-do-pib/

Hasenbalg, C. A. (1979). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.

Mills, C. W. (2023). *O contrato racial.* Rio de Janeiro: Zahar.

Mizusaki, M. Y. (2011). O "agrobanditismo" e as disputas territoriais em Mato Grosso do Sul. *Territórios Livres do Baixo Parnaíba*. Recuperado de http://territorioslivresdo-baixoparnaiba.blogspot.com/2011/11/o-agrobanditismo-e-asdisputas.html

Morrison, T. (1993*). Playing in the Dark: Whiteness and the Literary Imagination*. New York: Vintage Books.

Moura, C. (2021). *O negro*: *de bom escravo a mau cidadão?* São Paulo: Dandara.

Muller, T. M. P.; Cardoso, L. (2017). *Branquitude*. Estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris Editora.

Nascimento, A. (1978). *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Paz & Terra.

Nepomuceno, R. (1999). *Música caipira: da roça ao rodeio*. São Paulo: Editora 34.

Oliveira, D. (2021). *Racismo estrutural. Uma perspectiva histórico-crítica*. São Paulo; Dandara Editora.

Palma, R. (2022). Modernização, racialização e branqueamento na música sertaneja. *Sociedade e Cultura*, *25*, 1-36. https://doi.org/10.5216/sec.v25.70760

Pompeia, C. (2021). *Formação política do Agronegócio*. São Paulo: Editora Elefante.

Pereira, F. L. B. (2018). *Genocídio indígena no Brasil. O desenvolvimentismo entre 1964 e 1985*. Curitiba; Juruá Editora.

Queiroz, M. (2021a). Sertanejo, hegemonia e modernidade. *Revista Continente*. Recuperado de https://revistacontinente.com.br/edicoes/242/sertanejo-hegemonia-e-modernidade.

Queiroz, M. (2021b). Pobre moreno, que era grande, hoje é pequeno: música sertaneja e o enigma racial brasileiro. *Revista Medium*. Recuperado de https://medium.com/zumbido/pobre-moreno-que-era-grande-hoje-%C3%A9-pequenof09d-284f72ba.

Ramos, A. G. (1957). Patologia Social do "Branco" Brasileiro. *In:* A. G. Ramos, *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Salles, J. M. (2022). *Arrabalde. Em busca da Amazônia*. São Paulo: Companhia das Letras.

Schucman, L. V. (2020). *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo. Branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. São Paulo: Veneta.

Schucman, L. V.; Conceição, W. L. (2023). Branquitude. *In:* F. Rios, M. A. dos Santos; A. Ratts (Orgs), *Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas* (pp. 52-57). São Paulo: Perspectiva.

Soares, T.; Tenório, W. H. (2020). Que branco é esse do RAP? Roteiros de masculinidades performados por rappers brancos em videoclipes. *Revista Cientifica de Comunicação Social*, *10*(2), 26-31. https://doi.org/10.18224/pan.v10i2.8375

Sodré, M. (2023). *O fascismo da cor. Uma radiografia do racismo nacional*. Petrópolis: Vozes.

Sovik, L. (2009). *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro: Aeroplano.

Silva, T. (2022). *Racismo Algorítmico*: *inteligência artificial e discriminação nas redes digitais*. São Paulo: Edições Sesc.

Simon, P. (2023). *A diáspora do povo gaúcho*. Brasília, DF: Senado Federal.

Sztutman, R. (2020). Evolucionismo cínico, racismo escancarado. *Jornal Nexo*. Recuperado de https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2020/Evolucionismo-c%-C3%ADnico-racismo-escancarado

Volpato, L. (2024, 14 de janeiro). Hoje em dia é chique ser caipira, diz sertanejo Luan Pereira, sucesso no streaming. *Folha*. Recuperado de https://f5.folha.uol.com.br/musica/2024/01/hoje-em-dia-e-chique-ser-caipira-diz-sertanejo-luan-pereira-sucesso-no-streaming.shtml

Weinstein, B. (2022). *A cor da modernidade. Branquitude e a formação da identidade paulista*. São Paulo: EdUSP.

Recebido em 08/05/2024*. Aprovado em 25/11/2025.

Licença CC BY-NC 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International – CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

CSR CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA

Ritornelos do fundo da grota: Pampa e tradição no canto de Baitaca

Ritornelos from the bottom of the grotto: Pampa and tradition in Baitaca's singing

Ritornelos desde el fondo del pago: Pampa y tradición en el canto de Baitaca

Carlos Eduardo RIBEIRO

dudaribeirodudaribeiro@gmail.com

Professor Substituto no Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, campus Frederico Westphalen. Doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Carlos Eduardo Simões da SILVA

carlosc.sociais@gmail.com

Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Licenciado em Ciências Sociais (UFPel) com segunda licenciatura em Geografia (UNIASSELVI). Professor de Geografia no Colégio Estadual Sete de Setembro.

Felipe Vargas RIBEIRO

felipevargasribeiro@gmail.com

Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Graduado em Tecnologia em Produção Fonográfica pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL).

A produção musical de Baitaca é marcada por referências ao bioma Pampa e à cultura gaúcha que se desenvolve em seus ecossistemas. Uma de suas músicas mais conhecidas, "Do fundo da grota", apresenta com orgulho um modo de vida simples e tradicional, intimamente ligado com elementos da flora e da fauna, que são reiteradamente celebrados na letra da canção. Já nos versos de "Campeiro que canta triste", Baitaca elabora uma crítica à modernização da agricultura e às transformações nas relações do homem com o campo, que, em sua perspectiva, promovem a degeneração cultural e ambiental do gaúcho e do Pampa, respectiva e simultaneamente. O objetivo está em analisar como as duas músicas supracitadas atribuem sentido ao campeiro, ao seu modo de vida e ao bioma que o constitui, enquanto elaboram uma crítica à modernidade agrícola. Paralelamente, o artigo relaciona o discurso de Baitaca à defesa da pecuária como alternativa para o bioma Pampa e analisa, a partir do conceito de ritornelo *(Deleuze e Guattari, 1995; 2011), como a sonoridade das músicas reforça um discurso sobre o território.*

Palavras-chave: Baitaca; Música gaúcha; Modernização agrícola; Bioma Pampa.

Baitaca's musical production is marked by references to the Pampa biome and the Gaucho culture that develops on its ecosystems. One of his most well-known songs, "Do fundo da grota" (From the bottom of the grotto), proudly portrays a simple, traditional way of life intimately connected with elements of flora and fauna that are repeatedly celebrated in the lyrics of this song. In the verses of "Campeiro que canta triste" (Sad singing rural worker), Baitaca criticizes the modernization of agriculture and the changes in the relationships between man and the countryside, which, from his perspective, promote the cultural and environmental degeneration of the Gaucho and the Pampa, respectively and simultaneously. The goal is to analyze how the two aforementioned songs give meaning to the rural worker, his way of life, and the biome that constitutes him, while critiquing agricultural modernity. Simultaneously, the article connects Baitaca's discourse to the contemporary debate on sustainable development alternatives for the Pampa biome, and analyzes, through the concept of ritornello *(Deleuze and Guattari, 1995; 2011), how the soundscape of the songs operates as a territorializing force.*

Keywords: Baitaca; Gaucho music; Agricultural modernization; Pampa biome.

La producción musical de Baitaca está marcada por referencias al bioma Pampa y a la cultura gaucha que se desarrolla en sus ecosistemas. Una de sus canciones más conocidas, "Do fundo da grota", presenta con orgullo un modo de vida simple y tradicional, íntimamente vinculado con elementos de la flora y la fauna que aparecen reiteradamente celebrados en la letra de esta composición. En los versos de "Campeiro que canta triste", Baitaca elabora una crítica a la modernización de la agricultura y a las transformaciones en las relaciones del hombre con el campo, que, desde su perspectiva, promueven la degeneración cultural y ambiental del gaucho y del Pampa, respectivamente y de forma simultánea. El objetivo es analizar cómo las dos canciones mencionadas atribuyen sentido al campeiro, a su modo de vida y al bioma que lo constituye, al tiempo que elaboran una crítica a la modernidad agrícola. Paralelamente, el artículo relaciona el discurso de Baitaca con la defensa de la ganadería como alternativa para el bioma Pampa y analiza, a partir del concepto de ritornelo *(Deleuze y Guattari, 1995; 2011), cómo la sonoridad de las canciones analizadas refuerza un discurso sobre el territorio.*

Palabras clave: Baitaca; Música gaucha; Modernización agrícola; Bioma Pampa.

Introdução

É impossível pensar a cultura gaúcha dissociada dos ecossistemas pampeanos e das práticas humanas historicamente constituídas na relação com esse bioma. A economia e a cultura das áreas de predominância do bioma Pampa são significativamente ancoradas nas possibilidades e vocações que o ambiente campestre oferece ao nativo dessa região.

Desde o período colonial da história do país, as pastagens do atual território do Rio Grande do Sul foram percebidas pelos colonizadores como uma oportunidade para a criação de gado bovino. Essa atividade, inicialmente desenvolvida em um sistema extensivo e relativamente livre — isto é, sem cercas nem delimitação formal das propriedades —, destoava, em certa medida, das práticas pecuárias adotadas em outras regiões do Brasil,

mais firmemente reguladas pelo regime de sesmarias. Conforme aponta Caio Prado Júnior (2011), tratou-se de uma atividade econômica que assumiu protagonismo tardio, embora provavelmente introduzida nos primeiros anos do século XVII por missionários jesuítas ou colonos oriundos do Paraguai. Assim, no Rio Grande do Sul, a criação de gado se desenvolveu com relativa autonomia, apoiada em campos naturais que dispensavam suplementação alimentar e voltada prioritariamente ao abastecimento do mercado interno e à ocupação territorial — sobretudo em uma lógica de fronteira (Beneduzi, 2005; Neumann e Tedesco, 2023; Prado Júnior, 2011) —, em contraste com as demais regiões, onde a pecuária era atividade acessória ao modelo agroexportador, integrada à lógica do latifúndio escravista.

Tamanho foi o impacto dessa modalidade econômica que mesmo parte importante das populações indígenas já aqui anteriormente estabelecidas, ainda que ao cabo de violenta aculturação e da extinção de povos que resistiram à assimilação, adaptou-se à atividade, ocupando normalmente posições marginais ou subalternas nesse sistema (Beneduzi, 2005; Lunardi Diehl e Osório, 2021; Schmitz, 1993). O gaúcho surge desse amálgama cultural, de um contato econômica e colonialmente mediado entre nativos e europeus, como resultado das dinâmicas globalizantes dessa fase do capitalismo colonial, e também como um processo ativo de invenção pela própria cultura.

A compatibilidade entre as atividades do gaúcho e os ecossistemas campestres se faz notar em sua secularidade, em que o gado, o gaúcho e o campo coexistem em longa e sustentada relação. Nesse sentido, Silva e Sacco dos Anjos (2020, p. 3) defendem a vocação do bioma Pampa para a pecuária e citam o Ministério do Meio Ambiente no reforço desse reconhecimento:

> *O Ministério do Meio Ambiente descreve a importância da pecuária praticada em campos nativos desde os primórdios da colonização da emblemática região correspondente ao bioma Pampa: Além de proporcionar resultados econômicos importantes, tem permitido a conservação dos campos e ensejado o desenvolvimento de uma cultura mestiça singular, de caráter transnacional representada pela figura do gaúcho.*

Historicamente vinculada ao campo, à pecuária e à "lida campeira"[1], essa identidade não cruzou o tempo imune a ressignificações. Talvez a mais significativa delas esteja associada aos movimentos de modernização agrícola — especialmente com a chamada Revolução Verde[2] —, que transformaram nos últimos anos

[1] Expressão típica dos ambientes rurais rio-grandenses e que designa o trabalho no campo.

[2] A expressão "Revolução Verde" refere-se ao movimento de modernização da agricultura baseado na mecanização e quimificação, o que permitiu a intensificação de sua capacidade produtiva a partir dos anos 1950 na Europa, nos EUA e, posteriormente, em outros países como o Brasil, onde os primeiros experimentos para sua implementação se passaram justamente no Sul do país. Sua emergência histórica se dá no contexto pós-segunda guerra, como solução política ao problema da escassez de alimentos. Ao contrário do que pode parecer indicar, portanto, a expressão não está ligada a práticas ambientalmente sustentáveis e ecologicamente corretas. A Revolução Verde trouxe consigo desafios e impactos negativos, como o uso intensivo de produtos químicos, perda de diversidade genética, preocupações com a sustentabilidade a longo prazo e maior dependência do terceiro mundo em relação aos países produtores dessas tecnologias.

a relação do gaúcho com seu território. Essa relação não emana, enfim, de uma natureza estática, nem de uma natureza em si mesma, sequer de uma natureza de todo dissociada da cultura[3], mas sim (Hall, 2006; Hobsbawm e Ranger, 2012; Schama, 1996) é produto de uma tessitura histórica e discursiva que a situa, o que importa em nossa argumentação justamente por termos como objeto empírico duas canções, ou seja, discursos que tecem essa relação.

Antônio César Pereira Jacques, conhecido artisticamente como Baitaca, é um cantor e compositor gaúcho natural do município de São Luiz Gonzaga. Sua música, fortemente enraizada na cultura regional gaúcha, ganhou projeção nacional com a canção "Do fundo da grota", que viralizou em plataformas digitais e foi posteriormente gravada por nomes da música sertaneja. Conhecido por seu estilo performático que porventura se aproxima do cômico e por desenvolver uma poética voltada ao rural popular sul-rio-grandense, tornou-se uma figura emblemática na música tradicionalista recente no estado. Sua obra pode ser acessada na internet nas principais plataformas de *streaming* e em seu canal oficial no YouTube[4].

Optou-se por analisar a produção musical de Baitaca, particularmente as músicas "Campeiro que canta triste" e "Do fundo da grota", por expressar em grande medida um sentimento nostálgico ancorado em materialidades vivas e afetivas do bioma Pampa, em um contexto de crise das culturas tradicionais[5] frente ao advento da modernidade capitalista e globalizada (Giddens, 2007; Hall, 2006). Interessa-nos como essa poética dispõe uma ontologia relacional Pampa-gaúcho na qual a paisagem, a fauna, os ciclos climáticos, o campo aberto e o gado não constituem tão somente um cenário, mas uma rede de atores ontológicos na formação de certo *ethos*. No percurso de atribuição de sentido ao campeiro, ao seu modo de vida e ao correlato bioma conforme traçado pelas canções, as transformações culturais e naturais percebidas são associadas pelo artista, sobretudo e emblematicamente, à forte alteração das dinâmicas locais decorrente da expansão da monocultura da soja sobre as áreas tradicionalmente dedicadas à pecuária. Em nosso percurso analítico desse efeito, os conceitos de *ritornelo* e *desterritorialização* (Deleuze e Guattari, 1995, 2011) assumem caráter central.

O próximo tópico se volta a uma contextualização acerca de Baitaca, seguido de um tópico voltado à análise de "Campeiro que canta triste", com ênfase no drama situado pela letra no entorno do pecuarista tradicional, sucedido de um tópico que analisa "Do fundo da grota", com ênfase às relações interespécie engendradas nessa canção. Em um último tópico prévio às conclusões, nomeado "Tradição, sonoridade e território", aproximamos as duas músicas e evocamos os supracitados conceitos de Gilles Deleuze e Félix Guattari como ferramentas para pensar as relações entre Pampa e tradição nas letras e sonoridade das canções analisadas.

[3] Para uma introdução à crítica a essa dicotomia, ver Escobar (2005) e Viveiros de Castro (2011).
[4] Canal oficial de Baitaca no YouTube. Recuperado de https://www.youtube.com/@BaitacaOficial.
[5] Utilizamos a expressão "culturas tradicionais" como conceito sociológico ampliado de tradição, referindo-nos a identidades coletivas sustentadas por modos de vida transmitidos historicamente, oralmente, e vinculados a territórios específicos — como o campesinato e o universo simbólico gaúcho —, e não exclusivamente às "comunidades tradicionais" definidas nos marcos legais do Decreto 6.040/2007.

Baitaca, o artista campeiro

Nascido no município gaúcho de São Luiz Gonzaga, região das Missões[6], Antônio César Pereira Jacques, de nome artístico Baitaca, é cantor, compositor e, atualmente, um dos principais expoentes da música tradicionalista do Rio Grande do Sul. O nome "baitaca", que herdou de seu avô, alude a uma ave da ordem dos psittaciformes (como o papagaio), ocorrente em território gaúcho, o *Pionus maximiliani*. A palavra deriva do Tupi-Guarani "mbaé-taca", que se refere a uma coisa barulhenta, o que se deve à intensa vocalização desse animal.

Sendo São Luiz Gonzaga uma das cidades-símbolo das antigas Missões Jesuíticas, Baitaca, por meio de sua figura pública, dá continuidade ao mito do "gaúcho missioneiro", uma identidade cultural que acopla valores guaranis e elementos da colonização europeia. Como apontam Fornasier e Tondo (2017, p. 10):

> *. . . os atos dos indígenas cruzam os séculos, e dados históricos se misturam com mitos e ajudam a fortalecer a identidade do gaúcho missioneiro, o gaúcho nascido nas Missões Jesuítas, e se transforma num sentimento de orgulho e pertença, misturando em seu seio a visão de acesso aos bens naturais dos indígenas Mbyá Guaranis com a visão eurocêntrica e capitalista.*

Uma espécie de orgulho em pertencer a esse território contiguamente ao modo de vida que dele emana, e que se expressa contundentemente na música "Do fundo da grota", concretiza e perpetua uma memória coletiva, ainda que folclorizada, que tem raízes nas Reduções Jesuíticas.

Como aponta em entrevista[7], Baitaca iniciou sua carreira como músico aos 13 anos de idade, cantando em galpões de amigos e rodeios. Aos 14 anos, venceu um concurso de trovas[8] na categoria mirim promovido pelo Centro de Tradições Nativistas Sinos de São Miguel. A música de Baitaca pode ser situada dentro do espectro da música tradicionalista gaúcha, que existe em diferença à música nativista, que, como afirma Ferraro (2019), se volta mais fortemente à inovação estética e à introjeção de elementos e instrumentos musicais não considerados parte do universo mais restrito da música tradicionalista. O estilo musical de Baitaca, ao passo em que se relaciona fortemente à sonoridade tradicionalista, imbrica-a em uma espécie de exagero cômico desse próprio tradicionalismo e de suas sempre discursivamente produzidas "raízes". Em suas letras, assenta-se no que entende como as experiências comuns do homem do campo sul-rio-grandense, especialmente os de antigamente, confluindo com eles, por exemplo, no uso da língua portuguesa de modo popular e local.

De modo geral, a obra musical de Baitaca apresenta canções de estruturas simples, ancoradas em escalas mais

[6] Noroeste do estado, justamente a região pioneira em sojicultura em nível nacional.

[7] Entrevista com Baitaca. Canal Jorge Guedes. Recuperado de https://youtu.be/3Um3_8kk7P8?si=SrcQy_KZT-eQYXUY.

[8] No contexto gaúcho, a trova é uma forma de poesia oral improvisada, cantada em forma de desafio por dois ou mais trovadores, acompanhados geralmente por acordeonistas. A prática ocorre tanto em contextos informais — como as rodas de trova, marcadas pela espontaneidade e liberdade de expressão — quanto em eventos competitivos organizados, em que regras rígidas, avaliações técnicas e temas sorteados conferem prestígio e visibilidade aos vencedores (Biancalana, 2007).

diatônicas e ritmos tradicionais gaúchos (como a Vaneira, por exemplo), o que contribui para uma sonoridade acessível e baseada na familiaridade melódica. Os instrumentos mais utilizados em seus arranjos são o violão, o pandeiro, o baixo e a bateria, com um destaque especial para a gaita (acordeom), introduzida na música regional gaúcha entre o final do século XIX e o século XX por imigrantes ítalo-germânicos (Ferraro, 2019). A gaita tornou-se não apenas um recurso musical, mas um marcador identitário da música gauchesca, desempenhando papel fundamental nos gêneros regionais. Assim como a viola caipira opera como um "forte aliado no processo de subjetivação dos indivíduos" e na formação de uma "sonoridade caipira" no contexto do sudeste brasileiro (Salgado, 2022, p. 92), o acordeom opera no universo musical gaúcho. Pelo uso desse e de outros instrumentos, Baitaca, que é, como definimos, um "gaúcho missioneiro", também dialoga com expressões ligadas à tradição gaúcha em sentido territorialmente mais amplo, o que justifica em parte o seu desempenho comercial.

O compositor, que já foi peão de estância[9], hoje tem uma carreira consolidada na música, com mais de 15 CDs lançados e canções que variam entre temas cômicos repletos de duplo sentido e questões ligadas ao cotidiano do gaúcho rural. O reconhecimento de suas composições se expressa mais comumente nos bailes e rádios das cidades do interior, sobretudo em contextos populares. Os aspectos do mundo rural cantados pelo compositor parecem gerar certa identificação nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, principalmente em um público interiorano, situado onde predomina a agricultura, a pecuária e os modos de vida associados a essas atividades.

Diante de um súbito sucesso na internet, Baitaca vem alcançando projeção nacional. O canal "Santo Fole" (relativamente popular no YouTube e Instagram, sobretudo na região Sul do Brasil), do músico, produtor e humorista paranaense Paulinho Pezak, foi o principal responsável por essa visibilidade. Por volta de 2018, o perfil passou a produzir conteúdos para as redes sociais com piadas sobre o universo dos bailes do interior, com enfoque na gaita (acordeom) e nos gaiteiros. A canção "Do fundo da grota", de Baitaca, acabou se tornando um elemento-chave nessas postagens. Durante a pandemia do coronavírus, quando popularizaram-se as *lives* de artistas famosos, entre estes os autodenominados *sertanejos* que usavam em suas bandas o acordeom, muitos internautas transformaram em *meme* o ato de comentar durante os shows que, se o gaiteiro não tocar "Fundo da grota", então "não adianta"[10]. A piada, que conferia à postura e à obra de Baitaca um teor de verdade e de autenticidade, acarretou certa viralização da música e, consequentemente, do artista. Assim, a canção, que fora lançada em 2001, rompeu os limites geográficos e culturais do Rio Grande do Sul.

A música de Baitaca passou então a ser incorporada no repertório de artistas renomados da música sertaneja contemporânea, visto que, apesar das diferenças e particularidades, apresentam pontos de contato em certas linhas melódicas, no ritmo e na escolha dos instrumentos,

[9] Peão de estância é a designação regional usada no Rio Grande do Sul para o trabalhador rural que atua em estâncias (grandes propriedades de criação de gado), sendo uma figura central no imaginário tradicional gaúcho.

[10] Sobre esse *meme*, ver: https://youtu.be/I232DUcG1yY?si=CTqA2G7bMcxe8cCs.

especialmente na predominância do acordeom. A nostalgia da vida do campo e a figura do "campeiro", que produzem um importante senso de identificação entre determinados grupos culturais/populacionais, ao mesmo tempo, podem figurar como personagens utópicos, construção de um misto de imaginação e memória, em progressivo afastamento dos modos de vida da população local.

Conforme aponta José de Souza Martins (1990), a música sertaneja se popularizou a partir da migração do trabalhador rural para os grandes centros urbanos entre as décadas de 1920 e 1930. Ela consiste na apropriação de determinados elementos da música caipira[11], submetidos a uma lógica comercial e mecanizada pelo papel desempenhado pelo rádio entre as décadas de 1920 a 1940, quando produtores passaram a criar e promover duplas sertanejas, muitas vezes moldando seus repertórios aos gostos do público urbano. O processo acarretou no simultâneo distanciamento desses artistas tanto dos modos de vida rurais que originalmente inspiraram a música caipira quanto dos laços comunitários associados à vida agrária, incluindo nesse afastamento as alianças com o território, com o bioma e com os agentes não humanos que o sustentam.

Martins (1990) apresenta a música sertaneja como uma crítica conservadora aos processos de modernização fomentados principalmente por uma elite agrária que buscava manter seu poder e privilégios no contexto da implementação do capitalismo industrial. Nesse sentido, a nostalgia do campo e a reivindicação da imagem do caipira se tornaram artifícios importantes, suscitando nos migrantes rurais (seu principal público) um sentimento de recusa à cidade e a afirmação de um mundo outro em comum que, todavia, existe sobretudo em memória e desejo. A constituição do estereótipo cômico do caipira e de sua relação de estranhamento à vida na cidade, típico dos primórdios desse gênero musical, está associada às necessidades de afirmação ideológica por parte de grupos sociais urbanos em um contexto produzido pela crise da economia colonial. A ideia de "degeneração" dos costumes tradicionais é acentuada quando o camponês, que é um sujeito tradicionalmente estigmatizado, ridiculariza os resultados da urbanização, ao mesmo tempo em que ele próprio é ridicularizado. A utilização depreciativa desse personagem enfatiza os elementos ideológicos que rememoram e sustentam um modo de vida na cidade diretamente ligado à economia de exportação agrícola (Martins, 1975).

A música sertaneja, em vias de sua formulação contemporânea, se desenvolveu como um produto cultural massivo, servindo aos interesses das elites rurais — até hoje seus principais patrocinadores —, através do enaltecimento de uma ideia de "cultura do interior" que é ativamente moldada por esses mesmos grupos. Assim, a figura do caipira como mediador foi sendo substituída pela dos fazendeiros, e o sentimento da saudade romântica e/ou dos antigos modos de vida, que compareciam com força nas temáticas do gênero na era do rádio, dão espaço a temas mais mundanos envolvendo o consumo, o namoro descompromissado, as festas e o consumo de álcool. Esse trajeto é também expressão de uma apropriação pela elite do próprio espaço do caipira, visto que o

[11] A música caipira, no sentido que lhe afere Martins (1975), é uma expressão legítima do mundo rural tradicional, sobretudo, do sudeste e centro-oeste brasileiro. A música caipira é sempre acompanhada de algum ritual de religião, de trabalho ou de lazer.

trabalhador braçal, outrora protagonista dessa expressão artística, tem seu posto de trabalho tomado pelo modo de produzir maquínico, e muitas vezes migra para a cidade. A incorporação da canção de Baitaca nos shows de artistas do gênero, portanto, pode ser lida de modo relacional aos próprios processos que moldaram o sertanejo e como forma de negociação com esse universo cultural e comercial.

Ainda em paralelo com a música Sertaneja, a trajetória de Baitaca, nesse sentido, pode ser pensada à luz do que Alan Oliveira (2009) descreve como um movimento de deslocamento do músico rural, cuja identidade está enraizada em valores comunitários e práticas cotidianas do campo, para os palcos midiáticos e industriais urbanos. Conforme o autor, há uma tensão constante entre o pertencimento a um universo rural idealizado e a necessidade de negociação com as exigências do mercado musical. A apropriação da figura do caipira ou do campeiro pela lógica da indústria cultural transforma esse personagem em um símbolo muitas vezes caricatural, deslocado de sua base sociocultural de origem, mas ainda assim convocado como autenticador da produção musical (Oliveira, 2009).

Enfim, apesar do artista ser muito comumente compreendido por um viés humorístico que ele mesmo eventualmente reivindica e vivencia, e pela sua não incomum apreciação em meios ligados ao *agribusiness* — como sublinhado em sua recente popularização no universo sertanejo —, muitas de suas letras trazem críticas explícitas à expansão rural capitalista, como “Campeiro que canta triste”, que abordaremos no tópico seguinte. A música recorre na apologia à pecuária em detrimento da agricultura como forma de reivindicação de um passado em que as relações entre humanos e outros seres campeiros não humanos eram mais harmoniosas, pesado o fato (ainda que não mencionado na letra da música) de que a pecuária também possa figurar no mercado das *commodities* e produções de larga escala.

O campeiro canta triste

Uma das mais emblemáticas músicas de Baitaca, “Campeiro que Canta Triste” aborda preocupações relacionadas à degradação ambiental, à perda da biodiversidade local e à mudança no estilo de vida campeiro, especialmente devido à expansão da agricultura e ao impacto desta nas tradições pecuárias. A canção expressa nostalgia diante dessas mudanças, destacando a importância da preservação ambiental para a tradição campeira.

Olhei um resto de campo
E escrevi esta canção
O que me faz cantar triste
É esta destruição

Tão acabando nossos campos
Estão arando nosso chão

E quando eu canto me arrepia
E me dói no coração
E quando eu canto me arrepia
E me dói no coração

Tão destruindo nossos campos
Sou campeiro das Missões
Meu peito é forte e resiste
Mas é por estas razões
Que um campeiro canta triste
Mas é por estas razões
Que um campeiro canta triste

Os mato grande da estância
Já estão tudo derrubado
Onde eu comia guavirova e ariticum
E procurava gado alçado
As nossas caças selvagens
Já não existe mais nada
Bicho de pêlo e de pena tão morrendo
Nas lavoura envenenada
Bicho de pêlo e de pena tão morrendo
Nas lavoura envenenada

...

A agricultura tá acabando
Com a parte financeira deste povo
Este meu verso é um apelo pra
que voltem

Para a pecuária de novo
Porque o meu canto é realidade
É cerne de cabreúva
Gado não seca com o Sol, meu patrão
Nem apodrece com a chuva
Gado não seca com o Sol, meu patrão
Nem apodrece com a chuva
...

Nessa canção, Baitaca expressa seu sentimento em relação à percepção de extinção do bioma em que se funda o corpo e a base cultural campeira. Logo nos versos conclusivos da primeira estrofe da canção, fica explicitada a relação entre a agricultura e a destruição dos campos: "Tão acabando nossos campos / Estão arando nosso chão".

O Rio Grande do Sul é um dos estados pioneiros no cultivo da soja. A cultura, que teve seu início na região Noroeste do estado, vem se expandindo, sobretudo nos últimos anos, para a metade Sul (Rosa, 2023; Silva e Sacco dos Anjos, 2020). Um estudo de Kuplich *et al*. (2018) indica que a área plantada com a oleaginosa no Rio Grande do Sul aumentou 73,7% de 2000 a 2015. Quando se trata especificamente da expansão sobre o bioma Pampa, o mesmo estudo indica um aumento de 188,5% no referido período. Esse cenário, que incide na tomada de espaço da pecuária tradicional, tem efeitos sobre as dinâmicas locais conjuntamente dos pontos de vista social e ecológico.

Em sua dissertação de mestrado, Rosa (2023) discute as contradições da expansão da soja sobre territórios antes dedicados à pecuária de perfil familiar no município de Bagé/RS; Silva e Sacco dos Anjos (2020) se ocupam de analisar fundamentalmente o mesmo problema no município de Jaguarão/RS — ambos os municípios estão situados no bioma Pampa. Nesses dois trabalhos, as dimensões social e ambiental são analisadas de modo articulado, revelando a dependência dos pecuaristas tradicionais em relação à preservação de características naturais do Pampa e da possibilidade de reprodução social da atividade pecuária. Com efeito, a pecuária extensiva sobre campos nativos é uma atividade menos impactante aos ecossistemas campestres do que a agricultura. Isso porque manter os campos saudáveis é fundamental para a boa nutrição do gado, enquanto a prática da aragem — enfatizada na letra da música — para o plantio de qualquer que seja a cultura significa, inevitavelmente, a supressão da vegetação natural e alterações profundas no solo e na biodiversidade (Nabinger *et al.*, 2009; Overbeck *et al.*, 2009).

Acerca da diferença entre pecuária tradicional e monocultura extensiva, Rosa (2023, p. 106) indica que:

> *. . . pode-se evidenciar a existência de dois tipos opostos de produção rural realizados no Pampa, de um lado a agricultura moderna e os plantios de soja, que ocupam o espaço social para reproduzir suas relações de produção baseadas na homogeneização de áreas com uso exclusivo de insumos externos, como os agroquímicos. De outro, uma pecuária produzida nos campos naturais do bioma Pampa, historicamente construída e mantida por famílias produtoras que têm na preservação do ambiente não uma causa ambiental, mas a maneira conhecida e transmitida pelas gerações de reproduzir suas relações sociais.*

O pecuarista familiar difere ainda dos "estancieiros", como são conhecidos os grandes produtores de gado no Rio Grande do Sul. Enquanto que o primeiro grupo baseia sua produção em pequenas propriedades, lança mão de técnicas tradicionais e tem na reprodução social da família o principal objetivo da produção; as estâncias se baseiam em grandes propriedades, técnicas modernas e são voltadas para o mercado global, marcando

assim diferenças de base, escala, métodos e, consequentemente, de relação com a natureza. A pecuária tradicional de base familiar é normalmente voltada ao autoconsumo e mercado interno, fundamentando-se no uso do campo nativo do bioma para a alimentação dos rebanhos bovinos e ovinos. Assim, mantém hodiernamente certo equilíbrio por meio de técnicas de manejo que evitam o esgotamento das áreas de pastagem nativa, como o revezamento entre diferentes porções de campo utilizadas para o pastejo. Essa prática permite a regeneração da cobertura vegetal antes que o gado volte a utilizá-la, mantendo, assim, controlado o impacto da pecuária sobre os ecossistemas nativos que representam sua própria base de sustentação[12]. A importância da preservação dos campos nativos é afetuosamente descrita por Lanna (2007, p. 18):

> *O pampa tem vários aspectos de interesse. Sob o ponto de vista histórico-cultural, ali estão as origens do arquétipo do gaúcho. Toda tradição gaúcha, cultuada por tantos CTGs espalhados pelo Brasil e pelo mundo, vem do pampa: os grandes espaços, a lida com o gado, o cavalo, companheiro nessa jornada. Sob o ponto de vista paisagístico, trata-se de uma das mais belas paisagens do mundo, que emociona a todos que têm o privilégio de conhecê-la. A BR 293, que corta o pampa no sentido Leste-Oeste, de Pelotas a Quaraí, apresenta aos seus viajantes um cenário do qual nunca irão esquecer. Sob o ponto de vista ambiental, além de ser o único bioma brasileiro que se manifesta em um só estado, o Rio Grande do Sul, são poucas as regiões no mundo que apresentam esta enorme diversidade de espécies campestres. Em termos florísticos, são cerca de 450 espécies de gramíneas forrageiras e mais de 150 espécies de leguminosas, sem contar as compostas e outras que totalizam cerca de 3000 espécies, ensinam professores do Departamento de Botânica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A fauna é composta por grande número de pássaros e animais de pequeno porte, peixes, anfíbios, répteis, mamíferos etc. Sob o ponto de vista econômico, existe uma enorme oportunidade representada pela produção de carne de gado bovino, em campos naturais com grande diversidade, sem necessidade de suplementação alimentar, o que lhe confere um sabor especial, sem igual. É a melhor carne do mundo, que o mercado sofisticado dos países mais desenvolvidos deseja consumir e pagar por isto.*

Sobre os “matos”, áreas de formação florestal presentes no interior do bioma Pampa, Baitaca aciona memórias comuns às pessoas de origem rural do estado, mormente as dos mais velhos, como o ato de consumir (e saber nomear) frutas silvestres. Em tom de lamento, o músico conclui que essas matas já estão “tudo” derrubadas. Nesse mesmo sentido, Baitaca rememora a prática da caça e, queixando-se da diminuição das populações animais, atribui esse processo ao envenenamento das lavouras: “As nossas caças selvagens / Já não existe mais nada / Bicho de

[12] Cumpre destacar que nem toda a pecuária gaúcha se exerce nesse modelo. Rosa (2023) observa, paralelo a isso, no município de Bagé/RS, a presença de propriedades que praticam a pecuária em pastagens artificiais. Isso se dá, sobretudo, entre as explorações de tipo patronal e praticantes do chamado “sistema integrado”, em que a mesma unidade produtiva é capaz de praticar pecuária e sojicultura, alternadamente.

pêlo e de pena tão morrendo / Nas lavoura envenenada".

Em seguida, em uma crítica que atrela a modernização agrícola à dos costumes e da própria pecuária, o músico censura as atuais modalidades de manejo e "doma" de cavalos, a qual chama "doma racional", o que figuraria em oposição às técnicas tradicionais, mais ancoradas na disciplina física. Com efeito, a canção expressa certo conservadorismo, que, em alguns sentidos, pode ser harmonizado com discursos mais amplos, como a preservação ambiental, mas, em outros, não parece portar uma mensagem que possa ser em todo identificada nos princípios morais adjacentes ao pensamento ecológico ou ambientalista, mas sim a uma moral tradicional específica ao contexto local. Para pensar em lastro Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida (2001, p. 14), esse tradicionalismo cantado, "embora sem uma ideologia explicitamente conservacionista", segue práticas culturais conservacionistas para o uso dos recursos naturais que são sustentáveis.

No que se refere à sobreposição do global sobre o local pampiano, é importante considerar que países do terceiro mundo têm suas dinâmicas fortemente marcadas pelo passado colonial e pela dominação imperialista. As posições na divisão internacional do trabalho que os países do sul global ocupam não costumam fugir à regra de produtores e exportadores de produtos primários, as chamadas *commodities*, sejam minerais ou agrícolas. Segundo a explicação de Rosa (2023, p. 57):

> *... a escolha pela soja como alternativa econômica principal no rural do bioma Pampa é uma estratégia que impõe o global sobre o local. Essa opção é feita, inclusive, com suporte estatal, que financia os plantios, a juros baixos, e com isenção de tarifação em caso de exportação.*

Se quisermos pensar a partir de Deleuze e Guattari (2011), a predominância da cultura da soja sobre os pecuaristas tradicionais é expressão e, ao mesmo tempo, promoção da desterritorialização capitalista global na reconfiguração do uso da terra, subordinando os pecuaristas tradicionais a essa nova ordem. Se a própria figura do gaúcho foi forjada num contexto colonial, hoje se pode dizer que a soja se enquadra em e representa uma nova etapa imperialista a qual rapidamente reconfigura o espaço, o trabalho, o meio ambiente e a cultura local a partir de forças econômicas exógenas ao local. Nesse sentido, Escobar (2005, p. 80) sustenta que "está claro que os lugares estão sendo progressivamente submetidos às operações do capital global, de modo ainda mais acentuado na era do neoliberalismo e da degradação do Estado-nação". Para Escobar (2005, p. 76), o lugar e a cultura local "pode[m] ser considerado[s] 'o outro' da globalização, de maneira que uma discussão do lugar deveria oferecer uma perspectiva importante para repensar a globalização e a questão das alternativas ao capitalismo e à modernidade".

Dito isso, é ao fim da composição que aparece a crítica mais incisiva sobre a agricultura no Pampa: Baitaca destaca sua dimensão economicamente nociva — "tá acabando com a parte financeira deste povo" — e apresenta seus versos como um apelo para que "voltem para a pecuária de novo". O músico afirma que seu canto "é realidade" e atesta sua solidez em referência ao cerne (parte mais dura e interna dos troncos das árvores) de cabreúva, cuja madeira é pesada e dura. O peso da "realidade" desse canto se assenta, como demonstra, em uma comparação enfática entre soja e pecuária nos campos sulinos: "Gado não seca com o Sol, meu patrão / Nem apodrece com a chuva". Nesse sentido, o canto campeiro não é apenas um testemunho individual. Ao falar pelo povo

na defesa dos interesses econômicos deste, pelo Pampa em defesa dos campos e das matas, pode-se pensar que, através da voz de Baitaca, emerge uma voz múltipla que encontra na forma musical um modo de afetar o presente. O efeito se encorpa quando o enunciatário é posicionado socialmente dentro de um determinado contexto como veículo da "realidade", cuja validação é provavelmente a de um consenso local, ou seja, uma verdade forjada no entrelaçamento da experiência coletiva, do pertencimento territorial e das práticas históricas do campo. O que é dito, se assim perspectivado, não é apenas da autoria dele, mas de um modo de ser-campo, e o "campeiro" que "canta triste", por extensão, identifica muitos outros que não Baitaca individualmente.

O pecuarista tradicional que percebe a reprodução de seu modo de vida ameaçado pela agricultura moderna, e cuja demanda é testemunhada na voz de Baitaca, é, ao mesmo tempo, precariamente participante da modernidade capitalista e a assiste avançar sobre seu território. Semelhante percepção pode ser encontrada nos depoimentos reunidos por Silva e Sacco dos Anjos (2020) no município de Jaguarão/RS. Analisando as narrativas dos sojicultores (predominantemente oriundos do noroeste do estado) que avançam sobre o município, os autores apontam que "tais atores sociais se autointitulam portadores de uma modernidade centrada em novas tecnologias e num modo de produzir que se choca com o tradicionalismo local" (p. 10). Os autores observam que esse grupo se expressa como promotor do dinamismo, em oposição ao "atrasado" e ao "arcaico" que comumente se associa à região Sul do Rio Grande do Sul. Esse discurso, associado à pressão inflacionária que a soja exerce sobre o valor das terras, reforça a posição de marginalidade do gaúcho pecuarista tradicional, sobretudo o de perfil familiar que, quando incapaz de se adaptar ou resistir, desaparece socialmente, reaparecendo seja como refugiado em grandes centros urbanos onde irá manifestar sua territorialidade de diferentes formas, seja em novos ecossistemas, ou mesmo assumindo outras formas de vida no Pampa.

Na esteira dessa proposição, podemos considerar que a perspectiva de Baitaca, envolta na pecuária tal como a perspectiva do público que mais imediatamente com ele se identifica, expressa a si mesma como alternativa à submissão da natureza gaúcha ao venenoso imperialismo da soja. Não apenas isso, essa perspectiva é fundada em uma diferença não somente cultural com o mundo moderno que o considera "caricato", mas também é radicada em uma ecologia que é outra que aquela produzida pela prática modernizante da sojicultura, constituindo de modo diferencial relações com os elementos, forças e seres não humanos do Pampa.

A natureza e o modo de ser campeiro no fundo da grota

Música de maior sucesso do músico da campanha, "Do fundo da grota" descreve situações que delineiam certo cotidiano regulado por ciclos naturais e envolvido em atividades típicas da lida campeira. São numerosas as referências a elementos da fauna e flora e às relações e interações entre eles, o gaúcho, suas criações, animais domésticos e seus habitats compartilhados:

Fui criado na campanha
Em rancho de barro e capim
Por isso é que eu canto assim
Pra relembrar meu passado
Eu me criei arremendado
Dormindo pelos galpão
Perto de um fogo de chão
Com os cabelo enfumaçado

Quando rompe a estrela-d'alva
Aquento a chaleira
Já quase no clarear do dia
Meu pingo de arreio
Relincha na estrebaria
Enquanto uma saracura
Vai cantando empoleirada

Escuto o grito do sorro
E lá no piquete
Relincha o potro tordilho
Na boca da noite
Me aparece um zorrilho
Vem mijar perto de casa
Pra enticar com a guaipecada

Numa cama de pelego
Me acordo de madrugada
Escuto uma mão-pelada
Acuando no banhadal
Eu me criei xucro e bagual
Honrando o sistema antigo
Comendo feijão-mexido
Com pouca graxa e sem sal

...

Reformando um alambrado
Na beira de um corredor
No cabo de um socador
Com as mão broteada de calo
No meu mango eu dou estalo
E sigo a minha campeirada
E uma perdiz ressabiada
Voa e me espanta o cavalo

...

Lá no centro do capão
Ouço o piar de um nambu
Numa trincheira o jacu
Grita o sabiá nas pitanga
E bem na costa da sanga
Berra a vaca e o bezerro
No barulho do cincerro
Eu encontro os bois de canga

...

Já no primeiro verso, o autor assinala que canta para relembrar o passado, dando a entender que os aspectos ali presentes talvez não mais ocorram do mesmo modo. A rememoração se expressa também na preposição "do" no título da canção: em entrevista[13], Baitaca explica que ela remete à ideia de origem e que, portanto, não se trata simplesmente de caracterizar o "fundo da grota" enquanto uma localidade, mas sim de exaltá-lo como um ponto de onde se vem. Pollak (1992) afirma que os lugares na memória podem ser significativos ao ponto de gerarem sentimento de pertencimento e que a memória é um elemento importante na formação das identidades, fonte dos sentimentos de continuidade e coerência. Essa origem assumida pelo enunciatário se diferencia da do sujeito moderno e urbano, que é, por sua vez, provavelmente um receptor imaginado pelo autor. Nisso, podemos pensar com Candau (2011), que vê a memória como meio de seleção ativa de fragmentos que os sujeitos unem e dão significado na construção do que chamamos identidade. Isso sugere que a memória, assim como nos modela, é também por nós modelada. Como uma reconstrução permanentemente atualizada, ela seria fonte inspiradora de estratégias em momentos de crises e ameaças de diluição das identidades.

Essa diferenciação ao tipo social urbano passa pelo cômico que emana do exagero da própria posição. O "fundo da grota" significa, afinal de contas, em linguagem popular, um lugar que não é apenas afastado do centro, mas que é bastante afastado; que vai além do rural e que talvez implique nos espaços mais selvagens

[13] Entrevista Baitaca Do Fundo da Grota. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=ybZrnSC2OPY.

dentre os rurais, nos mais "baguais", para usar a expressão contida na letra da referida música. Um "bagual" se trata, no linguajar gaúcho, e em sentido *lato*, de um "homem". A palavra alude aos "bagos", aos testículos. Em certos contextos, "bagual" pode se referir a qualquer macho, seja em sentido biológico (por exemplo, uma ave ou animal de pelo pode ser "bagual") ou performativo (quando se dá prova de masculinidade). Além disso, "bagual" pode ser algo que é próprio do modo de vida gaúcho e campeiro, cultura que, como Ondina Fachel Leal (2019) demonstra etnograficamente, é, sobretudo, masculinista. Nomear um traje como bagual, por exemplo, é significar esse traje como tipicamente gaúcho e rural. E é nessa relação entre o bagual e o local, entre cultura e materialidade, que a palavra é convocada na frase no corpo do texto. Uma série de outras palavras desse vocabulário convergem no sentido de designar um modo de vida e uma consequente postura existencial que se diferem do urbano: xucro, quera, campeiro etc.; cada um com suas especificidades, mas todos convergindo em sentido. Como define Leal (2019, pp. 44-45), acerca de seu trabalho etnográfico que tratou da cultura e identidade masculina no estado, o gaúcho

> *…é onipotente em relação à natureza e sua fala é plena de metáforas tiradas da natureza: ele é um cavalo, ele é um touro, ele é um galo de rinha, ele é um rio, ele é o vento. Ele incorpora a natureza que o cerca. Ele é cada um e todos estes elementos, com tamanha intensidade que a própria natureza se torna uma extensão do seu self. (grifo nosso)*

A diferenciação em relação ao tipo social urbano, construída paulatinamente através da obra e performance de Baitaca, se expressa também no vocabulário que evoca, de provável difícil inteligibilidade para os não nativos do Pampa e de suas socializações rurais. Desse modo, se o "fundo da grota" se contrapõe ao urbano, o modo de ser do fundo da grota se contrapõe ao modo de ser moderno que se associa ao urbano. Ser do fundo da grota, como declara Baitaca, decorre em ser "xucro e bagual", criado "honrando o sistema antigo". Esse modo de ser antigo que o artista afirma honrar e que presentifica em seu canto tradicionalista é, a um só tempo, o que permite ao interlocutor que teve criação semelhante entender o seu vocabulário. O modo de nomear as coisas se articula em sua poética aos próprios entes que convoca. Ele cita, por exemplo, sete espécies da fauna local: saracura, sorro, zorrilho, perdiz, nambu, jacu e sabiá. A presença de cada um desses animais no cotidiano narrado aparece envolta em alguma interação com o campeiro, na maior parte das vezes cômica, por ser essa a tônica da música, mas ainda assim bastante representativas do comportamento desses bichos. Como exemplo, pode ser mencionada a interação com a perdiz: "No meu mango eu dou estalo / E sigo a minha campereada / E uma perdiz ressabiada / Voa e me espanta o cavalo". Sobre os hábitos da perdiz, o site WikiAves[14], que reúne registros de ornitólogos e observadores de aves de todo o Brasil, menciona: "se o estranho se aproxima . . . de seu esconderijo, salta subitamente em voo rápido e barulhento, sumindo lá adiante na vegetação campestre".

[14] O WikiAves é uma enciclopédia colaborativa online brasileira voltada para a observação de aves, reunindo registros fotográficos, sonoros e informações sobre as espécies da avifauna brasileira. É bastante utilizado por observadores de aves, pesquisadores e entusiastas da ornitologia.

Mesmo as espécies não nativas são reenquadradas no quotidiano local, nomeadas de modos locais: o pingo, o mango (ambos indicando o cavalo) e o guaipeca (cachorro), que, renomeados localmente, reelaboram o encontro com o signo. Trata-se, se pensarmos em paralelo com o que propõem Deleuze e Guattari (1977) ao comentarem Kafka, da criação de uma língua estrangeira dentro da língua nacional, propiciando daí que outras possibilidades de vida possam vir à tona.

A interação íntima e cotidiana com animais e a diferença com o tipo social urbano constituem, ao seu modo, uma metapolítica que leva a política para além da *polis*[15], ou, dito de outro modo, têm o potencial de deslocar as coordenadas do que se entende por vida comum, bem como de quais entes participam do comum. A posição de enunciação do fundo da grota, conquanto individual, já é imediatamente política e forja os enunciados de uma comunidade. Isso significa que a concepção de política e de comunidade subjacentes no discurso de Baitaca e, por extensão, em seu modo de ser campeiro, situam as relações e negociações que propiciam sua existência para além daquelas apenas entre humanos, e expandem tanto a política quanto a comunidade no sentido de abarcar também a fauna, a flora e, mais do que isso, os entes cósmicos. É o caso da "estrela-d'alva", cuja presença provoca o campeiro a esquentar sua chaleira, a saracura a empoleirar-se para o canto matutino, e o "pingo de arreio" (cavalo de montaria) a relinchar na estrebaria, provavelmente antevendo que será convocado a alguma tarefa. Por entremear-se nessa rede, a enunciação do campeiro não parte mais de um sujeito individual, mas de uma composição de práticas, forças e posições sociais e materiais que tornam possível dizer. A enunciação, assim perspectivada, é coletiva, ainda que se manifeste por meio de um indivíduo.

O sistema de relações políticas que se desenrola na canção — por exemplo, mas não apenas, na relação entre o zorrilho e a guaipecada — constitui um conjunto de afetações mútuas interespécies. Essas interações configuram um mundo aparentemente autopoiético, ou pelo menos assim apresentado na letra. Sistema que, ao seu modo, o autor "honra" ("Eu me criei xucro e bagual / Honrando o sistema antigo"), e que não se restringe à esfera cultural ou social, se por essas duas palavras entendermos estritamente a cultura e sociedade humanas. A estreiteza das relações com os não humanos que constituem o modo de ser campeiro se expressa, por exemplo, no modo como são convocados na canção a "sanga" e a "noite", que, respectivamente, têm "costa" e "boca" ("na boca da noite", "na costa da sanga"), e que, assim perspectivados, se encontram antropomorfizados. Essas relações constituem, sobretudo, um substrato material e sensível sobre o qual se alicerça um modo de ser gaúcho; um modo que a música emana, ao mesmo tempo que atualiza e reconstitui.

Tradição, sonoridade e território

Diferente de "Campeiro que canta triste", na qual a tônica é o fim do mundo cantado, em "Do fundo da grota" experienciamos uma rememoração afirmativa

[15] Para uma bela abordagem da relação etimológica entre *política* e *polis*, ver Rancière (1996). Para a proposição de que a arte tem o potencial de convocar reflexões de ordem *metapolítica*, tal como propomos que faz o pensamento ecológico de Baitaca, ver Rancière (2010, 2012).

("Por isso é que eu canto assim/ pra relembrar meu passado") que traz ao presente o "tempo antigo". Pensar que essa rememoração se efetiva em termos de saudosismo romântico em relação a um mundo em vias de desaparecimento ou desaparecido é uma chave de leitura possível que, contudo, parece interromper potências da letra que dizem respeito à produção, com e pelo passado, de um devir[16] no presente — ao que gostaríamos de dar ênfase. Já comentou Anthony Giddens (2007) que a tradição diz respeito a um modo de organizar o porvir, evitando desenhar a ele um território em separado. Ela organizaria a memória coletiva de modo que a memória individual remeteria, necessariamente, a essa outra de maior escala. Escusado dizer, a memória, substrato da constituição imaginária da tradição, também o é tanto da nação (Hobsbawm e Ranger, 2012) quanto do espaço (Schama, 1996).

Há uma imbricação inarredável entre tradição e ficção, palavra que se radica no latim *fictio-onis*, substantivo derivado de *fictum*, particípio do verbo *fingere*, que pode ser traduzido por modelar ou inventar. Essa modelação, etimologicamente contida em ficção, está no rearranjo do real, no reordenamento dos lugares das coisas propiciado pela tradição. Como argumentam Gilles Deleuze e Félix Guattari (1977, 1995, 2011), a ficção tem o poder de produzir e contestar mundos, e de permitir a imaginação de escapes às estruturas. Logo, ter em vista o devir no presente do discurso tradicionalista que se expressa na poética de Baitaca nos lança a prestar atenção ao caráter propositivo e criativo que se desenvolve a partir da memória que ela convoca. Nesse sentido, pensando com Anthony Giddens (2007), a existência social da tradição não deriva do simples fato de sua persistência no tempo, mas do trabalho contínuo de interpretação que seleciona os laços que ligam o presente ao passado pelo acionamento, por parte de certos *guardiões da tradição* como Baitaca, de práticas e rituais, como seu canto e a festa que se constitui no seu entorno, e que têm um caráter não meramente reprodutivo, mas também produtivo.

A estrutura musical dessas canções, pensadas em relação às letras, confluem na produção de um *território*. Como em "Campeiro que canta triste", "Do fundo da grota" joga muito claramente dentro da sonoridade do tradicionalismo gaúcho. Se essa característica pode figurar como falta aos ouvidos dos que buscam por inovação formal, a repetição trata-se também de uma estratégia de se proteger da diferença; estratégia que, a seu modo, faz "relembrar o passado", como canta Baitaca. Em cada uma das duas músicas, é possível identificar um refrão que, ao fim de qualquer estrofe, não cessa de voltar. O modo como esses refrões operam se aproxima do conceito filosófico de *ritornelo* (Deleuze e Guattari, 1995), elaborado sobre o conceito musical de *ritornello* que, no italiano, significa literalmente "pequeno retorno". Comum em compositores barrocos como Antonio Vivaldi e Sebastian Bach, designa uma linha melódica que se repete periodicamente criando unidade e coesão dentro da estrutura musical.

No tratamento dado por Deleuze e Guattari (1995), o *ritornelo* se refere a sons, expressões e gestos que criam uma sensação de território ou lar, uma espécie de zona de familiaridade ou de estabilidade

[16] Conceito que, no modo como o concebem Deleuze e Guattari (1995), diz respeito a um processo de desterritorialização e transformação não teleológica, que desloca identidades fixas sem conduzir à formação de novas identidades estáveis.

num mundo em fluxo. É o que uma criança canta quando está com medo no escuro. É o canto do pássaro que demarca território. Ele cria mundo, dá forma ao caos. Assim, se o território da pecuária e o espaço de relações político-afetivas do "Campeiro que canta triste" são invadidos pela monocultura, as músicas, e especialmente os seus refrões, criam uma espécie de abrigo ao qual se pode regressar. No pensamento de Deleuze e Guattari, enquanto a territorialização envolve a criação de territórios, a desterritorialização implica a abertura de linhas de fuga e a criação de novas conexões. A música desterritorializa-se do *ritornelo* eventualmente, devém outra e volta, tal como, em Giddens (2007), a tradição diz respeito a um porvir que situa o futuro em um território do já conhecido. Esse retorno, que é a *territorialização* operada pelo *ritornelo*, é um modo de resistir ao destino incerto do processo modernizador, ou, para retornar ao vocabulário de Giddens, é um modo de resistir ao *risco* e à *incerteza* que caracterizam o fluxo em aceleração do presente da modernidade.

Na Sociologia clássica, a modernidade aparece como oposta a um mundo outro, prévio, estático ou quase estático, que é o tradicional. Autores mais contemporâneos, como Anthony Giddens (2007), têm dedicado atenção aos modos como a modernidade faz viver a tradição, como esta se reconstitui naquela, muitas vezes como estratégia de resistência às incertezas da modernização. É nessa alçada que se lança a poética de Baitaca. Seu discurso se enamora de uma essência (que é, afinal de contas, um *estilo*) supostamente resguardada no passado, no bioma, numa série de práticas que constituem um modo de vida ao qual busca conferir perenidade. O canto de Baitaca, se entendido como produtor de um discurso de tradição, permite que entendamos como essa identidade gaúcha que as canções se esforçam em construir radicada num passado imaginado não se tratam necessariamente ou somente de discursos de descoberta de um ser ontológico do gaúcho que difere, a princípio, dos outros (do moderno, do urbano, do não pampeano), mas de um desejo de porvir inclusivo ao bioma que gerou e abriga o gaúcho, pesados os devires que incidem sobre ambos (o gaúcho e o bioma). Se nem o gaúcho, nem o Pampa resistem incólumes ao infindável fluxo de diferenças, o canto, operando seus *ritornelos*, permite que o território (em sentido amplo, ou seja, cultural e físico) sobreviva, se atualize e retorne, nem que seja na canção.

Mesmo os versos das músicas, que variam em letra, podem ser pensados na chave de *ritornelos* se compreendidos como linhas melódicas, já que repetem a mesma melodia que retorna, sem letra, nos solos de acordeom. O *ritornelo* tem uma função tanto protetora quanto criativa. Ele marca territórios e oferece uma sensação de segurança e estabilidade, mas também serve como ponto de partida para a exploração de novos territórios. Assim, a cada vez que se vai longe do ponto de partida, o quão mais nos afastamos, maior impacto tem a repetição desse "motivo"[17]. Essas repetições se tratam, portanto, da volta a um território sonoro que, mesmo quando formalmente idêntico aos anteriores, já não é mais igual pelo conjunto de relações

[17] Outra palavra do mundo da música que cumpre uma função similar à de "ritornello": de referir a uma "célula" musical, um conjunto de acordes ou notas que reaparece na mesma música, e que mesmo que reapareçam transformados, são passíveis de identificabilidade e cumprem a função de conferir coesão ao todo da composição.

que tece com o seu entorno, com a história, com seus aparecimentos pregressos, já que nem o território, nem quem volta são mais os mesmos na reterritorialização.

O caráter produtivo do relato que parte do modo de ser campeiro nas letras dessas duas canções vai além de si também ao (buscar) afetar o público que com esse discurso entre em contato, e que, de algum modo, o levará adiante e será por ele transformado, em uma cadeia dinâmica de ressonância afetiva. O campo afetivo é o *efeito* da canção. A afirmação de uma perspectiva e de um modo de ser, perspectivados enquanto atos de afetar, mesmo que não realizem materialmente "o tempo antigo" que é evocado por Baitaca (dito de outra maneira, mesmo que não possam recriar o passado cultural e as relações interespécies no presente), podem produzir devires que remontam ao passado, outra relação com o presente que aí se encontra, e outros mundos e presentes porvir. Afetar o mundo e o presente, talvez o mais drástico efeito político possível a partir da poética de Baitaca, só pode se realizar mediante a afecção do outro, a partir de onde se possam delirar e produzir conjuntamente alianças humanas e outras que humanas. Com quais entes, grupos e práticas se podem constituir essas alianças e essa comunidade é um tema que nos acompanhou até aqui, por exemplo, quando pensamos na relação estabelecida entre o bioma, a monocultura da soja e o campeiro. É precisamente a ausência de certa e determinada comunidade pampeana interespécie que faz, eventualmente, o campeiro cantar triste; e é a sua presença que constitui a paisagem que ele narra enquanto canta celebratoriamente sua origem do fundo da grota.

Considerações finais

Este artigo analisou como as canções "Campeiro que canta triste" e "Do fundo da grota", de Baitaca, constroem um discurso em que natureza, cultura e memória se entrelaçam na afirmação de um modo de vida ligado ao bioma Pampa. Por meio de uma poética que celebra e lamenta, Baitaca mobiliza uma ontologia relacional em que a identidade campeira é inseparável das práticas materiais e afetivas que conectam humanos e não humanos no campo.

A crítica à modernização agrícola, à perda da biodiversidade e à dissolução dos vínculos com o território emerge como uma forma de resistência ecológica situada, mesmo que envolta em moralidades locais e em tradições não explicitamente conservacionistas. A obra de Baitaca vocaliza, nesse sentido, um agenciamento coletivo de enunciação, em que sua voz canta não apenas por si, mas como representante de um mundo que insiste em permanecer. A defesa da pecuária e da perspectiva campeira que ressaltamos em nossa análise de "Campeiro que canta triste", bem como a celebração da natureza e a demarcação de sua inseparabilidade do cotidiano campeiro expressas em "Do fundo da grota", possibilitam seu enquadramento naquilo que Escobar (2005) aponta como importância do lugar na vida das pessoas, especialmente diante de fenômenos como a globalização e o seu contíguo avanço sobre todos os territórios e modos de vida que neles se enraizaram. A música de Baitaca, ao louvar elementos do bioma Pampa e de certa cultura gaúcha imaginada nesse território, se estabelece como um discurso de tradição, o que discutimos a partir de Anthony Giddens (2007). Identificamos como esse discurso de tradição se expressa em gestos de *territorialização* (Deleuze e Guattari, 1995, 2011) que atravessam as letras e sonoridade das músicas analisadas, efeito que relacionamos ao conceito de *ritornelo* (Deleuze e Guattari, 1995).

É possível encontrar nas duas canções analisadas alguns aspectos de como o

conhecimento local opera no Pampa gaúcho e algumas das formas específicas de conflito que nele se passam, com o avanço de modelos especializados e modernos. Dentre esses conflitos, ressaltou-se a progressiva primazia da monocultura da soja sobre a pecuária (Rosa, 2023; Silva e Sacco dos Anjos, 2020), tema que se evidencia em "Campeiro que canta triste", relacionado na letra à desterritorialização da identidade do gaúcho e do modo de vida pampeano. O que sobressai de sociologicamente relevante na reflexão musicada de Baitaca, saudosa de certo passado e de certo arranjo ecológico, é a acusação de que a agricultura moderna, sob a forma de monoculturas exógenas como os pinos e a soja, é hoje a regra ou crescente no campo. "Do fundo da grota", por sua vez, formula um discurso fundado na origem e que, saudoso do "tempo antigo", se propõe outra vez como oposto ao moderno. Esse agenciamento se expressa sob a forma de *ritornelo*: a canção atua como marca de territorialização sonora, reiterando ritmos, vocábulos e imagens que refazem um mundo que ela própria toma como ameaçado.

Ressaltamos a potência das músicas em afetar o público em uma cadeia de ressonância, o que parece se conformar de algum modo com o crescente sucesso, ainda que local, do cantor. O modo de ser-campo, tal como expresso nas canções, resiste à desterritorialização total não apenas como nostalgia, mas como abertura para alianças mais-que-humanas e modos outros de futuro. Discutimos como Baitaca articula um agenciamento coletivo de enunciação, no qual se enredam uma tradição oral, uma relação específica com o território pampeano, uma comunidade social e ecológica (campeira e interespécie), os ritmos e a estética da música gaúcha tradicional, e até o sofrimento diante de processos de desterritorialização e modernização forçada.

A tensão entre esse discurso de resistência e o fato de que Baitaca também circula em espaços de valorização do agronegócio aponta para os dilemas das identidades tradicionais no capitalismo global: elas precisam negociar com os sistemas que as ameaçam. Sem dúvidas, um estudo que se voltasse à constituição da carreira de Baitaca poderia revelar aspectos obliterados por nosso recorte, como as negociações, posicionamentos e concessões do mesmo enquanto artista. Ainda assim, seu canto oferece abrigo simbólico, memória compartilhada e possibilidade de articulação política e afetiva entre diferentes seres e modos de existência.

Referências

Beneduzi, L. F. (2005). Conquista da terra e civilização do gentio: o fenômeno imigratório italiano no Rio Grande do Sul. *Anos 90*, *12*(21), 271–294. https://doi.org/10.22456/1983-201X.6376

Biancalana, G. R. (2007). As performances de trova galponeira em situações distintas: a roda de trova e os concursos. In *Anais do Encontro de Artes e Tradição Gaúcha (ENART)*, Camaquã, RS.

Candau, J. (2011). *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto.

Cunha, M. C.; Almeida, M. W. (2001). Populações Indígenas, Povos Tradicionais e Preservação na Amazônia. In: J. P. R. Cacobianco (Org.), *Biodiversidade na Amazônia Brasileira: Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios* (pp. 184-193). São Paulo: Instituto Socioambiental.

Deleuze, G. (2004). *Crítica e clínica*. São Paulo: Ed 34.

Deleuze, G.; Guattari, F. (1977) *Kafka: por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago Editora.

Deleuze, G.; Guattari, F. (1995) *Mil Platôs*: *capitalismo e esquizofrenia*. 2a ed. Rio de Janeiro: Ed. 34.

Deleuze, G.; Guattari, F. (2011). *O anti-Édipo*: *capitalismo e esquizofrenia*. 2a ed. São Paulo: Editora 34.

Domingues Hoffmann, K. (2008). O campeiro e o comercial: entre a música gaúcha e a teoria adorniana sobre música popular. In *IX Congreso Argentino de Antropología Social*, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Misiones, Posadas, Argentina.

Escobar, A. (2005). O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber*: *eurocentrismo e ciências sociais* (pp. 69-86). Buenos Aires: CLACSO.

Ferraro, E. H. (2019). Transformações na ordem cultural do gauchismo através da música. In *XXIX Congresso da ANPPOM*, Pelotas, RS.

Fornasier, M. O.; Tondo, A. L. (2017). Apropriação da história jesuíta-guarani para a construção da identidade do indivíduo missioneiro. *Revista Duc In Altum: Cadernos de Direito*, *9*(19), 5–43. https://doi.org/10.22293/2179-507x.v9i19.666

Giddens, A. (2007). *Mundo em descontrole*: *O que a globalização está fazendo de nós*. 6a ed. Rio de Janeiro: Record.

Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11a ed. Rio de Janeiro: DP&A.

Hobsbawm, E.; Ranger, T. (Org.). (2012). *A invenção das tradições*. 12a ed. São Paulo: Paz e Terra.

Kuplich, T. M. *et al*. (2018). O avanço da soja no bioma Pampa. *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul*, (31), 83-100.

Lanna, A. E. (2007). O bioma pampa em risco? A plantação de pínus e eucaliptos. *Revista Instituto Humanitas Unisinos*, (247), 17-22.

Leal, O. F. (2019). Os gaúchos: cultura e identidade masculina no pampa. *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, *7*(1), 16-47. https://doi.org/10.15210/tes.v7i1.14568

Lunardi Diehl, I. T.; Osório, H. (2021). "Os índios no gênero de peões ninguém os excede": utilização da mão de obra indígena e a expropriação de terras e gado guarani no Rio Grande do Sul (1777-1835). *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, *34*(2), 1–22. https://doi.org/10.64729/an.acervo.v34i2.1679.

Martins, J. S. (1975) *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira.

Martins, J. S. (1990). A música sertaneja entre o pão e o circo. *Travessia - Revista Do Migrante*, *3*(7), 13–16. https://doi.org/10.48213/travessia.i7.162

Nabinger, C. *et al*. (2009). Produção animal com base no campo nativo: aplicações de resultados de pesquisa. In: V. P. Pillar *et al.* (Org.), *Campos Sulinos*: *conservação e uso sustentável da biodiversidade* (pp. 175-198). Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente.

Neumann, R. M; Tedesco, J. C. (2023). *Colonos, colônias e colonizadoras*: *volume 6*. Passo Fundo: EDIUPF.

Oliveira, A. (2009). *Miguilim foi para a cidade ser cantor: uma antropologia da música sertaneja.* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

Overbeck, G. E. *et al*. (2009). Os Campos Sulinos: um bioma negligenciado. In: V. P. Pillar *et al.* (Org.), *Campos Sulinos*: *conservação e uso sustentável da biodiversidade* (pp. 26-41). Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente.

Pollak, M. (1992). Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, *5*(10), 200-212.

Prado Júnior, C. (2011). *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Rancière, J. (1996). *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34.

Rancière, J. (2010). A estética como política. *Devires*, *7*(2), 14-36.

Rancière, J. (2012). *O espectador emancipado*. São Paulo: WMF Martins Fontes.

Rosa, F. S. (2023). *A pecuária familiar em Bagé (RS): a expansão da soja e as contradições da reprodução social*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS.

Salgado, L. R. (2020) *A viola e o caipira no século XXI: o instrumento musical e sua relação nos processos de subjetivação caipira*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

Schama, S. (1996). *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras.

Schmitz, Pedro Ignácio. (1993). Os indígenas e a colonização no Rio Grande do Sul. *Revista de Arqueologia*, *7*(1), 187–202. https://doi.org/10.24885/sab.v7i1.102.

Silva, M. N; Sacco dos Anjos, F. (2020). A expansão da soja no município de Jaguarão/RS: análise das percepções através da abordagem narrativa. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, *58*(3), e213748. https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.213748

Viveiros de Castro, E. (2011). *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.

Recebido em 08/05/2024*. Aprovado em 24/11/2025.

Licença CC BY-NC 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International – CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Um caleidoscópio da revolução: Resenha de Traverso, Enzo. *Revolución – una historia intelectual*. Tradução de Horacio Pons. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2022.

A kaleidoscope of Revolution: Review of Traverso, Enzo. *Revolución – una historia intelectual*. Tradução de Horacio Pons. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2022.

Un caleidoscopio de revolución: Reseña de Traverso, Enzo. *Revolución – una historia intelectual*. Tradução de Horacio Pons. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2022.

Hernandez Vivan EICHENBERGER

jarivaway@gmail.com

Professor de filosofia do Instituto Federal Catarinense (IFC), campus São Francisco do Sul.

O texto realiza uma resenha do livro Revolución – Una historia intelectual *do historiador italiano Enzo Traverso. O tema essencial de cada um dos capítulos do livro é destacado e o texto faz uma breve discussão final sobre a noção de imagem dialética em Walter Benjamin e sobre o título do livro.*

Palavras-chave: Revolução; Imagem dialética; Comunismo; Walter Benjamin; Memória.

This text reviews the book Revolución – Una historia intelectual *by the Italian historian Enzo Traverso. The essential theme of each chapter is highlighted, and the text offers a brief concluding discussion on the notion of the dialectical image in Walter Benjamin and on the book's title.*

Keywords: Revolution; Dialectical image; Communism; Walter Benjamin; Memory.

DOI: https://doi.org/10.34024/csr.2026.62.1.20328

CSR CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA

Este texto reseña el libro Revolución – Una historia intelectual *del historiador italiano Enzo Traverso. Se destaca el tema esencial de cada capítulo y se ofrece una breve conclusión sobre la noción de la imagen dialéctica en Walter Benjamin y el título del libro.*

Palabras clave: Revolución; Imagen dialéctica; Comunismo; Walter Benjamin; Memoria.

Em *Revolución – Una historia intelectual,* Enzo Traverso apresenta um multifacetado panorama da noção de revolução. A ideia de "panorama" deve ser enfatizada pois, metodologicamente, é disso que se trata: uma vista, às vezes abrangente, às vezes com lupa, do modo como a revolução se tornou um elemento cultural da nossa época. A ideia de imagem aqui é fundamental: Traverso se propõe a realizar uma historiografia benjaminiana, ancorada na noção de imagem dialética (p. 49), uma espécie de colagem de imagens (p. 50) ou um filme com uma montagem *sui generis* (p. 51). Daí que quem estiver esperando uma história sistemática das revoluções irá necessariamente sair desapontado. A abordagem aqui é totalmente outra: de um ponto de vista, digamos, positivista, o livro soa evocativo e frouxo em seus nexos internos. Todavia, ele deve ser julgado por aquilo que se propõe e, nesse ponto, é preciso reconhecer que a fatura é muito bem-sucedida.

Traverso pensa a revolução adotando um tom que poderia ser descrito como simpaticamente sóbrio: não se trata nem de uma defesa apaixonada, doutrinalmente impassível aos escombros produzidos por elas, tampouco de uma abjuração. O livro pretende evitar tanto a "estigmatização conservadora [quanto a] apologia cega, [tanto] o exorcismo contrarrevolucionário [quanto] a idealização desesperada" (p. 56). Ainda assim, a dignidade das revoluções se ampara na cesura histórica que encarnam: "as revoluções são a respiração da história" (p. 35). O livro então perfila e disserta sobre algumas imagens, por vezes esquecidas, organizadas sob os ícones de locomotivas, corpos, símbolos de memória, intelectuais revolucionários e liberdade. Os capítulos se estruturam segundo esses temas. Por fim, o livro se encerra com um capítulo sobre a historicização do comunismo. Justamente essa heterogeneidade faz o livro difícil de ser resenhado, pois se corre o risco de mimetizar o caleidoscópio que o informa, embora sem o mesmo brilho.

O capítulo 1, sobre locomotivas, explora a noção de tecnologia e progresso inscrita no pensamento revolucionário: desde o trem como metáfora da revolução, passando pelo uso dos trens pelos revolucionários mexicanos e pela alteração profunda da experiência do espaço e do tempo, até o uso de armas de destruição que levaram a mudanças, sobretudo após a Segunda Guerra, na teoria marxista da tecnologia (p. 90). A partir desse novo diagnóstico se opera a inversão da metáfora da locomotiva: ao invés de entender a revolução como o trem, ela passa a ser entendida como o freio de emergência que detém o movimento (p. 119-120).

Na parte sobre corpos revolucionários, capítulo 2, talvez estejam presentes as observações mais desconcertantes e os achados mais curiosos de Traverso. Ele descreve uma espécie de "socialismo Frankenstein" que se desenvolveu como uma orientação menor no interior da Revolução Russa. Ainda que hoje haja uma tendência saudável em relembrar que na época pré-stalinista a Revolução se constituiu como um marco fundamental e modelar no estabelecimento de direitos

sociais – por exemplo, o estudo de Wendy Goldman *Mulher, Estado e Revolução* (Goldman, 2015) –, Traverso destaca personagens um tanto excêntricos e mesmo funestos, como Leonid Krasin, cuja crença na imortalidade contribuiu para o embalsamento de Lênin (p. 170-171). Ou então a trágica história de Bogdanov, cuja crença no poder rejuvenescedor do sangue fê-lo realizar uma transfusão que o levou à morte (p. 182-183). Traverso, em que pese sua franca simpatia ao líder revolucionário, nota que a compreensão prometeica de Trotsky a respeito da natureza conduziu-o a posições eugenistas e antiecológicas (p. 186). A política sobre os corpos na União Soviética seria ainda vítima de visões bastante contrastantes no que tange à sexualidade, abrigando desde ideias que anteciparam a revolução sexual até o "ascetismo puritano", a ponto de Traverso descrever o panfleto de Aron Zalkind – que rejeitava toda sedução em nome de uma sexualidade vinculada aos interesses de classe – como uma compreensão do socialismo enquanto "um severo e monástico hospício de trabalho" (p. 202).

No capítulo 3, sobre memória, Traverso nota como as revoluções não criaram um "reino de memória" propriamente dito e compartilhado, mas antes se estabeleceram como um vazio e imaterial: a memória da revolução é sua força destrutiva, um vácuo que acabou por não erigir locais materialmente dotados dos valores expressos pelos movimentos. Os monumentos propriamente revolucionários são como que fagocitados – e pacificados – por uma memória nacional: a tomada da Bastilha e do Palácio de Inverno, a Marselhesa e o Panteão. A memória revolucionária é neutralizada porque é enquadrada em uma maior "história nacional". Por outro lado, os monumentos contrarrevolucionários se incorporam materialmente ao espaço, vide a Basílica de Sacré-Coeur ou a fonte Saint-Michel. Não por acaso, é nesse sentido que se deve compreender a noção de "vandalismo revolucionário", isto é, como a revolução regenera o corpo social destruindo os símbolos de tirania (p. 254).

O capítulo 4, sobre os intelectuais revolucionários, oferece uma espécie de sociologia do intelectual – sugestivamente é talvez a parte mais "sistemática" do livro, com uma tabela enquadrando uma série de intelectuais conforme uma tipologia. Traverso mostra a tensão e mesmo contradição inerente à incorporação dos intelectuais nos movimentos revolucionários. Ainda que formalmente paire uma desconfiança sobre eles – eles não fazem parte do proletariado, confundem-se com os boêmios e vagabundos –, Traverso mostra como a participação dos intelectuais foi fundamental e, por vezes, majoritária. Segundo o historiador, a Revolução Húngara de 1919 foi conduzida por uma imensa maioria de intelectuais, boa parte deles judeus (p. 363). Neste capítulo, é desenvolvida uma classificação dos intelectuais revolucionários do Sul global: cosmopolitas arraigados (aqueles que fizeram sua formação pelo mundo e voltaram a seus países – Ho Chi Minh, por exemplo, cuja presença na fundação do Partido Comunista Francês atesta seu cosmopolitismo), revolucionários telúricos (cuja formação e atuação foi realizada sob a mesma fronteira – Mao Tsé-Tung) e internacionalistas sem raízes (do qual Che Guevara seria o representante típico).

O capítulo 5 trata da noção de liberdade e liberação. A análise de *A liberdade guiando o povo,* de Eugène Delacroix, com todas as ambiguidades, expressa a tensão entre uma liberdade que se faz na luta política, mas se normaliza como ordem monárquica. De outro lado, as críticas à maneira como Michel Foucault – aproximado ao neoliberalismo, apologeta da liberação, mas refratário a formas institucionais da liberdade – e Hannah Arendt

– cuja compreensão de uma liberdade política desvinculada do social – são duras e incisivas. É justamente dessa equação mal resolvida e por se resolver que se alimenta o problema da revolução, a saber: como é o dia seguinte à revolução? Que formas a liberdade pode assumir?

Em *Historicizar o comunismo*, o último capítulo, Traverso advoga um mosaico plural de comunismos formados por quatro prismas: revolução, regime, anticolonialismo e social-democracia. Ou seja, ao invés da compreensão padrão do comunismo como um movimento unificado ele deve ser julgado tanto por seu conteúdo potencial – a revolução e os ideais que a informam e que, bem ou mal, continuam inspirando pessoas – quanto por seus resultados – seja as realizações dos governos sob sua bandeira, no qual estão gravadas todas as contradições, mas também seu papel na luta pela libertação nacional e na consolidação da social-democracia (os Estados Unidos do New Deal, mas também França e Inglaterra no pós-guerra). Assim, a tragédia do comunismo lembra a de Fausto: "Duas almas tenho em meu coração" (Goethe, 2023, p. 81), à diferença que o comunismo teria ao menos quatro. Traverso mostra essa trajetória a partir de uma figura singular, Ilio Barontini, que teria encarnado várias dessas dimensões. A sugestão de Traverso, mais uma vez tipológica, é interessante e parece profícua. Difícil não pensar aqui, no que diz respeito ao Brasil, em Gildo Marçal Brandão e seu *A esquerda positiva – As duas almas do partido comunista (1920-1964)* (Brandão, 1997). Brandão antecipa como o comunismo guarda esse tipo de ambivalência que visões empobrecidas tendem a aplainar ao tomá-lo por seu valor ideológico de face.

Para findar, duas notas. Sobre o método, a controversa noção de imagem dialética é pensada por Benjamin de uma maneira um pouco críptica. Segundo ele

> *Na imagem dialética, o ocorrido de uma determinada época é sempre, simultaneamente, o "ocorrido desde sempre". Como tal, porém, revela-se somente a uma época bem determinada – a saber, aquela na qual a humanidade, esfregando os olhos, percebe como tal justamente esta imagem onírica. É nesse instante que o historiador assume a tarefa da interpretação dos sonhos. (Benjamin, 2006, p. 506).*

A respeito ele ainda escreve que "Ao pensamento pertencem tanto o movimento quanto a imobilização dos pensamentos. Onde ele se imobiliza numa constelação saturada de tensões, aparece a imagem dialética" (Benjamin, 2006, p. 518). É precisamente por meio desse procedimento que Traverso opera. Isso significa uma história radicalmente antipositivista, porque não importa propriamente a reconstituição rankeana daquilo que aconteceu, mas o que essas imagens, ao modelo de um sonho, permitem evocar. E por que essas imagens e não outras? Justamente porque é nelas que está fortemente impregnado um instante da época. Traverso permanece bastante fiel ao espírito de Benjamin ao privilegiar uma história, acima de tudo, visual. É preciso mencionar que o livro é repleto de ilustrações.

Como último tópico, uma palavra sobre o título do livro. A edição francesa tem como subtítulo "une histoire culturelle", ao passo que as versões espanhola e inglesa remetem a "uma história intelectual". O próprio Traverso menciona que o melhor título é "cultural". Esse subtítulo expressa melhor o espírito do livro, na medida em que demonstra como a revolução passou a ser um elemento cultural incontornável do nosso tempo. Se as imagens que evocam a revolução serão um ingrediente capaz de liberar as energias de nossa época, ainda é uma questão em aberto.

Referências

Benjamin, W. (2006). *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG.

Brandão, G. M. (1997). *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*. São Paulo: Hucitec.

Goethe, J. W. (2023). *Fausto*. Belo Horizonte: Autêntica.

Goldman, Wendy (2015). *Mulher, Estado e Revolução*. São Paulo: Boitempo.

Révolutions: renverser l'ordre injuste pour inventer le futur. (2023, 16 de abril). Julien Théry. LEMEDIA. Recuperado de https://www.lemediatv.fr/podcasts/2023/revolutions-renverser-lordre-injuste-pour-inventer-le-futur-enzo-traverso-julien-thery-yF0YkB5XSQmhHxi-BOepmOQ. Acesso em: 11 de março de 2025.

Traverso, E. (2022). *Revolución – Una historia intelectual*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

Recebido em 29/03/2025. Aprovado em 26/08/2025.

Licença CC BY-NC 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International – CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

CSR CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA

Matthew McManus e a teoria política do socialismo liberal: Resenha de McManus, Matthew. *The Political Theory of Liberal Socialism*. New York: Routledge, 2025

Matthew McManus and the political theory of liberal socialism: Review of McManus, Matthew. *The Political Theory of Liberal Socialism*. New York: Routledge, 2025

Matthew McManus y la teoría política del socialismo liberal: Reseña de McManus, Matthew. *The Political Theory of Liberal Socialism*. New York: Routledge, 2025

Ulysses FERRAZ

ferraz.ulysses@gmail.com

Doutor em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Lógica e Metafísica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGLM-UFRJ) e doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). É bolsista do Programa Bolsa Doutorado Nota 10 da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

A resenha discute o livro The Political Theory of Liberal Socialism *(2025), de Matthew McManus, que reconstrói a tradição do socialismo liberal por meio de uma genealogia que articula autores como Paine, Wollstonecraft, Mill, Bernstein, Rosselli, Dewey, Keynes, Macpherson, Walzer, Mouffe, Mills, Anderson e Rawls. O livro sustenta que liberdade, igualdade e solidariedade compõem um mesmo núcleo normativo e que o esvaziamento recente do liberalismo decorre de suas versões possessivas e neoliberais. McManus argumenta convincentemente que o socialismo liberal oferece recursos conceituais para renovar o liberalismo, ampliando seus compromissos igualitários e democráticos. A resenha destaca a relevância dessa reconstrução, sobretudo em contextos em que o liberalismo é reduzido à defesa irrestrita do mercado.*

Palavras-chave: Socialismo liberal; Liberalismo; Liberdade; Igualdade; Democracia.

This review discusses the book The Political Theory of Liberal Socialism *(2025), by Matthew McManus, which reconstructs the tradition of liberal socialism through a genealogy involving Paine, Wollstonecraft, Mill, Bernstein, Rosselli, Dewey, Keynes, Macpherson, Walzer, Mouffe, Mills, Anderson, and Rawls. The book argues that liberty, equality, and solidarity form a single normative core, and that the recent hollowing-out of liberalism results from its possessive and neoliberal versions. McManus convincingly argues that liberal socialism provides conceptual resources to renew liberalism by strengthening its egalitarian and democratic commitments. The review highlights the relevance of this reconstruction, especially in contexts where liberalism is equated with unrestricted market advocacy.*

Keywords: Liberal socialism; Liberalism; Liberty; Equality; Democracy.

La reseña discute el libro The Political Theory of Liberal Socialism *(2025), de Matthew McManus, que reconstruye la tradición del socialismo liberal mediante una genealogía que incorpora a Paine, Wollstonecraft, Mill, Bernstein, Rosselli, Dewey, Keynes, Macpherson, Walzer, Mouffe, Mills, Anderson y Rawls. El libro sostiene que libertad, igualdad y solidaridad conforman un mismo núcleo normativo, y que el vaciamiento reciente del liberalismo se debe a sus versiones posesivas y neoliberales. McManus argumenta de manera convincente que el socialismo liberal ofrece recursos conceptuales para renovar el liberalismo reforzando sus compromisos igualitarios y democráticos. La reseña subraya la importancia de esta reconstrucción, especialmente en contextos donde el liberalismo se reduce a la defensa irrestricta del mercado.*

Palabras clave: Socialismo liberal; Liberalismo; Libertad; Igualdad; Democracia.

O livro *The Political Theory of Liberal Socialism* (2025), de Matthew McManus, propõe uma reavaliação de uma tradição intelectual que, embora possa parecer paradoxal, tem raízes profundas na história do pensamento político moderno. A expressão "socialismo liberal" costuma parecer contraditória, pois o senso comum opõe liberalismo e socialismo: o primeiro associado ao individualismo e ao mercado, e o segundo, à igualdade e à crítica ao capitalismo. McManus mostra, no entanto, que essa oposição é histórica e contingente. Antes do chamado "liberalismo da Guerra Fria", marcado por valores conservadores e hostis à esquerda, havia uma vertente liberal comprometida com os ideais de liberdade, igualdade e solidariedade, em diálogo direto com as aspirações socialistas. O livro procura recuperar essa vertente, demonstrando que o socialismo pode ser concebido não como negação, mas como realização dos princípios liberais.

O autor caracteriza sua abordagem como um exercício de *retrieval*, no sentido dado por C. B. Macpherson (1973): uma reconstrução crítica de uma tradição. Seu propósito não é defender um modelo único de socialismo liberal, mas reconstituir seus fundamentos normativos e sua evolução histórica. Três compromissos estruturam essa tradição. O primeiro combina coletivismo metodológico e individualismo normativo: reconhece-se que o florescimento humano depende de contextos sociais adequados, embora o valor moral último resida nos indivíduos concretos.

O segundo é uma ética do desenvolvimento, oposta à ética da aquisição: a vida boa exige instituições e recursos comuns que promovam o cultivo das capacidades humanas, e não a acumulação possessiva de riqueza. O terceiro é o compromisso com uma estrutura democrática que amplie os direitos liberais à economia e à família, de modo a eliminar formas de dominação e dependência.

No contexto brasileiro, a proposta de McManus adquire uma importância adicional. O termo "liberalismo" é invariavelmente associado à defesa irrestrita e intransigente do mercado e da propriedade privada, e ao compromisso com a ideia de Estado mínimo, o que apaga sua dimensão igualitária original. A reconstrução de McManus ajuda, assim, a reconectar o vocabulário liberal com ideais progressistas, mostrando que liberdade e igualdade não são valores concorrentes, mas que se reforçam e se implicam mutuamente. Num cenário político em que o termo "liberalismo" é frequentemente monopolizado por valores defendidos pela direita, o livro de McManus ajuda a reabrir o espaço semântico e histórico do liberalismo como projeto igualitário.

A genealogia do socialismo liberal reconstruída por McManus situa-se em um contexto mais amplo de crise e reinvenção do liberalismo. Após a vitória sobre o fascismo e o comunismo no século XX, o liberalismo parecia consolidado como doutrina dominante das democracias ocidentais. No entanto, nas últimas décadas, viu-se progressivamente esvaziado, reduzido a um discurso tecnocrático e economicista, cada vez mais distante de seu impulso igualitário e emancipador. Autores como Samuel Moyn (2023) chamaram atenção para o fato de que o liberalismo, ao renunciar à imaginação utópica que o caracterizou nos séculos XVIII e XIX, tornou-se incapaz de inspirar um projeto moralmente mobilizador. É justamente essa dimensão transformadora, democrática e materialmente igualitária que McManus procura recuperar, identificando no socialismo liberal a tradição mais promissora para reanimar o ideal liberal em seu sentido mais exigente e politicamente transformador.

O ponto de partida dessa tradição remonta a Thomas Paine e Mary Wollstonecraft, que, no final do século XVIII, incluíram a questão da igualdade material e de gênero como condições da liberdade. Em *Agrarian Justice* (1987), Paine afirma que a propriedade é um fenômeno social, fruto da cooperação humana, e que os detentores de grandes posses devem à coletividade uma compensação justa. Propõe, para tanto, um fundo social que financie educação, trabalho e segurança aos despossuídos, uma formulação embrionária do Estado de bem-estar moderno. Wollstonecraft, em *A Vindication of the Rights of Woman* (1967), associa a desigualdade econômica à corrupção moral da sociedade aristocrática, denunciando o culto à propriedade como fonte das principais injustiças. Ambos convergem na ideia de que não há liberdade sem igualdade de condições para o florescimento humano.

Essas intuições atingem maturidade teórica no século XIX com John Stuart Mill, que reinterpreta o liberalismo à luz das transformações sociais e industriais de seu tempo. Em *Principles of Political Economy* (1848), Mill propõe a ampliação do papel do Estado e a democratização da economia, defendendo cooperativas e formas de autogestão como alternativas ao capitalismo competitivo. Sua concepção de "desenvolvimento humano" e sua defesa da igualdade de oportunidades — inclusive no interior do trabalho e da vida doméstica — antecipam a crítica contemporânea ao "liberalismo possessivo" e oferecem uma base para o socialismo liberal como uma ética da liberdade substantiva. Em Mill, o indivíduo permanece como foco

normativo — não a nação nem a comunidade abstrata —, mas sua autonomia é sempre socialmente mediada. A riqueza é instrumento para o florescimento, não um fim em si. E a igualdade deve reger também as relações cotidianas — no trabalho e na família —, convertendo esferas privadas em espaços de justiça. Essa perspectiva é retomada por autores posteriores, que adaptam o ideal de liberdade igualitária a contextos diversos, reafirmando a necessidade de subordinar o econômico ao político e de compatibilizar autonomia pessoal com interdependência social.

No início do século XX, Eduard Bernstein e Carlo Rosselli consolidam o vínculo entre as duas tradições. Bernstein, em *The Preconditions of Socialism* (1993), sustenta que o socialismo é o herdeiro histórico e intelectual do liberalismo, pois realiza seu princípio de liberdade universal. Rosselli, em *Liberal Socialism* (1994), formula o argumento em termos ainda mais diretos: o socialismo, corretamente entendido, é o liberalismo em ação, ou seja, o momento em que a liberdade entra na vida dos pobres. Para ambos, a tarefa da esquerda não é abandonar o liberalismo, mas reconquistar seus fundamentos morais contra o fetichismo da propriedade e o autoritarismo do Estado.

Essas ideias encontram ressonância em John Dewey (2000), que expande o horizonte democrático para além do Estado, defendendo sua incorporação às práticas educacionais e ao mundo do trabalho. Em 1939, em entrevista ao *The New Statesman and Nation*, John Maynard Keynes descreve o "socialismo liberal" como a transição para uma era em que a comunidade organizada atua para promover justiça social e bem comum, preservando a liberdade individual e os direitos civis (McManus, 2025, p. 150). C. B. Macpherson (1973), por sua vez, emprega o conceito de *retrieval* (a recuperação dos valores humanistas da tradição liberal), retomado por McManus, e propõe uma ontologia social centrada na interdependência e no desenvolvimento das capacidades humanas, em contraste com o individualismo atomista do liberalismo clássico.

Ao longo do século XX e início do XXI, a tradição é retomada e reformulada por autores como Michael Walzer (2023), Chantal Mouffe (1993), Charles Mills (1997) e Elizabeth Anderson (2017), que reatualizam o socialismo liberal diante de novos contextos de pluralismo, desigualdade e dominação. Walzer (2023) reafirma o ideal de igualdade complexa, combinando justiça distributiva e reconhecimento moral em comunidades diversas, embora permaneça limitado por seu horizonte nacional e por uma crítica insuficiente ao imperialismo. Mouffe (2019) propõe uma política agonística orientada à construção de uma democracia radical que enfrente as hierarquias sociais e econômicas sustentadas pelo neoliberalismo. Mills (2017), por sua vez, introduz a crítica racial no interior do debate liberal, demonstrando como a injustiça histórica e a supremacia branca desmentem as pretensões universalistas do liberalismo abstrato. Já Anderson renova a tradição ao transpor suas preocupações igualitárias para a esfera econômica e laboral: em *Private Government* (2017) e *Hijacked*, (2023) mostra como o ideal liberal de liberdade também requer a democratização das relações de poder no local de trabalho, onde a subordinação econômica reproduz formas privadas de dominação.

É nesse horizonte que se insere John Rawls, cuja concepção de justiça como equidade representa a formulação mais sistemática e influente das intuições centrais do socialismo liberal. Rawls, em *Justice as Fairness: A Restatement* (2001), inscreve-se nessa linhagem ao sustentar que apenas uma "democracia de cidadãos-proprietários" ou um regime

de “socialismo liberal” pode satisfazer plenamente seus princípios de justiça. Sua proposta de combinar igualdade de oportunidades, liberdade política e limitação da concentração de riqueza fornece à tradição do socialismo liberal uma formulação institucional plausível e transformadora. Nesse sentido, a obra de McManus é fundamental para uma interpretação da teoria da justiça de Rawls mais condizente com os seus compromissos igualitários e, num certo sentido, anticapitalistas. Embora pouco debatido no Brasil, o tema dos regimes socioeconômicos vem ganhando destaque entre os intérpretes de Rawls, especialmente após a crise de 2008. Nesse contexto, sua rejeição aos modelos capitalistas — inclusive ao capitalismo de bem-estar social — tornou-se cada vez mais explícita nas leituras contemporâneas da justiça como equidade. Por essa razão, o projeto que McManus encontra em Rawls é uma de suas expressões mais coerentes e exemplares. A *justiça como equidade* — a concepção rawlsiana de justiça — exemplifica o tipo de concepção alternativa ao capitalismo que o socialismo liberal reivindica.

A “genealogia” de McManus, portanto, mostra que o socialismo liberal não é uma síntese artificial, mas o desdobramento de uma intuição moral persistente e duradoura no pensamento político moderno: a de que liberdade, igualdade e solidariedade formam um mesmo núcleo normativo. Contra as versões degradadas do liberalismo que se confundiram com o neoliberalismo, essa tradição recupera seu impulso original: a crença de que a dignidade humana só se realiza quando todos participam, em condições de igualdade substantiva, da construção das instituições que governam suas vidas.

O autor destaca ainda que, se historicamente o liberalismo foi muitas vezes instrumentalizado contra o socialismo, essa inflexão representou um desvio, e não uma necessidade lógica. Ao longo do século XX, o liberalismo foi gradualmente associado à defesa do mercado autorregulado, da competição meritocrática e da desigualdade como estímulo à eficiência. O socialismo liberal, ao contrário, recupera o núcleo moral do projeto moderno de emancipação política, sustentando que liberdade e igualdade não são valores concorrentes, mas condições recíprocas da vida justa.

O livro não oferece um plano de transformação social, mas um quadro normativo que torna inteligível a convergência entre liberalismo e socialismo. Liberalismo, aqui, significa o reconhecimento do igual valor moral de cada pessoa e a proteção das liberdades básicas; e socialismo, a extensão desses valores à esfera econômica e social. McManus argumenta que a versão aquisitiva do liberalismo — centrada na acumulação ilimitada — distorce seus próprios fundamentos, enquanto a versão do socialismo liberal, comprometida com o florescimento humano compartilhado, os realiza. Assim, o socialismo liberal descrito por McManus é, sobretudo, um socialismo de princípios. Ele não prescreve um conjunto fixo de instituições, mas um horizonte moral a partir do qual diferentes arranjos podem ser avaliados. Democratizar o trabalho, ampliar oportunidades educacionais, fortalecer sindicatos ou adotar políticas redistributivas são meios contingentes para alcançar um fim comum: uma sociedade que combine autonomia individual e cooperação social. Ao evitar o fetichismo institucional, essa tradição abre espaço para aprendizado prático e inovação democrática. Essa recusa em transformar princípios em modelos fechados é uma das maiores virtudes do livro. Pode-se interpretar, a partir da exposição de McManus, que a passagem da teoria moral para o desenho institucional não é dedutiva, mas depende de prudência, experimentação e atenção às condições sociais realmente existentes.

Para McManus, o futuro do socialismo liberal é promissor justamente porque sua força está em oferecer um horizonte normativo capaz de renovar o liberalismo, esvaziado por décadas de compromisso intransigente com o capital. Para McManus, o liberalismo só poderá recuperar vitalidade se incorporar valores substantivos de igualdade e solidariedade, tarefa que o socialismo liberal pode cumprir ao reconciliar liberdade e justiça social. Desse modo, McManus sustenta que a sobrevivência moral e política do liberalismo depende de sua capacidade de se transformar em um projeto inspirador, capaz de oferecer esperança de um mundo mais livre e igual. Essa recuperação exige não o abandono, mas a reconstrução do liberalismo em diálogo com a tradição socialista, tanto no plano teórico (como mostram Rawls (2001), Anderson (2017) e Edmundson (2017, 2021)) quanto no econômico (como exemplificam Sen (2009) e Piketty (2014, 2020)). A tarefa de seu livro, portanto, não é apresentar uma teoria original do socialismo liberal, mas reconstruir o terreno intelectual que o tornará possível e desejável no século XXI. E McManus entrega o que promete.

Nas palavras finais do livro, McManus sustenta que o liberalismo atravessa uma crise que ele próprio ajudou a provocar. O esvaziamento moral e intelectual das últimas décadas — seja sob o "liberalismo da Guerra Fria", seja sob o neoliberalismo — teria transformado uma tradição política inspiradora em uma ideologia complacente com o poder econômico. Ainda assim, o autor insiste que o liberalismo pode e deve ser salvo. Para isso, precisa recuperar visão, imaginação e convicção, reencontrando na igualdade o seu conteúdo moral e na solidariedade a sua energia histórica. Sua aposta é que o socialismo liberal pode oferecer essa renovação. Ao reconciliar liberdade e justiça material, essa tradição seria capaz de restituir ao liberalismo a promessa de um mundo genuinamente livre e igual, um ideal digno não apenas de lealdade, mas também de amor.

Referências

Anderson, E. (2017). *Private Government: How Employers Rule Our Lives (And Why We Don't Talk About It)*. Princeton: Princeton University Press.

Anderson, E. (2023) *Hijacked: How Neoliberalism Turned The Work-Ethic Against Workers and How Workers Can Take It Back*. Cambridge: Cambridge University Press.

Bernstein, E. (1993) *The Preconditions of Socialism*. Cambridge: Cambridge University Press.

Dewey, J. (2000). *Liberalism and Social Action*. Amherst: Prometheus Books.

Edmundson, W. A. (2017). *John Rawls: Reticent Socialist*. Cambridge: Cambridge University Press.

Edmundson, W. (2021). *Socialism for Soloists*. Medford: Polity Press.

Macpherson, C.B. (1973). *Democratic Theory: Essays in Retrieval*. Oxford: Clarendon Press.

McManus, M. (2025) *The Political Theory of Liberal Socialism*. New York: Routledge.

Mill, J. S. (1848). *Principles of Political Economy*. Recuperado de: https://oll.libertyfund.org/titles/mill-principles-of-political-economy-ashley-ed

Mills, C. W. (1997). *The Racial Contract*. Ithaca: Cornell University Press.

Mills, C. W. (2017). *Black Rights/White Wrongs: A Critique of Racial Liberalism*. Oxford: Oxford University Press.

Mouffe, C. (1993). Toward a Liberal Socialism? *Dissent Magazine*, *40*, 1, 81–87.

Mouffe, C. (2019). *For a Left Populism*. London: Verso Books.

Moyn, S. (2023). *Liberalism against Itself: Cold War Intellectuals and the Making of Our Times*. New Haven: Yale University Press.

Paine, T. (1987). *The Thomas Paine Reader*. London: Penguin Books.

Piketty, T. (2014). *Capital in the Twenty-First Century*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press.

Piketty, T. (2020). *Capital and Ideology*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press.

Rawls, J. (2001). *Justice as Fairness: A Restatement*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press.

Rosselli, C. (1994) *Liberal Socialism*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Sen, A. (2009). *The Idea of Justice*. Cambridge: Harvard University Press.

Walzer, M. (2023). *The Struggle for a Decent Politics: On 'Liberal' As an Adjective*. New Haven: Yale University Press, 2023.

Wollstonecraft, M. (1967). *A Vindication of the Rights of Women*. New York: Norton Library.

Recebido em 18/10/2025. Aprovado em 12/12/2025.

Licença CC BY-NC 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International – CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.